

revista
indisciplinar

V. 7, n. 1
dezembro/2021



V. 7, n. 1
dezembro/2021

revista
indisciplina
r

**A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**

EDITORES	Prof. Daniel Medeiros de Freitas (UFMG), Prof. ^a Gisela Barcellos (UFMG), Prof. ^a Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG), Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG), Prof. ^a Natacha Rena (UFMG)
PROJETO GRÁFICO ORIGINAL	Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG) Prof. ^a Natacha Rena (UFMG)
ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	Prof. ^a Natacha Rena (UFMG) Orientadora Caio Augusto Gonçalves (EA-UFMG) Bolsista João Paulo Souto (EA-UFMG) Bolsista Marina Ussami (EA-UFMG) Bolsista Matheus Coelho (EA-UFMG) Bolsista
PLATAFORMAS DIGITAIS	Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG) Orientador João Paulo Souto (EA-UFMG) Bolsista Marina Ussami (EA-UFMG) Bolsista
REVISÃO	Prof. Fernanda Dusse (CEFET-MG) Orientadora Eric Fellipe Lima (CEFET-MG) Bolsista
CONSELHO EDITORIAL	Aleamar S. A. Rena, Breno Silva, David Sperling, Eduardo Jesus, Fábio Tozi, Fernanda Dusse, Gisela Barcellos, Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Karine Carneiro, Luis Regis Coli, Monique Sanches, Myriam Ávila, Patrícia Azevedo, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela
ENDEREÇO PARA CONTATO	Escola de Arquitetura da UFMG, rua Paraíba, 697, sala 500. CEP 30130-141.
TELEFONE	31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845
CAPA	Caio Augusto Gonçalves. Foto: Clédisson Júnior

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Nov. de 2021

V.	Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Semestral.	
v.7, n.1 (2021).	Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG)

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

Editorial

A 12ª edição da Revista Indisciplinar traz como tema “Outros mundos: novas subjetividades, novos métodos” e pretende reunir e apresentar propostas de novas metodologias para os desafios contemporâneos. Devido ao alto número de artigos recebidos para esta edição e à qualidade dos mesmos, optamos por fazer dois números com o mesmo tema. Na revista Indisciplinar 12, v.7 n.1, apresentamos 8 artigos e um ensaio, além da entrevista e dos gêneros artísticos que sempre trazemos na Indisciplinar.

Nesta edição, o ensaio fotográfico de Cledisson Junior “A Ciência Encantada: Ensaio fotoetnográfico em um terreiro de Jurema Sagrada” registra, com lirismo e sensibilidade, um terreiro da Jurema Sagrada em Olinda/PE. A busca pelos conhecimentos tradicionais, a partir do que o artista define como “conflitos cosmopolíticos”, dialoga diretamente com os artigos “Auto-organização, afirmação e politização na Festa de São Francisco das Chagas no Remanso (Lençóis-BA)”, de Renata Araújo e José Marcio Pinto de Moura Barros, e “Afetos, brasilidade e urbanidade: uma aproximação”, de Eliana Barbosa. Em todos eles, são apresentadas festas comunitárias de grupos afrobrasileiros e propostas reflexões sobre as estratégias de mobilização e resistência que esses eventos impulsionam.

O conto de Susan Oliveira, “A caixa de memórias”, é apresentado pela autora como “uma homenagem a todas as mulheres que dedicam suas vidas em defesa de seus territórios e de sua gente, e que lutam por cidades e uma sociedade mais democráticas, justas, inclusivas e amorosas”. A ausência de nomes e localizações geográficas na narrativa estabelece uma relação metonímica entre a personagem apresentada e todas as mulheres ativistas na luta pelo direito à moradia. É interessante perceber a relação entre o conto e a entrevista desta edição, com a prefeita de Contagem/MG, Marília Campos. Afinal, a pergunta central da conversa com Marília, elaborada pela equipe Natureza Política, do grupo Indisciplinar, é: “Como o cuidado pode ser central na Administração Pública?”. Partindo dessa provocação,

a prefeita reflete sobre uma política feita por mulheres e interessada no cuidado e na atenção aos seres vivos, além de apresentar os projetos desenvolvidos por sua equipe para uma cidade mais inclusiva, arborizada e capaz de respeitar todas as formas de vida.

Em oposição à perspectiva propositiva e idealista desses trabalhos está o artigo “Empreendedorismo periférico? motoristas uberizados e lavadores precarizados em lava a jatos nas margens da metrópole”, de Fábio Tozi e Fábio Bozzi, estruturado a partir de entrevistas com motoristas e lavadores de carros da cidade de Betim/MG. O debate sobre o uso do termo empreendedorismo nas relações socioespaciais mobiliza uma reflexão sobre as estratégias contemporâneas de marginalização e supressão de direitos trabalhistas.

Os outros quatro artigos desta edição refletem sobre possibilidades metodológicas para uma universidade mais inclusiva e interessada nas relações humanas, a partir de propostas de pesquisa e extensão em cursos de Arquitetura. “O processo no projeto e no ensino de arquitetura sob um olhar decolonial”, de Larissa Guimarães Reis, estabelece novos paradigmas para o ensino de arquitetura, enquanto “Entre multiescalaridade e transescalaridade: aproximações entre Teoria Crítica Urbana e Urban Assemblage”, de Gabriela Romano, Mariane Cardoso e David Sperling, apresenta e reflete sobre os conceitos presentes no título e suas implicações metodológicas no ensino. Já “Plataforma Brumadinho UFMG: desenvolvimento conceitual, princípios, estrutura, funcionalidade e método de análise documental”, de Paula Guimarães, Natacha Rena, Clodoveu Augusto Davis Junior, Danilo Caporalli Barbosa, Luci Aparecida Nicolau, Michele Brito Pinheiro, Laura Silva de Andrade, Ingrid Lagares Santana e Luís Augusto Menezes Costa, e “Um aplicativo de mapeamento online participativo como ferramenta de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo”, Juliette Lenoir e Liza Andrade, apresentam projetos que unem pesquisa e extensão na elaboração de sites para o compartilhamento de dados referentes a projetos urbanísticos e processos judiciais.

A amplitude do escopo desta edição da Revista Indisciplinar evidencia a relevância do tema e a necessidade de refletirmos sobre novas estratégias metodológicas para a construção de universidades e de cidades capazes de lidar com os desafios socioambientais da contemporaneidade, sem abandonarmos as lutas históricas por acesso a moradia, direitos trabalhistas e lazer. Esperamos que a revista estimule novos debates e mobilize estratégias propositivas para a transformação do conhecimento acadêmico e para a articulação dos diversos saberes que circulam no espaço público.

Editores Revista Indisciplinar

Sumário

ensaio
fotográfico
12 **A Ciência Encantada:**
Ensaio fotoetnográfico
em um terreiro de Jurema
Sagrada.
por Clédisson Júnior

conto
34 **A caixa de memórias**
por Susan Oliveira

entrevista
46 **Entrevista com Marília**
Campos
por Luciana Bragança

ensaio
74 **Vinculacion con el medio e**
territorio -
o caso da extensão
universitária no Chile
por Hernan Espinoza

artigos
92 **O processo no projeto e no**
ensino de arquitetura sob
um olhar decolonial
por Larissa Reis

118 **Auto-organização,**
afirmação e politização
na Festa de São Francisco
das Chagas no Remanso
(Lençóis-BA)
por Renata Araújo e José Marcio Barros

144 **Plataforma Brumadinho**
UFMG: desenvolvimento
conceitual, princípios,
estrutura, funcionalidade e
método de análise
documental
por Paula Guimarães, Natacha Rena, Clodoveu Davis Junior, Danilo Barbosa, Luci Nicolau, Michele Pinheiro, Laura de Andrade, Ingrid Santana e Luís Costa

184 **Empreendedorismo**
periférico? motoristas
uberizados
e lavadores precarizados
em lava a jatos nas
margens da metrópole
por Fábio Tozi e Fábio Bozzi

220 **Afetos, brasilidade**
e urbanidade: uma
aproximação
por Eliana Barbosa

246 **Entre multiescalaridade e**
transescalaridade:
aproximações entre Teoria
Crítica Urbana e Urban
Assemblage
por Gabriela Romano, Mariane Cardoso e David Sperling

272 **Um aplicativo de**
mapeamento online
participativo
como ferramenta de
assessoria técnica em
arquitetura
e urbanismo
por Juliette Lenoir e Liza Andrade

e

n

s

a

i

o



ensaio gráfico 1

A Ciên cia Encan tada: Ensaio fotoetnografico [1] em um terreiro de Jurema Sagrada.

The Enchanted Sciences:
Photoethnographic essay in a
Jurema Sagrada yard.

Por Clédisson Júnior*

***Clédisson Júnior** é doutorando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. E-mail: cledissonjunior@gmail.com

1: A fotoetnografia é o registro e a apropriação, por meio de fotografias em sequências narrativas, de formas culturais identitárias captadas pela lente do antropólogo ou a apropriação etnográfica por parte do fotógrafo. Termo que designa uma das modalidades da antropologia visual, criada pelo antropólogo brasileiro Luiz Eduardo Robinson Achutti.

Resumo

Terreiros são estes espaços onde se celebram as festas dos orixás, das entidades espirituais e encantadas. É o espaço onde acontece todo princípio dinâmico, portanto complexo, onde os rituais se realizam e as relações se intensificam entre os praticantes das religiões afro-brasileiras. Um terreiro de Jurema Sagrada é um espaço de produção de vida de grupos minoritários, é um instrumento de desconstrução dos discursos e das práticas violentas da modernidade.

Palavras-chave: Jurema Sagrada; Territórios existenciais; Insurgência; Fotoetnografia.

Abstract

Terreiros are these spaces where the feasts of orixás, spiritual and enchanted entities are celebrated. It is the space where every dynamic principle, therefore complex, takes place, where rituals take place and relationships intensify among practitioners of Afro-Brazilian religions. A Jurema Sagrada terreiro is a space for the production of life by minority groups, it is an instrument for deconstructing the discourses and violent practices of modernity.

Keywords: Sacred Jurema; Existential territories; Insurgency; Photoethnography.

Este ensaio fotoetnográfico (ACHUTTI, 1997) foi realizado em Olinda, cidade da região metropolitana do Recife (PE). As imagens obtidas durante este ritual na Casa das Matas do Reis Malunguinho constituíram-se em um exercício de escrita narrativa conduzida pela análise das imagens produzidas em um contexto de pesquisa de mestrado.

Espaços de reinvenção do viver foram captados por meio destas imagens e contribuíram para a transmissão desse universo, de intensa sensibilidade e abertura para a relação com o outro. Olhares que revelam dinâmicas próprias, as imagens permitiram, ao longo desta pesquisa etnográfica, estabelecer relações, evidenciando a experiência da diferença, assim como uma tentativa de revelar um ambiente muito particular de um terreiro da Jurema Sagrada.

Terreiros são estes espaços onde se celebram as festas dos orixás, das entidades espirituais e encantadas. É o espaço onde acontece todo princípio dinâmico, portanto complexo, onde os rituais se realizam e as relações se intensificam entre os praticantes das religiões afro brasileiras. É no terreiro que os “filhos de santo” dançam ao som dos atabaques e seus corpos entram em transe. Mais ainda, o terreiro como espaço dinâmico é o cenário sagrado em que se celebram a vida, os deuses contam suas histórias através da dança e do gesto. Como um espaço cênico, o terreiro é o espaço do movimento, do devir e da complexidade.

As invenções dos terreiros na diáspora evidenciam a complexidade dos modos de vida aqui reconfigurados. As diferentes configurações de terreiros nos mostram que eles podem refletir desde uma busca por resignificação da vida a partir de um referencial do que seria esta vida no continente africano antes da invasão europeia, assim como também aponta para disputas e alianças travadas na elaboração de novas práticas e sociabilidades entre os indivíduos que se organizam neste território.

O que a noção de terreiro abrange é a possibilidade de se constituir enquanto territórios existenciais (GUATTARI, 1992), na ausência de um espaço físico permanente abrindo assim possibilidades para pensar essa noção a partir do rito.

O culto da Jurema Sagrada é compreendido como uma tradição de conhecimento que procede da articulação de diferentes fluxos culturais, resultante de uma práxis ritualística cujos sujeitos operam com criatividade e fluidez. A Jurema é uma ciência, que é operado pelos seus técnicos, mulheres e homens de notório saber dentro do culto que a aplica em curas físicas e espirituais, dentro do que os juremeiros chamam de “trabalho de ciência”.

Na Jurema a produção epistemológica adotada contraria o projeto político da modernidade, é um perspectivismo que se referencia nas encruzilhadas, que reivindica uma entre tantas formas de conhecimento praticado no mundo. Esta produção do conhecimento aponta para um exercício complexo sobre a urgência de um debate político e ontológico no campo das existências. Ao se afirmar a emergência de uma “ciência encantada”, referenciada na tradição indígena e africana e aqui (re)territorializada no espaço das encruzilhadas busca-se reforçar o argumento da pluriversalização do conhecimento, das diferentes formas de experienciar nossas existências no mundo.

Enfatizar uma dimensão alternativa na produção epistemológica, contudo não se traduz em produzir uma negação da racionalidade moderna ocidental, propondo deste modo uma via subalterna. A encruzilhada enquanto referencial geofilosófico visa assumir a dimensão polirracional, pluriversal e plurilinguista do mundo.

Um terreiro da Jurema Sagrada enquanto espaço de produção de vida de grupos minoritários, se torna um instrumento de desconstrução dos discursos e das práticas violentas da modernidade, contribuindo com releituras sobre o processo de formação sócio-territorial da América Latina rompendo com um paradigma marcado pelas categorias impostas desde a racionalidade moderna e chamando para si uma atenção especial acerca dessas outras racionalidades apagadas pela história, pelos processos de dominação colonial, pela expansão homogeneizante de um capitalismo racista (QUIJANO, 2005).

Para a Jurema Sagrada e seus praticantes, o território, no mesmo sentido que a tradição, não é um elemento estático e imutável, ambos sofrem de um reordenamento diante dos

desafios da contemporaneidade. Isto é, o território é a medida de uma identidade não essencial, mas que está marcado pelo convívio com conflitos permanentes. Conflitos cosmopolíticos (ANJOS, 2006). Os juremeiros instauram o devir como o regime político do religioso por meio de um processo antropofágico em busca da complementariedade. É essa ontologia que permite a permanência de uma religião indígena (somada a referenciais cosmológicos africanos e um catolicismo popular) desde a invasão dos europeus nas Américas no interminável século XV.



AQUI, NADA SE ENSINA,
MAS TUDO SE APRENDE
CASA DAS MÃES EIS MALUNGUINHO











Referências

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. 1a ed. Porto Alegre, RS : Livraria Palmarinca : Tomo Editorial, 1997

ANJOS, José Carlos dos. **No território da Linha Cruzada**: a cosmopolítica afrobrasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, Editora 34, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. 2005

c

o

n

t

o

A caixa de memórias

Por Susan Oliveira*

***Susan Oliveira** é Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e investigadora no grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. Atualmente está desenvolvendo seu Trabalho de Conclusão de Curso e tem um grande interesse por uma escrita que ultrapasse os muros da Universidade. Vem experimentando abordar os temas que estuda na academia junto à sociedade de uma forma mais fluida, didática e sensível, com uma produção informativa, histórica e afetuosa que alcance mais pessoas. Email: oliveira.susant@gmail.com.

Ela saiu do quarto com a caixa. Era enorme. Havia álbuns de fotografias, fotos soltas, papéis com anotações, cartas e várias páginas com lembranças escritas. A caixa estava lotada de memórias sobre aquele lugar, suas pessoas, sua luta e sua resistência.

Era uma tarde de outono e o sol que entrava pela porta aquecia a pequena sala em que estávamos. O cheiro de café passado e de pão de queijo feitos pela anfitriã perfumava todo o ambiente. Em cima da mesa, uma toalha de renda dividia o espaço com os mapas, linhas do tempo da favela, blocos de anotações, canetas e um gravador que tínhamos levado. Estávamos ansiosos para escutar todas as histórias que seriam contadas pela mulher que nos recebia em sua casa.

Ela era uma importante liderança local. Seu nome - por uma agradável coincidência do destino - significa força, assim como a que carrega diariamente em seu peito. De olhar profundo, voz firme e de energia vibrante e alegre, estava sempre à frente das lutas pelos direitos da favela desde sua adolescência. Junto com a militância, ela também exercia os ofícios de professora, fotógrafa nas horas vagas e de guardadora de memórias da vida local. Suas diversas atuações e seu amor infinito pela sua comunidade a faziam conhecida por todos “com essa vista maravilhosa, com o pôr do sol mais lindo da cidade, quem é que não vai querer morar aqui?”.

Pela casa, podíamos perceber as convicções daquela mulher expressas com tamanha verdade. Nas paredes da sala, as plantas penduradas se misturavam harmoniosamente aos pôsteres de Che Guevara e Paulo Freire. As prateleiras traziam livros que estampavam títulos como Marighella e O Capital, e no mesmo local havia espaço para objetos de recordação familiar e um pequeno retrato do ex-presidente democrático do país. Pela porta aberta da sala enxergávamos o quintal, onde blusas dos movimentos populares em que participava balançavam no varal. Toda a casa, em cada canto e em cada detalhe, era preenchida de consciência social e política, e nos revelavam a identidade de uma moradora que lutava e resistia pelos direitos da sua comunidade.



Enquanto escolhia um álbum na caixa de fotografias para nos mostrar, foi logo nos contando como conseguiu recolher todas aquelas memórias ao longo do tempo. Em uma realidade com tantas dificuldades e desigualdade como quando era criança, sua sede por conhecimento e a vontade de contar a história de seu território e de sua gente, a incentivaram a criar caminhos possíveis para registrar os acontecimentos. Aprendeu a ler e a escrever. Desde adolescente anotava tudo que acontecia por ali “como Carolina Maria de Jesus, eu também vou escrever meu próprio livro contando a história dessa terra de gente forte, amorosa e guerreira”.

Na mesma intenção de registrar a vida local, mais tarde comprou uma câmera e começou a tirar foto de tudo o que acontecia por



ali. Era convidada pelos moradores para fotografar aniversários, batismos, casamentos, festas e eventos que ocorriam na favela. Mas o que gostava mesmo era de tirar foto do cotidiano “já vi muita coisa por aqui”. Tirava foto das pessoas. Do movimento. Das ruas. Das conversas. Das obras da urbanização. Da resistência pela permanência no território. Das lutas por direitos. De tudo.

Ela sabia a história de cada foto. Sabia quem era cada pessoa, onde e quando era aquela cena. Nos contou que quando ela fotografava alguém ou alguma festa, sua forma de cobrar era baseada na troca de fotografias. Ela dava a foto tirada e recebia alguma que retratasse o cotidiano do território. Gravava na memória, nos papéis e nas cenas capturadas a vida de sua comunidade.

Com muitos registros seus e trocas entre moradores, ao longo do tempo foi consolidando a caixa de fotografias e memórias

sobre aquele lugar. Nos contou que quando era jovem, uma forte enchente entrou em sua casa e muitos desses registros se perderam. Momentos em que ela viveu foram molhados e levados junto com a chuva. Segundo ela, se não fosse isso, seriam mais de três ou quatro caixas com histórias vividas.

A liderança então folheava os álbuns, escolhia as fotos e nos contava sobre cada uma delas. Nós escutávamos atentos suas falas cheias de amor, de emoção e de orgulho por pertencer a um local cheio de luta e coragem. Na oralidade e nos gestos, se expressava com entusiasmo. Seus olhos vibravam quando o assunto era sua favela, impossível não se contagiar. Como pesquisadores, ficávamos extasiados, absorvendo cada informação, cada fotografia e o que ela significava. Quais os momentos, quem eram as pessoas, quais eram os lugares, qual era o ano... Enquanto ela falava dos acontecimentos retratados nas imagens, sua mão conduzia nossos olhares para a localização deles no mapa e apontava “essa casa era aqui, ficava nesta esquina. Dona Flora que fundou a primeira associação comunitária da favela”.

No mapa nos mostrava onde foram construídos os conjuntos habitacionais, a sua antiga casa que foi removida com a urbanização, o hospital, a pedreira de onde se retiraram as pedras para construir a cidade... Pegava uma outra fotografia e mais uma história. “Esta foto é da primeira escola construída na favela, foi conquistada com muita luta da comunidade. Antes não tinha nada aqui, hoje tem escola, tem centro de saúde, tem creche, tem luz, água... Mas isso não veio fácil não, precisamos lutar muito! Muitas lideranças passaram pela nossa comunidade. Muitos anos de luta. E seguimos assim!”.

A moradora e militante também nos contou sobre a ativa organização dos moradores para reivindicar os seus direitos. O nível de mobilização e união da comunidade a tornaram uma referência na luta por vida digna em territórios populares do município. Esta favela foi a primeira da cidade a ser urbanizada “respiramos luta e resistência. Eu costumo dizer que somos a primeira em tudo, quando se fala de favelas nesta cidade. Somos a origem do samba na capital. Somos uma das primeiras favelas da cidade. Somos a primeira favela

a receber um conjunto habitacional popular. A primeira a ter uma escola profissionalizante em seu território, a primeira a receber urbanização e a primeira a conquistar obras na gestão democrática da prefeitura”.

Sua fala nos mostrava uma comunidade guerreira, forte, determinada e resistente. A história que nos contava e que trazia nas fotografias não consta em documentos oficiais ou em meios de comunicação tradicionais. O que ela nos falava era a história real. A de quem vive e de quem tem suas raízes ali. A história de quem carrega no sangue as marcas de coragem, amor e luta em permanecer em seu local de origem e em reivindicar urbanização com justiça social. Era a história de quem tem orgulho de seu território e de sua gente.

Entre goles de café e pães de queijo, ouvíamos atentos aquelas narrativas cheias de memória. Anotávamos, marcávamos no mapa, colocávamos na linha do tempo. Aos poucos conhecíamos um pouco mais sobre a comunidade que resiste historicamente em seu território em meio a diversos interesses que o atravessam.

Muitas outras obras já aconteceram neste território, muitas delas dentro de um discurso de “desenvolvimento” da cidade. Essas intervenções alteraram várias vezes a estrutura social e física da favela. A liderança pegou uma foto solta de dentro da caixa e nos mostrou que, no início, a favela era mais abaixo do morro “vocês viram aqueles prédios que tem lá embaixo? A favela era ali. Colocaram fogo nos barracos para a construção desse condomínio. Tinham dito que os apartamentos eram para nós, mas não foi o que aconteceu. Muitos moradores daqui trabalharam nessa obra que os expulsou da sua própria moradia. As pessoas foram obrigadas a subir mais o morro e teve muita gente que foi embora”.

Com voz vigorosa, a militante pelo local nos contou que de vez em quando saía com sua caixa de fotografias pelas ruas da comunidade. Todos dali sabiam que ela guardava muitas recordações da vida local e quando isso acontecia era o maior evento. As pessoas se reuniam ao redor da caixa e ficavam curiosas, pegavam as fotos, lembravam momentos e pessoas que já tinham passado por ali. Ela fazia questão de andar por

todo o território. Por onde quer que estivesse, os moradores iam se aproximando e ficavam ao redor conversando sobre a vida e sobre aquelas tantas lembranças.

Depois de quase duas horas em cima de mapas, fotografias e histórias contadas sobre a mesa, a anfitriã disse espontaneamente “coloquem todas as fotos aqui dentro novamente e vamos às ruas”. Ficamos animados e bastante curiosos para presenciar a andança da caixa de fotografias pelas ruas locais. Com os gravadores e os blocos de anotações saímos da sala. Atravessamos o quintal com vasos de alecrim perfumados e fomos caminhando pelas ruas da favela, acompanhando a mulher de passos firmes e energia contagiante. Por onde passávamos ela era cumprimentada e convidada para uma rápida prosa.



O céu azul, sem nenhuma nuvem, conduzia nossa andança pelo território. Enquanto caminhávamos, as histórias sobre aquele lugar continuavam, mas agora tínhamos contato com os lugares apresentados na fala da liderança e anteriormente indicados no mapa.

- Aqui foi a primeira escola profissionalizante construída em uma favela na cidade.
- Ali era o antigo local de reuniões das associações locais.
- Minha casa antes era aqui. Antes da urbanização.

Enquanto caminhávamos, ela apontava e nos mostrava toda a vida e força presente. Era impressionante sua memória e a biblioteca de lembranças e afetos que carregava em seu interior. Sabia de tudo sobre aquele lugar. Conhecia cada casa, cada rua, cada pessoa, cada história. E nos dizia “sou o mapa ambulante”.

Chegando em uma área central da favela, os bares e as ruas estavam cheias de gente. Por sorte, nessa mesma tarde estava acontecendo um evento cultural no local e havia muitos moradores por ali. Procuramos rapidamente uma mesa para espalhar as fotografias e as memórias escritas. Mas a dinamicidade da vida real nem sempre acompanha os planejamentos. Nossa preocupação foi logo descartada quando, naturalmente, as pessoas começaram a se aproximar. A liderança e sua caixa de fotografias por si só já eram o convite para o encontro ao redor das memórias.

As pessoas foram chegando e as conversas começaram. Com sua blusa vermelha, a coletora de memórias da favela conversava com todos. Relembrava junto dos outros moradores os momentos vividos no local. Relembravam das pessoas e de antigas lideranças. Em poucos minutos, as fotografias já passavam por muitas mãos, os álbuns transitavam por várias mesas, as lembranças iam sendo revividas e novas memórias sendo criadas. Eram risos e conversas infindáveis cheias de energia.

Víamos todo o movimento ao redor da história local. E de longe escutávamos duas palavras que sempre se repetiam na fala daquelas pessoas e que se confundiam como uma única expressão: “pedreira é resistência”[1].

Nota

1: Este conto é uma homenagem a todas as mulheres que dedicam suas vidas em defesa de seus territórios e de sua gente, e que lutam por cidades e uma sociedade mais democrática, justa, inclusiva e amorosa. As linhas deste texto trazem a experiência vivida durante a produção do documentário realizado com Valéria Borges, moradora, militante, liderança local, professora, fotógrafa e guardiã de memórias da favela Pedreira Prado Lopes, em que ela, com toda seu amor e resistência, conta a história de sua comunidade junto com sua militância no e pelo território. O documentário foi realizado em 2019 pelo grupo de pesquisa Indisciplinar, durante a pesquisa extensionista Territórios Populares, e está disponibilizado no blog da pesquisa e no canal da mesma no Youtube, acesse: blog <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>> e documentário <<https://youtu.be/2ZXSrvAneMI>>.

Natureza Política

Conversa com
Marília Campos

Por Luciana Souza Bragança e Marília Campos*

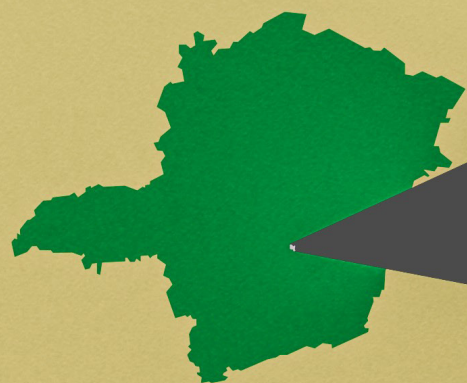
***Luciana Souza Bragança** é professora da Escola de Arquitetura UFMG. Coordenadora do Natureza Urbana, UFMG.

Marília Campos é prefeita do município de Contagem, MG.

Organização: Programa de Extensão Natureza Política, Indisciplinar, UFMG. Bolsistas: Aluska de Farias, Gabriela Grossi.

natureza
política

AO VIVO





Data da entrevista: 18/08/2021, às 16h30

Foto: Reprodução.

Data da transcrição: 01/09/2021 a 20/10/2021

Duração: 44:23

Local: Transmissão ao vivo através do canal do YouTube do Grupo Indisciplinar.

Transcrição por Aluska de Farias | Equipe Natureza Política

Introdução

Esta edição da Revista Indisciplinar UFMG vem tratar de possibilidades frente aos desafios atuais e investigar: “Outros mundos: novas subjetividades, novos métodos”. A partir dessa proposta não há dúvidas de que lidar com os elementos naturais seja tanto um desafio emergencial quanto uma possibilidade.

Como o cuidado pode ser central na Administração pública?

Essa é a pergunta inicial de onde surgiu o convite e a condução da entrevista da atual Prefeita da cidade de Contagem MG, Marília Campos.

Trabalhei nas duas primeiras administrações conduzidas por Marília. Foi nessa experiência que pude vivenciar na prática como o cuidado com jardins, praças e espaços públicos foi relevante para a condução de seu mandato. Outro ponto da entrevista a ser explorado é o do entendimento da água e sua importância central para a vida e como ele é considerado nas propostas de condução de projetos e legislação. A investigação dessa possibilidade como método surge como interesse tanto para o número da revista quanto para o campo da administração pública.

O cuidado é muito ligado ao universo feminino e ligado a valores como a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção com o outro, a proteção da vida, a valorização do afetivo, a importância das relações próximas e o cotidiano como relevante. E mesmo que às vezes fosse tratado com algo menos importante por alguns críticos, sempre foi central em suas primeiras administrações. O feminino sempre foi ligado até a uma desconfiança social dada a construção do papel da mulher no capitalismo moderno (FEDERICI, 2017).

Por um lado o universo feminino é relacionado à vida doméstica. “Todavia, as mulheres usam exatamente essas características para se colocarem também no mundo político trazendo, junto com os jardins que cultivam sua experiência de cuidado e afeto nas suas casas para a convivência pública.”. A erosão das fronteiras entre um comportamento privado e o público, entre o mundo da competição e o da convivência, o envolvimento das mulheres e “das lutas feministas na luta ecológica se deve também ao acesso a experiência política que escapa da exclusividade doméstica e de comportamentos atribuídos ao feminino e vem de um processo de conquista de outros espaços e de uma relevância no mundo público” (BRAGANÇA, 2021).

Essa postura é tanto inovadora quanto uma possibilidade a ser buscada. O relacionamento harmônico com os não-humanos

que convenciamos chamar de natureza, o cuidado como forma de agir e a importância dos espaços públicos se tornou ainda mais relevante para o entendimento desses outros mundos, que cria novas subjetividades e novos métodos. A fala foi conduzida no sentido de entender o que foi feito, o que mudou e quais são os planos para o novo mandato no sentido da Natureza Urbana.

Como o relacionamento com os elementos como plantas, animais e água que chamamos de natureza podem criar novas subjetividades e novos métodos?

No decorrer da entrevista pode-se notar que algumas questões ainda precisam ser mais bem equacionadas e transformadas em ações efetivas no espaço. A primeira delas, que já se anuncia na abertura do parque Fernão Dias e na revisão do Plano Diretor da cidade de Contagem MG, é o entendimento da importância da água e da bacia Hidrográfica em escala ampliada tanto nas políticas públicas quanto nos projetos do e para o município.

A segunda questão é a superação do entendimento e das propostas de moradia em separado com a questão ambiental. Essa é uma questão bastante discutida no programa Natureza Política que considera que o que rivaliza áreas ambientais e moradia é uma política habitacional excludente e a pressão do mercado imobiliário. O nosso questionamento é: “poderia haver uma relação de coexistência entre os diferentes, onde os não-humanos são dotados de agência bem com os humanos? É possível aproximar luta pela moradia da ambiental? O discurso hegemônico, alinhado aos interesses do mercado, é contrário a essa possibilidade, mas foi justamente partindo desse princípio de coexistência que, em 2015, se iniciou a construção da contranarrativa do Parque das Ocupações do Barreiro” (BRAGANÇA et al, 2021).

Entrevista

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Boa tarde! Hoje, nós do Natureza Política temos o prazer de entrevistar Marília Campos, prefeita de Contagem. Muito obrigada, Marília, por aceitar o convite. É uma honra ter você aqui com a gente.

Entrevistada (Marília Campos):

Melhor ainda encontrar você, né, Luciana? Quanto tempo!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

[...risos] Que saudade!

Entrevistada (Marília Campos):

Pois é! *Tá aberto aqui! Pode vir!* Prazer também Gabriela e a Aluska.

Prazer conhecer vocês.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

A ideia da entrevista é entender a história dos dois primeiros mandatos na prefeitura. Marília é psicóloga, formada pela Universidade Federal de Minas Gerais, está no terceiro mandato como prefeita de Contagem, sendo o primeiro em 2004/2008, e o segundo em 2008/2012. Ela iniciou sua militância social como integrante do movimento estudantil em Uberlândia, onde ajudou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), partido do qual é filiada até hoje, e da Central Única dos Trabalhadores. Foi sindicalista e presidente do sindicato dos bancários de Belo Horizonte e região, por dois mandatos. No Legislativo, Marília foi eleita vereadora em Contagem, deputada estadual por três mandatos, sempre pelo PT. É vice-presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - a Granbel -, e integrante do conselho fiscal do consórcio de vacinas das cidades brasileiras. Mora no bairro Eldorado, em Contagem, desde 1986. É casada com o economista José Prata de Araújo, tem três filhos, e o mais importante: uma netinha.

Entrevistada (Marília Campos):

A Nina! E tem uma cachorrinha também: Sky!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

E tem a cachorrinha! Isso aí! Faz parte da família!

Nós somos do programa Natureza Política do grupo de pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da Universidade

Federal de Minas Gerais. Eu sou professora do departamento de Projetos. Eu tive o prazer de trabalhar com a Marília nas primeiras administrações dela, e a partir desse conhecimento interno sobre a administração, sobre como as políticas públicas eram conduzidas, que eu sugeri para a Revista Indisciplinar propor essa pauta de uma entrevista com a Marília.

O Programa Natureza Política é um programa extensionista, eu sou coordenadora do projeto Natureza Urbana, que é um projeto onde buscamos atuar na cidade junto com os moradores, as lutas urbanas e ambientais, por uma cidade que entenda todos os seres vivos como atores dessa cidade. Sejam eles plantas, a cachorrinha, os animais, os pássaros, as árvores, a água, todos esses como agentes da cidade. Isso, a princípio, pode parecer uma abstração grande, mas isso é muito cotidiano, e a partir desse conhecimento da própria atuação dos primeiros mandatos da Marília, que eu achei maravilhosa a possibilidade de ter a oportunidade de entrevistá-la.

O Programa Natureza Política pertence ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG, sediado na Escola de Arquitetura, cujos integrantes são pesquisadores, professores, alunos de graduação - como as nossas bolsistas, a Gabriela e a Aluska, que vão nos ajudar com a técnica e com as perguntas - alunos da pós-graduação, que desenvolvem suas atividades buscando uma articulação entre a teoria e a prática. Essa é uma função da Universidade, principalmente a Universidade Pública e pela qual a gente vem batalhando para que seja cada vez melhor, para fortalecer o tripé da Universidade que é: ensino, pesquisa e extensão.

A ideia da entrevista, como eu já disse, ela é focada no cuidado como forma de administração pública e na importância dos espaços públicos. O cuidado, a princípio, é muito ligado ao universo feminino, a valores como ênfase em um relacionamento interpessoal, atenção com o outro, a proteção à vida - que nesse momento é tão relevante, pelas situações que a gente tem vivido - à valorização do processo afetivo e da importância das relações. Na primeira e na segunda administração da prefeita Marília Campos, o cuidado com jardins, praças e espaços públicos foi muito marcante, a despeito de críticas e

de situações complexas, foi muito interessante ver como foi conduzido e como foi mantido. Era central para as primeiras administrações esse cuidado.

E aí, eu gostaria de começar Marília, a entrevista com a primeira pergunta que é o seguinte: a gente julga essa postura tanto inovadora, quanto visionária. Mesmo que tivesse uma contextualização e uma justificativa há mais ou menos 15 anos atrás era uma situação, a princípio, muito criticada e apesar disso isso foi sempre muito defendido pela sua administração. A partir disso eu queria te perguntar para sua primeira colocação: como você entende essas experiências das primeiras administrações? Quais são os avanços que naquela época eles tiveram? O que permaneceu? O que não permaneceu? Gostaria que você fizesse um apanhado dessa primeira administração a partir dessa ideia do cuidado, do cuidado com as praças, do cuidado com o verde, com as plantas, o cuidado com o meio ambiente, com o que a gente comumente chama de natureza.

Entrevistada (Marília Campos):

Ai, ai... foi passando um filme, assim, na minha cabeça.

Olha... Vamos pegar um pouquinho assim das músicas, né, “quando a gente gosta a gente cuida”. E quando a gente gosta de um lugar, de uma cidade, geralmente a gente se refere muito não apenas ao povo, à água, tranquilidade, mas se materializa muito nos espaços urbanos onde as pessoas vivem. Eu não nasci aqui em Contagem, mas fui adotada pela cidade, e o que eu percebia muito é que as referências das pessoas de espaços urbanos onde elas divulgavam com muito orgulho nunca ou muito pouco se referiam aos espaços daqui, se referiam os espaços de Belo Horizonte. Então partindo desse entendimento, eu achava que no nosso governo a gente tinha que estimular essa afetividade com a cidade, para que as pessoas se apropriassem mais da cidade, para que elas gostassem mais da cidade, e para isso era muitíssimo importante que elas tivessem espaços urbanos que elas se orgulhassem, e que pudesse ser instrumento de divulgação, de orgulho da nossa cidade. Então, a gente começou a fazer com que as coisas acontecessem aqui também.

Então Belo Horizonte tinha o Parque das Mangabeiras: eu queria também parques aqui. Em Belo Horizonte tinha a praça [tem] a Praça da Liberdade. Eu também queria um monte de praças aqui. Então, não que a gente não quisesse fazer turismo em Belo Horizonte, mas eu não podia ter uma cidade onde as referências bonitas, queridas fossem só em BH. Eu queria que a população tivesse aqui também. *Pra que?* Para que ela pudesse frequentar, para a vida delas, para que ela pudesse tirar uma foto e mostrar como um cartão postal pros seus amigos e familiares. E quando a gente fez a revitalização da Praça da Glória, que estava destruída, uma coisa que me marcou profundamente é que as noivas, antes de se casarem, elas se vestiam e iam tirar foto na praça da Glória, e aquilo era um grande cartão - *a Luciana tá rindo [comentário informal]* - mas isso é de fato história. Isso era motivo de muito orgulho.

Então, a gente começou a fazer isso, a gente começou, por exemplo, a iluminação de natal. Só tinha em Belo Horizonte, então em Contagem também tinha que ter. E onde é que a gente fazia iluminação de Natal? Nas praças, nos canteiros, então as coisas *aconteceram* aqui também. Isso faz com que a cidade, as pessoas gostem mais de viver aqui, que outras pessoas possam visitar Contagem também - então não é só a gente que tem que se deslocar daqui, os nossos amigos também terão bons motivos para virem aqui, para trazer os seus filhos aqui, para ver a iluminação de natal daqui, e com isso, a cidade vai virando também não só uma referência - que Contagem já é uma cidade onde tem empregos -, mas uma cidade onde tem praça, onde tem parque, onde tem coisas bonitas pra gente ver e viver.

Onde o belo também acontece. Então, essa foi uma questão muitíssimo importante. Uma questão também que é importante é que locais públicos bonitos eles ajudam a integrar a cidade, então, se eu tenho uma cidade - como é Contagem que é cortada pela 381, que é cortada pela 040, que é cortada pela via expressa, é uma dificuldade muito grande de integração. Uma pessoa que mora na região do Ressaça ou do Nacional, para ela é mais fácil se deslocar para Belo Horizonte, por exemplo, para ir na Pampulha, do que para vir no parque Sapucaia, ou para vir no Parque Linear da Sarandi, ou para vir na Praça da Glória. Mas se esses lugares estiverem revitalizados e iluminados na época

do natal, ou promovendo um sarau, uma seresta - como a gente já fez muito aqui - essas pessoas passam a frequentar. A cidade ganha e todos ganham.

Então, as cidades elas têm que ter pontos de encontro, de integração, dos vários pontos da cidade, porque é claro: cada território, é uma cultura, é um modo diferente que as pessoas vivem, não é igual. Mas se a gente tem pontos de integração, as pessoas passam a compartilhar experiências. Isso desenvolve laços, desenvolve amizade, isso inclusive afeta a tranquilidade da cidade, porque, se eu transformo os espaços públicos em locais do encontro, do lazer, da cultura, da amizade, do namoro, do piquenique, esses espaços não são mais espaços de violências, ou pelo menos a gente diminui isso e passam a ser espaços do afeto, da amizade, enfim, da alegria. Então, assim, a gente fez tudo isso Luciana, pensando nessa cidade onde a gente queria viver melhor. E onde a estética, a beleza, onde a questão da amizade, da afetividade, foi o que norteou a gente a fazer um pouco daquilo que a gente fez. E pena que os governos que me sucederam não apenas não continuaram como também me apelidaram de “Marília das Pracinhas”, né, como se isso fosse um demérito. Isso para mim é uma qualidade! Se todo prefeito fosse chamado de “*prefeito das pracinhas*”, é sinal que aposta no povo e não apenas no automóvel, *que* pelo menos o automóvel não pode ir na praça, e nem no parque, mas é lugar onde as **pessoas** vão. Então, quando a gente valoriza esses espaços, a gente valoriza focando nas pessoas. Então isso para mim é fundamental.

Falei muito aí, Lu!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

De jeito nenhum! É um prazer te ouvir!

Marília, eu queria lembrar você de alguns pontos, que eu acho que eles são legais: essa extensão do cuidado também para as plantas, para os animais. Eu me lembro que foi criado um Hortona cidade de Contagem, com produção de mudas próprias, no sentido de sustentabilidade real e circularidade desse cuidado dos jardins públicos; foi criada a CONPARQ; e foi feito também, junto com a criação do Horto, a incorporação dos

saberes dessas comunidades tradicionais - como os Arturos [Comunidade Quilombola dos Arturos] - nos espaços públicos e na produção do Horto. Então eu queria que você comentasse também essa incorporação de outros elementos, como plantas, como a água, como animais, nesse cuidado, que eu acho que uma extensão. Você lidar com o espaço público, que tem árvore, que tem jardim, que tem planta, que tem animal silvestre, que tem animal doméstico, que tem passarinho - isso estende tanto o nosso entendimento do que é natureza, do que é o espaço que você vive, do que é relacionar-se com o outro - seja ele humano ou não - e também essa ligação com os saberes tradicionais da Comunidade dos Arturos, que eu me lembro que era bem relevante na administração.

Entrevistada (Marília Campos):

Sim, a questão do Horto e da CONPARQ infelizmente eles acabaram... não existe mais Horto. Não existe mais CONPARQ. Justamente porque essa questão não foi considerada como uma questão central, que eu acho que é o "X" da questão: é você humanizar cidades, esse para mim é um foco. E o Horto ele é uma experiência onde, é *claro*, você cria na cidade o local onde você tem a produção, onde você coloca ali todo aquele plantio e cuidado de mudas, , não apenas para fazer o paisagismo da cidade, ter um paisagismo próprio, com uma linha própria, com nativas. Então ali se define, inclusive barateia o custo da plantação, mas também porque aquilo ali pode ser uma política importante pra doação para as pessoas também adotarem essa prática de cuidado: de cuidar de uma árvore, de plantio nos seus quintais, jardins. Então, não é só para fazer o paisagismo do espaço público, mas ele também se transforma no local que é referência para a população, até mesmo para doar ou para buscar mudas, para fazer o plantio nos seus quintais, ou na porta da sua casa. Estende mesmo.

Então, infelizmente, eles acabaram com o Horto e eu até tive oportunidade de visitar lá recentemente, e a ideia é a gente retomar um pouco desse projeto original. E a CONPARQ também eles [riso...] a gente tinha essa Fundação, éramos uma autarquia-fundação, e a gente tinha, mas eles acabaram com ela também. Hoje quem cuida das praças é a Secretaria do Meio Ambiente e a

gente tem uma subsecretaria. Nós ainda não temos uma opinião sobre qual a estrutura que nós vamos ter, mas certamente é a política de parques, praças e jardins que nós pretendemos recuperar, não só dando continuidade, como aprofundar. Nós estamos focados muito em colocar metas - não aquela história de 100.000 árvores, aqueles trem assim meio megalomaniaco - não vão colocar isso mais não, que está desgastado, mas da gente colocar metas de revitalização de espaços urbanos com plantio de árvores. Então, se eu tenho 50 espaços, em quanto tempoeu vou colocar agenda de revitalização, de plantio de árvores nesses espaços públicos?

E a gente tá tendo muita, muita contrapartida, então eu acredito que vai, no nosso governo, além de praças, parques e jardins, nós poderemos ter uma política ofensiva de arborização da nossa cidade também.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

E isso é incrível, porque Contagem não é exatamente uma cidade com arborização extensiva, ela é mais concentrada em alguns bairros. Eu acho que é uma política incrível, tentar expandir desses lugares das praças, dos parques, para as ruas, para a arborização desses espaços de circulação. Eu acho que é uma ideia incrível, *pois é*, de alguma forma, o entendimento sistêmico da paisagem. Entender a paisagem como um todo, ecologicamente interligado: dos relacionamentos entre esses parques e espaços públicos através da arborização melhorando também para animais e plantas. Muito legal.

Entrevistada (Marília Campos):

Só *Luciana...* dar uma boa notícia: que o Parque Fernão Dias ele está fechado *deve ter o que* 7 anos, 8 anos, ele é no limite Contagem-Betim, mas ele é nosso aqui praticamente. E quando eu fui deputada estadual, até para preservar esse parque, eu consegui aprovar uma lei de minha autoria transformando o parque em uma APA, que é Área de Preservação Ambiental. Foi a única forma que nós encontramos de fazer com que aquele patrimônio não fosse transformado em estacionamento ou em prédios. Então, esse parque agora é uma APA, e eu estou fazendo um esforço grande junto ao Governo do Estado, Secretaria do

Meio Ambiente, que nós já fizemos uma parceria, então devemos reabrir o Parque agora no aniversário de Contagem, que é trinta de agosto. Ainda muito desconstruído, mas entre não abrir e abrir, nós vamos abrir com aquilo que a gente pôde fazer até agora junto com o Governo do Estado e as parcerias que estão sendo construídas. E para lembrar: lá é o único lugar, me parece, que do estado de Minas Gerais que tem um velódromo, que a gente pode inclusive recuperar e colocar esse velódromo à disposição de toda a região metropolitana. Então, quero dar essa boa notícia que vai ser um marco do nosso governo também nesse esforço de abrir o Parque Fernão Dias.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

É uma ótima questão, até para questão hídrica, *pois* ele é cheio de nascente, ele hidricamente é muito importante.

A ideia desse debate que acho você já começou a abrir, era pensar como é que essas questões serão tratadas agora nessa administração. Outro ponto que a gente queria colocar, abrir também para o debate, como foi colocada, é a questão da água. É relevante pensar a natureza política, o entendimento das bacias hidrográficas e da água. Para a gente na academia isso já é uma questão muito discutida, de se pensar as bacias hidrográficas, de se pensar a água.

A água vai ser bem rara. Já é e vai se tornar cada vez mais rara. Contagem é bem servida de nascentes, de corpos hídricos. E aí eu acho que uma primeira questão que você já coloca - essa questão da extensão da arborização, e a atenção com a praça e os parques já cria ambientes de microdrenagem. Eu entendo que ali, nesses espaços públicos - eu me lembro até das praças de jabuticabas e que tem umas nascentes dentro de parques - então [no sentido da microdrenagem] como que é esse pensamento? Primeiro, nessa questão mais micro - eu acho que a praça começa a dar conta - mas eu queria saber quais são seus planos para ampliar essa questão da microdrenagem, de recuperar esses espaços, de aumentar suas arborizações, de aumentar os jardins e também de distribuir mudas para incentivar os espaços domésticos, se pudesse falar um pouquinho mais sobre isso seria importante.

Etambém sobre um desafio, que é um desafio para nós urbanistas - isso por enquanto é discutido na academia enquanto uma possibilidade - de pensar por bacias hidrográficas, de *pensar os cursos da água: como que isso vai ser levado para políticas públicas do seu governo?* Como que as nascentes, os rios, os córregos, podem ser incorporados neste território de cuidado que ele já se realiza com muita ênfase (ou já se realizou) em suas administrações? Eu acho que ele se realiza na ideia, no coração da administração nova como fato que vai ter que ser recuperado. Mas como é que isso pode ser estendido para a água nessa questão um pouco ampliada?

Entrevistada (Marília Campos):

Isso é uma discussão tão estratégica, porque Contagem é uma cidade que tem grandes bacias hidrográficas, então a gente tem que ter um cuidado muito grande e obviamente colocar limites no desenvolvimento econômico, porque senão compromete a vida dessas bacias, porque compromete através da ocupação do solo as nascentes, e com isso, comprometendo o abastecimento das nossas lagoas, e em particular da lagoa de Vargem das Flores. Então se a gente for pensar, por exemplo, a Bacia da Pampulha, eu falo sempre com o prefeito Kalil: enquanto se gasta muito dinheiro, ou melhor com a quantidade de dinheiro que se gasta para limpar a Bacia da Pampulha. E se [esse dinheiro] fosse investido muito mais no saneamento e no caça esgoto na Bacia da Pampulha que tá aqui em Contagem, talvez não se tivesse gastado tanto na Bacia da Pampulha. Então, eles podem limpar lá tudo aquilo lá o tempo todo, mas se não investir em Contagem, não tem jeito de recuperar a Lagoa da Pampulha, cabeceira né. Então sobre a Bacia da Pampulha a gente um olhar estratégico para ela, inclusive porque temos um olhar metropolitano, *para* questão. Inclusive [um enfoque] do patrimônio que nós temos e que é um dos maiores patrimônios que é a Lagoa da Pampulha. É importante então fazer esse alerta.

O outro alerta é a questão da Bacia de Vargem das Flores que nós herdamos aqui. Pessoal, é um Plano Diretor que compromete com a Bacia de Vargem das Flores e compromete o espelho d'água que fornece água não apenas para Contagem - que tem 640 mil habitantes - como também para parte de Betim e para

parte de Belo Horizonte. E pra se ter uma ideia, hoje, com a questão aí da seca, desse período de aridez total, quem hoje está tendo um papel fundamental de abastecimento é a Lagoa de Vargem das Flores, nesse sistema de fornecimento de água, uma vez que o Rio das Velhas está numa seca muito grande. Então, no ponto de vista mais estratégico, para preservar as nascentes, nós vamos fazer a revisão do Plano Diretor, porque o que fizeram no passado mata, mata a Bacia de Vargem das Flores, porque permite uma ocupação da bacia, acabando com a vegetação, acabando com as matas, acabando com as nascentes. E essa é uma questão muito, **muito** estratégica para nós. Então, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano vai abrir agora [...me esqueci o dia...], mas nós vamos abrir a conferência de políticas urbanas e de revisão do Plano Diretor, já para iniciar esse debate para reordenar a ocupação do nosso território.

E parques, praças e jardins já está no nosso planejamento aqui em Contagem - pelo menos a abertura de mais três [...um, dois, três...] quatro parques, então a gente já está pensando... Eles existem enquanto mata, mas se a gente não fizer um trabalho de ocupação enquanto parque, as pessoas começam a ocupar com usos indevidos. Então faz um puxadinho ali, outro aqui, e acaba ocupando, e acaba acabando com o parque. Então, nós vamos formalizar esses parques. E pedidos de praça tem em todos os lugares, mas num primeiro momento, nós vamos recuperar as nossas, e talvez a grande boa nova que nós teremos para dar - eu não posso aqui abrir hoje, viu Luciana? - mas eu quero já deixar o convite para depois vocês se inteirarem: é da gente fazer uma revitalização na Praça da Jabuticaba. Como você disse, lá tem um córrego e ele segue em frente, e a ideia é a gente abrir esse Córrego, para que ele faça uma composição junto com a praça, e aí de trilha, de praça, colocando todo um sentido ambiental ali naquela região da Sede Histórica.

Então a gente está com muitos planos.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Que ótimo, Marília! Boas notícias!

Aí, Marília, eu vou finalizar minha última pergunta, assim, que a gente preparou - já vi que tem várias questões aqui no *chat* - todo mundo querendo saber o que vai acontecer.

A ideia da Bacia de Vargem das Flores estava aqui em pauta e você já tocou; o Parque Fernão Dias que eu acho que é uma questão relevante - é uma incorporação incrível - porque é um parque imenso, de uma importância hídrica e mesmo de vegetação remanescente, de vegetação primária ainda bastante relevante, então eu acho que é um ganho muito grande as pessoas poderem ter contato com esse ambiente, até no sentido de educação ambiental, de abertura desse entendimento dos outros seres como companheiros de vida, como companheiros de cidade, e como elementos que têm direito à cidade também.

Então, eu queria encerrar nossas questões te perguntando em que sentido a incorporação desses outros seres - como plantas, águas, animais - que a gente convencionalmente chama de natureza vai acontecer. Convencionalmente a gente trata através da sustentabilidade, mas esses conceitos já ficaram um pouco desgastados, sendo questionados, porque a natureza separa o homem desses elementos. Nas praças, parques, e na ideia dos jardins é que eles estejam juntos.

E outra questão é a sustentabilidade: sustentabilidade *para quem*? A gente entende que é uma sustentabilidade para a vida. E aí, como que esses elementos, como que esses desafios de entender essa sustentabilidade para a vida e para a vida de todos [pode ocorrer]? Para pessoas (todas), animais, plantas - pois sem eles não teremos água, estaremos sozinhos e perdidos. Estamos aqui numa vida pandêmica que o nosso relacionamento não harmônico com esses elementos trouxe.

Então, como que você considera a incorporação desses elementos na administração pública a partir do recorte do cuidado? Que eu acho que é relevante demais para a gente pensar isso: quais seriam essas práticas, sejam elas incorporadas, antigas, novas, que você pretende levar para a sua administração? Para a gente da Universidade, da academia, é interessante entender isso, estudar e difundir, e estar junto para qualquer conversa que você precisar.

Entrevistada (Marília Campos):

Uma tese de doutorado, de mestrado, *né*, Luciana, você me apresentou.

Mas assim, rapidamente, e de forma sintética, eu falei um pouco já de praça, parque e jardim, e animais eu falei pouco, mas a política de direitos dos animais é muito pouco discutida no município. Nós temos aqui o setor de Zoonoses, mas não tem uma relação de organização da sociedade civil. Nós já temos muito protetores de animais que, aliás, já estão começando a fazer a cobrança muito grande em cima da gente, mas tudo terá seu tempo, mas nós vamos criar na Secretaria de Meio Ambiente uma superintendência dos direitos dos animais, para que a gente possa integrar esse trabalho, dentro dessa visão de sustentabilidade, da natureza envolvendo aí as plantas, as árvores, toda a vegetação, juntamente com os animais. Então, a gente pretende trabalhar muito essa questão de uma forma conjunta.

E vamos precisar muito do apoio da Universidade, eu queria convidar vocês da faculdade, para talvez um bate-papo - a gente já faz isso na área da saúde com o NESCON; a gente já faz isso com a questão de gênero lá com a Marlice; com a faculdade de pedagogia na área da educação; e que tal a gente começar a discutir com vocês também envolvendo aí o corpo docente, o corpo discente para discutir essa cidade, mesmo, porque eu tenho certeza que vocês que estão aí estudando essa questão talvez possam nos ajudar a compartilhar experiências exitosas, que não sejam muito caras, mas que sejam simples para que a gente possa implementar aqui. Então, queria colocar nossa equipe à disposição - eu, inclusive, eu gosto muito dessas conversas... fico de antena ligada, para que vocês possam frequentar mais Contagem, aqui, e a gente fazer parcerias também com a escola de vocês.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Vai ser um prazer!

Marília, a gente tem algumas questões... Meninas, vocês querem ler? Gabi, Aluska... podem participar!

Gabriela Grossi (Bolsista Natureza Política):

Oi, gente, tudo bem? Boa tarde! Na verdade, não foram muitas questões, foram alguns comentários. Eu posso dar uma passada de olho aqui para a gente se situar. Primeiro, o pessoal se apresentando: a gente tem o Maurício, que é da Associação de Proteção e Defesa das Águas de Vargem das Flores; o João Batista, que é do movimento Parque Jardim América - ele comentou também que teve uma parceria com o Grupo Indisciplinar aqui da UFMG - ele diz que está muito preocupado com a questão das bacias hidrográficas. Ele cita, nesse momento, a Lei 21972/2016, ele fala que ela precisa ser extinta para não permitir a flexibilização de processos de licenciamento ambiental. O João Batista acaba complementando também que em Contagem vocês têm o Grupo Boi Rosado Ambiental, que produz várias mudas de árvores diversas. E por fim, o Maurício vai complementar um pouco falando que ele participou do processo de construção aí do Plano Municipal de Arborização Urbana de Contagem, e ele fala um pouquinho sobre a questão do Parque Fernão Dias, ele vai falar que tem 98 mil hectares, e aí ele vai falar um pouquinho que a sua reabertura à visitação pública é algo muito importante, não só para Contagem, mas também para toda a região metropolitana de Belo Horizonte. E aí eu vou ler aqui o trechinho. Ele falou assim: “Vargem das Flores garante água para o desenvolvimento econômico de Contagem desde os anos 70 e agora, apesar da estiagem, vozes se levantam contra a sua preservação e a favor do Rodoanel passar por ela”.

Acredito que é isso, se a Aluska quiser complementar, se a gente tiver algumas perguntas, e se o pessoal também aí que estiver nos assistindo quiser levantar algumas questões, sejam bem-vindos!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Bom, eu acho que têm algumas questões metropolitanas que podiam ser comentadas, é interessante que a Marília faz parte da comissão dos Municípios da Região Metropolitana, que elas estão em voga na discussão ambiental que é o Rodoanel: a posição do Rodoanel.

A preservação de águas e o Plano diretor para mim, especificamente, era uma questão de preocupação, e eu fico muito satisfeita de ouvir que vocês vão abrir para a população a revisão deste Plano Diretor, eu acho que isso é importantíssimo, *assim*, realmente colocar em risco uma situação hídrica nessa época que a gente tá vivendo é muito temerário. Só essa informação já me faz sair daqui muito mais satisfeita. Eu acho que a gente *tá* precisando construir as nossas possibilidades boas, e essa eu acho que é uma possibilidade incrível de rever esse Plano Diretor a partir de um processo de consulta pública, que é o que a Marília trouxe - e o que eu entendi que ela trouxe.

O parque Fernão Dias também, ele é imenso, é uma área incrível, com vegetação preservada, igual eu falei: eu acho sensacional, porque o que a gente tem que promover é esse contato, e nós cidadãos muito urbanos, a gente tá perdendo isso com o tempo, essa história de contato com as árvores, “*árvores é folha suja*”, “*caí folha na minha calçada*”, “*o ipê... caí flor no meu passeio!*” “*entope a minha calha!*”. Gente! Vamos aprender a conviver, é sempre um relacionamento, seja ele entre homem-homem ou entre homem e a flor, e a folha. Por outro lado, o tanto de benefícios que esses ambientes trazem para a gente: uma flor que cai, uma folha que dá adubo, a beleza. A promoção do que é a ideia do cuidado - o convite surgiu disso - de entender que essa história de se você tem uma praça bem cuidada - que a Marília colocou - se você tem um lugar que ele é querido, que é amado, o Maturana diz o seguinte: que o amor é a constituição biológica que faz o ser humano existir como ser humano, e não sua consequência e faz aceitar o outro ser vivo na convivência.

Então, se a gente traz a ideia do convívio para ressignificação dessa história de sustentabilidade que a gente vem tanto falando, mas que a gente às vezes não se pergunta “*sustentabilidade para quem?*” Na medida em que você coloca isso nas praças, em um contato direto com o morador, que aconteceu no Horto de ir lá buscar muda (eu me lembro de presenciar isso deles indo lá buscar muda, era uma felicidade), ou mesmo de levar a muda, você cria uma rede de relações que ela é construída pelo cuidado [no espaço doméstico e público]. É uma rede de relações que se estabelece com todos os seres vivos, e que é construído por esse cuidado.

E essa possibilidade de rever, a partir de um entendimento territorial, de bacias hidrográficas, da água como centralidade em Contagem, o Plano diretor, é uma oportunidade. Vargem das Flores tem uma importância essencial para a vida da região metropolitana como um todo, como a Marília colocou, então, eu acho que é um ponto muito importante para ser discutido e levado para frente, eu acho que isso é uma oportunidade incrível.

E quanto ao convite, Marília, a gente está aberto, nós somos um grupo de extensão, então a nossa possibilidade é atuar no território. A gente está um pouco preso ainda esse ano a gente ficou organizando site, pensando, porque a gente não tem podido ir para o território, mas acredito que daqui a pouco com vacinação de todo mundo a gente possa ir para fase 2 de abertura da Universidade, mas esses encontros virtuais eles são totalmente possíveis. Estamos abertos a discutir, a contribuir, a estar junto. Esse é o papel da Universidade Pública, esse é o papel do grupo de extensão: é levar o conhecimento, tirar ele de dentro da Universidade, fazer ele ser território. E, assim, eu acho que Contagem é um lugar incrível para isso, vai ser um prazer enorme!

Entrevistada (Marília Campos):

Deixa eu só falar uma última coisa: o Isnard, você conhece? Secretário. Ele é meu secretário ainda, de desenvolvimento urbano. Ele fala que a praça ou o parque é o lugar onde a criança corre e o adulto anda devagar. Eu acho isso belíssimo, e eu sempre utilizo essa frase dele para dizer que a gente precisa democratizar o belo, porque aqueles que têm um jardim na sua casa, que têm um lugar para criança correr dentro da sua casa, não sabe o que é criar uma criança num apartamento. Então, essa questão do acesso ao belo, as plantas, acesso ao esporte, só pode ser feita através do espaço público. E é no espaço público, nas praças, nos parques, e nos jardins, que a gente tem essa possibilidade. Por exemplo, no Parque Fernão Dias, nós temos 23 quadras, nós temos um velódromo, nós temos chuveiros para o povo tomar banho, e nós vamos colocar parquinho para criança brincar e encher de balanço. As nossas praças tem quadra, quer dizer, quem é contra isso é porque no mínimo, tem

muito dinheiro para pagar e se preocupar apenas consigo. Então, eu falo que uma cidade que a gente pretende que ela seja mais do que humana, ela precisa ser democrática. Então, a cidade só vai ser para todos se a gente fizer desses espaços o espaço onde todas as pessoas vão lá para se sentir bem, para viver o bem, para viver bem melhor.

Então, eu termino por aqui dizendo que eu já sonhei muito, já fiz um pouquinho daquilo que eu sonhava, e graças a Deus agora eu vou ter oportunidade de, nesses três anos e três meses que ainda me restam de governar, que eu possa fazer muito mais para promover a felicidade do povo da minha cidade.

Obrigada por participar, adorei!

Aluska de Farias (Equipe Natureza Política):

Outra questão do *Chat*, colocada pela professora Marcela Silviano Brandão do Natureza Política é sobre a moradia: como cuidar da moradia? Como entender que ecologia e moradia não são questões opostas?

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Que para cuidar da vida de todos (humanos ou não), a questão da moradia digna para uma parcela historicamente desprivilegiada nas políticas, é central?

Entrevistada (Marília Campos):

Quando eu governei, nós fizemos em torno de 4.100 moradias. Hoje, eu tenho um déficit habitacional muito maior, e eu tenho 1.200 pessoas que estão no Bolsa Moradia de Contagem, recebendo 700 reais por mês do município. O governo federal acabou com os programas de moradia popular e agora, eu até fiz uma reunião ontem para discutir - porque moradia não é só habitação, vai desde regularização fundiária a também a moradia digna. Além dos planos, que nós estamos tendo, nós aprovamos algumas linhas de apostar na autogestão. Então não tem programa nacional, e nós não temos organização habitacional aqui - organização de cooperativas aqui - mas nós faremos contato com aquelas que existem no Estado e que pelo menos tenham uma relação com Contagem, para

estimular a autogestão, e a gente colocar recurso nisso, porque aí dá para fazer, porque fica mais barato e melhor. Então, é uma experiência importante que nós vamos investir, e que vai inovar.

A outra, nos empreendimentos imobiliários de moradia popular - não o Minha Casa Minha Vida porque não existe mais - mas aqueles empreendimentos a gente vai começar a solicitar de contrapartida um percentual para destinar ao déficit de moradia também.

E a outra questão: nós fizemos agora um REFIS, que é o refinanciamento de dívida tributária, e já determinei o estudo de um percentual do recurso que for arrecadado para compor o Fundo Municipal de Habitação pra gente já começar a implementar essas políticas, inclusive a de regularização fundiária.

Lembrando que eu não terei todo o recurso necessário, mas eu acho que o município, com aquilo que é possível, deve iniciar de alguma forma, essas políticas, apostando, obviamente, na mudança da conjuntura nacional para que a gente tenha mais políticas sociais mais para frente. É isso!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

É uma questão que ficou sem conversar e ela é importante, ela diz do meio ambiente também, mesma coisa.

Entrevistada (Marília Campos):

E só lembrar, assim - você sabe disso, né, Luciana - a política de moradia que nós fizemos é não é moradia longe da infraestrutura: é moradia vinculada aos locais onde as pessoas vivem, então, toda a nossa política habitacional a gente retirou as pessoas da vulnerabilidade, mas nós adquirimos lotes em região central, que já tem transporte, que já tem saúde, educação, toda infraestrutura, inclusive os laços familiares. Então, mais de mil moradias, por exemplo, foram construídas no mesmo local, ou próximo onde as pessoas foram retiradas, por exemplo, onde elas conviviam com enchentes. E assim foi. E agora, a política ela continua como orientação de diretrizes para o Plano Diretor. Então, as áreas de interesse social que nós

estamos redimensionando, todas elas são nessa concepção: área de interesse social onde tem condição da pessoa ter uma vida digna.

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Marília, muito obrigada! Foi um prazer enorme, como sempre. É uma oportunidade incrível. Muito, muito obrigada mesmo. E nós, da Universidade, estamos abertos!

Entrevistada (Marília Campos):

Também!

Gabriela Grossi (Bolsista Natureza Política):

Marília, agradecer pela sua presença, foi ótima essa conversa, esse bate-papo, *né*, espero que a gente possa se encontrar e continuar esse contato, *né*, foi um prazer te ouvir. E agora falando em nome do Programa Natureza Política, *tá bom?*

Entrevistada (Marília Campos):

Obrigada, Gabriela!

Aluska de Farias (Equipe Natureza Política):

Foi uma conversa muito rica! Estou muito feliz em participar, Marília!

Entrevistada (Marília Campos):

Obrigada, Aluska!

Espero vocês aqui, viu!

Entrevistadora (Profa. Luciana Bragança):

Eu acho que a gente tem que colocar o mundo é com isso mesmo, a gente precisa promover esse prazer, *a alegria, a convivência*. Só um dado, Marília, eu acho que é um dado que vai ao encontro dessa conversa - a gente nem conversou sobre isso antes, mas é a mesma coisa que você está dizendo - eu tenho uma pesquisa que chama Jardins Possíveis, e as pessoas dizem (98,7 % das pessoas que têm algum contato com Jardins) que

fazem pelo prazer da convivência. Então [o importante], nesse relacionamento, que não é econômico, que não é obrigação: é o prazer, é a felicidade. Ele move as pessoas, e com isso a gente pode construir outros mundos, outras possibilidades.

Foi incrível, Marília! Muito obrigada!

Referências

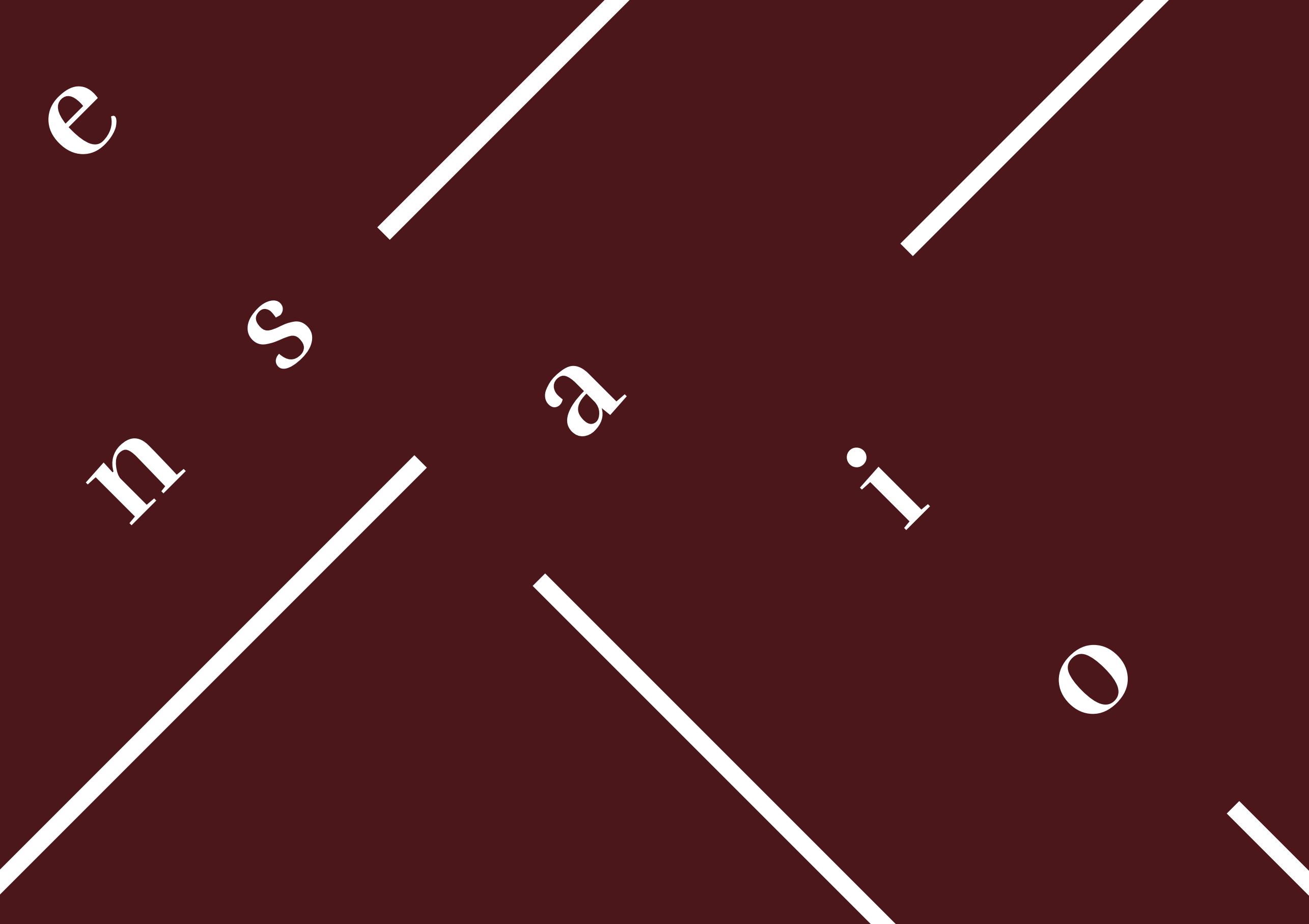
BRAGANÇA, Luciana Souza. **Jardins possíveis**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BRAGANÇA, Luciana Souza; RESENDE, G; SOUZA, L. **Cartografias Afetivas de jardins possíveis**. In: V ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4. Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios, 2018, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: FAUFBA, 2018. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/enanparq-v.php>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRAGANÇA, Luciana Souza; LOPES, Marcela S. Brandão; PEREIRA, Luiz Eduardo Minks; GUINHO, Luiza da Anunciação. **PARQUE DAS OCUPAÇÕES: DA NATUREZA OBJETO À NATUREZA SUJEITO**. Belo Horizonte, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MATURANA, Humberto. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.



e

s

n

a

i

o

Vinculación Con El Medio E Territorio – O Caso Da Extensão Universitária No Chile

Por Hernan Espinoza*

***Hernan Espinoza** possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2014). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professor na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidad Central del Ecuador - UCE (Equador); pesquisador do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano (OPTE-Ecuador) e do grupo Indisciplinar UFMG (Brasil). Social. .E-mail: hrespinoza@usp.br

A extensão universitária no Chile passou por mudanças que acompanharam as principais reivindicações sociais no país. Os estudantes chilenos tiveram um forte protagonismo na construção da extensão universitária, principalmente na primeira metade do século XX, através da participação em congressos e seminários pela reforma universitária. No início dos anos 1970, em função dos efeitos da revolução cubana que se espalharam por todo o continente e pela ascensão do partido de esquerda Frente Popular, liderado pelo político Salvador Allende, o Chile vivenciou uma importante efervescência cultural e política. Nesse período, muitos intelectuais de esquerda estavam exiliados no país, fugindo de governos autoritários que implantavam ditaduras militares em toda América do Sul, entre eles estava o educador brasileiro Paulo Freire. Exiliado desde 1964, Freire produziu no Chile duas obras que vão contribuir decisivamente para o fortalecimento do pensamento crítico na educação superior, especificamente na extensão universitária: *Pedagogia do Oprimido* (1970) e *¿Extensión o Comunicación?* (1973). Estas obras simbolizam o processo de construção teórica da extensão universitária no Chile, que seria abruptamente interrompida pelo golpe de Estado de 1973.

Anos antes, durante a década de 1950, professores e estudantes entusiastas com a ideia da extensão cultural, buscaram alcançar a população por meio de cursos, recitais, shows, palestras, etc., que funcionavam dentro das instalações universitárias. O objetivo era levar o povo para dentro da universidade e apresentá-lo ao “mundo universitário”. Na época, existia uma marcada diferença entre as ações da extensão dentro das poucas universidades existentes no país. Por um lado, a *Universidad de Chile* (pública) direcionava a extensão para o fortalecimento da cultura do povo, por outro, a Pontificia Universidad Católica de Chile - PUC-Chile (privada) tinha como propósito difundir os fatos científicos, literários e artísticos entre os setores mais cultos do catolicismo chileno, e finalmente a *Universidad Técnica del Estado* (UTE) [1], que além da difusão cultural se concentrou em transmitir conhecimentos tecnológicos e práticos (NAKAJIMA, 2007).

A extensão universitária já era uma pauta na luta pela reforma universitária chilena desde a década de 1920, produto da influência da Reforma de Córdoba. Porém, somente a

1: Em 1981 foi transformada na Universidad de Santiago de Chile.

final dos anos 50, que as lutas pela reforma universitária se intensificaram, influenciadas em grande parte pela revolução cubana que propunha uma nova ordem social e a emancipação cultural frente ao imperialismo norte-americano. No caso chileno, a efervescência social se viu traduzida na busca por uma identidade própria, uma identidade nacional que poderia ser encontrada na própria realidade do povo, nos setores mais populares nas áreas urbanas e rurais. O propósito era sair do “claustro” universitário e buscar no povo a inspiração para a construção de uma cultura popular, onde as pessoas fossem parte do processo de construção. A extensão universitária se mostrava como o meio para conseguir tal objetivo.

É nesse contexto que o movimento estudantil adquiriu um alto grau de organização, estabelecendo vários convênios, entre eles com a *Central Única de Trabajadores* (CUT), que permitiu que as ações se intensificassem nos anos seguintes. Em 1967, a rebelião na PUC-Chile foi o evento que marcou o protagonismo dos estudantes na luta pela reforma universitária. As exigências seguiam as diretrizes colocadas pela Reforma de Córdoba, onde a extensão universitária foi colocada como uma função social dentro da universidade.

No campo cultural procurou-se aproximar a música e o teatro às camadas mais populares, a partir de apresentações realizadas em lugares abertos e praças públicas. A música popular tomou conta das emissoras de rádio e televisão universitárias, como por exemplo no *Festival de la Nueva Canción Chilena*, lançada em 1969 pela PUC-Chile, que desmistificou a fama conservadora da instituição (NAKAJIMA, 2007).

Dentro das universidades foram criadas escolas de comunicação que já nasciam fortalecendo o campo artístico e a prática política. Essas escolas tinham aulas de arte, comunicação e serviço social dentro das grades curriculares e usavam a extensão universitária para difundir os programas criados por estudantes e professores através do rádio e da televisão. É importante ressaltar que as universidades no Chile foram responsáveis pela implantação dos meios de comunicação massivos. A estratégia foi adquirir a tecnologia de transmissão além dos meios editoriais convencionais. Durante duas décadas,

as universidades exerceram uma espécie de “monopólio” no aspecto cultural, levando a cultura universitária a lugares cada vez mais inacessíveis com a ajuda das sedes universitárias no interior do país (NAKAJIMA, 2007, p.173).

Sob a guia do governo socialista de Salvador Allende, nos anos 70, os chilenos abraçaram as conquistas sociais alcançadas até então no âmbito político e cultural, como a nacionalização da principal matéria prima de exportação, o cobre; o avanço no processo de reforma agrária; e a mudança nos segmentos da economia, apostando nos setores populares. Esse processo foi drasticamente interrompido no dia 11 de setembro de 1973, quando tropas do exército chileno, lideradas pelo general Augusto Pinochet, bombardearam o palácio de *La Moneda* e terminaram com a democracia chilena.

Os efeitos da ditadura de Pinochet foram devastadores para as organizações sociais. Os sindicatos perderam força devido a política de desindustrialização acelerada, que provocou a perda de mais de 150 mil empregos entre 1974 e 1983 (FALETO, 2007 *apud* BARBOSA, 2018, p.336). Setores exportadores foram favorecidos através do financiamento direto, criando um novo empresariado agrícola que não possuía representação sindical. O objetivo do governo era implantar um “modelo neoliberal sem travas” (BARBOSA, 2018 p.337), inspirado nas doutrinas da Escola de Chicago, utilizando o Chile, como uma espécie de experimento neoliberal latino-americano. Um modelo neoliberal conservador, onde os direitos sociais foram mercantilizados, seguindo a lógica da liberdade econômica, isto é, cada indivíduo acede seu direito dependendo da sua capacidade de pagamento. Essa liberdade de decisão do indivíduo foi a fórmula para implantar um acelerado processo de privatização dos órgãos públicos.

A educação foi um dos primeiros direitos sociais a ser privatizados. E as universidades públicas foram o primeiro alvo da ditadura, principalmente o campo cultural, onde a extensão universitária atuava. Um dos primeiros atos do governo foi nomear novos reitores para as principais universidades. As novas autoridades passaram a proibir as apresentações públicas de teatro, dança e música, sem previa aprovação de uma comissão ligada à reitoria. Aos poucos, os cursos de difusão científica

dentro da universidade foram sendo priorizados em detrimento das práticas extensionistas, significando um retrocesso para o campo da extensão e os sonhos dos anos 60. A extensão dialógica e bidirecional foi desaparecendo. As instituições mais afetadas pelas medidas do governo foram a *Universidad de Chile* e principalmente a *Universidad Técnica del Estado*, por ter um perfil de estudantes mais populares e um reitor declaradamente comunista. O conservadorismo cresceu na PUC-Chile devido à presença de grupos internos que já existiam na instituição e que ganharam mais espaço e importância. A PUC-Chile foi responsável pela neoliberalização no campo da extensão universitária, incentivando a prestação de serviços e consultorias. Esse modelo empresarial começou a ser aplicado a partir da década de 80, devido à crise do financiamento público (NAKAJIMA, 2007, p.175).

É necessário elucidar que uma das “conquistas” do governo militar foi o aumento do número de matrículas no ensino superior no país. No entanto, esse aumento, de aproximadamente 70%, se concentrou em 4 grupos que monopolizaram a educação no Chile: *Laureate International*, *Santo Tomás*, *Universidad Tecnológica de Chile* (Inacap) e a PUC-Chile. Já nos estabelecimentos públicos, o aumento foi insignificante, toda a educação pública chilena representa atualmente 15,4% de todo sistema de educação do país (BARBOSA, 2018 p.355).

Para a população não foi difícil aceitar o modelo imposto, já que se oferecia financiamento facilitado para a educação. Além disso, a ideia de que o direito à educação dependia da capacidade de pagamento ou do “mérito” de cada indivíduo cativou adeptos entre setores da juventude chilena. Transformaram a educação em uma responsabilidade individual, onde o estudante passou a ser educado e disciplinado sob a lógica mercantilista do capital. Isto se viu refletido na própria constituição de 1980, que estabeleceu a “livre escolha” e a “justa retribuição” no campo educativo, consagrando uma “igualdade entre desiguais” (BARBOSA, 2018 p.341).

A estratégia do Estado Chileno foi colocar os bancos para financiar a educação. Essa proposta seria aceita somente se o banco tivesse garantias para o financiamento. O Estado atendeu

ao requerimento por meio de subsídios aos estudantes e garantiu o lucro dos bancos, pagando juros altos por cada estudante. O resultado foi um grande negócio para o setor bancário chileno e grandes dívidas para os estudantes e para o Estado. O “modelo virtuoso” da educação chilena foi uma grande fraude, sendo considerada atualmente uma das educações universitárias mais caras da região, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o número de estudantes endividados cresceu de 270 mil em 2010 para 730 mil em 2016, com uma inadimplência de 38,7% (KREMERMAN & PÁEZ, 2016. p.356 *apud* BARBOSA, 2018, p.356).

O Surgimento Do Conceito De Vinculación Con El Medio

No Chile do século XXI, restava muito pouco do sonho da construção de um modelo latino-americano de extensão e de universidade. A implantação do neoliberalismo, com resquícios do autoritarismo da ditadura, marcou as novas políticas de educação. As universidades passaram a ser reguladas pelo Estado com o objetivo de buscar a “eficiência” no ensino. A adoção de modelos estrangeiros parecia a única via para “colocar em ordem” a diversidade de iniciativas que se davam dentro das universidades. Todas instituições de ensino superior passaram a ser submetidas a processos de acreditação, como um mecanismo de regulação inspirado no modelo norte-americano, que tem origem na gestão de empresas privadas para a garantia da qualidade (ADÁN, L.; et al, 2016). A *Comisión Nacional de Acreditación* (CNA) foi a responsável por levar esse processo por meio da *Ley de Aseguramiento de la Calidad de la Educación*, expedida em 2006.

Com a massificação do ingresso às universidades, a extensão passou a estar cada vez mais direcionada a cumprir um papel auxiliar para atender as funções relacionadas ao ensino e à pesquisa, ao invés de ser colocada como uma terceira função fundamental. Além disso, consultorias e prestações de serviço aos poucos foram ganhando espaço frente à falta de financiamento por parte do governo central. Começou, então, a existir uma forte contradição entre a extensão idealizada a partir da Reforma de Córdoba e a extensão onde “cabe tudo”. Como expressado por Invernizzi (2004, p.77, tradução nossa)

“as atividades vinculadas a problemas locais específicos, dos quais muitas vezes a extensão cuidava, têm passado a ser consideradas, mesmo que não sempre explicitamente, como uma ciência de segunda categoria.”

Para a CNA, a extensão universitária foi um campo sensível, devido a complexidade de sua medição. As ações ou atividades comunitárias eram percebidas de maneira muito fragmentadas e dispersas, além de envolver grande complexidade sociocultural. O modelo norte-americano de acreditação não serviu para abordar a extensão universitária realizada na América Latina, uma vez que neste país a extensão está ligada à transferência de tecnologia, consultorias e prestação de serviços.

Sabendo do desafio, a CNA buscou soluções por meio de assessoramento técnico nas principais universidades do Chile. Um grupo de pesquisadores liderados pelo professor Dr. Heinrich Von Baer, ex-reitor da *Universidad de la Frontera*, em Temuco, assumiu o desafio. A demanda era direcionar as atividades da extensão para o setor produtivo, buscando transversalidade na academia e inserção nos currículos oficiais, para a consolidação de uma efetiva combinação entre pesquisa, ensino e extensão (ADÁN, L.; et al, 2016).

Heinrich Von Baer propõe ultrapassar a visão tradicional da extensão universitária e ampliar sua atuação para colocá-la a serviço do desenvolvimento do país, a partir do estabelecimento de vínculos com o território, buscando colocar a universidade em harmonia com seu meio. A partir de várias referências bibliográficas, como Habermas, Trow, Clark y Delnaty, assim como Brunner e Castells, para trazer o debate da relação da universidade com o seu meio interno e externo (ADÁN, L.; et al, 2016).

Em outubro de 2006, por meio da *Ley de Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior* N°20.129, foi lançado o conceito *Vinculación con el Medio* como:

La nueva forma en que las universidades se han vinculado con su medio debiera transitar desde un modo tradicional, caracterizado principalmente por una relación unidireccional desde la universidad hacia un

medio compuesto por grupos e instituciones acotadas, a un modo bidireccional, donde el medio, compuesto ahora por grupos de interés más amplios, debe ser incorporado en la definición estratégica y funcionamiento de la universidad. (VON BAER, 2009, p.455)

O “meio”, segundo Von Baer, se refere aos diferentes grupos de interesse, que vão desde o setor produtivo a grupos organizados da sociedade civil. Busca-se uma integração coordenada entre várias áreas do conhecimento da universidade para atuar em atividades no território, com o objetivo de substituir o conhecimento vertical pelo conhecimento relacional, construído a partir de uma multi ou bidirecionalidade desse conhecimento (ADÁN, L.; et al, 2016). A respeito dessa conceituação, a CNA coloca a *Vinculación con el Medio* como:

El conjunto de nexos establecidos con el medio disciplinario, artístico, tecnológico productivo o profesional, con el fin de mejorar el desempeño de las funciones institucionales, de facilitar el desarrollo académico y profesional de los miembros de la institución y su actualización y perfeccionamiento, o de obtener recursos. (CNA, 2013, p.10 apud ADÁN, L.; et al, 2016, p.44).

Em conclusão o autor busca trazer conceitos tradicionais da construção histórica da extensão universitária na América Latina, como o legado da Reforma de Córdoba e as contribuições teóricas do educador brasileiro Paulo Freire para superar a visão vertical e paternalista da extensão.

Por outro lado, é importante salientar as críticas que o conceito de *Vinculación con el Medio* têm recebido a partir de sua inserção no ambiente acadêmico. Desde o ponto de vista histórico, a transição semântica de vinculação para extensão pode gerar uma perda cultural e política (LÓPEZ et al., 2017), uma vez que afasta a produção acadêmica chilena da produção da maioria dos países da América Latina, que conhecem a terceira função da universidade somente pelo nome extensão universitária. Isto poderia afetar futuras gerações de estudantes, professores e pesquisadores, pois corre-se o risco de apagar os processos históricos.

Uma outra crítica se deve ao fato de que a mudança do termo extensão aprovada pela CNA não foi fruto de um consenso entre as instituições de ensino superior chilena, mas sim uma imposição deste órgão de fiscalização do governo, mudando a semântica dessa função tão importante para as universidades. Para Tommassino e Cano (2016,), essa imposição vem de uma agência de controle, que possui consultorias internacionais, que tentam estandardizar a academia para facilitar o rendimento de contas ao governo, dotando o ambiente universitário de um direcionamento empresarial.

O fato é que a mudança de *extensión universitaria* para *Vinculación con el Medio* por parte da CNA, influenciou a estrutura interna de importantes universidades chilenas. Por exemplo, a *Universidad Santiago de Chile*, a partir de 2012 passou a ter uma *Vicerrectoría de Vinculación con el Medio*; a *Universidad de Concepción* possui a *Vicerrectoría de Relaciones Institucionales y Vinculación con el Medio*; a *Universidad de Valparaíso* dispõe da *Vicerrectoría de Vinculación con el Medio*; a PUC de Valparaíso tem uma *Dirección General de Vinculación con el Medio*; a *Universidad de la Frontera* tem uma *Dirección de Vinculación con el Medio*, adjunta a *Vicerrectoría Académica*; e a *Universidad de Bio Bio* possui um *Modelo Integrado de Vinculación con el Medio* que faz parte da missão e visão da universidade[2].

Caracterização Da Vinculación Con El Medio

As universidades públicas latino-americanas tiveram um papel central no desenvolvimento de nossos países. Durante o século XX, ajudaram nos processos de modernização industrial, treinando e formando recursos humanos para os diferentes campos de produção. Por estar sempre de “mão dada” com a construção das nações, a universidade é uma instituição que vê afetado seu meio interno com os fatos e acontecimentos do meio externo. Um exemplo disso é a politização universitária durante os anos 1960, produto das influências culturais da revolução cubana, ou as mudanças curriculares, durante os anos 1980 e 1990, decorrentes da onda neoliberal que assolou o continente.

No entanto, se por um lado a fronteira entre universidade e Estado é aparentemente tênue, por outro lado a autonomia universitária se mostra como um direito inviolável. É por isso que

costumam ser instituições confiáveis, onde o saber científico não está definido por interesses políticos ou econômicos. Essa confiança depende das redes de apoio que legitimam a universidade dentro da sociedade e, nesse sentido, o grande desafio é construir relações de confiança com o meio social, após décadas de individualismo e introspecção científica.

Esse é o sentido da proposta do professor Heinrich Von Baer com a implantação da *Vinculación con el Medio*, vista como uma “[...] construção compartilhada de conhecimento e o intercâmbio bidirecional entre a universidade e os atores da sociedade relacionados a sua missão e quefazer principal” (VON BAER, 2009, p.453, tradução nossa). O autor defende que se abandone o modelo tradicional de extensão universitária, caracterizado pelo modelo de difusão, que possui um caráter unidirecional (cursos, palestras, workshops, etc.), para um modelo bidirecional, onde todos os atores do meio sejam incorporados no processo de aprendizagem, influenciando positivamente o ensino e a pesquisa (VON BAER, 2009).

Quando falamos de *Vinculación con el Medio*, precisamos diferenciar o meio interno do meio externo. O meio interno é caracterizado por todas as atividades e interesses próprios da academia e a relação com seus atores, tais como estudantes, professores, administrativos, etc., por outro lado o meio externo tradicionalmente é caracterizado por “[...] redes constituídas por grupos de interesse, formados e benfeitores, que asseguram à universidade a confiança social necessária para manter a sua legitimidade como instituição e seu financiamento externo.” (TROW, 1996 *apud* VON BAER, 2009, p. 456, tradução nossa).

Para a implementação da *Vinculación con el Medio* dentro das instituições de ensino superior, Von Baer (2009, p.490) propõe quatro pontos principais: (i) a definição de uma estratégia de trabalho que considere as características do meio; (ii) a criação e institucionalização de espaços (físicos) de diálogo, como forma de viabilizar a construção compartilhada do conhecimento; (iii) uma retroalimentação dos resultados para o meio interno da instituição, com o objetivo de influenciar o ensino e pesquisa; e (iv) a incorporação de mecanismos que assegurem a qualidade dos resultados e processos, que sirvam à prestação de contas

2: Informações extraídas das páginas web oficiais de cada universidade.

nas instituições estatais de controle. Segundo o autor, este último ponto é necessário tanto para disputar o lugar da *Vinculación con el Medio* com a pesquisa e o ensino, como para fortalecer a confiança social da universidade frente ao investimento nas universidades públicas.

Sobre esse último ponto surgem algumas perguntas: como garantir a correta ação da universidade? Como saber se a universidade está impactando positivamente ou negativamente nos territórios? Nesse sentido o autor defende que:

[...] las universidades deben dar fe pública de la calidad y pertinencia de sus funciones por las que la sociedad invierte recursos y expectativas. Las metodologías asociadas a estas acciones pueden variar desde la acreditación institucional, la asignación de fondos contra desempeño, la rentabilidad social de emprendimientos colectivos con el medio, o la medición de impactos de proyectos de intervención en la comunidad. (VON BAER, 2009, p.458)

Estratégia Territorial Da Vinculación Con El Medio

“Chile é o país mais centralizado da América Latina”. Esta afirmação colocada pelos autores Heinrich Von Baer e Felipe Torralbo (2012, p.7) no contexto da publicação “95 Propuestas para un Chile Mejor”, demonstra a dramática situação que vive o país quando se trata de descentralização e desenvolvimento territorial. Historicamente, o país teve uma excessiva concentração política e econômica na capital Santiago. Esse processo se agudizou durante a ditadura militar que exercia maior controle por meio da centralização. Porém, até os dias atuais, o Chile é um país excessivamente centralizado. Para se ter uma ideia, somente em 25 de outubro de 2020, os chilenos votaram para a eleição dos seus representantes regionais (governadores). Serão as primeiras eleições da história do país para estes cargos que até os dias atuais são ocupadas por pessoas de confiança do governo central.

Os autores colocam que existe uma necessidade urgente de construir no Chile uma política de Estado descentralizada de desenvolvimento territorial, como condição estrutural para

alcançar o desenvolvimento. Para isso lançam a proposta de construir, gradual e progressivamente, um modelo de “Estado Regional” pautado por um “novo trato Estado-Territórios” que permita:

[...] privilegiar políticas e instrumentos públicos territorialmente diferenciadas desde los niveles subnacionales, promover la construcción de capacidades locales y regionales, implementar una política nacional de apoyo a la gestión desde los territorios y construir la oferta pública principalmente a partir de las oportunidades de desarrollo, aspiraciones y demandas de las comunidades y territorios locales y regionales, para alcanzar así mejores niveles de gobernanza, desarrollo humano y democrático a nivel local y regional, y, en definitiva, un Chile social y territorialmente más integrado. (VON BAER; TORRALBO, 2012, p. 8)

Uma das estratégias para propiciar a mudança nas políticas de descentralização do Estado é utilizar as universidades como instituições que estreitem laços de colaboração com todos os atores do meio. Propiciar uma universidade mais comunicativa que ajude na solução de problemas pautados pelas comunidades, estabelecendo espaços de reflexão que retroalimentem as salas de aula, os laboratórios, oficinas, etc. Trazer conhecimento empírico do meio real com o objetivo de dar maior pertinência e qualidade ao ensino e à pesquisa. Tentar formalizar esse conhecimento que existe nos territórios e ver a universidade como parte do mesmo território, compartilhando todas suas problemáticas.

Nesse cenário, o campo da extensão universitária passa a ter um papel importante na busca por vincular a universidade ao território. A proposta de mudança semântica para *Vinculación con el Medio* é justificada uma vez que a extensão é um campo fértil para tentar aproximar o conhecimento popular e comunitário que emergem dos territórios ao conhecimento convencional do tipo científico humanístico que existe dentro da universidade, estabelecendo novas relações e direções no processo de construção do conhecimento. (LÓPEZ *et al.*, 2017)

Quando se fala de aproximar a universidade ao território por meio da *Vinculación con el Medio*, não se refere simplesmente ao ato de realizar visitas de campo para reconhecimento do território, deve-se ter um entendimento que os territórios possuem potencialidades para propiciar o desenvolvimento do país, que os atores externos que estão nos territórios possuem seu próprio entorno social, natural e produtivo onde a academia pode acumular informações, experiências e saberes de cada região, permitindo à universidade atender coerentemente as suas demandas. Para Von Baer, não é suficiente ir ao território para entender as demandas, é preciso ter uma “consciência externa” entendida como:

[...] la capacidad de una institución para hacerse cargo de las necesidades y demandas que le plantea el medio disciplinario o profesional, de acuerdo a los programas que ofrece al medio laboral al que espera que se integren sus egresados; al medio social, expresado en las características de los estudiantes a los que dedica su función docente, y a las normas, políticas y regulaciones que la afectan. Estos factores son determinantes en la forma en que la institución desarrolla sus funciones de docencia, investigación y vinculación con el medio. (EL MERCURIO, 2016)

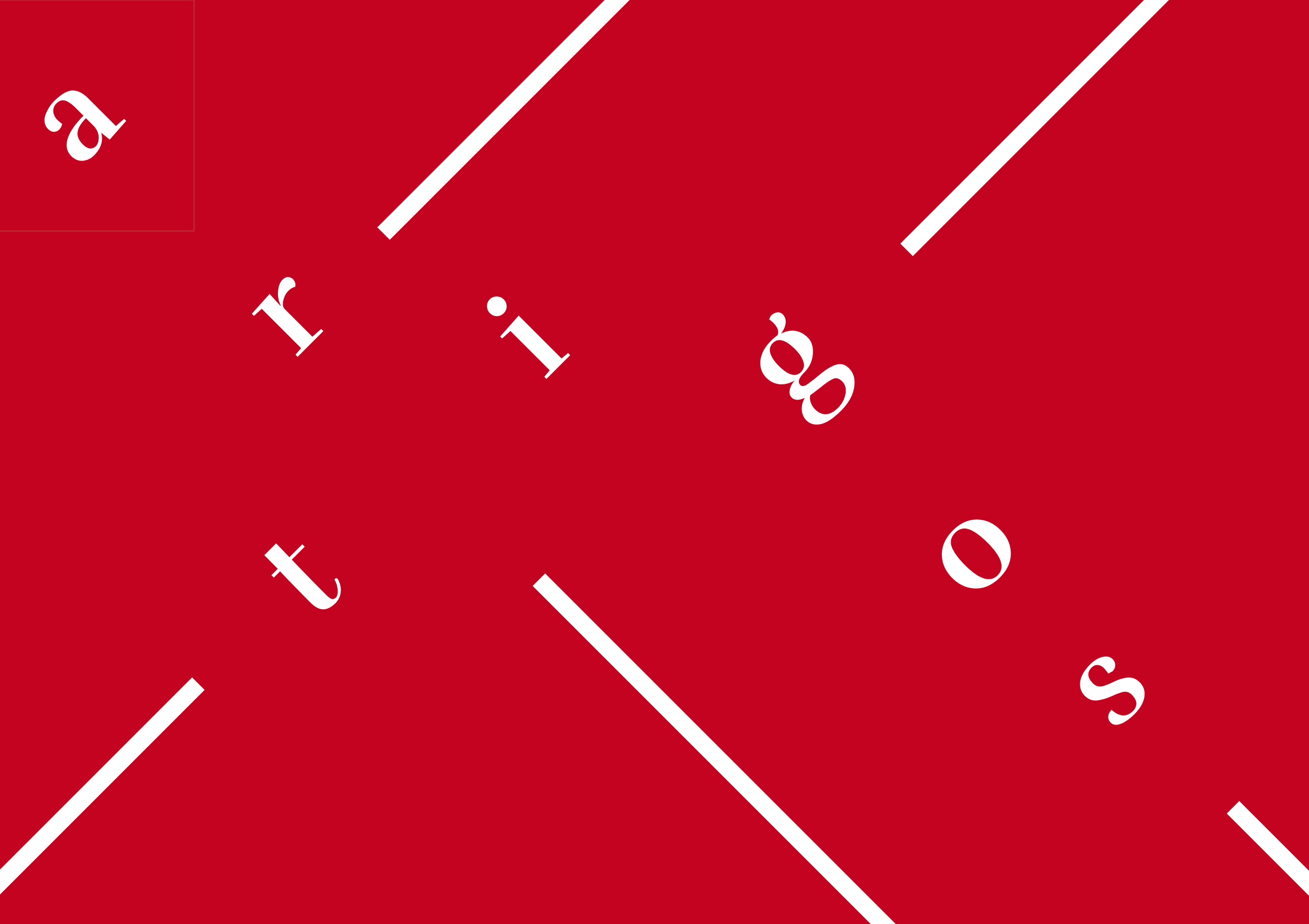
A *Vinculación con el Medio* então é o campo do conhecimento pelo qual pode-se revalorizar os territórios, locais e regionais, assim como as suas comunidades. Para isso, a universidade tem que traçar novas políticas e programas que sejam baseadas em uma “visão endógena e territorial de desenvolvimento e na complexidade destes processos” (VON BAER, 2009, p.465). Para o autor, o Estado, junto com as universidades, deveriam ser capazes de criar uma estrutura governamental que seja formada por: (i) Escolas Regionais de Talentos Avançados; (ii) Observatório Cidadão da Descentralização e de Desenvolvimento Territorial; e (iii) Centros de Pensamento Estratégico Territorial capazes de:

[...] pensar por sí mismos el desarrollo y destino de cada territorio, integrando el mejor conocimiento universal especializado en la temática, con las demandas de las respectivas comunidades y territorios, y la valiosa información y conocimientos

disponibles en éstas”; y se recomienda establecer mecanismos de colaboración y “convalidación de estudio que faciliten la movilidad de estudiantes y profesores entre programas, instituciones y países de Hispanoamérica” (VON BAER, 2009, p.465)

Por outro lado, já dentro das universidades, as Pró-reitorias de Extensão ou *Vicerrectorias de Vinculación con el Medio*, deveriam ser responsáveis por articular:

- a definição estratégica do meio de atuação. Isto é, ter um planejamento territorial a partir da universidade que funcione como um diagnóstico e defina a implantação de quais cursos ou faculdades vão interagir com o meio, quais são os principais atores e quais seriam as redes de confiança a serem construídas no território. Essa estratégia deveria ser revisada periodicamente tendo em conta que sociedade e território são dois agentes dinâmicos que estão em constante construção.
- a criação de um maior número e melhores espaços de interação. Como dito anteriormente, o espaço físico de interação entre sociedade e comunidade é de vital importância para que exista a formação de redes de solidariedade. Tanto dentro como fora da universidade, esses espaços seriam responsáveis por realizar trocas, difusão e aplicação de conhecimentos construídos mutuamente.
- institucionalização das ações de *Vinculación con el Medio*. Isto significa desafiar as fronteiras disciplinares dentro da universidade e permitir que o meio externo influencie o meio interno e vice-versa. Por exemplo, que as demandas da sociedade possam ser discutidas e colocadas em pauta dentro de conselhos e órgãos universitários com o objetivo de mudar a estrutura das grades curriculares, permitir oferta de cursos ou inclusive pautar novas agendas de pesquisa (VON BAER, 2009).



a

r

i

g

t

o

s

O processo no projeto e no ensino de arquitetura sob um olhar decolonial

The process in the design and teaching of architecture from a decolonial perspective

Larissa Guimarães Reis*

Resumo

Este artigo aborda a arquitetura como um processo aberto, em vez do foco na representação do projeto-produto fechado, tão referenciado pelas ideologias universais. Por outro lado, o surgimento da arquitetura é pautado pela produção de espaços extraordinários e estabelece a representação como paradigma, reduzindo o espaço à imagens bidimensionais e transformando-o em produto-mercadoria. O consumo rápido e indiscriminado dessas imagens facilita a aceitação de ideologias universais e a imposição cultural. Nesse sentido, a colonialidade é entendida como algo que atravessa e regula a vida em diversos aspectos, chegando até à subjetividade dos indivíduos e às maneiras de conhecer a realidade e o mundo, sendo o sistema educacional um dos principais meios de manutenção desse controle. O ensino/aprendizagem da arquitetura focado na representação do projeto-produto e na transmissão do *modo architectorum* é problematizado. Assim, a discussão sobre o ensino de projeto é feita a partir de um olhar decolonial, investigando como o processo de avaliação pode contribuir para a pluriversalidade e para a valorização do processo, em detrimento da valorização do produto pautado pelo modelo universal do que é uma “boa arquitetura”. Por fim, é apresentado um método de projeto aberto com interfaces para exemplificar o uso da representação como ferramenta para o processo, auxiliando a investigação de desejos próprios e de novas subjetividades para que possamos projetar outros mundos onde muitos mundos sejam possíveis.

Palavras-chave: Arquitetura, Processo, Produto, Ensino/aprendizagem, Decolonialidade.

Abstract

This article approaches architecture as an open process, instead of focusing on the representation of the closed product-project, so referenced by universal ideologies. On the other hand, the emergence of architecture is guided by the production of extraordinary spaces and establishes representation as a paradigm, reducing space to two-dimensional images and transforming it into a commodity product. The rapid and indiscriminate consumption of these images facilitates the acceptance of universal ideologies and cultural imposition. In this sense, coloniality is understood as something that crosses and regulates life in several aspects, reaching the subjectivity of individuals and ways of knowing the reality and the world, with the educational system being one of the main means of maintaining this control. The teaching / learning of architecture focused on the representation of the product-project and the transmission of the architectorum mode is problematized. Thus, the discussion about project teaching is made from a decolonial perspective, investigating how the evaluation process can contribute to pluriversality and to the valorization of the process, to the detriment of the valorization of the product based on the universal model of what is a “good architecture”. Finally, an open design method with interfaces is presented to exemplify the use of representation as a tool for the process, assisting the investigation of own desires and new subjectivities so that we can design other worlds where many worlds are possible.

Keywords: Architecture, Process, Product, Teaching/learning, Decoloniality.

1. O surgimento da arquitetura: a representação como paradigma

A arquitetura surge com o objetivo de representar o poder por meio da produção de espaços extraordinários e, para isso, no Renascimento ela é estabelecida como um campo de trabalho e o arquiteto, como profissional. Essa arquitetura não se ocupava dos espaços ou das demandas da vida cotidiana, já que era financiada por um mecenas para que os arquitetos ficassem à sua disposição e representassem seus interesses na concepção do espaço. Eram feitos vários desenhos de projetos finalizados que sempre precisavam ser ajustados, para validar o investimento do mecenas, tudo realizado num processo fechado e sem diálogo, de acordo com Ana Baltazar. Como argumenta a autora, “prescrição e formalismo estão na gênese do processo de projeto que, de certa forma, perpetua-se até hoje, apesar da diferença de contexto espaciotemporal”. (BALTAZAR, 2020, p, 121)

O desenho passa a se configurar, portanto, como produto-mercadoria da arquitetura e “a perspectiva começa a ser usada para apresentar uma imagem final do futuro edifício, para representar a aparência de um objeto projetado” (Ibid., p.122), sendo essa representação o resultado do trabalho do arquiteto e não o espaço real construído. Esse é um momento decisivo na arquitetura, “porque consolida a representação como paradigma e a separação entre projeto e construção”(BALTAZAR, p. 122), como discutido por Baltazar. A autora acrescenta ainda que:

[...] o paradigma perspectívico é fundamentalmente perverso por promover o modo de produção capitalista do espaço, que implica a reprodução das relações sociais de produção, a separação entre trabalho intelectual e manual, a consequente separação entre projeto, construção e uso, e a transformação do espaço em mercadoria com ênfase no valor de troca em detrimento do valor de uso (BALTAZAR, 2012, p.09-10, grifo nosso).

Existem ainda outras problemáticas que resultam da redução da arquitetura à imagens bidimensionais e dialogam com essa “transformação do espaço em mercadoria” (Ibid), dentre elas, a reprodução dessas imagens fora de contexto e o foco em ressaltar qualidades que tornam o espaço fotogênico (valor de troca), esquecendo sua riqueza espacial, material, vivenciável (valor de uso), como discutido por Marina Waisman (2013). Vivemos na era da hipercomunicação, com grande difusão de imagens sobre arquitetura, sendo importante considerar, como afirma a autora, que os países centrais têm mais poder sobre a informação. É claro que essa difusão de ideologias dos países centrais sempre existiu, mas hoje ela acontece de maneira muito mais rápida e ampla, estimulada ainda pelo consumismo, como argumenta Waisman. Desse modo, o caráter enriquecedor da difusão é perdido e ela se configura ainda mais como uma imposição sobre as culturas existentes: antes uma pessoa precisava viajar e levar os modelos arquitetônicos, havia um tempo de adaptação e de assentamento das ideias, mesmo quando impostas.

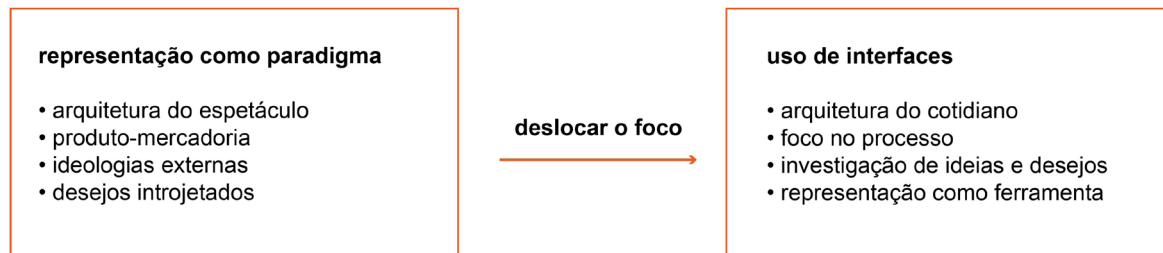
Atualmente, o consumo rápido e indiscriminado produz imagens da moda, uma arquitetura do fetiche que provoca a repetição de ideologias independente do contexto onde foram criadas e das suas funções. Como discutido por Waisman (2013), essa renovação constante e rápida é muito perigosa para os países periféricos que, por causa da dependência cultural a que foram submetidos, tendem a reproduzir as imagens dos países centrais em vez de produzir suas próprias imagens. A autora ressalta ainda a dificuldade de troca de informação entre colônias e a maior recepção das informações emitidas pelas metrópoles, estimulando a aceitação das suas ideologias e a criação de desejos introjetados, mais ligados à referências externas. Dessa forma, arquiteturas com valores profundos e reais, para além da imagem idealizada, mas que não apresentam uma imagem atrativa e fotogênica são ignoradas.

Em resumo, a representação como paradigma, é problemática porque reduz o espaço à imagens bidimensionais (produto), transformando a arquitetura em fetiche e facilitando a imposição de ideologias universais e de desejos exógenos, em vez da produção de ideias próprias, de novas subjetividades e

da investigação dos nossos desejos. No entanto, não devemos esquecer que a representação é uma ferramenta muito importante e não deve ser excluída da arquitetura, mas pode ser apropriada como ferramenta para o processo de projeto e não como produto, paradigma da arquitetura (BALTAZAR, 2012). Nesse sentido, o uso de interfaces no processo de projeto é uma opção capaz de apropriar-se da representação para ampliar o diálogo, tornando possível a simulação de ideias na ação e não apenas no discurso (Ibid).

Essa outra arquitetura “aponta para uma possível mudança no processo de projeto, que não é mais voltado para um produto final prescritivo e acabado, mas para um processo aberto que depende da interação do usuário para se completar temporariamente” (BALTAZAR, 2012, p. 13), como bem argumentado por Baltazar. Assim, o foco seria deslocado da representação, da arquitetura do espetáculo transformada em mercadoria e que estimula a aceitação de ideologias externas e a criação de desejos introjetados, para a interação com foco no processo, incluindo a arquitetura do cotidiano, a experiência e a investigação de subjetividades e de desejos próprios. Vale ressaltar que não se tem a pretensão de que esse deslocamento consiga alcançar uma arquitetura genuína, livre de ideologias impostas, ou a essência dos usuários no processo de projeto. Trata-se na verdade de retirar uma camada de cultura introjetada, de negar ou provocar uma reflexão crítica sobre as lógicas e tendências universais de produção do espaço e investir num processo de descoberta do que é nosso, abrindo caminho para a produção de novas subjetividades e entendendo que não existe uma resposta universal, mas sim plural.

Figura 01: Esquema síntese da proposta de deslocar o foco da representação como paradigma para o uso de interfaces. Fonte: Autora, 2021.



No entanto, superar a representação como paradigma não é tarefa fácil, visto que ela ainda persiste até os dias de hoje e mesmo com todo o avanço tecnológico continuamos usando-a de maneira acabada, como fim da arquitetura, da maneira como era no Renascimento. O ensino de arquitetura tem um papel fundamental nesse sentido, pois acaba por transmitir aos alunos o que Reyner Banham denomina como *modo architectorum*, um “sistema secreto de valor” (BANHAM, 1999, p.02, tradução nossa) que define o que é arquitetura, o projeto representado no estilo certo, sendo excluído tudo que é feito em outros modos de projetar disponíveis. Baltazar aponta que o autor “sintetiza o fundamento da colonialidade na arquitetura, mostrando que o ‘sistema secreto de valor’ iniciado no Renascimento Italiano vem sendo reproduzido, desde então, no ensino e na prática da arquitetura ocidental” (BALTAZAR, 2020, p. 122).

2. A colonialidade na arquitetura: transmissão do modo architectorum

A colonialidade pode ser entendida, de acordo com Zulma Palermo como “uma forma de organização e de gestão que regula a vida em todas as suas esferas” (PALERMO, 2019, p. 50) e controla diversos aspectos desde a economia, o gênero, a sexualidade, a etnicidade, chegando até aos recursos naturais, às subjetividades dos indivíduos e até mesmo às maneiras de conhecer a realidade e o mundo. A autora afirma que apesar dessa forma de organização ser concebida durante o período colonial, essas múltiplas formas de controle continuam, mesmo depois, por meio da colonização interna estabelecida inter-relacionalmente. Essa continuidade das formas de controle se dá porque elas são operadas pelas “instituições do Estado Moderno”, sendo o sistema educacional, para Palermo, um dos principais meios de manutenção do controle. Isso porque é no sistema educacional “onde se institui e sistematiza completamente a diferença colonial que hierarquiza, gerando valores que atravessam toda a sociedade, sob a relação dicotômica de superioridade/inferioridade” (Ibid).

Esses valores na arquitetura formam o “sistema de valor” discutido por Banham (1999), que é uma espécie de padrões de como a arquitetura deve ser feita, elencados em caráter

prescritivo de modo que se torna difícil questionar quais critérios são usados na escolha desses padrões. Esses valores parecem ser compartilhados por todos os arquitetos de maneira secreta e são a única forma considerada certa de fazer projeto, “pelo menos aos olhos daqueles que foram corretamente socializados na profissão” (Ibid., p. 5, tradução nossa). Baltazar argumenta ainda que “a caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, adequando-se às imposições externas - sem questioná-las e sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários” (BALTAZAR, 2020, p. 02). Essa transmissão do *modo architectorum* é ainda mais perversa porque é na escola que “os arquitetos são socializados na profissão [...] e adquirem atitudes, hábitos de trabalho e valores que permanecerão com eles por toda a vida” (BANHAM, 1999, p. 4, tradução nossa).

A maneira como normalmente se dá o ensino de projeto em arquitetura [1] deixa claro como se aplica esse “sistema de valor” e a transmissão do *modo architectorum*. Geralmente, o ensino de projeto parte da solução de um problema definido pelo professor e pede-se ao estudante que apresente uma proposta para a situação-problema. Durante esse processo, o estudante traz esboços e desenhos das suas ideias e recebe orientações dos professores que indicam questões funcionais, estruturais, técnicas ou estéticas a serem melhor trabalhadas, além de discutir as dúvidas. São apresentados outros projetos como exemplo ou contra-exemplo. E, por fim, na banca final é feita a apresentação das imagens e desenhos do projeto finalizado, seguida geralmente por uma rodada de críticas. Todo esse processo é focado na produção de desenhos e tem a representação como paradigma, sendo o objetivo final as imagens do projeto acabado. É claro que o estudante aprende muito no processo de tentativa e erro, como diz Maria Lúcia Malard, esse processo “estimula o potencial criador do estudante, desenvolvendo suas habilidades na formulação de conceitos e na aplicação dos conhecimentos técnicos.” (MALARD, 2007, p. 02)

No entanto, na maioria das vezes, a avaliação analisa o aprendizado do aluno a partir do produto, sendo considerado que se o aluno aprendeu de fato, o produto apresentado

deve ser bom. Isso mostra como a avaliação também é muito focada na representação, reduzindo todo o processo a imagens bidimensionais, muitas vezes voltadas para a produção de projetos extraordinários que acabam por reforçar ideologias externas, referências aplicadas fora do contexto, entre outros problemas já discutidos. Em outras palavras, o modo como aprendemos a fazer arquitetura ainda é muito desconectado da interação com as pessoas e com o corpo, da experiência e do espaço vivido. Essa avaliação focada no projeto-produto finalizado, acaba por reforçar a representação como paradigma e o “sistema secreto de valor” é aplicado, de forma subliminar e por meio de diferentes argumentos, mas sempre ligados à caixa preta que nunca é revelada (BANHAM, 1999). “Todo mundo nas escolas de arquitetura sabe de alunos que estão convencidos [...] de que foram reprovados ‘porque eu não desenho no estilo certo’” (Ibid., p. 4, tradução nossa)

O mistério dessa caixa preta da arquitetura persiste no momento da avaliação principalmente porque a avaliação é subjetiva, ficando a critério do professor definir o que tem mais ou menos valor no processo de ensino/aprendizagem. Os problemas da arquitetura não são problemas objetivos e, portanto, não se resumem a uma resposta certa ou uma solução única. Assim, como argumenta Malard:

[...] os critérios serão sempre subjetivos, pois são ditados pelos pressupostos dos avaliadores [que] são modelados pela vivência de cada um. As diversas vivências determinam gostos, crenças, emoções, prioridades e sentimentos diversos - e por vezes divergentes - determinam compreensões diferentes e, portanto, distintos juízos. (MALARD, 2007, p. 04, grifo nosso)

A autora argumenta que, como a avaliação parte do que se considera um “bom resultado” e se este depende do que é entendido como uma “boa arquitetura”, é importante esclarecer “quais são os nossos pressupostos com relação à uma ‘boa arquitetura?’” (Ibid., p. 04). Além de responder à pergunta, é

essencial deixar o educando a par da resposta, revelar, abrir a caixa preta do processo educativo, para que o estudante possa compreender quais critérios de valor estão sendo usados e se torne tão definidor do processo educativo quanto o educador.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância de desenvolvermos critérios de valor, instrumentos de análise e crítica adequados à realidade e à história latinoamericana, para pensar a nossa arquitetura com base em conceitos e valores nossos. Como argumentado por Waisman (2013), se considerarmos os instrumentos formulados nos países centrais corremos o risco de desconhecer nossa realidade ou mesmo analisá-la erroneamente. Assim, desenvolver nossos próprios critérios de valor é essencial para projetarmos o nosso futuro sem seguir modelos impostos. Nessa perspectiva, um passo além é optar por um “projeto des/decolonizante”, o que implica buscar caminhos diversos e alternativos à “matriz colonial do poder” e apostar em uma ordem policêntrica, pluriversal, contraposta ao modelo universal imposto pela globalização de maneira cada vez mais forte (PALERMO, 2019, p. 50). Adotar essa opção é “potencializar alternativas a partir de lugares-outros” de pensamento, de maneiras diversas de conceber/produzir/transmitir conhecimento (Ibid).

Nesse contexto pluriversal, todo conhecimento surge em um lugar específico, interligado com os outros, com a cultura do local, entre outros aspectos. Dessa forma, fora das relações de poder que hierarquizam e separam os conhecimentos em superiores ou inferiores, todos os espaços de produção de conhecimento têm valor porque nascem em uma situação única e específica e integram esse contexto maior pluriversal. Essa maneira de entender confronta o projeto hegemônico da modernidade/colonialidade que institui a racionalidade ocidental como processo de produção de conhecimento universal. Como argumenta Palermo, “a construção do poder/saber pelo imaginário moderno/colonial subordinou e subordina as outras formas de viver-pensar-conhecer, a partir do momento em que são consideradas inferiores em todas as ordens e, muito especialmente, nesta última, do conhecer” (PALERMO, 2019, p. 52). A autora ressalta a importância de refletir sobre essas questões, discutidas à exaustão pelo pensamento decolonial,

para o enfrentamento desse projeto hegemônico que retira valor das outras formas de viver-pensar-conhecer, não enquadradas no modelo universal.

Nessa perspectiva decolonial não faz sentido, portanto, que a avaliação seja pautada no que se considera como uma “boa arquitetura”, porque a aposta é numa ordem pluriversal, onde possam existir diversas “boas arquiteturas” sem um modelo universal a ser seguido. Nesse sentido, não existe uma hierarquia e uma separação da arquitetura em “arquitetura boa (superior)” e “arquitetura ruim (inferior)” porque cada uma surge em um lugar específico, interligada com a cultura do lugar e das pessoas e no caso do ensino/aprendizado de projeto diz respeito à trajetória única de cada estudante. Optar por um “projeto des/decolonizante” é negar ou pelo menos refletir criticamente sobre as lógicas e tendências de produção do espaço pautadas pelo modelo universal e abrir possibilidades para outras formas de viver-pensar-fazer arquitetura.

Mas, como ficaria então a avaliação num horizonte em que não existe uma “boa arquitetura”, como saber se o estudante alcançou um “bom resultado”? Cabe aqui uma reflexão crítica sobre a ideia de “bom resultado”, visto que a ideia de resultado está muito conectada a um produto final. Por outro lado, a análise sobre o resultado pode ser deslocada do foco apenas no produto e avaliar, principalmente, todo o processo. Dessa forma, pode-se perguntar: “o estudante aprendeu o que essa disciplina se propunha a ensinar?” e, em vez de nos perguntarmos o que consideramos necessário à uma “boa arquitetura”, poderíamos abrir mais o leque e nos perguntar “ao final desse processo o estudante deveria ser capaz de quê?”. Lembrando sempre que existem diversos caminhos para chegar a um mesmo lugar e que as pessoas podem seguir outros percursos além dos que conhecemos e escolhemos seguir (informação verbal)[2] . Portanto, entendendo que não existe, ou pelo menos não deveria existir, uma ideia universal do que é uma boa arquitetura, já que essa é uma definição subjetiva que depende de vários aspectos, o principal torna-se avaliar se o estudante adquiriu os conhecimentos e habilidades estabelecidos como objetivo da disciplina.

Um passo além nesse sentido é entender a própria avaliação como um processo. Nesse caso, em vez de uma “avaliação **das** aprendizagens” na qual ocorre um diagnóstico acerca do que foi ou não aprendido, a avaliação pode ser usada “**para** as aprendizagens”, feita durante o processo com o objetivo de medir o que não foi bem assimilado e precisa ser retomado. Assim, a avaliação serve para direcionar os próximos passos do estudante e do professor, que poderão experimentar novas dinâmicas para que o objetivo pedagógico seja alcançado, como discutido por Domingos Fernandes (2009, apud SILVA e MENDES, 2017, p.273, grifo nosso). Segundo essa abordagem, todas as pessoas têm capacidade de aprender, mesmo que em ritmos distintos, sendo que essa capacidade para o aprendizado está muito mais relacionada ao acesso aos meios e recursos necessários do que à “aptidão” ou “vocação”, muito ligadas às ideias de dom ou de mérito como argumentam Natália Silva e Maria Mendes (2017). A “ideologia do dom”, nas palavras de Pierre Bourdieu (1998), tem na verdade uma função de mistificar as desigualdades econômicas e sociais sob a aparência de aptidões naturais, permitindo à elite justificar sua condição superior como mérito.

É importante reconhecer que há muitos obstáculos às mudanças discutidas, visto que o processo de ensino em arquitetura é fortemente influenciado pelas exigências externas e responde às funções que lhe foram atribuídas pelo sistema econômico capitalista (SILVA e MENDES, 2017). Porém, como diz Palermo, “para que este horizonte se torne concreto é imprescindível ir descolonizando as fortes e longevas instituições educativas em todos os seus níveis, marcadas pelos princípios de homogeneidade e de autoridade” (PALERMO, 2019, p. 55). Vale notar que a autora coloca “ir descolonizando”, em vez de descolonizar, porque esse processo não é algo simples, visto que a colonialidade está entranhada em todas as esferas da nossa vida, e por isso não acontecerá do dia para a noite. Daí a extrema importância da análise crítica constante tanto sobre as práticas de ensino/aprendizagem, quanto sobre as práticas da arquitetura, considerando que a formação de profissionais arquitetos reflexivos e críticos é imprescindível para resistirmos à imposição de modelos externos, desenvolvermos valores

próprios pautados na história latinoamericana e projetarmos outros mundos onde muitos mundos sejam possíveis.

3. Processo de projeto: método aberto

Para que outros mundos sejam possíveis, faz-se necessário a construção de novas subjetividades, a investigação de desejos próprios, e para isso a experimentação de novos métodos. Vale ressaltar a importância das experiências que vivenciei durante meu processo de aprendizagem e que influenciaram minha maneira de viver-fazer-pensar a arquitetura como um processo aberto em vez de um produto fechado. Isso reforça o quanto a escola, como diz Banham (1999), é de fato esse espaço onde os estudantes absorvem valores e hábitos que vão acompanhá-los durante sua prática profissional. Toda essa trajetória culminou no desenvolvimento de um método aberto[3] que propõe o envolvimento dos moradores no processo de projeto e ilustra a proposta de trabalhar com interfaces, apontada anteriormente como uma forma de apropriar-se da representação como ferramenta. A seguir esse método é apresentado no sentido de exemplificar alguns usos possíveis da representação como ferramenta no processo de projeto, auxiliando a investigação de desejos próprios e de novas subjetividades em vez de reforçar desejos introjetados pelos modelos universais.

Vale ressaltar que essa proposta não tem pretensão de se tornar um modelo a ser seguido, mesmo porque responde a uma trajetória pessoal e subjetiva, mas sim compartilhar estratégias alternativas ao projeto-produto para que cada um possa reformular a partir do seu próprio repertório e, assim, desenvolvermos maneiras plurais de fazer-viver-pensar e de ensinar-aprender a arquitetura. Um ensino de arquitetura que propõe um processo de projeto aberto à interação com as pessoas e o uso da representação como ferramenta, em vez do foco na representação do projeto-produto fechado, pode auxiliar na mudança de perspectiva sobre a avaliação, discutida acima. Isso porque os resultados que surgem da interação com as pessoas no processo de projeto são sempre imprevisíveis e é muito importante a orientação e acompanhamento constante do aprendizado dos estudantes nesse processo. Já o uso da representação como ferramenta reduz a expectativa

de que sejam produzidas imagens extraordinárias do projeto finalizado e coloca como objetivo principal o entendimento da representação pelas pessoas envolvidas no processo e seu potencial de contribuir para a construção do projeto de maneira colaborativa. Dessa forma, faz mais sentido que a avaliação também seja entendida como uma ferramenta *para as aprendizagens*, como discutido, servindo para direcionar os próximos passos do estudante e do professor e apontando a necessidade de experimentar novas dinâmicas tanto no processo de ensino quanto no processo de projeto. Em resumo, o ensino voltado para uma arquitetura focada no processo aberto estimula a avaliação constante do processo de aprendizagem (que também é aberto), em vez da avaliação apenas do produto fechado.

Além disso, o envolvimento das pessoas é um dos caminhos possíveis para que a universidade, a partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão, estabeleça um diálogo efetivo com a comunidade, preparando os estudantes para lidar com demandas reais e com os desejos e subjetividades dos envolvidos no processo de projeto. Essas experiências despertam muito interesse e curiosidade nos estudantes, como podemos perceber ao compartilhar com os alunos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) as experimentações que realizamos usando esse método. É muito importante que essas experiências sejam compartilhadas e que eles tenham oportunidade de vivenciar esse contato com os envolvidos no processo de projeto ainda durante a graduação para que se sintam mais seguros depois de formados.

Sobre o método, é importante deixar claro o contexto dessa proposta, desenvolvida e experimentada em projetos de moradia com pessoas de classe média[4] (com faixa de renda mensal per capita entre dois a sete salários mínimos aproximadamente) residentes no município de Belo Horizonte (MG-Brasil) nas regiões Centro-Sul, Leste e Pampulha. A ideia do método é envolver os habitantes no processo de projeto e investigar mais profundamente os hábitos e desejos antes de buscar por respostas espaciais. Para isso, é importante que o método seja aberto, ou seja, ele tem uma estrutura definida, mas que se adapta a cada situação. Conforme já dito, a arquitetura é

entendida aqui como um processo que parte da interação com os habitantes estimulando a reflexão sobre como vivem e como desejam viver e de que maneiras a transformação do espaço pode contribuir para viverem da maneira desejada. Existem diversas maneiras para que essa transformação seja alcançada e ela tem grande potencial para modificar a vida, visto que o espaço influencia fortemente na maneira como vivemos, nos nossos hábitos e nas nossas relações. Mas, para isso, a pergunta como queremos viver não pode ser respondida de prontidão.

Primeiro porque a maioria das pessoas não param para pensar sobre a influência dos espaços cotidianos sobre a vida delas: sobre seus corpos e suas relações. E segundo, porque uma resposta imediata corre grande risco de ser pautada por desejos introjetados, fetiches e imagens da moda, muito influenciada pelo consumismo e pelo funcionalismo. O método é, portanto, uma proposta de provocar uma reflexão sobre o modo de viver para pensarmos juntos como o arranjo espacial pode trazer possibilidades à vida nova desejada.

O processo é dividido em três etapas com envolvimento dos moradores em todas elas, desde a investigação dos desejos e dos hábitos até as simulações feitas em maquete pelos próprios habitantes. A primeira etapa propõe uma investigação dos hábitos por meio de um *brainstorming* em que sortearmos um horário do dia (manhã, meio dia, tarde, noite, madrugada) e uma sensação (alegria, cansaço, pressa, etc) para trazer elementos aleatórios e fazê-los pensar em possíveis hábitos novos. Pedimos que eles tentem descrever ao máximo os hábitos, por exemplo, em vez de dizerem apenas “comer”, que “comer” é esse: um lanche com a família no fim da tarde ou um jantar assistindo televisão?

A aleatoriedade é um elemento fundamental nessa dinâmica, pois pode fazer com que surjam situações inesperadas provocando desejos que estão no subconsciente mas que ainda não tem nome. Por exemplo, a piscina é um desejo praticamente universal, todo mundo que tem espaço e dinheiro vai dizer a princípio que quer uma piscina. Mas se sortearmos madrugada e alegria a pessoa precisa parar para pensar, pois provavelmente não estaria usando a piscina de madrugada. Então, talvez possa

existir uma outra forma de ter um momento de alegria e de madrugada que envolva água, mas que não seja uma piscina. Assim ela pode descobrir que na verdade o que deseja é um espaço que tenha água e que dê pra socializar com os amigos, mas esse espaço pode nem ter um nome definido ainda.

Ainda nessa etapa, os moradores selecionam dois a três hábitos mais importantes para trabalharmos no teatro imagem, uma das técnicas do Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal (1991). Essa técnica proíbe a linguagem falada e usa os corpos dos participantes como se fossem estátuas para fazê-los refletir sobre a realidade em que vivem e como desejam transformá-la, tornando o pensamento visível por meio das imagens corporais. Assim, se a pessoa nos diz que gostaria de relaxar mais, cada um pensará numa maneira de relaxar, mas ao mostrar com o corpo o que significa relaxar para ela o pensamento torna-se muito mais claro. Funciona da seguinte forma[5]: primeiro os participantes montam a *imagem real* para o hábito, respondendo à pergunta “como você vive?”. Por exemplo, se o hábito é cozinhar, pedimos que eles nos mostrem com o corpo como esse hábito acontece no cotidiano, tentando trazer à tona quais as qualidades e limitações o espaço apresenta para essa vivência. Em seguida, monta-se a *imagem ideal* respondendo à pergunta “como você gostaria de viver?” e mostrando como eles imaginam que esse hábito aconteceria numa situação em que não houvesse limitações de espaço. Sem fechar ainda a discussão em cômodos ou objetos, vamos orientando o pensamento para provocar a reflexão sobre as qualidades espaciais necessárias para aquele hábito.

A importância dessa dinâmica é que ela mobiliza a expressão por meio do corpo e, considerando que os hábitos e as sensações espaciais estão intimamente ligadas à experiência corporal, surgem informações subjetivas, que estão no inconsciente, desejos que ainda não apareceram e diálogos que não surgiriam por meio de uma conversa comum. A linguagem falada, por ser um meio de expressão que estamos muito acostumados a usar, torna-se mais automática, facilitando a reprodução de discursos que já estão prontos. Esses discursos, geralmente, estão desconectados da experiência cotidiana do corpo e expressam demandas muito influenciadas por imagens da moda, coisas da

internet e da televisão que as pessoas reproduzem sem refletir. O experimentar-fazer-sentir com o corpo torna menos difícil o “processo de descolamento” das censuras às quais fomos e estamos submetidos e dos modelos impostos[6] (PALERMO, 2019).

Esse pensar-fazer-sentir com o corpo é capaz de trazer demandas reais para o processo de projeto, para além das demandas funcionais e dos desejos introjetados. Outro ponto é que o teatro imagem é um jeito mais descontraído de mostrar coisas que muitas vezes são difíceis de falar, que passam por questões íntimas e às vezes mal resolvidas entre os moradores, que eles não fariam para pessoas não tão próximas. Usar o corpo é um jeito de adentrar um pouco na intimidade da casa, penetrar um pouco nos afetos, no que é sensível, que não passa pelo discurso e que não se alcança apenas com uma pergunta, mas que são questões importantíssimas para pensar a transformação do espaço atrelada à transformação da vida.

Ao final dessa primeira etapa, sistematizamos, junto com os moradores, as conexões entre os hábitos por meio de uma interface que desenvolvemos usando tecido, bastidor e linhas de diferentes cores e espessuras para representar a intensidade das conexões: fraca, intermediária e forte (figura 2). A proposta é que os moradores reflitam quais hábitos são mais públicos ou mais íntimos e quais podem compartilhar o mesmo ambiente, sem cair na armadilha de fechá-los em cômodos. Para isso, foi fundamental encontrar uma forma de representar os hábitos que não remetesse ao espaço, tornando possível pensar as conexões a partir da experiência cotidiana. Nesse primeiro momento não conversamos sobre o espaço em si ainda porque acreditamos que se já atrelamos um hábito a um espaço determinado ou a um mobiliário eliminamos as tantas outras possibilidades que poderiam surgir nesse processo de descoberta. Por exemplo, se já conectamos o hábito de dormir ao quarto, elimina-se a possibilidade de pensar um espaço que abrigue esse hábito conectando-o com outros, como ouvir música e conviver com os amigos. Assim, somente na segunda e terceira etapa é que passamos a falar sobre espaço.



Na segunda etapa, propomos a experiência sensorial de percorrer o espaço com os olhos vendados (figura 4). Desse modo, os demais sentidos ficam aflorados para as diferentes sensações provocadas pelo ambiente, as influências dos sons, das texturas, dos desníveis, das aberturas, da luz, etc. Em seguida, fazemos uma troca de referências por meio de imagens escolhidas a partir da investigação dos hábitos, com o objetivo de entender quais qualidades espaciais levaram à escolha daquela imagem (figura 5). Esse é um momento crucial para mostrar possibilidades que não estão dentro do repertório dos moradores para que ampliem seu imaginário, e também para afinar a sintonia linguística entre todos, entendendo qual significado atribuem a termos abstratos como “grande” ou “bonito”, por exemplo. Para guiar essa busca de referências, evitando cair na armadilha de escolher as imagens apenas pelo atrativo visual, elaboramos alguns tópicos pensados a partir

Figura 02: Conexões entre os hábitos.
Fonte: Autora, 2019.



Figura 03: Conversa sobre os hábitos dos moradores. Fonte: Autora, 2019.

dos hábitos para estimular a criatividade e a reflexão sobre as discussões que apareceram durante o processo. Por exemplo, em vez de pedir referências para “dormir”, pedimos referências para “dormir juntos mantendo a individualidade”.

Finalmente, na terceira etapa, utilizamos maquetes e módulos de móveis e espaços para investigar em conjunto com os moradores simulações espaciais, estudando a articulação entre os ambientes, um pré-dimensionamento dos cômodos, enfim, como os desejos e hábitos podem ser potencializados nesse espaço (figura 6).

Durante todo esse processo a representação não é algo pronto e acabado, serve para simular as ideias para o espaço na ação e não apenas no discurso. Essas interfaces, portanto, não têm a representação como paradigma, mas se apropriam dela como



uma ferramenta para a discussão (BALTAZAR, 2012). E o projeto não tem como objetivo um produto fechado e acabado, mas sim o próprio processo que tem como potência maior a investigação de como as pessoas desejam viver e como o espaço pode ser um meio para essa transformação. Essa arquitetura, portanto, não trata da arquitetura espetacular, mas sim dos espaços cotidianos e das vidas, corpos, relações, hábitos, que esses espaços influenciam.

4. Considerações finais

Esse método está em constante construção e, volto a repetir, não tem como pretensão alcançar a essência dos moradores, desejos livres de ideologias impostas e dos modelos universais, até mesmo porque isso seria impossível. É apenas um pequeno passo na tentativa de negar ou provocar uma reflexão crítica sobre as lógicas de produção do espaço e de não reproduzir, sem questionar, as tendências coloniais de produção de subjetividades. Como discutido a colonialidade atravessa todas

Figura 04: Experiência sensorial. Fonte: Autora, 2019.



Figura 05: Troca de referências. Fonte: Autora, 2019.

as esferas da nossa vida, chegando até às subjetividades dos indivíduos e as maneiras de conhecer a realidade e o mundo. Por isso mesmo é que se fazem cada vez mais necessários novos métodos, para que possamos investigar novas subjetividades e projetar outros mundos onde muitos mundos sejam possíveis.

Para que isso se torne viável, a crítica constante sobre o ensino de arquitetura é essencial, visto que, como foi dito, o sistema educacional exerce um papel fundamental na manutenção da colonialidade ao transmitir um sistema de valores que separa as coisas em superiores e inferiores, sendo um dos principais meios de manutenção do controle sobre diversos aspectos, até mesmo sobre os modos de viver-pensar-conhecer. Portanto, como produzir um outro jeito de pensar sem produzir uma outra sala de aula? Um ensino focado no processo aberto, no uso da representação como ferramenta e na produção de interfaces abre possibilidades para a investigação de novas subjetividades e para a pluralidade, pois os resultados que surgem nesse processo são diversos e não podem ser separados em “bons” ou

“ruins”, já que surgem em um lugar específico, interligado com os outros e com diversos aspectos. Assim, a avaliação será mais útil se voltada *para as aprendizagens*, como um medidor do que não foi bem assimilado e que serve para direcionar os próximos passos tanto do professor quanto do estudante.

Portanto, também dentro da sala de aula se fazem necessários novos métodos. O ensino que valoriza o processo de projeto aberto também precisa valorizar o processo de ensino aberto, ou seja, entender que os caminhos percorridos pelos estudantes são plurais e nem sempre serão os mesmos que o professor conhece ou escolheu seguir. Para além do uso da representação como ferramenta e da avaliação *para as aprendizagens*, uma pista a ser investigada que pode contribuir para um processo de ensino aberto é ativar o corpo na sala de aula, provocar um aprendizado mais ligado à experimentação e ao afeto. Um aprendizado em que o professor também experimente e do qual podem surgir resultados diversos, até mesmo desconhecidos ou diferentes do que ele considera como bom. Como foi dito, o experimentar-fazer-sentir com o corpo torna menos difícil o descolamento dos modelos impostos e das censuras à que fomos submetidos. Talvez o corpo seja um dos caminhos possíveis para estimular a valorização do processo no projeto e no ensino de arquitetura e para investigar novas subjetividades.



Figura 06: Simulações espaciais. Fonte: Autora, 2019.

Notas

1: Vale ressaltar que existem outras abordagens de ensino/aprendizagem de projeto, no entanto, refiro-me aqui à prática convencional predominante na maioria dos cursos de arquitetura do Brasil e do mundo, como apontado por Maria Lúcia Malard (2007).

2: Anotação de aula da disciplina “Fundamentos de prática didática para o ensino de arquitetura e urbanismo” ministrada pelo professor Maurício Campomori na Escola de Arquitetura da UFMG em dezembro de 2020.

3: Método desenvolvido durante meu trabalho de conclusão de curso Práticas de arquitetura: desvio do objeto para o processo (2019), na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em conjunto com Ana Pitzer e Marllon Moraes e orientado pela professora Ana Paula Baltazar.

4: A maioria dessas pessoas provavelmente não contratariam um arquiteto por acreditarem que o projeto de arquitetura é muito caro ou que é um produto para a elite. No entanto, elas são potenciais clientes, visto que há tantos arquitetos no mercado e que não há demanda para tantas construções espetaculares e que, por outro lado, há uma infinidade de pessoas construindo suas moradias sem arquitetos, mas que conseguiriam pagar por um processo de projeto desde que proposto de maneira diferente da prática convencional. O processo de projeto com envolvimento dos moradores acaba demandando menos tempo de trabalho dos arquitetos para refazimento de desenhos e imagens prontas já que todas as decisões são tomadas em conjunto após um processo de investigação das ideias e desejos. Portanto, evita-se retrabalhos muito comuns na prática convencional e que acabam encarecendo o projeto. Como dito anteriormente, ainda hoje perpetua-se o processo fechado e sem diálogo em que são feitos vários desenhos de projetos finalizados e que sempre precisam ser ajustados, da maneira como era feito no Renascimento para validar o investimento do mecenas.

5: Fizemos algumas modificações para adaptar a discussão proposta pelo teatro imagem, que está relacionada às relações sociais, e tentar trazer à tona como o espaço interfere nas relações afetivas e nos hábitos dos sujeitos. Para saber mais sobre o teatro imagem recomendo consultar Boal (1991)

6: “O relacionamento por meio da palavra própria, liberada das censuras as que nos encontramos submetidos, foi insuficiente e demandou as palavras do dizer metafórico da poesia para conduzir, finalmente, ao impulso de fazer sentidos com o corpo, formas expressivas que deram um melhor curso ao difícil processo do descolamento. Assim, o que aqui se deu foi, como ponto de chegada e forma de dizer o conhecimento adquirido, a expressão dramática em pura corporalidade, já sem palavras.” (PALERMO, 2019, p. 56)

Referências

BALTAZAR, A.P. **Além da representação**: possibilidades das novas mídias na arquitetura. V!RUS, v. 8, 2012

BALTAZAR, Ana Paula. **Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial**. Redobra. Laboratório Urbano, UFBA, nº 15, ano 06, 2020, pp. 121–136.

BANHAM, R. **A black box**: the secret profession of architecture. In: A critic writes: essays by Reyner Banham. Berkeley/Los Angeles/ London: University of California Press, 1999, p.292–299.

BOAL, Augusto. (1991) **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro, Brasil. Civilização Brasileira.

BOURDIEU, P. **O funcionamento da escola e sua função de conservação social**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p.53-59.

MALARD, M. L. . **A avaliação no ensino do projeto de arquitetura e urbanismo**: problemas e dificuldades.. In: Cristiane Rose Duarte; Paulo Afonso Rheingantz; Giselle Azevedo; Laís Bronstein. (Org.). O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, v. , p. -.

SILVA, Natália Luiza; MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior**: avanços e contradições. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v.22,n.1,p.271-297, abr. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000100014>.

PALERMO, Zulma. **Palermo**: a opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. (Entrevista). Epistemologias do Sul, v. 3, n. 2, p. 44-56, 2019.

WAISMAN, Marina. **Interior da História**: Historiografia arquitetônica para uso de Latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013;

***Larissa Guimarães Reis** Larissa Guimarães é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestranda na mesma instituição. Desenvolve pesquisa sobre o processo de projeto aberto com uso de interfaces para a interação corpo-espaco-usuário. É sócia-fundadora do escritório “ô de casa! arquitetura” onde experimenta, na prática, o uso de interfaces no processo de projeto. E-mail: laguireis@gmail.com

Auto-organização, afirmação e politização na Festa de São Francisco das Chagas no Remanso (Lençóis-BA).

Self-organization, affirmation and politicization at the celebration of São Francisco das Chagas in Remanso (Lençóis-BA)

Renata Araújo dos Reis, José Marcio Pinto de Moura Barros*

Resumo

Este artigo reflete sobre as transformações no modo de organização da festa mais tradicional da comunidade quilombola do Remanso na Chapada Diamantina (Bahia): a festa de São Francisco das Chagas, celebrada anualmente. O texto apresenta o contexto da festa de modo a revelar as formas próprias de resistência que culminam em um processo de politização dos seus agentes. Trata-se de uma experiência que revela a emergência de um saber e práticas singulares, sujeitas a disputas, ausência de apoio e negação de direitos e que se articulam com outras formas locais de festejar: a Marujada Quilombola do Remanso e as cerimônias de Caruru dedicadas aos santos Cosme e Damião. Tendo estes três momentos como centrais na análise, o artigo pontua os festejos identitários como importantes espaços de construção de políticas e mediação, dando ênfase ao seu processo de organização e à atuação das mulheres na base da tomada de decisões, na organização e na condução dos rituais. Ao olhar para os sentidos destas três formas de festejar, temos uma histórica invisibilidade e vulnerabilidades que atravessam um cotidiano cuja potência se afirma a partir da sua base identitária, o Jarê, religião de matriz africana exclusiva da região das Lavras Diamantinas, onde se encontra o Remanso.

Palavras-chave: política cultural; interculturalidade; identidade; auto-organização.

Abstract

This article reflects on the changes in the way of organizing the most traditional celebration of the patron saint of the Remanso quilombola community in Chapada Diamantina (Bahia): the São Francisco das Chagas party, celebrated annually. The text presents the context of the party in order to reveal the specific forms of resistance that culminate in a process of politicization of its agents. It is an experience that reveals the emergence of unique knowledge and practices, subject to disputes, absence of support and denial of rights and which are linked to other local ways of celebrating: Marujada Quilombola do Remanso and Caruru ceremonies dedicated to Saints Cosme and Damião. With these three moments as central to the analysis, the article points to identity celebrations as important spaces for the construction of policies and mediation, emphasizing their organization process and the performance of women at the base of decision-making, in the organization and in the conduct of rituals. When looking at the senses of these three ways of celebrating, we have a historical invisibility and vulnerabilities that cross a daily life whose power is affirmed from its identity base, Jarê, a religion of African origin exclusive to the Lavras Diamantinas region, where the Remanso community is located.

Keywords: : cultural policy; interculturality; identity; self-organization.



1. Introdução

A pesquisa que resultou neste artigo nasceu a partir de questionamentos, reflexões e experiências relacionadas às formas de afirmação identitária e organização da cultura na comunidade quilombola do Remanso em Lençóis (Chapada Diamantina/ Bahia). As três festas analisadas, a marujada e sua participação no IV Encontro de Cheganças de Saubara, a festa em homenagem à São Francisco das Chagas e o Caruru, ofertado aos santos Cosme e Damião, são tomados como ambientes onde processos de organização, produção e politização dos agentes envolvidos são engendrados a partir dos desafios e questionamentos levantados no dia a dia da comunidade. A importância do cotidiano, como afirma Certeau (1998), permite que se reconheça as pequenas resistências diárias que tornam o fazer cultural desafiador e inventivo. Este conjunto de saberes e fazeres culturais não existem isoladamente. Eles compõem a teia de símbolos que compõe o Jarê, uma religião de matriz africana exclusiva da Chapada Diamantina, um híbrido do candomblé oriundo do Recôncavo Baiano, de influências indígenas, do catolicismo popular e do espiritismo. A região é forjada a partir dos encontros migratórios e o universo místico do Jarê também é fruto desse hibridismo.

Figura 01: Noite de missa em homenagem à São Francisco das Chagas Remanso, 2017. Foto: Renata Reis.



O empenho das lideranças na realização das festas e as decisões que surgem no processo integram o dia a dia dos meses que antecedem a realização de cada festa, revelando diferentes formas de enfrentamentos e negociações necessárias. Ao ser realizada sem apoio de órgãos públicos, a organização das festas revela um rico processo de atualização das práticas tradicionais dentro do que é possível fazer e lembrar, associando a memória das pessoas mais velhas e as necessidades levantadas às possibilidades de apoio e ao envolvimento das novas gerações. Desenraizamentos e incertezas se confrontam com fortes referências culturais. Ao olhar para os sentidos que emergem das festas do Remanso, temos uma sequência de direitos negados, a histórica invisibilidade e ausência de ações efetivas do poder público para com as manifestações tradicionais. A persistência do coronelismo enraizado na elite do entorno e o racismo estrutural que atinge os agentes culturais que tentam estabelecer diálogos e agenciamentos com outros setores da sociedade, também são revelados. É no cotidiano que a potência do sentido da festa se desenvolve sem intermediários e mediações de instituições e agentes externos. É a comunidade por ela e para ela, com sua capacidade de transmutar a rotina de escassez em afirmação identitária traduzida em festa e abundância.

Figura 02: Centro da comunidade. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis



A pesquisa traz para o centro da discussão a afirmação identitária da comunidade através dos seus principais momentos festivos. Seus processos de organização e enfrentamentos escancaram a desigualdade existente na região. Na primeira seção, destacamos a experiência etnográfica, revelando alguns desafios e práticas cotidianas que despertam interpretações. Na segunda seção, apresentamos as escolhas metodológicas que conduziram a experiência. Na terceira seção, as festas são analisadas como espaços de mediação e afirmação identitária, considerando as diferentes festas que existem em uma mesma celebração e os diversos interesses que envolvem o campo do simbólico, exaltando contradições e aproximando diferenças. Já na quarta seção, destacamos os processos de organização e construção de políticas que emergem a partir da resolução de problemas cotidianos, afirmando uma política cultural de base que dialoga com processos decoloniais amplamente discutidos na atualidade. Os papéis das mulheres nestes processos merecem destaque na quinta seção, considerando o compromisso e a responsabilidade assumida por todas.

Para a observação do cotidiano, dimensão central da pesquisa, foram feitas escolhas metodológicas de orientação antropológica com o a construção de um diário de campo, a adoção da observação participante o que permitiu a configuração de uma abordagem etnográfica. É importante destacar que abordar o cotidiano nos remeteu ao encontro com o imponderável e o imprevisível o que demandou da pesquisa abertura e plasticidade. Além disso, o acompanhamento da organização da festa de São Francisco das Chagas apresentou a necessidade de se incluir outras práticas e manifestações que integravam revelavam as diferentes formas de se festejar em um mesmo contexto. Na segunda seção, descrevemos um pouco mais tais escolhas metodológicas.

Ao adaptar-se à dinâmica própria da comunidade e às três formas de festejar de base local e identitária, a pesquisa apresenta uma tríade para análise e interpretação, onde buscamos compreender como as políticas culturais são construídas a partir da perspectiva do território, no fazer cotidiano e nas práticas que emergem da luta pela manutenção e valorização de um saber que permeia de símbolos e sentidos a

vida de uma comunidade e não só dela, mas de toda uma cidade histórica, turística e negra. Esta análise vem contribuir para o protagonismo dos agentes, destacando a experiência do fazer cultural como um indicador de legitimidade que supera teorias, conceitos acadêmicos e forças hegemônicas.

2. Sobre o vivido e o cotidiano

O Remanso é uma comunidade quilombola localizada a 18km do centro da cidade de Lençóis[1], Chapada Diamantina[2], Bahia. Com aproximadamente 300 habitantes, o lugar está localizado na Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara e é caminho para um dos principais atrativos turísticos da região – o mini pantanal Marimbus e o Rio Roncador. Aspectos naturais e culturais trazem grande visibilidade para a comunidade. São aproximadamente 56 famílias que vivem da pesca artesanal e do turismo (principalmente através do remo e aluguel de barcos). Muitos dos seus habitantes possuem uma ampla relação com a cidade de Lençóis e mantêm trabalho e família no centro da cidade. O reconhecimento da comunidade como território quilombola veio através da autodeclaração junto à Fundação Palmares e foi certificada em 2004. Diferentemente de outras comunidades quilombolas, o Remanso não possui conflitos de terra, sendo o seu território uma doação formalizada de antigos proprietários. Importante destacar a importância dos quilombos como ambientes vivos e dinâmicos de forte produção simbólica, onde identidade e território são indissociáveis (GOMES e MARQUES, 2013).

A pequena Rua do Galo foi o ambiente acolhedor para a pesquisa de campo e a residência ao longo dos três meses de convivência com a comunidade. Fica localizada na entrada da comunidade e recebe o constante movimento de carros, turistas e ônibus escolar. Cada casa é composta por um núcleo familiar com suas histórias e identidades próprias mas, nesta rua, quase todas as casas estão interligadas por alguma relação de parentesco. Por isso é comum o trânsito livre entre as casas, a convivência intensa e diária entre parentes de diferentes gerações. A rotina é simples porém uma aparente tranquilidade esconde acontecimentos e preocupações constantes que tornam a vida sempre dinâmica e urgente. Diariamente pensa-se em soluções

sobre como gerar mais renda e como acessar medicamentos e tratamentos para a saúde. Por isso, as primeiras percepções giraram em torno da produção do alimento, das ervas que curam e do potencial dos quintais. Os diálogos da família, a princípio em torno da TV sempre ligada, tornavam-se mais interessantes na medida em que envolviam alguma característica identitária, alguma história local. Ao caminhar até o centro da comunidade, é visível o interesse pelo futebol e pelas festas e bares. Sempre é momento para comemorar algo, seja uma vitória do time de futebol ou um aniversário. Já no primeiro dia da pesquisa de campo, foi possível perceber a preocupação em articular a ida da marujada da comunidade para o município de Saubara, onde participaria do IV Encontro de Cheganças da Bahia. O convite para participar do encontro pela segunda vez trouxe muita alegria, mas também muitas dúvidas sobre como viabilizar o transporte (já que a alimentação e a hospedagem estavam inclusos), como o figurino seria organizado, quem iria de fato participar e, principalmente, como garantir o comprometimento do grupo para os ensaios até a véspera da viagem. Um choque entre gerações, relatos de insatisfações sobre o descaso com a cultura local, ausência de apoio do poder público e, finalmente, a celebração através do desfile pelas ruas de Saubara foram vivenciados. Foi o trabalho de campo que trouxe a necessidade de observar as articulações locais para além da festa de São Francisco, respeitando a dinâmica das relações. Neste processo, foi possível acompanhar os primeiros ensaios da marujada, reuniões com a Diretoria de Cultura do município, a organização do figurino realizada pelos familiares do grupo e negociações que só foram solucionadas na véspera da viagem. O evento é uma realização da Associação Chegança de Marujos Fragata Brasileira, de Saubara, e acontece anualmente. Grupos de todo o Estado viajam para desfilar pelas ruas da cidade, em um belo cortejo que aproxima agentes e grupos culturais, promovendo o encontro de uma rede que se fortalece a cada ano. Além disso, é um momento de valorização e visibilidade das manifestações culturais. O encontro ocorreu com sucesso e, ao final, uma reunião de avaliação de todo o processo foi realizada, sempre chamando os agentes envolvidos para a responsabilidade com as tradições da comunidade.



Figura 03: Marujada Quilombola do Remanso no IV Encontro de Cheganças da Bahia. Saubara, 2017. Foto: Renata Reis

Em meio a diversas manifestações e ações culturais acontecendo de forma urgente, foi difícil perceber algum movimento relacionado à Festa de São Francisco das Chagas. O mês de setembro, que na Bahia é dedicado aos santos Cosme e Damião, também é o mês da Festa de São Francisco das Chagas mas as diversas cerimônias de Caruru ganham mais destaque ao longo do mês. A organização destes dois festejos ocorre de forma paralela e em alguns momentos se interpõem e dividem atenção. Diversas mulheres quilombolas dedicam tempo e trabalho para cumprir a promessa de oferecer caruru para familiares e amigos. A pesquisa acompanhou toda a organização de um destes momentos, dando atenção especial à força de trabalho das mulheres, fundamental para coordenar e conduzir a tradição. O primeiro caruru do mês de setembro na comunidade marca o início de um calendário ritualístico que se estende pelos meses subsequentes. É momento de enfeitar o altar com flores de papel crepom, comprar alimentos em quantidade, organizar o espaço e chamar as pessoas para o mutirão de preparo de uma das comidas mais tradicionais da Bahia. A cerimônia inicia ao amanhecer, com a alvorada, entra pela hora do almoço, quando é servida a refeição para as crianças e segue até a madrugada com batuque e festa. As mulheres conduzem todo o processo, desde

pegar as galinhas no quintal, soltar fogos de artifício, cozinhar. Os homens agregam no momento do batuque. As mulheres se responsabilizam pelos cuidados necessários, em uma espontânea e necessária prática de solidariedade. Setembro é um mês de grande movimento festivo na comunidade e, aos poucos, as demandas da festa de São Francisco começam a ficar mais urgentes. Em algumas casas baianas, ofertar caruru torna-se um agradecimento a alguma graça alcançada e deve ser realizado anualmente. São ofertadas ainda balas e canjicas e as crianças fazem a alegria da tradição. Cruz sistematizou e publicou histórias das casas de caruru da Chapada e confirma que este é mais um festejo que transita entre o risco de acabar e a renovação da tradição, sempre sendo necessário lidar com desafios como a intolerância ao Jarê e a mobilização para as religiões neopentecostais. (CRUZ, 2017)

Figura 04: Procissão em homenagem à São Francisco das Chagas. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis



A festa de São Francisco das Chagas é realizada anualmente entre os dias 25 de setembro e 4 de outubro, em formato de novena e culminando no dia da procissão em louvor ao padroeiro.

É neste dia também que as principais manifestações culturais da comunidade saem desfilando pelas ruas, em uma celebração que começa na noite do dia 3 de outubro e segue por toda a madrugada até a mesa dos pescadores já na alvorada do dia 4. São Francisco é padroeiro também dos pescadores e a pesca tem um lugar de destaque para a comunidade. É comum ouvir que a festa existe desde o surgimento da comunidade, antes da década de 50. Conta-se que a festa foi fundada pelo próprio fundador da comunidade, Manezinho, a partir da visita de membros da igreja católica que viram ali uma comunidade em formação e, com isso, uma necessidade de implementar os princípios católicos. Veio a igreja, o presente-imagem de São Francisco e a promessa de salvação e amparo aos pobres. O fundador da comunidade buscava referências em livros, conversas e outras localidades para construir o imaginário simbólico de um lugar em construção. Assim nasce um sistema de símbolos e mitos compostos por samba de roda, baianas, marujada, índios, as músicas próprias, o forró, as candidatas e suas funções, os cortejos e a procissão. Anualmente, a reunião destes elementos depende da memória das antigas gerações, das conversas e do apoio concedido. A referência à Festa do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos - Padroeiro dos Garimpeiros de Lençóis e à Festa do Divino Espírito Santo de Andaraí são nítidas e sempre citadas. Festas de padroeiro no interior da Bahia são momentos de encontro e celebração, quando familiares distantes retornam para renovar a fé, fortalecer vínculos e se divertir.

3. Escolhas metodológicas

A partir de conversas prévias e pontuais com a comunidade, foi possível perceber um caráter invisibilizado das tradições locais, relações de subalternidade, lamentações e perdas. A partir de uma visão que substitui a lamentação por uma perspectiva onde as identidades se transformam, foi possível realizar escolhas metodológicas que priorizem a convivência, o estabelecimento de relações, a participação e contribuição no que fosse possível. Além disso, anotar todas as percepções diariamente também foi importante. As visitas prévias e pontuais à comunidade, muito antes da pesquisa ser iniciada e o conhecimento da cidade e da região, foi um ponto de partida importante para iniciar a pesquisa com uma base já estabelecida. Assim, a proposta de

perceber uma produção cultural de base, onde as ações são realizadas a partir do levantamento de demandas, exige uma convivência que vá além de entrevistas com lideranças mas sim, perceber os diálogos espontâneos, as negociações, os problemas que surgem, as discussões. Por isso, escolhemos a observação participante e a etnografia como método, ainda que o tempo para tais escolhas fosse curto: apenas 3 meses. Curto, porém viável e necessário, considerando a dinâmica da vida atual, as limitações econômicas e a relação prévia da pesquisadora com o lugar.

Figura 05: Crianças comem caruru para Cosme e Damião. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis



4. A festa como espaço de mediação

Ao refletir sobre as festas populares, Amaral traz a importância da mediação como um caminho onde é possível conciliar o inconciliável e os encontros culturais podem cumprir esse papel (AMARAL, 2012). A mediação ocorre ao dar forma ao mito, ao unir o individual e o coletivo, trazendo o passado, o presente e o futuro para o mesmo plano de enfrentamento. Este encontro entre diferentes temporalidades estabelece uma necessária relação entre gerações. Como exemplo, temos a Marujada Quilombola do Remanso, que demanda ensaios e uma consequente mobilização para tentar garantir a animação. O grupo é formado em sua maioria por jovens, mas são as pessoas

mais velhas que transmitem as músicas e as coreografias, em uma constante troca intergeracional. Aos jovens, fica a responsabilidade de acompanhar e aprender, o que ocorre a partir de muito esforço, ausências e desobediências. Um exemplo de quando as contradições são tornadas visíveis, já que os jovens estão mais interessados em outros sons e danças, não aqueles relacionados à cultura tradicional. É a possibilidade de viajar que estimula a participação de todos, menos de Seu Aurino, que chama as pessoas para a ordem e a responsabilidade, é pouco escutado e desiste de acompanhar os ensaios. Apesar dos desafios, a marujada é formada majoritariamente por jovens da comunidade, sendo este mais um momento de fortalecimento dos vínculos familiares e identitários. Quando vemos um encontro deste porte, é quando discussões como essa surgem, abordar questões relacionadas às apropriações é comum entre os membros, muitas vezes provocando resistências, desistências e revoltas. Por outro lado, temos os incansáveis defensores das tradições, pessoas que assumem a responsabilidade de organizar, articular e colher informações que ajudem a reprodução da prática da forma mais próxima possível das suas origens. A importância de uma liderança local é fundamental, uma referência que motiva o grupo a realizar constantes pesquisas entre os mais velhos da comunidade e ainda, com a outra marujada da cidade, a Barcas em Rios, que traz em si uma bagagem histórica e tradicional importante, sendo referência na retomada das músicas e coreografias. Este é um grupo sediado em Lençóis e conta com 30 membros, crianças entre 9 e 14 anos, faixa etária considerada adequada para transmitir os ensinamentos sobre a tradição, a dança e o toque dos instrumentos. Normalmente, os adultos não participam, nem mesmo aqueles cujas famílias possuem ligação direta com a tradição. Assim, é comum ver sujeitos isolados comprometidos e muitas vezes cansados de centralizar a organização e articulação do grupo. A marujada é ainda um importante momento de integração através da dança, da encenação e do aprendizado de instrumentos. Os ensaios ocorrem na Sociedade União dos Mineiros, no centro de Lençóis, instituição criada em 1927 para assegurar assistência aos garimpeiros e suas famílias e que também concentra a responsabilidade de organizar a principal festa da cidade, a

feita em homenagem ao Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, além de oferecer suporte aos grupos vinculados a esta festa, a exemplo da própria marujada, do grupo de baianas e dos reisados da cidade. A “mineira”, como é localmente conhecida, se equilibra entre heranças coloniais e uma abertura para a necessidade de renovação, entre sua importância histórica e um necessário diálogo com as transformações da sociedade.



Já a festa em louvor à São Francisco das Chagas revela e exalta contradições em suas relações organizacionais e, ao mesmo tempo, fortalece vínculos, aproxima e promove novas relações. A complexidade da relação é marcada pela constante necessidade de conciliar o simbólico e o material, destacando o valor identitário que tais festas afirmam. Trazer para o centro o contexto de uma comunidade negra, rural e quilombola é afirmar ainda o lugar central da identidade ao estabelecer

Figura
Componentes da
Marujada Barcas em
Rios. Saubara, 2017.
Foto: Renata Reis

06:

negociações. Por consequência, as relações de poder também são destacadas, pois as identidades se constituem justamente quando estas relações são expostas. Os encontros culturais são ambientes que relacionam forças antagônicas e por isso se constitui um espaço mediador, que traduz sentido afirmativo e positivo que exalta as diferenças. É sempre um momento de retomar o passado e por isso trazer a reflexão, discutir melhorias, fazer comparações entre o que melhorou e o que está pior. A festa é ainda mediadora entre anseios individuais e coletivos. É espaço de afirmação da diferença e por isso também de denúncia da desigualdade. É um retorno ao passado, mas atualizando-o a partir dos desafios do presente. Um contexto onde forças hegemônicas se afirmam, provocam desânimos. Na festa de São Francisco, ocorrem simultaneamente duas formas de produção cultural: uma dedicada a retomar e relembrar os aspectos tradicionais da festa e outra que articula junto ao poder público municipal as possibilidades de bandas e palco, em um diálogo difícil que resulta em baixo investimento do poder público.

5. Modelos próprios de gestão e organização

Pensamos a política tendo como central a relação que as pessoas estabelecem com o território em sentido amplo, a partir das relações humanas que nele estão contidas. Desta forma, buscamos compreender como as formas próprias de saber são articuladas, como as reflexões ocorrem, quais mecanismos despertam disputas e insatisfações e quais agenciamentos são possíveis e proporcionam crescimento. Para tanto, perceber como a colonialidade do poder é constituída é importante, mas, acima de tudo, priorizar como esta mesma colonialidade é subvertida, reinventada como estratégia de sobrevivência. A auto-organização dos grupos emerge como bricolagens.

Investimentos em outras áreas são priorizados e é prática comum evitar debates e ações relacionados à cultura local, considerando ser este um terreno de fortes disputas e divergências. Não por acaso, esta é uma área que envolve a forma de pensar, estimula um pensar livre que deveria considerar a diversidade mas, ao contrário, narrativas únicas seguem desestabilizando a diversidade do pensar e agir. Existe

um esforço para manter o controle do ser, do pensar e da forma de conduzir a vida que se reflete no desmonte da cultura em nível nacional e o descaso em nível local expresso na ausência de apoio e respeito às manifestações culturais.



Figura 07: Altar dedicado à cerimônia que celebra os santos Cosme e Damião. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis

Defender uma política cultural de base é questionar um poder hegemônico, priorizar o fazer local, subvertendo uma identificação com o que está estabelecido e promovendo poderes que constituem o ser social autônomo. Vigh enumera duas formas possíveis de intervir nos vínculos humanos através da política cultural: dando maior visibilidade sobre como se exerce o poder e promovendo representações destinadas a desestabilizar os imaginários hegemônicos (VIGH, 2014).

Ao questionar o poder, uma política cultural deve abrir espaço para que as identidades excluídas possam representar a si mesmas e “significar sua própria condição política, participando como verdadeiros atores na esfera pública” (VIGH, 2014, p. 15). Elas devem tornar mais visíveis as estruturas de poder que impedem a participação e a tomada de decisão na vida pública. Isso ganha importância ao percebermos que os maiores conflitos e ausências surgem a partir da relação com o poder público

municipal, o que motiva uma organização popular fundamentada na solidariedade, resistência e compromisso, mas também muita desarticulação, invisibilidade. São características que reforçam uma necessária resistência através de uma ação autônoma, não como uma busca por autonomia, mas por uma necessidade. Por isso, é necessário analisar criticamente tal organização social pontuando aspectos que podem ser melhorados e daí perceber possíveis agenciamentos que tenham a igualdade com base nas relações. As trocas existem sempre, ainda que simbólicas e por isso mesmo mais difíceis de serem mensuradas.

No caso da marujada, os avanços ocorrem a partir de uma articulação entre diferentes representações da sociedade civil. Destacamos a Marujada Quilombola do Remanso, a marujada Barcas em Rios, a Sociedade União dos Mineiros e a Associação Chegança de Marujos Fragata Brasileira como principais entes que dialogam entre si para viabilizar a apresentação dos dois grupos em Saubara. É o apoio mútuo entre as organizações que torna possível a viagem e a apresentação do grupo. No caso, a Sociedade União dos Mineiros e a Associação Chegança de Marujos Fragata Brasileira, duas instituições responsáveis pelo suporte às manifestações culturais, cada uma em seu território. Vale destacar ainda a solidariedade como uma prática típica de comunidades negras, uma tecnologia social que compõe a forma de gestão dos grupos. O desafio é manter a coesão do grupo ao longo do ano, em ensaios contínuos, promovendo melhorias crescentes. Perceber a marujada como um projeto contínuo que pode ser potencializado através de encontros regulares, discussões para melhorias, estimulando conversas onde as práticas, histórias e tradições são transmitidas. O que se percebe é uma mobilização pontual para a viagem, o estímulo da apresentação, somado ao intercâmbio e recebimento de cachê são determinantes para a existência do grupo. Na própria comunidade, poucas apresentações são vistas e ocorre uma desmobilização justificada em algumas conversas sobre a ausência de estímulos concretos, como cachê e recompensas. Quase sempre os convites são para participações voluntárias e é comum ouvir discursos que afirmam cansaço em ver várias pessoas se beneficiarem de alguma forma com a cultura da comunidade e a comunidade em si ter pouco retorno.

Aqui, vale destacar a importância dos encontros culturais calendarizados. Além do encontro de cheganças, destacamos ainda a festa de São Francisco das Chagas. Um momento sujeito a outra dinâmica de realização e organização por ser um evento que faz parte de um calendário religioso e se configura como a principal festa da comunidade. Sua importância identitária se aproxima de uma importância política e social, onde a montagem de palco e contratação de bandas é o único compromisso que a gestão pública assume no período da festa e que garante alguma conformação da comunidade. Tal programação é muito aguardada e sujeita a críticas e reclamações, mas sempre acontece. Ocorre quase em paralelo à organização dos aspectos tradicionais, já que são as mulheres mais velhas que ficam responsáveis por organizar a missa, o cortejo, os figurinos e demais elementos que compõem a procissão. Deste lado, sempre recursos e esforços próprios é que garantem a realização da festa.



Trazemos para o centro a importância do território e, com ele, a valorização da terra, das relações sociais e da subjetividade dos sujeitos, avaliando como tudo isso se inter-relaciona. É no território que a vida acontece e projetos políticos embrionários insurgem. Pensar como a cultura popular pode contribuir para

Figura 08: Procissão em louvor à São Francisco das Chagas. Remanso, 2017.

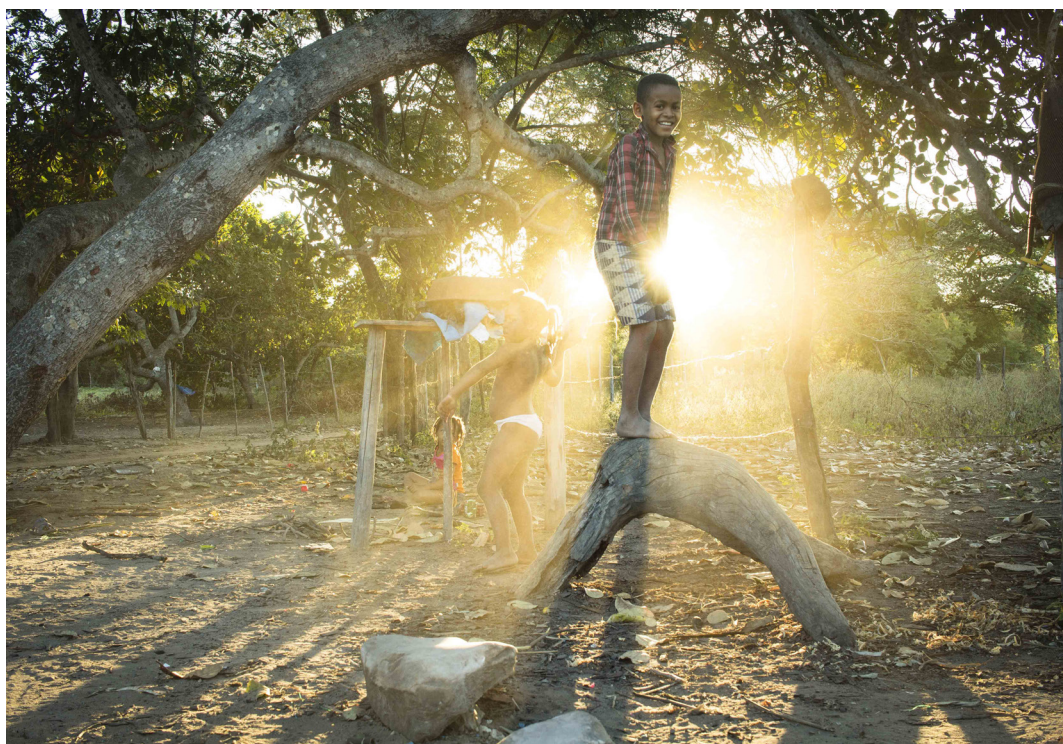
uma maior consciência política e politização dos sujeitos envolvidos, considerando que em seus agenciamentos as condições de exclusão são expostas. É preciso saber contar a própria história de forma crítica. Saber falar sobre o seu cotidiano atrelado às tradições e à identidade, onde táticas são elaboradas para solucionar questões cotidianas que constituem formas autônomas de saber, ser, refletir e politizar a vida.

A festa não pode ser percebida isoladamente pois faz parte de um sistema dinâmico de práticas, modelos de organização e sentidos simbólicos marcados por uma forte relação identitária e de base. Assim, sua organização está sujeita aos modelos próprios de fazer e saber que ora atuam a partir dos desafios, ora tendo como base o compromisso assumido por quem se responsabiliza pela organização. Símbolos e valores próprios são afirmados em meio aos conflitos existentes, em meio a uma coletividade de base familiar, tendo o pertencimento sempre reforçado nos discursos. Mutirões de reforma das casas e da igreja são realizados anualmente e podemos considerar ser esta uma etapa importante de pré-produção da festa. Nestes mutirões, a comunidade é chamada para uma consciência de que a responsabilidade de organização da festa é de todos. O trabalho em construção e obras é uma das principais formas de geração de renda e o mesmo é realizado de forma voluntária nos dias que antecedem a novena em louvor à São Francisco. Uma forma de dar as boas-vindas a quem se distanciou da comunidade e retorna no momento festivo. A festa de São Francisco acontece do jeito que dá, mas a meta é sempre melhorar, recorrendo a diversos agentes disponíveis para apoiar, seja com dinheiro ou conhecimento ou doação de tempo, trabalho e materiais. Aqui, mais uma vez, a solidariedade é característica prioritária.

6. Participação das mulheres

A marujada é uma manifestação cultural presente em toda a Bahia e que traz o imaginário das navegações coloniais para a atualidade. Através do canto, da dança e da encenação de diálogos, são retratados dramas, desafios e as experiências vividas pelos marujos no período histórico da expansão portuguesa. Um ambiente masculino que, em sua reinvenção chapadense, também é ocupado por jovens mulheres

que dividem as coreografias marítimas com os meninos, proporcionando uma forma de integração e dissipando a rigidez masculinizada da tradição. As mulheres normalmente ocupam os bastidores deste tipo de tradição através do cuidado com o figurino, por exemplo. No caso da marujada Barcas em Rios, que recebeu o apoio da Sociedade União dos Mineiros, as mulheres se responsabilizaram por todo o acompanhamento dos jovens na viagem para Saubara: alimentação, segurança e organização do grupo. São elas também que cuidam da organização da festa de São Francisco com muita preocupação e compromisso. Um cuidado sempre seguido por lamentações e saudosismos.



Ronaldo Senna é um antropólogo lençoense que se dedicou a pesquisar os costumes do Jarê. Ele traz o exemplo das “nagôs”, grupo de mulheres oriundas de famílias escravizadas que se dedicavam à manutenção das práticas culturais e religiosas de matriz africana. Elas prescreviam banhos e rituais, conheciam a magia e falavam uma língua que não era conhecida por

Figura 09: Crianças brincam em um dos quintais da comunidade. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis



Figura 10: Mulheres no preparo da cerimônia do Caruru. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis

ninguém (SENNA, 1998, pag. 71). Assim, podemos perceber a ancestralidade se apresentando em cada ato feminino do cuidado com a tradição. Um cuidado que se soma aos afazeres domésticos de lavar, passar, cozinhar, organizar. Um cuidado que se manifesta na preocupação em lembrar as músicas e as formas de fazer praticadas décadas atrás. Os homens assumem uma liderança e articulação com entes externos e na rotina as mulheres levantam questões, problematizam, antecipam necessidades e responsabilidades. São as mulheres as responsáveis por um dos momentos mais importantes da festa de São Francisco: a mesa dos pescadores. Elas cozinham na escola ou em suas casas e transportam panelas pesadas para a associação para alimentar os pescadores homenageados e os participantes da festa. Elas traduzem o senso de coletividade, já que discutem entre si as decisões a serem tomadas. Agregam as crianças, fortalecendo o vínculo entre gerações. No dia a dia, são as mulheres que empurram carrinhos de mão com roupas de utensílios domésticos para serem lavados no rio, quase sempre acompanhadas por crianças. Demandas por uma cozinha comunitária e um barracão para ensaios e apresentações já foram levantadas através de conversas informais, abrindo caminhos para novos projetos e realizações no local a partir do conhecimento e experiência das nagôs atuais.



7. Considerações finais

A pesquisa traz diferentes realidades que permitem perceber como as relações são estabelecidas para manter tradições e identidades. Ambientes que evidenciam disputas e resistências para fazer a cultura acontecer. Realizar um ato tradicional implica diferentes agenciamentos e expõe vulnerabilidades e desigualdades. Desenvolve conhecimentos a partir da base, integra diferentes saberes. Promove melhorias na qualidade de vida de forma prática e material, tendo seus valores simbólicos em contínuo respeito, tendo ainda a espontaneidade e a criatividade como um conhecimento que não se distingue de um saber socialmente legitimado. Como valorizar a subjetividade que dá sentido à prática cultural em uma sociedade que determina o valor de algo a partir dos seus efeitos econômicos e objetivos, onde apenas o quantificável tem valor? As festas tradicionais representam a reconquista da posse do corpo. É

necessário compreender suas formas de organização como um trabalho realizado para si e para os seus. Um tempo dedicado a fortalecer a sua comunidade a partir de elementos simbólicos que exaltam a ancestralidade. Assim, a identidade se reafirma em seu cotidiano, se transforma e agrega elementos contemporâneos. As festas identitárias unem elementos ora dispersos, chama para o compromisso e para a coletividade. A atuação de agentes culturais é destacada a partir do compromisso individual que se reflete no chamamento do grupo. Reconhecer e valorizar o trabalho de tais agentes, das mulheres que organizam, dos jovens que dançam e cantam e dos homens que tocam as músicas é fundamental. Conciliar interesses e desenraizamentos, percebendo as diferentes nuances que envolvem o fazer cultural é importante para garantir a valorização dos símbolos, das relações sociais, das articulações estabelecidas e seus ganhos e da construção do pensamento próprio no fazer cultural. Daí temos um processo de construção de uma política cultural onde agentes culturais são ativistas capazes de interpretar de forma crítica a sua realidade.

Figura 11: Baianas se preparam para o cortejo. Remanso, 2017. Foto: Renata Reis

Notas:

1: Lençóis é uma cidade conhecida como porta de entrada para a Chapada Diamantina. Possui uma extensa zona rural, uma população de 11.636 habitantes, sendo 47% da população tem rendimento mensal de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010).

2: O território da Chapada Diamantina, de acordo com a SEPLAN, é composto por 23 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner. Em nossas buscas documentais, os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Ruy Barbosa compõem as estatísticas da Fundação Palmares e do INCRA sobre a região, totalizando 25 municípios. Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

Referências

AMARAL, Rita. **As mediações culturais da festa à brasileira**. São Paulo: 2012.

_____. **Festa à Brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. São Paulo: 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, 1998.

CRUZ, Luciene Pereira da. **JARÊ**: Histórias Contadas. Lençóis: Associação dos Filhos de Santo do Palácio de Ogum e Caboclo Sete Serras e Grãos de Luz e Griô, 2017.

GOMES, Lílían. MARQUES, Carlos Eduardo. **A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos**: limites e potencialidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2013.

GONÇALVES, Maria Salete Petroni de Castro. **Garimpo, Devoção e Festa em Lençóis, Ba**. São Paulo: Escola do Folclore, 1984.

SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê** – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Feira de Santana, UEFS, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as ciências**. São Paulo, Editora Cortez: 2008.

VICH, Vitor. **Desculturalizar a cultura**: Desafios atuais das políticas culturais. pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano 5. Out/2014 a mar/2015

***Renata Araújo dos Reis** é mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua profissionalmente nas áreas de comunicação, gestão e produção cultural com foco atual no território da Chapada Diamantina - Bahia. É fotógrafa e membro do GP Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: a.renatareis@gmail.com

*** José Marcio Pinto de Moura Barros** é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Professor do PPG em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Coordena o GP Observatório da Diversidade Cultural e o Programa Pensar e Agir com a Cultura. Email: josemarciobarros2013@gmail.com

Plataforma Brumadinho-UFMG: desenvolvimento conceitual, princípios, estrutura, funcionalidades e método de análise documental

Plataforma Brumadinho-UFMG: conceptual development, principles, structure, functionalities and method of documental analysis

Paula Guimarães, Natacha Rena, Clodoveu Augusto Davis Junior, Danilo Caporalli Barbosa, Luci Aparecida Nicolau, Michele Brito Pinheiro, Laura Silva de Andrade, Ingrid Lagares Santana, Luís Augusto Menezes Costa*

Resumo

A Plataforma Brumadinho é um instrumento para acesso às informações relacionadas aos processos judiciais referentes à reparação dos danos decorrentes do rompimento de uma barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, que tramitam perante o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Autarquias da Comarca de Belo Horizonte. A Plataforma organiza e provê acesso a documentos jurídicos e acadêmicos, produzidos no âmbito do Projeto Brumadinho-UFMG, apresentando mecanismos variados de pesquisa e de visualização dos dados e informações simplificadas para todos os públicos com acesso à internet. Este artigo descreve o desenvolvimento conceitual e a implementação da plataforma, contemplando os princípios direcionadores, os fluxos de dados, a funcionalidade e o método de análise documental aplicado na construção do conteúdo. As principais contribuições da Plataforma Brumadinho no processo reparatório são a promoção do acesso à informação e a integração de forma inovadora, suportada pela constituição de acervo documental e de uma infraestrutura de dados espaciais.

Palavras-chave: plataforma interativa; desastre de Brumadinho; acesso à informação

Abstract

The Plataforma Brumadinho is a tool for accessing information on the damage and compensation lawsuits following the rupture of a tailings dam in the Córrego do Feijão mine, in Brumadinho (Minas Gerais, Brazil), conducted by the 2nd Treasury and Independent Governmental Agencies County Court in Belo Horizonte. It contains legal and academic documents, produced within the scope of the Brumadinho-UFMG Project, featuring varied search and data visualization mechanisms and simplified information for all audiences with internet access. This article describes the conceptual development and implementation of the platform, including the guiding principles, the data flow, the functional structure and the document analysis method applied in building the content. The main contributions of the Plataforma Brumadinho in the damage and compensation lawsuits are the promotion of access to information and the innovative integration of information, supported by the constitution of a collection of documents and a spatial data infrastructure.

Keywords: : interactive platform; Brumadinho disaster; access to information

1. Introdução

Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da barragem B-I e o soterramento das barragens B-I e B-IVA da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho (MG), ocasionando o extravasamento de rejeitos[1], a perda de 272 vidas humanas e extensos danos socioambientais (POLIGNANO; LEMOS, 2020).

Em decorrência do rompimento, foram ajuizadas ações judiciais visando a reparação de danos de diversas naturezas e o ressarcimento ao Estado de Minas Gerais pelas despesas extraordinárias para atendimento emergencial ao desastre. A complexidade antevista para o processamento dessas ações levou o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte a buscar a realização de um Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais, no sentido de fornecer subsídios à decisão judicial, por meio de estudos e pesquisas que permitissem identificar e avaliar os impactos decorrentes do rompimento. O termo de cooperação estabeleceu o “Projeto de Avaliação de Necessidades Pós-Desastre do colapso da Barragem da Mina Córrego do Feijão”, conhecido de forma mais breve como Projeto Brumadinho UFMG, coordenado por um Comitê Técnico-Científico da UFMG e organizado em subprojetos.

Atualmente, o Projeto é composto por 67 subprojetos[2], agrupados em quatro eixos temáticos: Meio Ambiente, Infraestrutura, Socioeconômico e Saúde da População. O primeiro desses subprojetos foi dedicado ao desenvolvimento de plataforma tecnológica capaz de receber todo o conteúdo processual e também o material pericial a ser gerado, tanto pelas partes do processo quanto pelos demais subprojetos do Projeto Brumadinho UFMG. Dessa forma, não se enquadra nos eixos, pois fundamenta-se na necessidade de operacionalização orgânica do Projeto Brumadinho-UFMG, permitindo a integração e compartilhamento de dados e informações entre subprojetos.

Foram estabelecidos, como requisitos fundamentais para o projeto e construção da plataforma: (i) o provimento de amplo acesso a qualquer cidadão aos documentos dos processos legais, atendendo aos princípios de Dados Governamentais Abertos; (ii) a simplificação da compreensão do conteúdo

dos documentos, por meio de sumários e da incorporação de mecanismos de busca ao conteúdo; (iii) a conexão entre o conteúdo de documentos e os lugares mencionados, além da sequência temporal de fatos; (iv) a criação de versões acessíveis para acesso pela comunidade internacional; e (v) a estruturação, visando compartilhamento no âmbito do Projeto Brumadinho e com a sociedade em geral, de um acervo de dados geoespaciais sobre a região afetada.

Tendo em vista tais requisitos, a Plataforma Brumadinho UFMG[3] foi concebida como uma ferramenta de acesso estruturado a dados de grande volume, heterogêneos (textuais, geoespaciais, temporais), provenientes de múltiplas fontes (partes envolvidas nos processos judiciais, peritos vinculados ao Projeto Brumadinho UFMG) e de alta complexidade temática.

O presente artigo apresenta o desenvolvimento conceitual da Plataforma Brumadinho UFMG, visando atender a esse conjunto peculiar de requisitos e prover informação jurídica e técnico-científica confiável, acessível, atualizada e detalhada para as pessoas e entidades envolvidas nos processos judiciais, e também para toda a sociedade.

2. Requisitos para a Plataforma Brumadinho

Como primeiro desdobramento do Projeto Brumadinho UFMG, a Plataforma Brumadinho UFMG (PB) foi concebida como um repositório dos processos judiciais relacionados à reparação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Mais do que se limitar a prover acesso a documentos legais que viriam a compor os processos legais, a Plataforma foi idealizada para atuar como um instrumento de livre e amplo acesso aos dados fornecidos por pesquisas científicas e pelas partes[4] e instituições de Justiça atuantes nestes processos. Esse objetivo motivou a elaboração de uma proposta técnica ao Comitê Técnico-Científico (CTC) do Projeto Brumadinho UFMG, em que alguns princípios orientadores foram observados:

- 1. Transparência:** provimento de acesso amplo, irrestrito, em uma plataforma interativa online, observando os princípios aplicáveis a dados abertos

governamentais, estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) e por princípios internacionalmente estabelecidos;

2. Neutralidade: prerrogativa à execução da perícia judicial, na qual se enquadra o trabalho desempenhado pelos subprojetos que compõem o Projeto Brumadinho-UFMG, sendo vedada a apresentação de opiniões pessoais que excedam o que é solicitado pelo exame técnico ou científico do objeto da perícia[5];

3. Acessibilidade: facilitação do acesso ao conteúdo para qualquer cidadão, por meio de análise e elaboração de sumários informativos dos documentos publicados na plataforma, evitando o hermetismo dos textos em linguagem processual e legal;

4. Conteúdo Técnico-Científico: incorporação de documentos temáticos, de natureza científica, e subsequente abertura de seu acesso à sociedade e à comunidade acadêmica, inclusive internacional, por meio de traduções ao inglês da interface e de conteúdos selecionados;

5. Visualização: estabelecimento de conexões entre os documentos legais e a realidade impactada, por meio de associações espaciais e temporais;

6. Legado: constituição de um acervo estruturado de informação técnico-científica decorrente dos levantamentos de dados de natureza pericial e por iniciativa das partes do processo.

A proposta, aprovada e adotada pelo CTC do Projeto Brumadinho, deu origem a um projeto gráfico-visual, a um projeto de interface humano-computador e a um detalhamento tecnológico, que definiu a infraestrutura computacional necessária para a criação, manutenção e operação da plataforma. Esse detalhamento articula a experiência do grupo Indisciplinar[6] com a criação de plataformas digitais sobre disputas territoriais, incluindo

desastres de mineração, a iniciativas de computação aplicada do Laboratório de Computação Interdisciplinar (LabCS+x)[7] com atuação na área de computação aplicada, geoinformática, bancos de dados geográficos e sistemas de informação geográficos.

No tratamento dos dados, a Plataforma guia-se pelas diretrizes de transparência e de acessibilidade, as mesmas que orientaram a elaboração da Lei de Acesso à Informação, relativa à publicidade de dados governamentais. Segundo os princípios da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), os dados devem ser:

- a) Completos: disponíveis sem limitações, exceto restrições válidas quanto a privacidade, segurança ou uso privilegiado;
- b) Em forma primária: coletados em seu nível de granularidade mais alto, ou seja, não sendo ofertados apenas de forma agregada ou sumarizada;
- c) Em tempo hábil: publicados tão rapidamente quanto possível, para preservar seu valor e utilidade;
- d) Acessíveis: disponíveis livremente na Internet, para a mais ampla gama de interesses e propósitos possíveis;
- e) Processáveis por máquina: codificados e estruturados de forma a permitir processamento automático sem a necessidade de transformações;
- f) Não discriminatórios: acessíveis sem necessidade de registro ou identificação prévios;
- g) Não proprietários: acessíveis sem a necessidade de uso de ferramentas e recursos sobre os quais alguma entidade tenha controle exclusivo.

Somem-se a estes princípios os argumentos em favor da publicação de dados de pesquisa, em especial aqueles produzidos em projetos financiados com recursos públicos.

Sem essa disseminação de dados, o princípio científico da reprodutibilidade torna-se inviável de ser alcançado.

Por esses motivos, os dados técnico-científicos produzidos no âmbito do Projeto Brumadinho, disseminados por meio da Plataforma, atendem aos princípios internacionais crescentemente conhecidos como *Open Science: Open Access* (artigos científicos de acesso aberto); *Open Data* (abertura de dados, especificações, modelos e documentação de experimentos); e *Open Computational Processes* (abertura do código-fonte de software utilizado no trabalho científico).

Para além de pesquisadores que possam vir a fazer uso dos dados publicados na Plataforma Brumadinho, o desenvolvimento da mesma está pautado na aderência às diretrizes de acessibilidade recomendadas pela W3C[8]. As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1 definem a forma como tornar o conteúdo da Web mais acessível para uma diversidade de pessoas, contemplando uma vasta gama de necessidades especiais, incluindo visual, auditiva, física, de fala, intelectual, de linguagem, de aprendizagem e neurológica. Estas diretrizes tornam, também, o conteúdo da Web mais acessível para pessoas idosas, cujas habilidades estão em constante mudança devido ao envelhecimento, e muitas vezes melhoram a usabilidade para usuários em geral.

Na mesma linha de democratização da informação, o inciso LX, do artigo 5º, promulgado pela Constituição Federal de 1988, assegura a publicidade dos atos processuais, segundo o qual “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem” (BRASIL, 1988). Ratificando a Carta Magna, o Novo Código de Processo Civil admite que todos os atos processuais são públicos, excetuando-se aqueles cujos processos tramitam em segredo de justiça, nos termos do Art. 189 da Lei nº 13.105/2015 (BRASIL, 2015). No entanto, os processos judiciais em questão não se enquadram na exceção.

Nesse âmbito, vale reforçar a relevância da garantia à informação como condicionante ao acesso à Justiça, sobretudo quando o objeto das ações interessa diretamente não só a quem a propõe, mas também àqueles em favor dos quais a

demanda foi ajuizada. Esse é o caso das ações civis públicas em questão, cujas demandas são coletivas e pretendem tutelar direitos transindividuais e individuais homogêneos[9] das pessoas atingidas. Para efetivação do acesso à Justiça nesse caso, é fundamental que a pessoa atingida conheça os direitos reconhecidos para acessá-los.

Além disso, a transparência é condicionante para o controle social sobre a prestação jurisdicional, pois o acompanhamento processual permite que a população discuta a atuação do poder judiciário e dos seus representantes legais, como o Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, que detêm legitimização para tutelar judicialmente os direitos difusos e coletivos, além da defesa do interesse público[10].

Atualmente os autos dos processos em questão estão disponíveis online no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe)[11] do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na qual a consulta ao detalhamento do conteúdo dos processos eletrônicos exige ao usuário o Certificado Digital ICP-Brasil A3[12] e é restrita aos usuários internos, às partes e aos advogados credenciados no sistema PJe e a membros do Ministério Público cadastrados[13]. Sendo assim, a navegação dos usuários comuns, com perfil *jus postulandi* (usuário sem representação de advogado), que não figuram como parte ou interessado na ação em curso, limita-se ao acesso aos dados básicos, de acordo com a referida normativa[14].

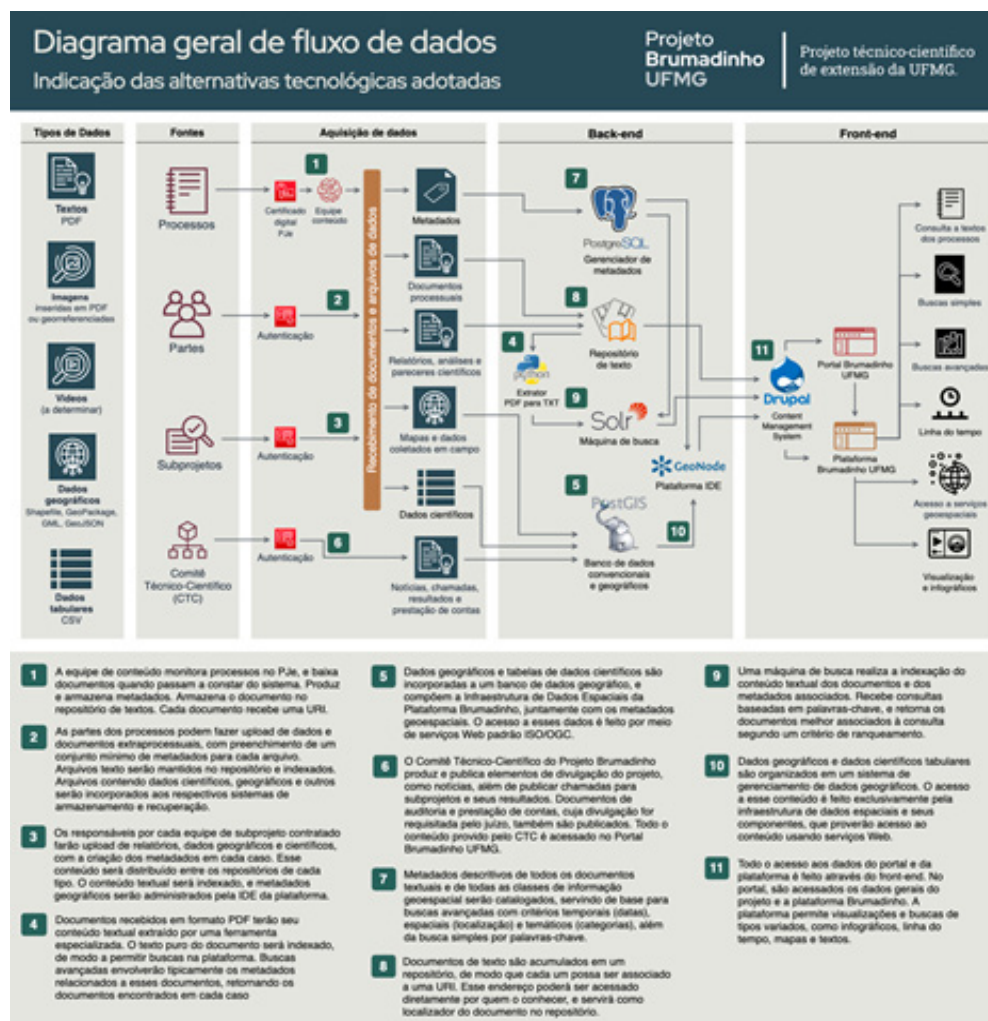
No que tange à atuação da perícia técnica no PJe, a partir do Aviso nº 37/CGJ/2019 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais foi criada modalidade de perfil específico para que os peritos e órgãos técnicos ou científicos possam acessar os autos digitais.

Esses entraves dificultam o exame processual por boa parte dos pesquisadores envolvidos no Projeto Brumadinho-UFMG, como também a outros atores interessados na resolução do conflito, a exemplo de servidores públicos, técnicos das Assessorias Técnicas Independentes, setores técnicos das partes, bem como pela população atingida, colocando em xeque o princípio da publicidade dos atos processuais e a garantia à informação.

Projeto da Plataforma

O projeto da Plataforma parte de uma concepção funcional, expressa pelos requisitos e princípios apresentados anteriormente, reforçados pela necessidade de provimento de acesso amplo, em oposição às dificuldades impostas pelas regras de funcionamento dos sistemas processuais atuais. O projeto pode ser melhor compreendido se descrito em duas partes, conhecidas comumente na informática como *front-end* (interface com o ser humano) e *back-end* (estruturas computacionais para gerenciar o fluxo de dados) (Figura 3).

Figura 03: Diagrama Geral de Fluxo de Dados da Plataforma.
Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG



Todo o conteúdo da plataforma pode ser explorado através de cinco funcionalidades organizadas no *front-end*[15], desenvolvida através do sistema de gerenciamento de conteúdo Drupal[16], são elas: acesso ao sumário dos processos, busca simples, busca combinada, linha do tempo e mapa. Nesse formato, permite-se explorar o acervo utilizando-se filtros correspondentes aos metadados básicos e classificações temáticas, abrangendo a multiplicidade de assuntos envolvidos de diversas áreas do conhecimento, associados a recursos visuais de exposição da informação no espaço e no tempo. Uma outra forma de navegação no acervo é a partir do sumário interativo, no qual os documentos são disponibilizados na forma de índice, de forma similar à navegação dos documentos processuais em formato PDF, baixada no sistema PJe.

Adicionalmente, através da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), gerenciam-se os dados geoespaciais, usando metadados descritivos, padrões internacionais de intercâmbio de dados e tecnologias de código aberto. O uso de ferramentas tecnológicas de análise espacial e visualização cartográfica[17] possibilita ao usuário a sobreposição e conexão de diferentes dados, viabilizando análises cruzadas e complexificadas sobre os impactos territoriais.

Busca-se com esse formato abrangente contemplar a diversidade de atores que configuram o público alvo da Plataforma. Abrangem-se o juízo, as partes, instituições jurídicas, setores governamentais, comunidade acadêmica e toda a população. Dentre estes, apresenta-se uma diversificação entre os principais assuntos de interesses e a proximidade com o conhecimento jurídico e com o rito procedimental do processo judicial, afetando as formas de busca e exploração do conteúdo.

Levando em conta o contexto dos impactos sociais do rompimento do complexo minerário, os princípios de design utilizados para embasar a proposta e orientar o desenvolvimento da Plataforma são provenientes do *Human Centered Design*, ou Design Centrado no Ser Humano, em tradução livre (IDEO, 2015). O método, focado na tomada de decisões voltada para o contexto e a realidade do público-alvo do produto ou serviço, possui

uma série de pilares e técnicas que orientam, até o presente momento, o processo de construção iterativa da Plataforma.

A concepção inicial da Plataforma, realizada nas primeiras semanas de trabalho, partiu de um problema identificado pela equipe e em seguida de uma hipótese formulada para sanar essa questão. Dada a natureza judicial das acusações à empresa responsável pelo complexo minerário e dos respectivos trâmites desses processos, as informações ficariam restritas somente a um grupo em particular – não seriam acessíveis aos atingidos nem ao restante da população. Dessa forma, constatou-se a necessidade de desenvolver a Plataforma com uma interface intuitiva, composta majoritariamente por um mapa e uma linha do tempo para facilitar a navegação entre os acontecimentos relacionados ao rompimento (esboço inicial na Figura 4).

No lançamento da versão inicial da Plataforma, realizado em agosto de 2020, o sistema contava apenas com a busca combinada, função que permite buscar por palavras-chave, temas, categorias e termos jurídicos nos processos. Nos meses seguintes, os demais recursos foram incorporados gradativamente à medida em que se trabalhava tanto na interface (*front-end*) quanto na lógica e na implementação de novas telas (*back-end*). Em dezembro de 2020, passamos a realizar análises da interface da Plataforma para verificar se os critérios definidos na concepção (especialmente o alcance da população atingida) estavam sendo cumpridos. Nesse sentido, destacam-se os estudos de acessibilidade, de semiótica e de usabilidade, já que, de acordo com Norman (2018), uma série de elementos visuais explícitos e não explícitos influenciam a qualidade do uso de um produto ou serviço.

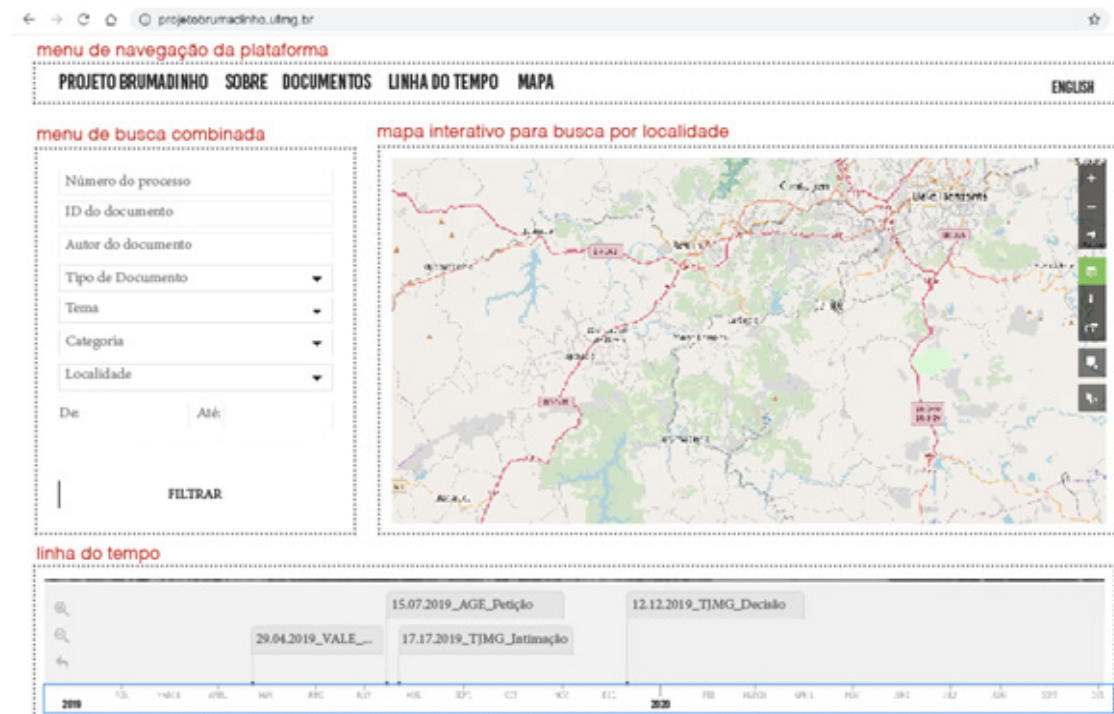
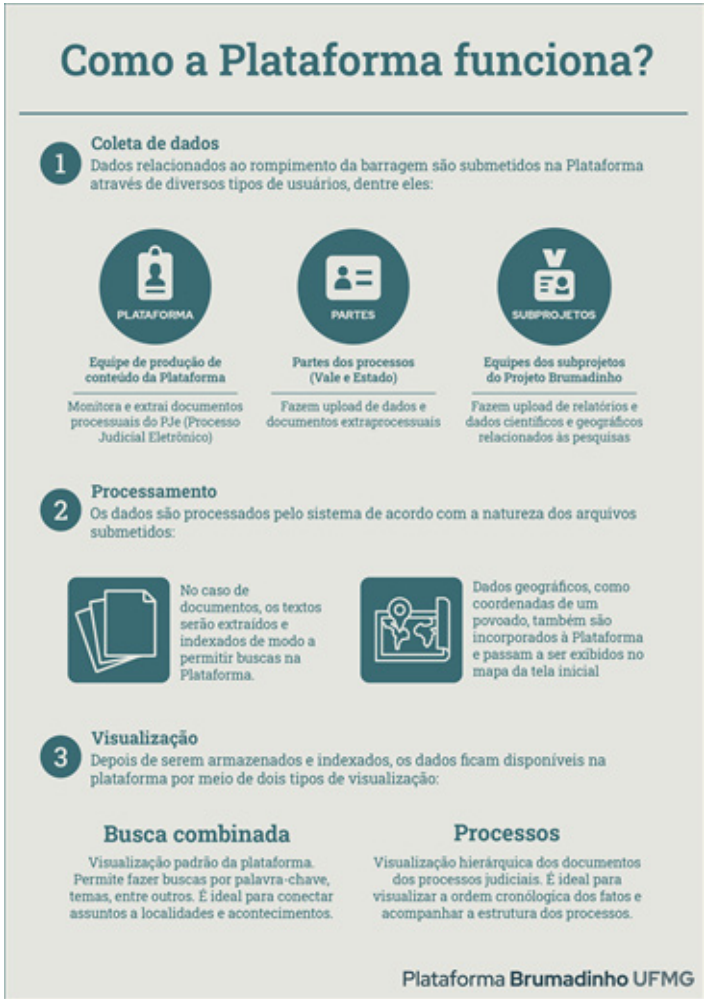


Figura 04: Esboço do desenvolvimento inicial do Front-end. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

Assim, para tornar os documentos acessíveis por meio de recursos tecnológicos de classificação, indexação e busca, é necessário que os dados sejam preparados para disseminação, independentemente de sua origem (Figura 4). O conteúdo proveniente dos processos judiciais é tratado e indexado pela equipe de Produção de Conteúdo da PB por meio de extração e catalogação de termos (palavras) que fazem parte de seu conteúdo, seguindo padrões de construção de metadados, descritos em seção adiante. Já no material fornecido pelas partes ou pelos subprojetos, os metadados necessários referentes a esses documentos ou conjuntos de dados são fornecidos pelos responsáveis pela sua criação. A Plataforma permite a incorporação de documentos de texto em formato PDF e, também, dados estruturados: dados tabulares, dados geográficos vetoriais e em formato de imagem (dotadas de associação com coordenadas).



O processamento desses dados é realizado na interface de retaguarda (*back-end*) por meio das seguintes aplicações tecnológicas (Figura 5): (i) sistema gerenciador de banco de dados *PostgreSQL*[18], no qual catalogam-se os metadados descritivos; (ii) repositório de texto, no qual armazenam-se os documentos textuais, de modo que cada um possa ser associado a uma URL (associadamente utiliza-se um extrator de texto escrito em linguagem *Python*[19] , para converter um arquivo PDF em texto livre); (iii) sistema de busca, com *Apache Solr*[20], que realiza a indexação do conteúdo textual dos documentos e dos metadados associados; (iv) extensão espacial *PostGIS* para

Figura 05: Captura de tela da aba “sobre a Plataforma Brumadinho” apresentando o funcionamento geral da plataforma.

o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) *PostgreSQL*, responsável pela incorporação de dados geográficos e tabelas de dados científicos; (v) organização da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), por meio do *Geonode*, um software de código aberto para gerenciamento e publicação de dados geoespaciais[21] no padrão internacional ISO/OGC.

4. Método de análise documental: concepção e alimentação do banco de dados dos processos judiciais em questão

O procedimento de análise documental abarca os cinco processos judiciais visando a reparação dos danos deflagrados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, a saber: autos nº 5010709-36.2019.8.13.0024 (Tutela Antecipada em Caráter Antecedente), 5026408-67.2019.8.13.0024 (Ação Civil Pública em aditamento a Tutela Antecipada Antecedente), 5044954-73.2019.8.13.0024 (Ação Civil Pública relativa aos danos ambientais), 5087481-40.2019.8.13.0024 (Ação Civil Pública relativa aos danos socioeconômicos) e 5071521-44.2019.8.13.0024 (Anexo referente às pesquisas científicas).

O banco de dados estrutura-se em quatro seções:

a) Dados básicos: agrupa os dados que têm como finalidade identificar o documento no sistema PJe, são eles:

Tabela 01: Dados para do identificação documento.

Campo	Descrição	Tipo de Dado	Preenchimento Obrigatório
Data de assinatura	Data em que o documento foi assinado	Data	Não
Data de protocolo	Data em que o documento foi protocolado no PJe	Data	Sim
ID 1	Identificador interno do documento no PJe (chave)	Numérico	Sim
ID 2	Número de Identificação secundário. Existe quando a peça/documento é composto pela junção de dois arquivos do PJe	Numérico	Não.

ID de documento idêntico	Identificação numérica de documentos similares a outros existentes nos autos processuais analisados	Numérico	Não
ID Documento Principal	Identificação numérica do documento principal ao qual o anexo se vincula	Numérico	Não
ID Documentos Anexo	Identificação numérica (ID) dos anexos do documento principal em questão	Numérico	Não
Autoria	Instituições ou pessoas signatárias. No sistema PJe identifica-se o usuário que assinou o documento, no entanto, na Plataforma, priorizamos a indicação da instituição signatária	Texto	Sim
Documentos Referenciados	Identificação numérica (ID) das peças citadas no documento em questão	Numérico	Não
Tipo de documento	Tipo de documento indicado pelo autor no ato de protocolo	Texto	Sim

b) Dados de síntese: corresponde aos campos de “Síntese do documento” e sua respectiva tradução na língua inglesa.

c) Dados temáticos: corresponde aos campos destinados à classificação dos registros conforme atributos temáticos, são eles: “Tema CTC”; “Theme”; “Categorias”; “Categories”; “Palavras-chave”.

d) Dados Geográficos: dispostos no campo “localizações”, no qual indicam-se as localidades associadas ao documento.

Plataforma Brumadinho

PROCESSO Nº 5010709-36.2019.8.13.0024

Figura 06: Planilha correspondente ao processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

O método de Análise Documental e construção do banco de dados é configurado pela sequência das seguintes atividades: download dos processos no PJe; organização dos documentos em drive online; sumarização dos itens em planilha; leitura e sintetização das peças/documentos; categorização; revisão; e tradução para o inglês.

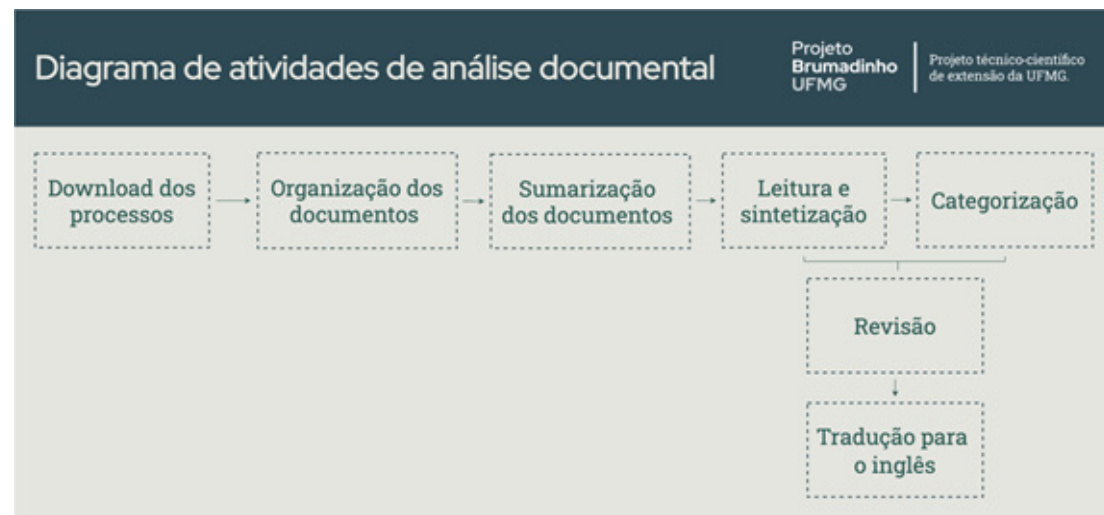


Figura 07: Fluxo de atividades de análise documental. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

O procedimento inicia-se com o download dos processos completos através do sistema PJe ou a partir de drive online enviado pela assessoria jurídica do CTC. Como citado na seção anterior deste artigo, os processos são baixados em formato PDF, contendo folha de sumário indicando todas as peças judiciais contidas no arquivo.

Na etapa seguinte, organizam-se os autos dispondo-os em plataforma de armazenamento online. A atividade consiste em subdividir os autos, desmembrando os documentos/peças que o compõem. Via de regra, os documentos correspondem a um arquivo com único identificador interno do documento (ID / chave) no PJe. No entanto, algumas peças são formadas pela associação de dois ou mais arquivos, cada qual com a sua chave. Isto ocorre devido a limitações de tamanho dos arquivos para upload no PJe, que obrigam ao usuário desagrupar as peças para anexá-las. Em outros casos, um único arquivo abarca documentos distintos, sendo necessário subdividi-lo. Estas especificidades impedem que esta etapa seja automatizada, exigindo a identificação manual das fragmentações e agrupamentos dos documentos jurídicos. Sem estes ajustes, seria necessário que o próprio usuário encontrasse os arquivos distintos e os associasse, dificultando o entendimento da discussão judicial.

O terceiro passo refere-se ao registro de cada documento no Planilhas Google, extraindo-se os dados básicos de cada documento processual e inserindo o endereço URL do arquivo armazenado no drive virtual.

Em seguida, inicia-se o procedimento de sintetização textual dos documentos processuais, com objetivo de facilitar a compreensão do conteúdo pelos usuários leigos, expondo respectivamente as seguintes informações: tipo de documento, seguido da autoria e do objeto a que se refere. Para obter maior padronização, foram produzidos modelos de síntese para cada tipo de documento, seguindo as diretrizes estabelecidas em conjunto com o juízo. Na escrita das sínteses recomenda-se:

- a) identificar a autoria, priorizando a identificação das instituições, em vez da identificação pessoal do agente;
- b) atentar-se ao vocabulário empregado no documento, visando suprimir a interferência ideológica do perito no entendimento do processo, através do léxico escolhido;

c) utilizar recursos de exposição sumariada e evitar sínteses narrativas e extensas;

d) indicar número de identificação do documento gerado por outras instituições, quando existente, a fim de distinguir documentos similares e facilitar a busca. Por exemplo: “Nota técnica nº 10/2019 da Universidade Federal de Minas Gerais [...]”;

e) ao citar siglas e abreviaturas no texto, no primeiro momento, precedê-las de suas denominações por extenso.

A etapa posterior consiste na classificação dos documentos conforme: categorização por eixos temáticos e categorias, levantamento de palavras-chave e localidades associadas de forma manual. A intenção é que, a partir desse processo manual, construa-se um conjunto de vocabulário associado às categorias e temas, a fim de tornar o processo automatizado.

Os eixos temáticos e categorias correspondem a uma organização interna dos subprojetos do Projeto Brumadinho e, por isso, foram objeto de alguns debates e de levantamento junto aos coordenadores do Comitê Técnico-Científico das principais categorias relacionadas aos subprojetos.

As discussões resultaram na seguinte proposição: quatro eixos temáticos nos quais os subprojetos se organizam – Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde da População e Socioeconômico – e um eixo específico destinado aos documentos metaprocessuais[22], denominado “Trâmites Processuais”, que não se enquadram em nenhum tema dos subprojetos. Desses eixos se desdobram as categorias elencadas no quadro a seguir. Embora aparentemente organizadas de forma vinculada estritamente aos temas correspondentes, é possível associar um tema a uma categoria de eixo distinto. Da mesma forma, é possível a indicação de mais de um tema ou categoria, já que as problemáticas se apresentam de forma multifacetada dentro do contexto.

CATEGORIAS - SUBPROJETO 01		CATEGORIES- SUBPROJECT 01	
TEMA	CATEGORIA	TEMA	CATEGORIA
Saúde da População	doenças infectocontagiosas e parasitárias; doenças crônicas não transmissíveis; intoxicações; morbidade e mortalidade; relação saúde e trabalho; violência	Health of the Population	infecto-contagious and parasitic diseases; chronicle non-transmissive diseases; intoxication; morbidity and mortality; health-labour relation; violence
Infraestrutura	acesso e transporte; estradas e rodovias; captação e abastecimento de água; equipamentos públicos; estudos geotécnicos/ estabilidade de barragens; saneamento básico	Infrastructure	access and transportation; roads and highways; water extraction and supply; public facilities; geotechnical studies/dam stability; basic sanitation
Meio Ambiente	água; animais; fauna; flora; solos; sedimentos; rejeito; geoprocessamento; análise e coleta; licenciamento ambiental;	Environment	water; animals; fauna; flora; soil; sediments; waste; geoprocessing; analysis and collection; environmental licensing
Socioeconômico	educação; jovem, criança e adolescente; populações ribeirinhas; população; agropecuária	Socioeconomic	education; youth, children and young adults; riparian population; population; agropastoralism
Trâmites processuais	Decisão Judicial; Despacho (mero ordenamento); Ata de Audiência; Ofício; Petição Inicial; Recurso das partes; Acórdão; Petição/Manifestação; Atermações (Termos de Compromisso etc); Demais movimentações (onde seriam colocados: certidões, entrega de expedientes, mandado de intimação, relatório de interrupção do PJE, procuração, subestabelecimento, informe de banco, AR, certificado....); Demais documentos (onde seriam colocados: mapas, o compilado de imagens....); Manifestações Projeto Brumadinho-UFMG; Parecer/Relatório Técnico	Legal proceedings	Court order; Order (simple order); Hearing minute; Letter; Declaration; Appeal by parties; Judgement; Petition/Statement; Term (Signed agreements, etc); Statements; Other motions (including: statements, delivery of expedients, subpoenas, PJE interruption reports, powers of attorney, subdelegations, bank statements, notices of receipt, certificates....); Other documents (including: maps, compilation of images....); Statements Projeto Brumadinho-UFMG; Technical statement/report.

As palavras-chave e localidades são extraídas manualmente do próprio documento, a partir da leitura, identificando os termos que não só apresentam maior ocorrência no texto, como traduzem o objeto central da peça. É comum que o nome de localidade “Brumadinho”, por exemplo, se apresente na maioria dos textos em referência à localização da barragem rompida, a título introdutório, até mesmo quando o objeto da peça trata de questões específicas de outra localidade. Na extração de palavras-chave, atenta-se ao teor do documento e afastam-se os riscos de interferências ideológicas pelo pesquisador ao utilizar as palavras contidas no texto.

Considerando que o trabalho é realizado por vários pesquisadores, a dificuldade na extração manual é a uniformização referente ao número de palavras listadas e ao uso de palavras-chave compostas.

Sequencialmente à escrita das sínteses e em paralelo à categorização, desenvolve-se o trabalho de verificação ortográfica e tradução para a língua inglesa dos dados textuais e temáticos. Buscam-se, com a revisão, a melhor adequação

das diretrizes indicadas e padronizações de estilo e formais, relacionadas ao uso de siglas, padrões numéricos e itemizações.

A tradução visa ampliar a repercussão da plataforma e sobretudo, do modelo de produção de prova técnica estabelecido através de cooperação entre juízo e universidade, considerado inovador pelo juiz Dr. Elton Pupo à frente da condução do processo[23]. Com a disponibilização da versão em inglês da plataforma pretende-se alcançar atores internacionais, interessados no desdobramento do processo e no tratamento jurídico-institucional de desastres socioambientais.

As principais dificuldades enfrentadas referem-se à multiplicidade de termos técnicos específicos abarcados nos autos e à linguagem especializada jurídica, visto que existem diferenças substanciais entre os sistemas jurídicos que se regem pela *civil law*, como é o caso brasileiro, e o sistema anglo-saxônico, baseado na *common law*[24], que vigora no Reino Unido e nos países que fazem parte da Commonwealth. Visando padronizar o vocabulário utilizado e atingir um resultado mais fiável, o procedimento inicial de tradução consistiu na elaboração conjunta de glossários especializados e lista de siglas que servirão de referência para o desenvolvimento dos trabalhos de tradução.

Os glossários registram as opções da equipe quanto à tradução das sínteses, principalmente dos termos que não apresentam tradução exata convencionalizada, além de termos técnicos referentes às diversas áreas envolvidas no projeto e de nomes de entidades citadas nos textos. Com o desenvolvimento das traduções o glossário foi sendo aprimorado e expandido. As alterações realizadas ao longo do processo de discussão permanecem registradas até o encerramento das traduções, de forma a permitir futuras discussões para que, então, se proceda o registro do glossário final, a ser disponibilizado no portal, conferindo maior transparência ao desenvolvimento do trabalho.

Por fim, após a revisão e tradução é realizada a verificação ortográfica automatizada. Assim, uma vez alimentado e atualizado, o banco de dados é encaminhado à equipe de programação para processamento dos dados através de

aplicações tecnológicas que suportam as ferramentas de navegação dispostas na interface visual, descrita a seguir.

5. Funcionalidades apresentadas na interface com o humano (Front-End)

No que tange ao desenvolvimento da interface de visualização (*front-end*), o desenho inicial do menu de busca parte da associação de ferramentas de mapa e linha do tempo, explorada na Plataforma digital INDATLAS[25]. Acrescenta-se a esta proposta os menus de busca simples e avançada, que identificam os componentes específicos dos documentos processuais e as classificações temáticas.

Com base na concepção prévia das funcionalidades, a agência de comunicação e design contratada[26] definiu o projeto gráfico que foi implementado pela equipe de programação. As diretrizes básicas para concepção da identidade visual e projeto gráfico da plataforma foram a necessidade de abranger, através da linguagem da interface, o amplo público alvo da proposta, além de transmitir a estes o caráter inovador e acadêmico do projeto, conferindo-lhe confiabilidade.

Foram estabelecidos mecanismos de identidade visual tanto para o Projeto Brumadinho UFMG, quanto para a Plataforma, definindo fontes, paletas de cores, padrões de composição de interfaces e diversos outros tipos de material, para o meio digital e para objetos físicos. Essas definições foram comparadas com as características de sistemas de gerenciamento de conteúdo, produtos tecnológicos dotados de recursos para implementação de sistemas na Web.

Os sistemas de gerenciamento de conteúdo também implementam os recursos usuais para construção da interação entre o usuário e o sistema, incluindo mecanismos de interação em tela (botões, campos para digitação, interfaces para entrada de dados, mecanismos de visualização) aos quais qualquer usuário de navegadores na Web já foi exposto e os quais opera rotineiramente.

Resulta, deste processo, o desenvolvimento da identidade visual[27] e layout da PB. Na tela inicial encontra-se a interface

de busca no acervo, a qual possibilita ao usuário realizar busca simples por palavras-chave (Figura 9) e, ao expandir o menu, é possível também explorar os campos de busca avançada (Figura 10), sendo eles: ID do documento, autoria, tipo de documento, localização, tema, categoria, data de protocolo e data de assinatura. Os campos podem ser filtrados combinadamente, inclusive com a palavra-chave.

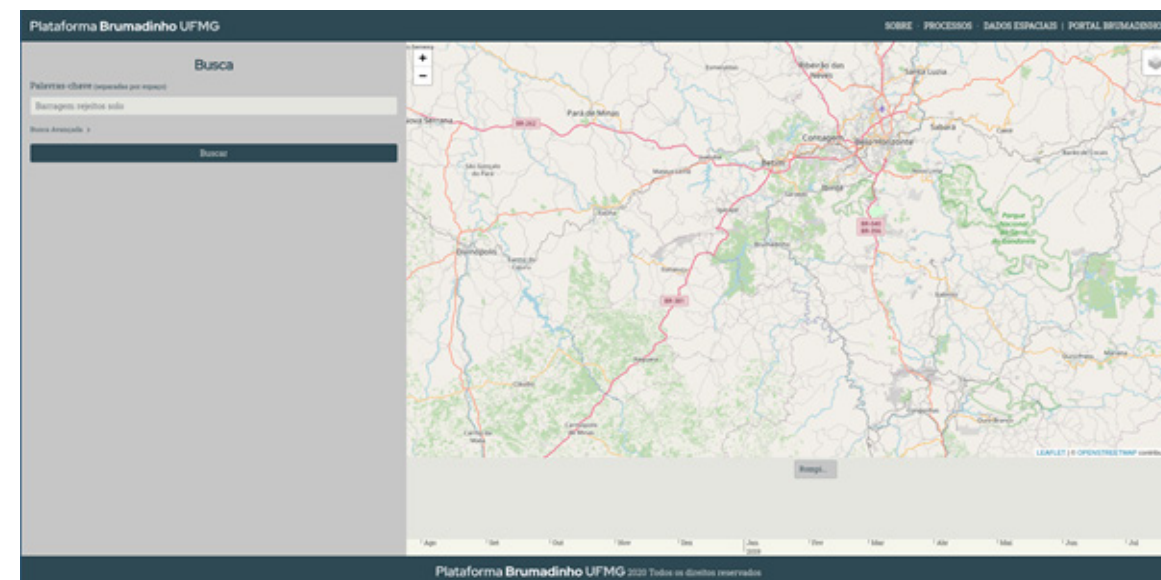


Figura 09: Tela inicial da plataforma e busca simples. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

Após a seleção dos filtros de pesquisa, na tela seguinte, os resultados obtidos são apresentados em lista similar à fornecida por motores de busca típicos como Google, na qual é possível ler prévia da síntese dos documentos. Na mesma página, os resultados também são mostrados através da linha do tempo (porção inferior da tela), e do mapa (porção central da tela). O acesso ao item escolhido é possível a partir de seleção na lista, no mapa ou na linha do tempo.

As ferramentas espaço-temporais têm a funcionalidade de exibição dos resultados. No entanto, até o momento não é possível navegar através dessas ferramentas para filtrar o acervo por uma delimitação cronológica ou geográfica.

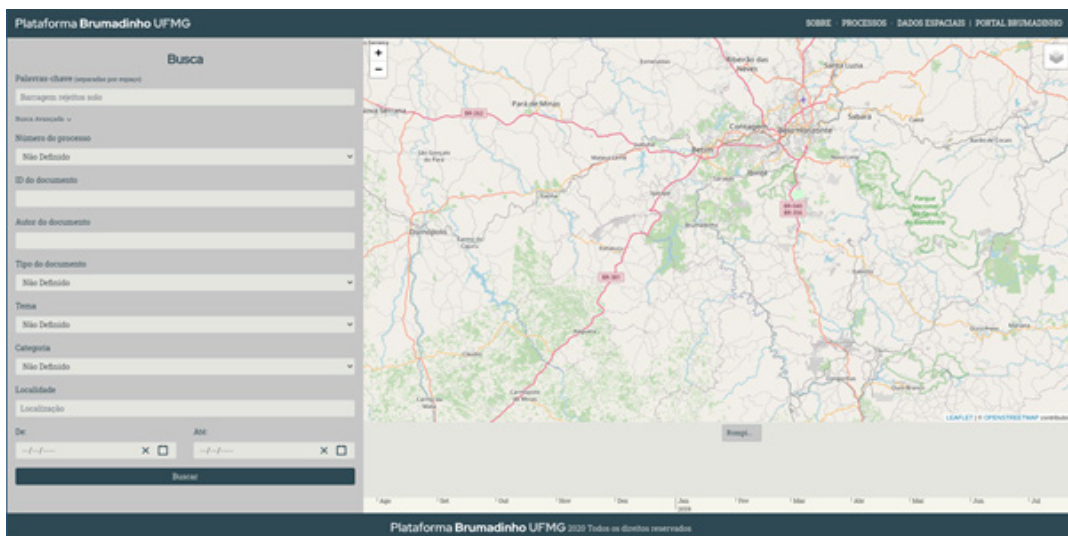


Figura 10: Tela de busca avançada
Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

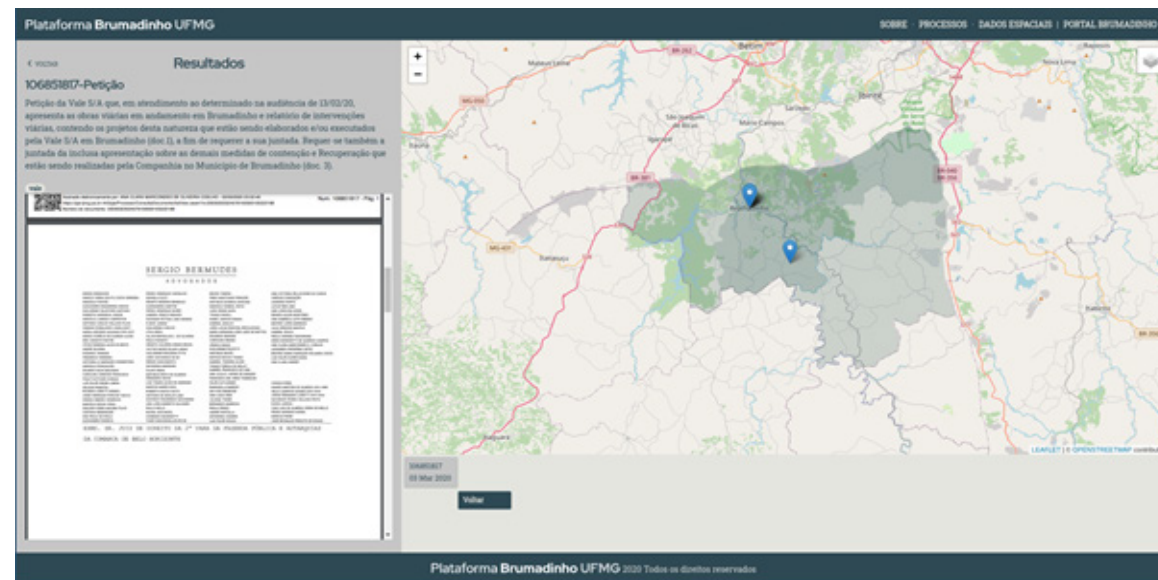


Figura 13: Tela de apresentação do documento.
Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

Na tela seguinte à seleção do item, é exibida a síntese integral conjuntamente à prévia do documento, sendo possível percorrê-lo ou baixá-lo em formato de texto não editável.

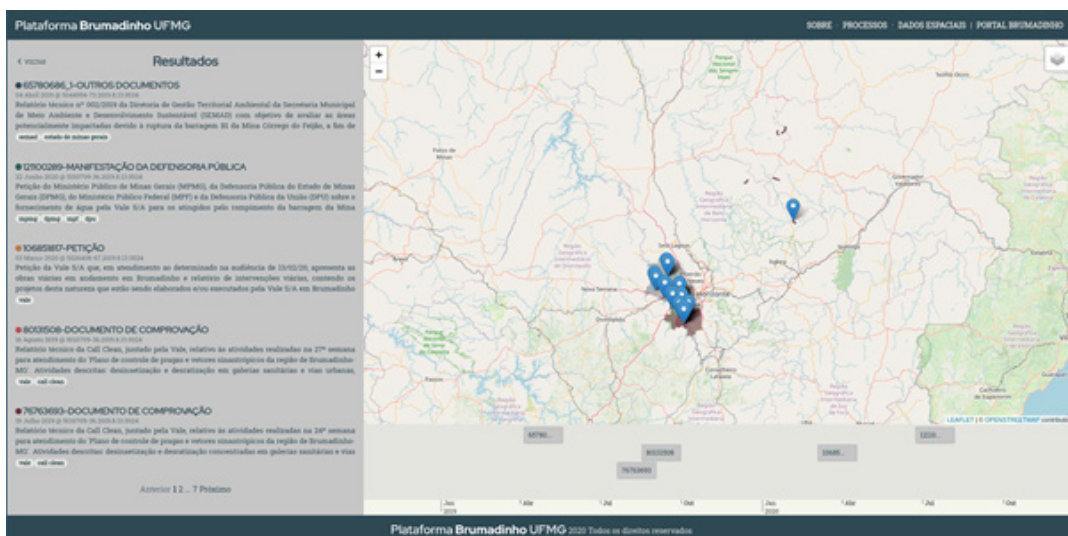


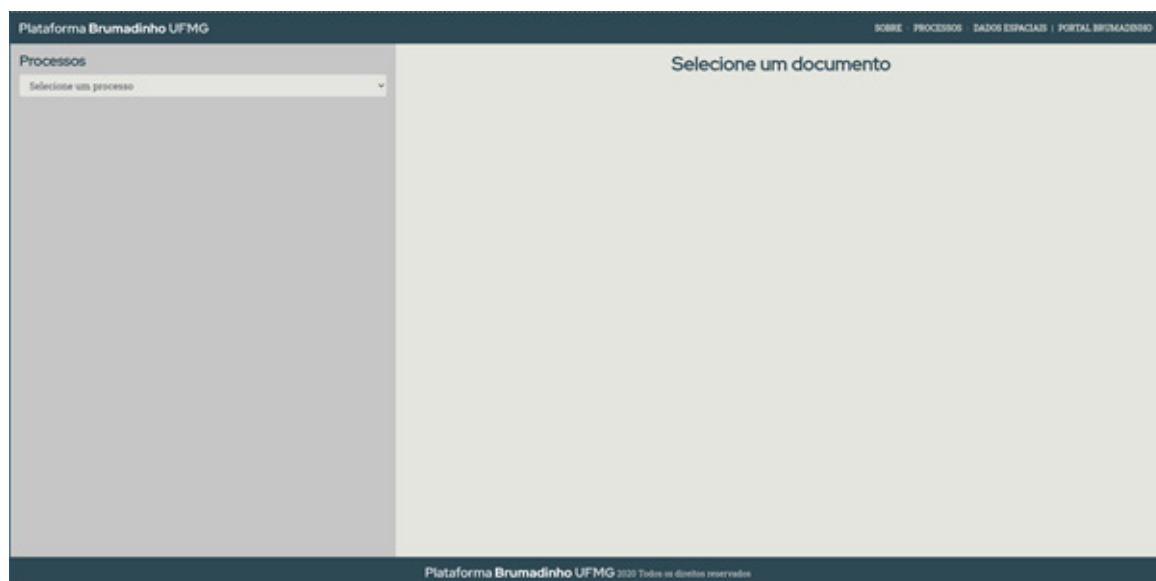
Figura 12: Tela de resultados com pop-up no mapa.
Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

O acesso aos documentos processuais também pode ser realizado através do menu sumarizado, no qual exibem-se os documentos e peças processuais de forma sequencial, semelhante ao índice do processo judicial. Para sua utilização, o usuário deve acessá-lo a partir da opção “Processo” localizada na barra de navegação superior da PB. Em seguida, deve selecionar o processo que deseja consultar. Posteriormente, exibe-se o sumário contendo o índice cronológico de documentos contidos naquele processo, identificando data, chave (ID), autoria e tipo de documento e apresentam-se hierarquicamente as peças processuais e os anexos associados a estas. Nessa navegação, é permitido ao usuário reordenar os documentos a partir dos campos fornecidos. Uma vez selecionado o item desejado, o documento é exibido na tela central.

Embora semelhante à exibição do processo jurídico no formato PDF, é interessante ressaltar algumas facilidades apresentadas pelo menu sumarizado da PB que a tornam mais dinâmica para a pesquisa e exploração do acervo. A principal delas refere-se

à exibição paralela do processo e sumário, permitindo a leitura dinâmica de vários documentos sem exigir que se percorra todas as páginas de cada um e, também, evidenciando a transição de um documento para o seguinte. Além disso, a PB possibilita reorganizar o índice conforme o campo de interesse e indica a instituição signatária do documento, fornecendo maior gama de possibilidades de navegação, como também mais informação para leitura e entendimento do conteúdo processual.

Figura 14: Tela inicial da visualização da lista dos documentos dos processos. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG



A conjugação de recursos para navegação nos documentos processuais tem o intuito de contemplar o amplo público alvo da plataforma. Entende-se que é mais provável que atores jurídicos – advogados, magistrados, defensores públicos e promotores – utilizem mais o menu sumarizado ou os campos de busca combinada de “tipo de documento”, “ID”, a que estão habituados nos procedimentos jurídicos, enquanto que as buscas temáticas correspondem à forma de organização da Universidade e, por isso, tendem a ser mais apropriadas aos pesquisadores envolvidos no Projeto Brumadinho-UFMG. Por conseguinte, a busca por palavras-chave é o mecanismo de busca universal.

Para além dos recursos de pesquisa no acervo processual, a plataforma possui interface de armazenamento e catalogação

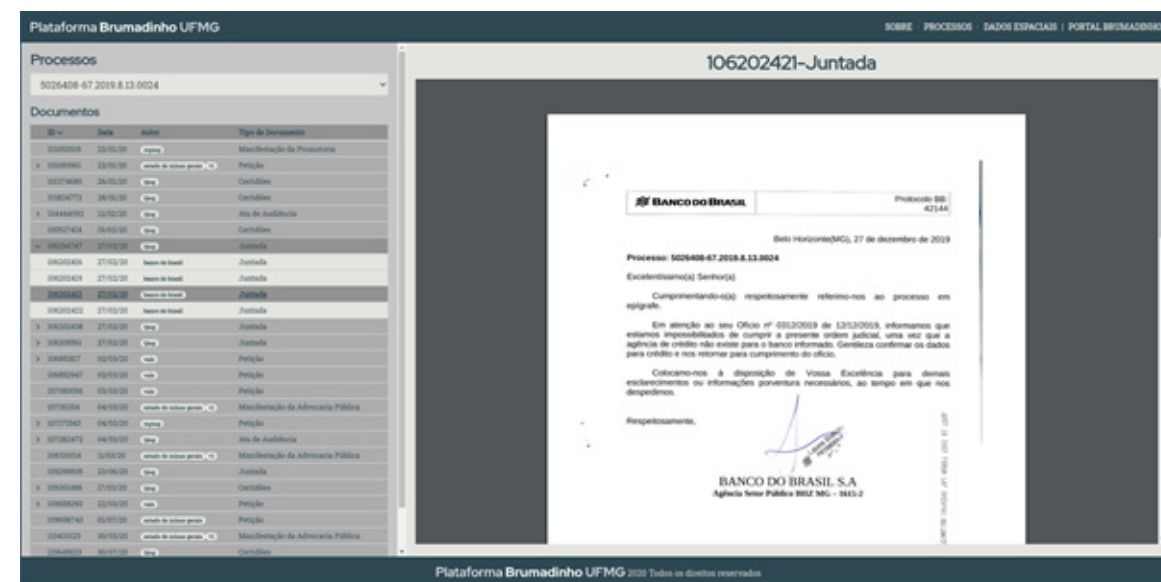


Figura 15: Tela de visualização da lista de documentos de um dos processos. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

de dados espaciais criados a partir do conteúdo processual ou obtidos pelos subprojetos, organizados sob a forma de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE). Por meio dela, é possível: (i) navegar por um conjunto de dados a fim de baixá-los em uma variedade de formatos, que podem também ser usados diretamente em outras aplicações através de serviços Web geoespaciais; e/ou (ii) explorar a seção de mapas a fim de visualizar os mapas temáticos disponíveis ou produzir o seu próprio mapa baseado nos conjuntos de dados do acervo.

O acesso à ferramenta é realizado através da opção “Dados Espaciais” situada no menu superior da plataforma. A tela inicial (Figura 18) dispõe de mecanismos de pesquisa à biblioteca de dados espaciais, que pode ser realizada através de caixa de pesquisa ou direcionada pelas categorias de conjuntos de dados disponíveis. Os resultados são exibidos em lista na página seguinte, na qual é possível customizar a busca filtrando-a pelos seguintes campos: “texto”, “categorias”, “tipo”, “palavra-chave”, “proprietário”, “data”, “região” ou “extensão”. Usando o filtro extensão, é possível aplicar um recorte espacial posicionando a área de interesse dentro da caixa. O conteúdo do acervo é restrito aos conjuntos de dados provenientes dos

processos judiciais, bases de dados topográficos oficiais ou fornecidos pelas partes e subprojetos.



Figura 16: Tela de abertura da IDE. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

Categorias de conjuntos de dados



Figura 17: Conjunto de dados apresentado na tela inicial da IDE. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG



Figura 18: Tela de listagem dos conjuntos de dados na IDE. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

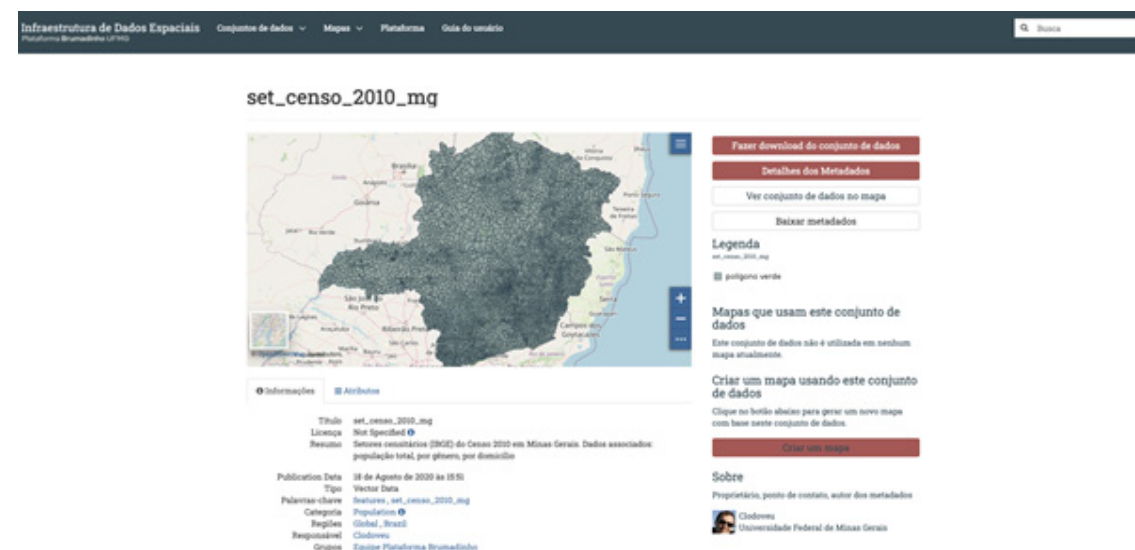


Figura 19: Tela de visualização de informações de uma camada na IDE. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

A partir da seleção da camada é possível explorar os detalhes dos metadados do documento, visualizar a camada em mapa interativo, baixar metadados associados a ela ou baixar a própria camada, extraíndo-se os dados geoespaciais de dentro da IDE, escolhendo o formato de exportação, a fim de utilizá-los em outras aplicações.

Outro modo de explorar a biblioteca de conjunto de dados é a composição de mapa temático, a partir da seleção das camadas exibidas na barra lateral (Figura 20). O instrumento de criação de mapa permite ao usuário gerenciar as camadas selecionadas ou inserir outras, por meio da edição da organização, opacidade e visibilidade das camadas inseridas. Ademais, são fornecidas ferramentas básicas de edição e navegação de mapas como zoom, escolha de escala e sistema de coordenadas empregado.

Figura 20: Tela de resultados da consulta ao acervo de conjuntos de dados na IDE. Fonte: Plataforma Brumadinho-UFMG

Explorar conjuntos de dados



Assim como apresenta-se nesse Portal de Infraestrutura de Dados Espaciais, o uso da visualização cartográfica em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) promove a tradução visual de informações complexas apresentadas em forma de texto e tabulares, subsidiando a cognição dos problemas, o raciocínio e soluções voltadas à gestão do território (BATTY et al., 2000). No contexto referente à reparação dos danos deflagrados por um desastre socioambiental[28], a visualização de dados geográficos associada à tecnologia digital pode desempenhar as seguintes finalidades:

- i) instrumento de análise espacial e diagnóstico, ampliando a compreensão dos danos territoriais sobre diferentes temáticas, associadas às características do sítio físico. Subsidia a tomada de decisões assertivas de planejamento ou judiciais.
- ii) instrumento de comunicação visual das medidas a serem implementadas;
- iii) instrumento de democratização da gestão do processo de reparação, auxiliando a participação pública nos processos de decisão.

A possível aplicação de uso desse sistema no andamento processual reside na capacidade de sobrepor dados provenientes de diferentes fontes sobre uma mesma problemática, com intuito de expor as controvérsias entre elas. Ou ainda, no âmbito da gestão do processo reparatório, a visualização concomitante de camadas de diferentes eixos temáticos pode auxiliar no diagnóstico dos danos territoriais e no planejamento estratégico das medidas reparatórias a serem implementadas, a fim de se dar suporte à decisão. Para isso prevê-se que a Infraestrutura de Dados Espaciais seja alimentada pelos resultados de pesquisas científicas vinculadas ao Projeto Brumadinho-UFMG, bem como seja utilizada pelos diversos setores envolvidos no processo de reparação.

6. Considerações finais

As principais contribuições da Plataforma Brumadinho no processo reparatório são a promoção do acesso à informação,

ao disponibilizar publicamente os documentos processuais através de interface de pesquisa, condicionado a atender amplo público alvo; e a integração de forma inovadora das informações provenientes do meio jurídico e do meio acadêmico, suportada pela constituição de Acervo e de Infraestrutura de Dados Espaciais. Como demonstrado, a IDE apresenta potencial para contribuir no diagnóstico dos danos, na comunicação visual das medidas a serem implementadas e na inclusão dos cidadãos no processo de gestão do desastre. No entanto, sua utilidade depende da contribuição dos atores acadêmicos e das partes envolvidas no processo judicial para o fornecimento dos conjuntos de dados geográficos acompanhados dos metadados descritivos, que serão submetidos à plataforma.

Ainda em processo de desenvolvimento, a Plataforma Brumadinho prevê alterações referentes à melhoria da interface de visualização, permitindo a exploração do conteúdo processual através do mapa e linha do tempo. Em relação à análise documental, investigam-se métodos de automatização da etapa de categorização do acervo e constituição de biblioteca de sinônimos visando aprimorar os resultados de busca. Outras modificações serão levantadas pelos testes de acessibilidade e testes de usabilidade por análise subsidiada pelo Método de Inspeção Semiótica com um grupo de usuários do sistema, em andamento.

7. Agradecimentos

A Plataforma Brumadinho-UFMG foi desenvolvida com recursos do Termo de Cooperação Técnica nº 37, firmado entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o Juízo da 2ª Vara de Autarquias e Fazenda Pública de Minas Gerais, com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Também foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Notas

1. “Inicialmente, a enxurrada percorreu o leito do ribeirão Ferro-Carvão, atingiu as instalações da companhia Vale S.A. e prosseguiu promovendo impacto e destruição ao longo da microbacia. A onda de rejeitos alcançou as localidades de Córrego do Feijão e Parque Cachoeira, pequenos vilarejos próximos à mina e, posteriormente, o rio Paraopeba, já na zona urbana da cidade de Brumadinho. Estima-se que ao menos 18 municípios tenham sido afetados ao longo da bacia do rio Paraopeba” (SILVA et al., 2020).

2. A homologação de Acordo Judicial entre as partes (Vale S/A, Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais) e instituições de justiça (Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União) envolvidas visando a reparação integral dos danos resultou no remanejamento dos subprojetos (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021) .

3. Disponível em: <<http://plataforma.projeto-brumadinho.ufmg.br/>>. Acesso em 31 de maio de 2021.

4. Integram o polo ativo da demanda, o Estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o polo passivo, a Vale S/A.

5. O impedimento está implícito no art. 473, § 2º, do CPC/2015, como segue: “§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia” (BRASIL, 2015). Visando garantir tal prerrogativa, todos os pesquisadores envolvidos no Projeto Brumadinho-UFMG são condicionados a assumir no ato de contratação o compromisso de imparcialidade no desenvolvimento de suas atividades, garantindo também a não vinculação direta profissional ou pessoal com qualquer das partes e interessados.

6. Disponível em: <<https://wiki.indisciplinar.com/>>. Acesso em 31 de maio de 2021.

7. Disponível em: <<https://www.dcc.ufmg.br/dcc/?q=pt-br/LabCS%2BX>>. Acesso em 31 de maio de 2021.

8. Disponível em: < <https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/>>. Acesso em 18 de agosto de 2021

9. De acordo com definição de Zavascki (1995, p. 84) o “Direito coletivo é direito transindividual (sem titular determinado) e indivisível. Pode ser difuso ou coletivo stricto sensu. Já os direitos individuais homogêneos são, na verdade, simplesmente direitos subjetivos individuais”.

10. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (lei da Ação Civil Pública).

11. Instituído a partir da Resolução n. 185 de 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://pje.tjmg.jus.br/pje/login.seam>>

12. Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pela Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

13. Nos termos do Art. 3º da Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

14. De acordo com o Art. 2º da Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça “Os dados básicos do processo de livre acesso são: I – número, classe e assuntos do processo; II – nome das partes e de seus advogados; III – movimentação processual; e IV – inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdão”.

15. Serão detalhadas na seção 5.

16. <http://drupal.org>

17. De acordo com Cristhiane da Silva Ramos (2005, p.39) no livro “Visualização cartográfica e cartografia multimídia: Conceitos e tecnologias”, a visualização cartográfica deriva da ideia de visualização científica e pressupõe o uso de ferramentas tecnológicas para facilitar a visualização espacial, de modo que o usuário, por meio de sua exploração, pode estabelecer suas próprias análises, produzindo um novo conhecimento. Este ramo específico de visualização dedicado à visualização de dados espaciais é também conhecido como geovisualização (MacEachren, 1990).

18. <https://www.postgresql.org/>

19. <https://www.python.org/>

20. <https://solr.apache.org/>

21. <https://geonode.org/>

22. São considerados metaprocessuais, os documentos cujo assunto é o andamento processual.

23. Ata de reunião online realizada no dia 02/12/2020 com equipe da PB, Dr. Elton Pupo e coordenação do Comitê Técnico-Científico.

24. De acordo com Barboza (2018, p. 1456-1486) a civil law é o sistema jurídico que baseia-se na antiga legislação romana e teve em sua origem a preocupação com a completude do sistema jurídico a ser realizado por meio da codificação, como um modo de garantia de segurança jurídica e previsibilidade do sistema. Já o common law se desenvolve com base nas decisões judiciais, com pouco ou quase nenhuma influência do direito romano, podendo se apresentar as seguintes distinções do civil law: i) é um direito histórico, sem rupturas; ii) é um judge-made-law, em que a jurisprudência exerce papel de grande importância no sistema jurídico; iii) é um direito Judiciário; iv) é um direito não codificado; v) sofreu pouca influência do direito romanista.

25. A plataforma IndAtlas é uma interface digital que associa ferramentas de crowdsourcing, banco de dados espacial e a produção de visualizações de diferentes tipos, em plataforma web de coleta, análise e representação de informações acerca de processos de configuração do espaço urbano. Desenvolvida pelas pesquisadoras Michele Brito Pinheiro, Ana Isabel de Sá e Natacha Rena, dentre outras pesquisadoras, dentre os anos de 2016 e 2019, foi uma experiência precursora para o desenvolvimento da Plataforma Brumadinho. Artigos sobre o IndAtlas estão disponíveis em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/indatlas-technopolitic-platform-for-urban-investigation-29890>> e <<http://disegnarecon.univaq.it/ojs/index.php/diseignarecon/article/viewFile/383/268>>. Acesso em 31 de maio de 2021.

26. Amí Comunicação & Design.

27. Os detalhes da identidade visual relativos a tipografia, cores e demais elementos gráficos escapam ao escopo deste artigo.

28. As definições do processo de reparação são estabelecidas por Acordo Judicial entre as partes e instituições de justiça envolvidas nos processos judiciais em questão, homologado judicialmente em 04/02/2021 (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021).

Referências

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **As Origens Históricas do Civil Law e do Common Law**. Revista Quaestio Iuris, Rio de Janeiro,,vol. 11, nº. 03, 2018, p-.1456-1486

BATTY, M; STEADMAN, P; XIE, Y. **Visualizing the city: Communicating urban design to planners and decision-makers**. Working Paper Series, London, Centre for Advanced Spatial Analysis, University College London, n. 26, Out. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

_____. Código de Processo Civil (2015). **Código de Processo Civil Brasileiro**. Brasília, DF: Senado, 2015,

BRITO, Michele; SÁ, Ana Isabel de; BORGES, Jéssica; RENA, Natacha. IndAtlas - **Technopolitic platform for urban investigation**, In: . São Paulo: Blucher, 2018. p. 1305-1312

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Acordo Judicial para Reparação Integral Relativa ao Rompimento das Barragens B-I, B-IV E B-IVA da Mina Córrego do Feijão**, de 04 de fevereiro de 2021. Processo de Mediação SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7

IDEO. **The Field Guide to Human-Centered Design**. Canadá, 2015. 1 ed.

MAYORGA, Claudia; PROFETA, Zélia. **Apresentação: Mais uma barragem se rompe**: qual o papel da ciência?. Cienc. Cult., São Paulo , v. 72, n. 2, p. 16-17, abr. 2020 . Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 31 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200006>.

MacEACHREN, A. M. et al. **A pattern identification approach to cartographic visualization**. Cartographica, v. 27 n. 2, summer - pg 64 – 81, 1990.

NORMAN, Donald A. **O design do dia a dia**. São Paulo: Rocco, 2018.

POLIGNANO, Marcus Vinicius; LEMOS, Rodrigo Silva. **Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho**: impactos socioambientais na Bacia do Rio Paraopeba. Cienc. Cult., São Paulo , v. 72, n. 2, p. 37-43, abr. 2020 . Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200011&lng=pt&nrm=iso> . acesso em 31 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200011>.

SÁ, Ana Isabel de; BRITO, Michele; FREITAS, Christian; RENA, Natacha. **IndAtlas: Plataforma de investigação tecnopolítica do território urbano**. L'Aquila: Designarecon , vol. 11, n.20, Junho, 2018.

<http://disegnarecon.univaq.it/ojs/index.php/disegnarecon/article/viewFile/383/268>

SILVA, Mariano Andrade da; et al . **Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 72, n. 2, p. 21-28, abr. 2020 . Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200008&lng=pt&nrm=iso>.

acessos em 31 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200008>.

ZAVASCKI, T. A. **Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos**. Revista de Processo,. Revista dos Tribunais On-line, São Paulo, v. 78, n. 1, p. 32-49

***Paula Guimarães** é doutoranda pelo NPGAU - UFMG. E-mail: paulaguimaraes1701@gmail.com

***Natacha Rena** é professora associada da Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: natacharena@gmail.com

***Clodoveu Augusto Davis Junior** é professor associado do Departamento de Ciência da Computação da UFMG. E-mail: clodoveu@gmail.com

***Danilo Caporalli Barbosa** é doutorando pelo NPGAU - UFMG. E-mail: danilocaporalli@gmail.com

***Luci Aparecida Nicolau** é doutoranda em Ciência da Computação - UFMG. E-mail: luci.nicolau@dcc.ufmg.br

***Michele Brito Pinheiro** é doutoranda em Ciência da Computação - UFMG. E-mail: mibrito@dcc.ufmg.br

***Laura Silva de Andrade** é mestrande em Estudos Linguísticos - UFMG. E-mail: laurasilvadeandrade@gmail.com

***Ingrid Lagares Santana** é mestrande em Ciência da Computação - UFMG. E-mail: ingridlagares@gmail.com

***Luís Augusto Menezes Costa** é graduando em Design - UFMG. E-mail: laugmenezes@gmail.com

Empreendedorismo periférico? Motoristas uberizados e lavadores precarizados em lava a jatos nas margens da metrópole

Peripheral entrepreneurship? Uber drivers and car washers in the metropolis margins

Fábio Tozi, Fábio Bozzi*

Resumo

O artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada a partir de entrevistas com motoristas de aplicativo e lavadores de carro em dois lava a jatos em Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Iniciamos a análise com um debate teórico que recupera as noções de neoliberalismo e empreendedorismo como centrais para a compreender as novas morfologias do trabalho uberizado, as corporações de plataforma, a pobreza urbana e a periferização. Destaca-se a análise das avaliações e metas como normas corporativas que regulam o trabalho dos motoristas. Argumenta-se que os lava a jatos são locais onde ocorre a convergência entre duas categorias de trabalhadores empobrecidos: os motoristas, que buscam manter seus carros limpos e os lavadores, cujo trabalho se apresenta como uma complementação necessária, mesmo desvalorizada, da prestação de serviço pelas plataformas digitais. A segunda parte do texto apresenta os relatos colhidos a partir de entrevistas semiestruturadas, questionários e visitas a campo, procurando dar visibilidade aos sujeitos do processo de uberização. As considerações finais recuperam a dialética entre a banalização de novas técnicas e a renovação de locais e condições de trabalho precários como condições estruturantes da fluidez viária metropolitana.

Palavras-chave: plataformas digitais; uberização; empreendedorismo periférico; pobreza urbana; motoristas de aplicativo.

Abstract

The article presents the results of a research carried out through interviews with partner-drivers and car washers in two car washes in Betim, Metropolitan Area of Belo Horizonte (Minas Gerais State, Brazil). We begin the analysis with a theoretical debate that recovers the notions of neoliberalism and entrepreneurship as central to understanding the new morphologies of uberized work, platform corporations, urban poverty, and the peripheric areas. Car washes are places where two categories of impoverished workers converge: Uber drivers, who seek to keep their cars clean, and car washers. These workers are a necessary complement, even undervalued, to the provision of services through digital platforms in the metropolis. The second part presents the reports collected from semi-structured interviews, questionnaires, and field visits, seeking to give visibility to the subjects of the uberization process. The final considerations recover the dialectic between the banalization of new digital technologies and the renovation of precarious places and workers as metropolitan fluidity conditions.

Keywords: : digital platforms; uberization; peripheral entrepreneurship; urban poverty; partner-drivers.

I. Introdução

A categoria “empreendedorismo” não é nossa coetânea e já esteve presente em outros momentos da história das teorias econômicas[1]. No presente, contudo, é o seu espraiamento para o conjunto das relações socioespaciais que se faz objeto de interesse, não mais restrito apenas à alçada dos estudos econômicos, como observam Dardot & Laval (2016 [2009], p. 151). Para os autores, observa-se a expansão de uma *racionalidade empreendedora* que se enquadra em novos ordenamentos do capital visando acelerar sua reprodução ampliada.

Esse processo é simbolizado pela banalização do termo “empreendedor” e seus análogos, como “autônomo”, “microempreendedor”, “trabalhador independente” ou “parceiro”. Em oposição à sua utilização clássica, essas expressões passam a ser utilizadas em referência aos trabalhadores pauperizados, logo, sem capacidade de “introduzir inovações” - o sentido seminal de empreender -, no sistema econômico. Na formação socioespacial brasileira, a utilização vulgar de “empreendedor” e “empreendedorismo” marcaria o crepúsculo de um período no qual o percurso profissional ainda podia se associar ao gozo de direitos sociais, como descanso semanal, férias remuneradas e aposentadoria. Havia, pois, um conjunto de conquistas que balizavam socialmente o trabalhador formalizado e, socialmente, as relações de trabalho, mesmo que uma parcela importante dos trabalhadores brasileiros nunca tenha tido acesso a essas garantias. Parcela importante dos trabalhadores sempre esteve mais vinculada às morfologias laborais que caracterizam o circuito inferior da economia urbana, como definido por Santos (1975), incluindo a intermitência, ausência de garantias, baixa qualificação e remuneração e longas jornadas.

Todavia, a subjetivação, pelos indivíduos, da racionalidade concorrencial da empresa é inerente à atual estrutura de organização dos governantes e dos governados. O sujeito se torna um *empreendedor de si* ou um *homem empresarial* (DARDOT & LAVAL, 2016 [2009], p. 133): investe em si, zela pela sua disciplina e faz *marketing* pessoal para vender a si mesmo. Neste texto, defende-se que os “motoristas-parceiros” (*partner-drivers*) que trabalham nas plataformas Uber (EUA) e 99 (CH)

corporificam a racionalidade do empreendedorismo, mesmo que o seu cotidiano revele seu reverso: as perversidades das condições de trabalho precário subjugado à gestão corporativa-algorítmica. Nessa direção, o empreendedorismo se afirma como uma *psicoesfera* (SANTOS, 1994, p. 14), ou seja, como uma dimensão imaterial do espaço geográfico que prepara os espíritos e os corpos para a ação eficiente das modernizações. Como os sujeitos e lugares periféricos não estão imunes a essa psicoesfera, pode-se falar em um empreendedorismo periférico (BOZZI, 2019; RIBEIRO, 2009; XAVIER, 2019, p. 212).

Nesse ensejo, o artigo procura compreender as condições de trabalho do enxame de trabalhadores que depende das plataformas digitais “para viver”, reproduzindo relações sociais que são resultantes do advento das plataformas digitais de transporte. Como recorte particular, analisam-se as trajetórias de vida e os relatos de motoristas e lavadores que compartilham dois lava a jatos no município de Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os lava a jatos foram escolhidos por serem considerados locais de convergência e convívio entre a modernidade representada pelas plataformas e as condições precárias de trabalho que caracterizam a uberização.

Como já argumentamos anteriormente (TOZI, 2018; 2020; TOZI; DUARTE; CASTANHEIRA, 2021), o trabalho uberizado se realiza, geralmente, em locais igualmente precários. Metodologicamente, os lava a jatos permitem a definição de locais fixos e conhecidos a partir dos quais circulam os motoristas de aplicativo e os lavadores. Defende-se que essa *démarche* metodológica possibilita “capturar” as relações laborais digitais (intangíveis, em muitos aspectos) por meio de um local essencial à atividade e no qual o tempo dos acontecimentos se desacelera. Assim, enquanto os motoristas estão em seus momentos *offline* e seus instrumentos de trabalho (os carros) são limpos, o pesquisador encontra a predisposição para o diálogo com esses sujeitos.

Essa dialética entre a modernidade da plataforma e a precariedade dos lava a jatos revela a face oculta da pobreza urbana, uma condição que é substrato à busca pela fluidez viária metropolitana, uma vez que as condições técnico-informacionais contemporâneas unificam e fracionam a

metrópole, simultaneamente. Por um lado, as corporações de transporte por aplicativo criam novos hábitos do deslocar-se e imprimem novo fôlego à fluidez, renovando, por gerenciamentos algorítmicos, as desigualdades centro-periferia. Como destaca a própria empresa, “a Uber traz um serviço inovador e arrojado que permite que os clientes cheguem aos seus destinos com muita eficiência e estilo” (UBER, 2014, n.p.). Por outro lado, as atividades, os sujeitos e os lugares periféricos renovam sua inserção subalterna em face às modernizações. Aqui, motoristas e lavadores estão mais próximos do que entre si do que revelam as aparências.

A estrutura do texto apresenta, inicialmente, um debate sobre o capitalismo de plataforma e a uberização e destaca a importância que a limpeza do veículo tem para a avaliação (ou penalização) dos motoristas, com destaque para as métricas da categoria “Uber VIP”. Esse aspecto exemplifica a subjetivação das ordens da corporação pelo trabalhador, mesmo na inexistência de formalização das relações trabalhistas e revela a eficiência da noção de “empreendedor de si mesmo” em condições periféricas. Na sequência, apresentam-se os “motoristas-parceiros” que trabalham com os aplicativos de transporte, destacando, com base em seus relatos, o gerenciamento algorítmico da atividade, suas dificuldades, ganhos e expectativas. No momento seguinte, são trazidos os relatos das falas dos lavadores de carros, um grupo de trabalhadores com ganhos ainda mais baixos e condições de trabalho ainda mais precárias. Esses lavadores são essenciais para que os carros dos motoristas circulem limpos, evitando as avaliações negativas e garantindo, também, o “padrão de qualidade” das corporações por detrás dos aplicativos e algoritmos.

Optou-se, em ambos os momentos, pela manutenção dos relatos em formato majoritariamente descritivo e sintético, como forma de dar destaque às falas apresentadas pelos próprios sujeitos. Essa opção tem como finalidade oferecer um panorama dos trabalhadores entrevistados e apresentar as particularidades narradas por cada sujeito. Por isso, nesses dois itens, as passagens analíticas são reduzidas. Os nomes dos sujeitos entrevistados foram alterados para preservar sua identidade

e privacidade. As considerações finais, por sua vez, procuram recompor o debate teórico inicial e os relatos pessoais.

Ainda no que tange à metodologia, nossos argumentos se apoiam em pesquisa primária, realizada a partir de entrevistas entre os meses de agosto e outubro de 2019 com motoristas e lavadores em dois lava-rápidos no município de Betim. Além destas, em momentos pontuais, outras informações obtidas a partir de entrevistas com outros motoristas da RMBH são cotejadas à análise. Além disso, os argumentos também se apoiam em dados secundários sobre o processo de uberização e revisão crítica da literatura dedicada ao tema. Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com motoristas de aplicativo e sete com lavadores de carros, das quais selecionamos cinco para o presente trabalho. Os motoristas de aplicativo entrevistados eram frequentadores destes estabelecimentos.

2. Fábula e perversidade do empreendedorismo nas plataformas digitais: zelar pela limpeza e ser avaliado

A fase informacional do capitalismo tem levado autores a nomear o período atual como um “capitalismo de plataforma” (LANGLEY e LEYSHON, 2016; SRNICEK, 2016), resultado da conjunção entre tecnologia, finanças e informações estratégicas. Corporações globais de tecnologia e informação são os agentes hegemônicos desta etapa neoliberal do capitalismo. Santos (2000) considera que a globalização – ou período técnico-científico-informacional –, possui dois elementos indissociáveis: o neoliberalismo é seu braço político e as tecnologias da informação, seu braço técnico. Portanto, para o autor, a materialidade é um elemento indissociável à *racionalidade política* do neoliberalismo. Assim, esse autor permite que incorporem o uso do território à proposta de Foucault (2004 [1978-1979]) avançada por Dardot e Laval (2016 [2009]).

As plataformas digitais apresentam um crescimento vertiginoso na última década, com destaque para os setores de transporte de pessoas e entrega de objetos e comida (delivery) (ILO, 2021, p. 47), associados, contudo, à proliferação das redes e infraestruturas gerais que delineiam o momento histórico atual. Esses dois setores exigem uma localização específica (conhecida e controlada) para a prestação do serviço, por isso

temos insistido que se trata de um trabalho (e um trabalhador) *just-in-time* e *just-in-place* (TOZI; DUARTE; CASTANHEIRA, 2021, p. 8)[2]. Logo, o território é um fator produtivo para a extração diferencial de renda e pode-se mesmo falar das “plataformas digitais” como “plataformas territoriais” (TOZI, 2020, p. 491), pois essas corporações são dependentes do espaço historicamente construído[3].

A Uber, fundada em 2009 em São Francisco (EUA), está presente na formação socioespacial brasileira desde 2014. Sua principal concorrente é a 99, uma *startup* brasileira fundada em 2016 e comprada pela chinesa DiDi Chuxing em 2018. Hoje, Uber e 99/DiDi são hegemônicas no Brasil, embora existam concorrentes menores (como a espanhola Cabify, a russa InDriver e a brasileira Sity, entre outras). Em 2016, o país já havia se tornado o segundo mercado mais rentável para a Uber, após os EUA, enquanto as áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e de São Paulo concentravam o maior número de viagens, mundialmente.

Em 2020, a Uber realizou 18 milhões de viagens e/ou entregas[4] por dia no mundo por meio de cinco milhões de motoristas/entregadores, sendo 20% delas no Brasil. A empresa divulgava, em 2019, serem 35.000 motoristas cadastrados à sua plataforma, na RMBH. A empresa 99, por sua vez, possuía aproximadamente 600.000 motoristas e taxistas cadastrados em sua plataforma no Brasil, em 2020. Assim, a chegada das plataformas digitais no setor de transporte revela práticas de fusão e a criação de monopólios ou duopólios territoriais, inexistindo, em consequência, uma liberdade de escolha dos motoristas e passageiros[5].

Os anos recentes marcam tanto a ascensão dessas corporações quanto o retorno da recessão econômica e de taxas recordes de desemprego[6]. A uberização sintetiza, assim, um novo patamar dos dilemas do mundo do trabalho e da exploração dos trabalhadores (ANTUNES, 2018; TOZI, 2017; 2018; 2020; ABÍLIO, 2020). Com a intromissão dos algoritmos, aplicativos e plataformas digitais, as coesões clássicas entre as categorias de trabalhadores são esgarçadas, pois prevalece, entre eles, um princípio de concorrência geograficamente delimitada e em tempo real como norma de conduta. Nessa direção, a empresa

se torna um modelo de subjetivação, adotando-se a definição empregada por Dardot & Laval (2016 [2009], p. 17).

A concorrência entre os motoristas é impulsionada pelas plataformas por meio dos algoritmos, da geolocalização das áreas de interesse, da exclusão das áreas indesejáveis por *GeoFencing* (ou “cercamento geográfico virtual”) e do conhecimento em tempo real do mercado (oferta de veículos e demanda de viagens). O resultado dessas informações estratégicas é sistematizado e apresentado aos motoristas como centralidades da prestação de serviço, de duas maneiras: i) como áreas atrativas, sobre as quais se aplicam “tarifas dinâmica”; ii) como oferta de viagens nas áreas nas quais a empresa deseja que os motoristas estejam. Essa racionalização técnica da relação espaço-tempo é *real-time*, *real-place* e maximiza a extração de renda geograficamente diferencial. Para tanto, os motoristas são direcionados para as mesmas porções do território e passam a competir, mesmo involuntariamente, pelas viagens. Como se trata de uma situação de vigilância laboral constante (D’ANDREA; GUERRA, 2021; TOZI, 2018; WATERS; WOODCOCK, 2017), observa-se que os motoristas passam a desenvolver suas táticas pessoais, baseadas em conhecimentos empíricos na lida com a plataforma, para incrementarem suas “vantagens concorrenciais” sobre os demais[7].

Além das taxas cobradas dos motoristas (entre 20% e 40%), as empresas transferem para esses trabalhadores os custos fixos relativos ao desgaste e manutenção dos instrumentos de trabalho (*smartphone*, compra ou locação do veículo, combustível, manutenção, revisões e consertos, seguro veicular, plano de Internet, entre outros). Em consequência, o preço da corrida é artificial, pois não incorpora os custos da atividade exercida. Essas práticas, que poderiam configurar *dumping* ou concorrência desleal, são camufladas na pscicoesfera do empreendedorismo e da pretensa autonomia dos motoristas: juridicamente, o motorista não é um trabalhador da plataforma, mas um “empreendedor” ou “autônomo” que a contrata. Logo, a ação econômica dos agentes é invertida. Ainda, em um contexto de desemprego, o motorista torna-se refém de sua necessidade diária de dinheiro para a reprodução material da vida. Mesmo que o motorista não domine a contabilidade dessa equação,

como indicam os relatos adiante apresentados, o seu resultado concreto são as longas jornadas de trabalho.

Geograficamente, esses trabalhadores são *sujeitos corporificados* (RIBEIRO, 2005), indivíduos que vivem a racionalidade do neoliberalismo em um contexto geográfico marcado pela precariedade (as condições objetivas do meio ambiente construído). Para além das dimensões financeiras da exploração do trabalho, importante remarcar a extração dos dados de motoristas, veículos e passageiros durante seus percursos. Essa informação que lhes é alienada retorna sob a forma de normas técnicas, indicações de rotas, origens e destinos - variáveis alheias à experiência, aos conhecimentos e às vontades dos motoristas.

A esse contexto é preciso acrescentar os sistemas de avaliação de condutores que criam um ambiente de constante vigilância e temor por punição. As avaliações podem ser i) automatizadas, a partir do acelerômetro e do giroscópio dos *smartphones*, monitorando as características de condução (como frenagens e acelerações, conforme descrito por Tozi, Duarte & Catanheira, 2021, p. 5); ii) dos consumidores, após cada viagem. No caso da Uber, a avaliação pelo consumidor é uma etapa obrigatória, sem a qual não se pode solicitar outra viagem. Já para a 99, observa-se certa flexibilidade em relação a avaliação dos motoristas, embora ela também exista. Como pode ser observado na Figura 2, mais adiante, as notas, na Uber, variam entre 0 e 5, são calculadas com base nas últimas 500 viagens e variam substancialmente entre uma semana e outra.

Como os motoristas relataram nas entrevistas, a avaliação, especialmente na lida com a plataforma da Uber, é tema central, fato ao qual se soma o desconhecimento sobre o seu funcionamento. No mais, receber uma nota baixa exige grande quantidade de avaliações com notas altas para recompor o *status* perdido. Esse sistema de avaliação unilateral da Uber é motivo de constante preocupação dos motoristas, pois, como a empresa informa, “caso um motorista parceiro possua uma avaliação média baixa [abaixo de 4,6], ele receberá mensagens com dicas para melhorar sua avaliação e **caso sua média ainda**

permaneça abaixo da nota mínima na cidade, o parceiro pode perder acesso à plataforma[8]”.

Por outro lado, motoristas com avaliações mais altas são classificados como “Uber Pro”, “um programa de vantagens que ajuda motoristas parceiros que demonstram excelência a atingir as metas”. Esses motoristas são diferenciados em categorias como “Ouro”, “Platina” e “Diamante”, de acordo com a sua pontuação junto à plataforma. Cria-se, assim, certa diferenciação entre os trabalhadores com base em um sistema meta-esforço-mérito que pode significar uma porcentagem maior nos valores recebidos[9]. Contudo, as categorias são diversas e mutantes, o que cria uma insegurança constante nos motoristas em relação aos seus ganhos e explicita a estratégia de gerenciamento algorítmico do trabalho pela corporação. Por detrás da aparência de ganhos e da valorização dos esforços individuais, constata-se que as condições laborais objetivas são as mesmas para todos.

3. O motorista Uber VIP: uma avaliação do trabalho territorialmente diferencial

Há ainda outras distinções que se aplicam aos motoristas, com base na pontuação do trabalhador, como “Select”, “VIP” ou “6 estrelas”, criando uma gama mutante que acaba por se revelar criadora de confusões entre os trabalhadores. A categoria VIP – arremedo da sigla homônima em inglês *Very Important Person*, ou uma pessoa importante, privilegiada -, não existe em todo o território nacional, mas apenas para algumas cidades[10] selecionadas (Tabela 1 e Figura 1). Em todas as cidades exige-se do motorista ter completado mais de 300 viagens com a Uber. Contudo, com base no agrupamento de cidades realizado pela corporação e dos critérios específicos para cada uma delas, é possível propormos regiões, apresentados em uma tabela e um mapa, com o intuito de revelar que a gestão algorítmica do trabalho não é apartada da gestão algorítmica do território (TOZI, 2020, p. 501).

Enquanto as cidades da Região I exigem a maior avaliação nacional para que os motoristas sejam VIP (4,85), não há, por outro lado, número mínimo de viagens durante o mês anterior. Além dos três estados do Sul (PR, SC e RS), esta região também

abarca a cidade do Rio de Janeiro. Brasília, onde se exige a segunda maior nota (4,84) e Campo Grande (nota mínima de 4,77) são as únicas cidades não agrupada com outras e dessa maneira cada uma, com sua Unidade Federativa, constitui uma região no mapa (Regiões II e V, respectivamente). Para a Região III, na qual estão a capital e outras cidades paulistas, a nota mínima é 4,8. Logo, esta é a única região onde não se adota a segunda casa decimal após a vírgula, revelando que a precisão matemática é resultado de decisão da política da empresa e pode ser suprimida.

A Região IV abrange duas Unidades da Federação (MT e GO), sendo que as cidades indicadas são as capitais estaduais (Cuiabá e Goiânia, respectivamente). Deve-se destacar que Vitória, capital do Espírito Santo foi agregada às demais cidades mineiras. Esse fato reforça os argumentos já apresentados por Duarte (2019, p. 50), que revela a existência de um Centro de Operações Regionais da empresa que agrega os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A Região VI inclui Belo Horizonte e parte de sua Região Metropolitana. Aqui, a avaliação mínima é menor (4,75), mas há, em contrapartida, a exigência de que o motorista tenha realizado no mínimo 100 viagens durante o mês anterior. O mesmo ocorre para a Região VII, a grande região que agrega cidades das regiões Norte e Nordeste, onde todas as cidades de referência utilizadas pela Uber são capitais de estado. Acre, Roraima, Amapá e Tocantins são as quatro Unidades da Federação que não possuem cidades com o programa Uber VIP. Todas estão na Região Norte, de acordo com a divisão do IBGE.

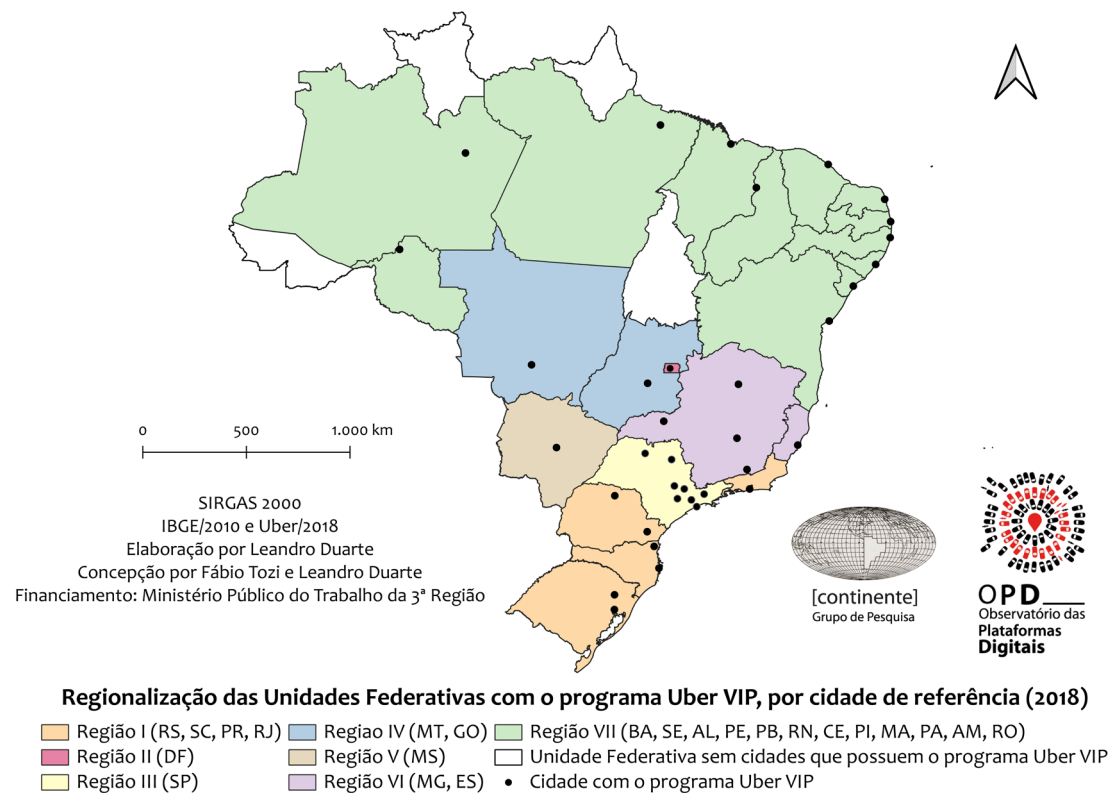
No caso das capturas de tela de um motorista belo-horizontino apresentadas na Figura 2, é possível observar que esse sistema de avaliação é dinâmico e varia significativamente durante as três semanas exibidas, sendo que o motorista entrevistado foi VIP em apenas uma delas (nota superior a 4,75 para a Região VI). Além das notas (que se transformam em “estrelas”), os passageiros também podem tecer comentários anônimos ao motorista.

Nesse ponto, destaca-se a importância dos lava a jatos e, em consequência, dos lavadores.

Grupo	Cidades agregadas*	Requisitos para ser um Motorista Uber VIP		
		Avaliação igual ou maior a	Mínimo de viagens**	Total de viagens já realizadas
I	Caxias do Sul, Curitiba, Florianópolis, Joinville, Londrina, Porto Alegre e Rio de Janeiro	4,85	Não há	300
II	Brasília	4,84	Não há	300
III	Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba	4,8	Não há	300
IV	Cuiabá e Goiânia	4,78	Não há	300
V	Campo Grande	4,77	Não há	300
VI	Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia e Vitória	4,75	100	300
VII	Aracaju, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Velho, Recife, Salvador, São Luís, Teresina	4,75	50	300

Tabela 01: Requisitos para ser um Motorista Uber VIP, por cidade (2021).
*A Uber utiliza o termo “cidade” como sinônimo de região de atuação.
** Durante o mês anterior. Fonte: Organização própria, a partir de: Como funciona o Uber VIP, Uber Blog, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/saiba-como-funciona-uber-vip/>. Acesso em: 05 maio 2021.

Segundo os relatos dos motoristas, o asseio interno e externo do veículo é uma preocupação central e acaba sendo realizada várias vezes por semana, haja vista a recorrência de reclamações e/ou elogios recebidos pelo aplicativo. A própria Uber considera esse ponto central em suas indicações de “como ganhar boas avaliações”, afinal, “se os passageiros sentirem que você está se esforçando para eles, provavelmente vão recompensá-lo com uma avaliação de cinco estrelas”. Logo, “mantenha seu carro limpo e bem conservado”. Essas instruções gerais são reforçadas para os motoristas que desejam ser Uber VIP (Figura 2, inferior). Esforço, zelo e recompensa compõem uma tríade que sintetiza a transfiguração do empreendedorismo em normas de controle do trabalho a serem assumidas pelos motoristas.



Porém, a limpeza dos veículos nos lava a jatos significa um custo importante para os motoristas. As idas recorrentes e as fidelizações, como apresenta-se a seguir, tornam esses locais pontos de encontro e permanência, sendo um dos momentos da jornada laboral durante o qual os motoristas saem do isolamento que os seus veículos lhes impõem. Os relatos apresentados a seguir trazem uma sistematização das entrevistas realizadas com os motoristas, oferecendo espessura ao debate sobre uberização e espaço até agora apresentado.

Figura 01: Regionalização das Unidades Federativas com o programa Uber VIP (2018). ** Realizadas durante o mês anterior

Nota: Além desses requisitos, os motoristas também precisam manter a taxa de aceitação e cancelamento de acordo com os padrões da cidade.

Fonte: Organização própria, a partir de: Como funciona o Uber VIP, Uber Blog, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/saiba-como-funciona-uber-vip/>. Acesso em: 05 maio 2021.



Mantenha seu carro limpo

Garantir que o carro esteja sempre limpo e apropriado para viajar com os passageiros. Sempre que tiver algum tempo livre, verificar se o banco traseiro está devidamente limpo.

Figura 02: Condutas recomendadas pela Uber e avaliação dos motoristas.

Fonte: As imagens superiores são capturas de tela do smartphone de um motorista entrevistado em 02 out. 2017. A imagem inferior está disponível em: Como funciona o Uber VIP, Uber Blog, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/saiba-como-funciona-uber-vip/>. Acesso em: 05 maio 2021.

4. Os lava a jatos: estabelecimentos de limpeza e locais de encontros na periferia

Os lava a jatos visitados durante a pesquisa oferecem serviços específicos para motoristas de aplicativo, estratégia que atrai grande quantidade deles e cria uma assiduidade considerável. Os serviços de lavagem externa e interna dos veículos são mais baratos para os motoristas de aplicativo: enquanto o preço normal é R\$ 30, os motoristas de aplicativo pagam R\$ 10, estratégia que busca a fidelidade dos clientes. A comprovação da atividade é simples e desprovida da tecnologia que envolve o cotidiano nas plataformas: basta que o motorista apresente seu *smartphone* com o aplicativo exclusivo para condutores ("Uber Driver para motorista") e o serviço de lavagem veicular é oferecido com desconto.

Como se trata de um custo fixo dos motoristas, a busca por locais com preços menores é uma tática comum para tentar reduzir as despesas e aumentar indiretamente os ganhos[11]. Cabe lembrar, nessa direção, que as tarifas praticadas pela Uber no Brasil não são reajustadas há sete anos, ou seja, desde o início de suas operações no país, em 2014, no Rio de Janeiro[12]. Os custos fixos relativos à atividade do motorista foram, por outro lado, sistematicamente reajustados, assim como o “custo de vida”, isto é, o peso, no orçamento familiar, do consumo dos itens alimentares e serviços básicos, conforme aferido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Para o mesmo período (junho de 2014-abril de 2021) o IPCA é de 44,38%, ou seja, R\$ 1 em junho de 2014 equivalem a R\$ 1,44 em abril de 2021[13]. A gasolina, um insumo fundamental à prestação do serviço, teve nove reajustes apenas no ano de 2021, um aumento acumulado de 28% no ano[14]. Essa situação de esgarçamento econômico dos motoristas cria uma corrida pela redução das despesas fixas.

Os dois estabelecimentos acompanhados durante a pesquisa foram instalados nas garagens das casas de seus proprietários e não há qualquer formalização das atividades ali exercidas, seja o pagamento de impostos, o registro como Microempreendedor Individual (MEI) ou documentos e alvarás que comprovem e assegurem as atividades perante os órgãos de fiscalização municipal. Além disso, os trabalhadores de ambos os lava a jatos não possuem vínculo empregatício formal, existindo apenas um acordo verbal entre as partes.

Um dos lava a jatos chegou a ser notificado pela Prefeitura de Betim pela ausência de alvará de funcionamento. O estabelecimento permaneceu fechado por uma semana e foi reaberto, sem, contudo, assegurar as regulamentações cobradas pelo Município. Na segunda vez em que foi autuado, o proprietário optou por mudar de endereço (para uma rua vizinha), em uma garagem alugada. Além disso, substituiu os lavadores e seguiu na sua atividade normalmente[15]. Segundo ele, os custos para obter o alvará de funcionamento tornam inviável o exercício da atividade.

Nota [Figura 02]: a imagem superior à esquerda apresenta as orientações para obter uma boa avaliação. A figura ao centro mostra a distribuição (%) das avaliações pelo número de “estrelas”. A imagem à direita traz quantificação das avaliações em notas, durante três semanas consecutivas. A imagem inferior reafirma a importância da limpeza do carro para os motoristas que desejem ser Uber VIP

Trata-se de um estabelecimento às margens da metrópole e das leis. Pode-se considerar, portanto, que esta atividade não tem relação com a lógica da empresa privada e da sua validação pelo Estado, estando mais vinculado à sobrevivência do que ao lucro cientificamente projetado. Nessa direção, a atividade revela formas concretas do que Telles e Hirata (2007) denominam “sobreviver nas adversidades” ou, ainda, a “viração”, conforme Ribeiro (2009). Para esta autora, é importante atentar para as táticas dos trabalhadores das periferias urbanas nos contextos das ondas modernizadoras, pois há processos de ativação da periferia a partir da difusão dos ideais do empreendedorismo e do individualismo. Por outro lado, conforme Tozi (2010), a difusão de técnicas informacionais na cidade fomenta novos usos que revelam a simbiose entre necessidade e criatividade.

No mais, outras características vinculam esses estabelecimentos como pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, conforme a definição de Santos (1975): baixa capitalização, formas de organização simples, baixa densidade tecnológica, trabalho intensivo, contratos intermitentes, sem vínculo empregatício e com pagamento por dia trabalhado, além de escala de atuação local ou regional. Na estrutura do circuito inferior, qualquer desarranjo nas suas variáveis significa um risco de fracasso, e por esse motivo as formalizações são raras ou inexistentes. A relação com o Estado ocorre, como apresentamos, por meio da fiscalização e das multas e não por meio de políticas de incentivo à regularização ou apoio financeiro à atividade.

“Cabelinho”, apelido do dono de um dos lava a jatos, tem 38 anos e realiza suas atividades de lavagem de veículos na garagem de sua residência, onde mora com a mãe desde 2009. Antes do fenômeno dos aplicativos de transporte, ele trabalhava sozinho ou com mais um lavador, limpando em média quatro veículos por dia. Com a banalização dos aplicativos, as promoções e os serviços específicos oferecidos a esses motoristas, limpam em média 25 veículos por dia. Além dele, são outros três lavadores, e esse número pode chegar a cinco nos finais de semana, quando a procura pelo serviço é maior. A lavagem é dividida em etapas e cada um fica responsável por uma delas, revelando uma divisão,

mesmo que simples, do trabalho. A rotatividade dos lavadores é grande.

O lava a jato se mantém aberto durante todos os dias da semana e também comercializa perfumes, essências e “pretinho[16]” para veículos, produzidos no próprio local. Também são oferecidos os serviços de lavagem de estofados, portas, motores, teto e carpete. Como instrumentos de trabalho há um compressor de ar, três aspiradores de pó e uma máquina de lavar estofados. A baixa densidade tecnológica evidencia o forte caráter trabalho-intensivo da atividade.

O proprietário do segundo lava a jato entrevistado, Cláudio, tem 43 anos e mora sozinho. O estabelecimento funciona em sua garagem e, como o outro estabelecimento pesquisado, também oferece serviços específicos para motoristas de aplicativos. Trabalham no local cinco lavadores, a maioria homens, que residem próximos. A lavagem para os motoristas de aplicativo custa R\$ 10 e o valor é dividido em partes iguais entre o proprietário e os lavadores (R\$ 5 para cada). São lavados, em média, 35 carros por dia, entre terça-feira e domingo. Ao contrário do outro lava a jato investigado, aqui cada lavador é responsável por limpar integralmente cada veículo. Além disso, os lavadores se organizam para que todos lavem a mesma quantidade de carros por dia e, conseqüentemente, recebam a mesma remuneração ao final da jornada. Observa-se, portanto, um princípio de solidariedade entre os trabalhadores, cuja organização privilegia uma divisão equânime do trabalho – e, conseqüentemente, dos ganhos –, a despeito de um princípio de concorrência. Os custos fixos envolvendo produtos de limpeza, água e energia elétrica são de responsabilidade do proprietário.

Observa-se que a informalidade e a precarização das relações motorista-plataforma transbordam para outras camadas de informalidade e precariedade. Os relatos apresentados a seguir foram recolhidos nos dois estabelecimentos e revelam as nuances das expectativas e das condições de trabalho a que estão imersos os motoristas que trabalham nas plataformas digitais de transporte, dando relevância às suas considerações pessoais acerca da profissão que exercem. Propõe-se, inicialmente, algumas descrições sobre a história de vida dos

motoristas e posteriormente uma contextualização e reflexão acerca das condições de trabalho nas quais estão imersos os motoristas de aplicativos.

5. O motorista de aplicativo no retrovisor: trajetórias e condições de trabalho

Ademar é motorista de aplicativo há mais de dois anos e Pastor em uma Igreja Presbiteriana em Betim. Considera positiva a profissão de motorista de aplicativo dada as condições de desemprego que permeiam a sociedade brasileira. Antes de se tornar motorista, trabalhava como Líder de Produção em uma empresa do ramo automobilístico, de onde foi demitido. Trabalha cerca de 12 horas por dia e fatura em torno de R\$ 300 por dia, sem descontar os custos fixos da sua atividade.

Para Ademar, a profissão de motorista de aplicativo está “salvando” os brasileiros das condições de desemprego pois, segundo ele, o desemprego seria maior se as plataformas de transporte não operassem no território nacional. Dias após sua primeira entrevista, Ademar sofreu um acidente durante uma corrida intermediada por uma plataforma digital de transporte. Um caminhão colidiu na traseira de seu veículo, o que o impossibilitou de prosseguir realizando viagens. Ademar fez o Boletim de Ocorrência e acionou a sua corretora de seguros, porém ficou mais de 30 dias sem seu veículo, além de ter que arcar com as despesas da franquia do seguro veicular. Para não permanecer sem ganhos durante o período de reparo de seu veículo, Ademar alugou outro veículo para continuar trabalhando e teria que “rodar” por volta de 16 horas por dia para arcar com os custos da locação e com o reparo de seu veículo.

Victor é formado em contabilidade. Atuou em sua área de formação por alguns anos, mas depois que ficou desempregado não conseguiu mais ocupação na área. Trabalha como motorista de aplicativo há mais de dois anos e reclama das condições do mercado de trabalho no Brasil. De acordo com seu relato, é significativo o número de pessoas com “formação superior” que trabalham como motoristas de aplicativos. Victor abandonaria a ocupação de motorista de aplicativo, caso conseguisse algum emprego formal em sua área. Para ele, os custos assumidos pelo motorista são elevados, o que afeta a rentabilidade dos

trabalhadores. Além disso, as taxas cobradas pela plataforma contribuem para que a jornada de trabalho seja longa. Victor fatura cerca de R\$ 300 por dia, mas seu custo fixo diário “gira” em torno de R\$ 120, considerando o desgaste e a manutenção do veículo, combustível e despesas pessoais, como alimentação.

Thiago é aposentado e dirige das 7 horas às 16 horas, normalmente. O motorista relata que sua vida profissional foi edificada em consonância com um conjunto de direitos trabalhistas que lhe resguardavam. Foi supervisor da área de logística de uma empresa multinacional e se aposentou aos 52 anos de idade. Segundo ele, fatura em torno de R\$ 200 por dia, sendo que seus custos perfazem cerca de R\$ 80, considerando combustível e desgaste do veículo.

Ele relata que seu veículo é próprio e está quitado, ou seja, não possui dívida com bancos ou terceiros. Por isso, considera que sua condição é confortável e difere da maioria dos motoristas de aplicativo, uma vez que essa ocupação não é sua única fonte de renda. A combinação entre ter um veículo próprio e outra fonte de renda o poupa das jornadas exaustivas ao volante. Muitos trabalhadores, continua Thiago, alugam ou financiam veículos e são obrigados a trabalhar por jornadas superiores a 12 horas diárias.

Concomitantemente, Thiago critica as variações das taxas cobradas pelos aplicativos e os diferentes critérios de cada plataforma. Cita, como exemplo, as Taxas Variáveis[17] da Uber, nas quais, dependendo do trajeto percorrido pelo motorista e do tempo de deslocamento, a porcentagem que lhe cabe pode ser alterada. Conforme seu relato, antes da instauração das Taxas Variáveis, se o motorista percorresse um caminho mais curto do que o indicado pelo aplicativo, o valor repassado ao motorista não era afetado. Agora, se o motorista adota essa tática, o valor repassado para ele também diminui. Menciona, finalmente, um “obscurantismo” que envolve as taxas cobradas e alega “não saber muito bem” como são estipulados os preços das corridas, tampouco qual será a porcentagem que lhe cabe.

Já Paulo é motorista de aplicativo há mais de dois anos, além de *freelancer* como fiscal de seguros veiculares. Relata que trabalhou durante alguns anos como representante de vendas

e que tinha ao seu dispor alguns benefícios como auxílio-alimentação de R\$ 18 por dia e vale-combustível que, de acordo com ele, garantiam melhores condições de trabalho do que aquelas que ele tem como motorista de aplicativo. Como um dos riscos ocultos da profissão, Paulo descreve uma situação pela qual passou: comprou um veículo para trabalhar nas plataformas e logo nas primeiras semanas sofreu um assalto.

Além de roubarem seu carro, *smartphone* e dinheiro, os assaltantes ainda tentaram levá-lo a um caixa eletrônico para sacar o dinheiro de sua conta bancária. Com isso, os assaltantes o mantiveram como refém, dentro do carro, por algumas horas, que ele descreve como sendo de “tensão e terror”, e nas quais ele foi ameaçado com arma de fogo e estiletes. Além disso, Paulo menciona que os assaltantes, após o libertarem, fizeram algumas corridas pelo aplicativo e assaltaram os passageiros. Paulo tentou entrar em contato com a Uber para explicar o ocorrido, mas, mesmo assim, além dos prejuízos que teve com o roubo, teve de arcar com os custos das viagens que os assaltantes realizaram (cerca de R\$ 60). Posteriormente, conseguiu recuperar seu veículo, que estava avariado, ou seja, não poderia ser utilizado no trabalho. Portanto, também teve que arcar os custos da franquia do seguro veicular.

Enquanto um número importante de motoristas aluga um veículo para trabalhar, Pedro fez o oposto: segundo seu relato, é proprietário de quatro veículos que são alugados para “pessoas conhecidas”, com preços e condições mais acessíveis do que aquelas das locadoras. Há muita burocracia, afirma Pedro, para alugar um carro em uma empresa, além dos preços serem altos. Ele cobra cerca de R\$ 1.000 por mês pelo aluguel de cada carro, valor que, de acordo com ele, seria suficiente para arcar com os custos das prestações, seguro e manutenção dos veículos. Esse caso exemplifica o surgimento de novas atividades econômicas informais como resultantes indiretas da expansão das plataformas digitais, uma vez que Pedro é tanto um motorista uberizado quanto um rentista embrionário. Passemos, a seguir, aos relatos dos lavadores, os sujeitos que cumprem etapas complementares de apoio à prestação do serviço de transporte.

6. Carros limpos, corpos marcados: relatos de lavadores periféricos

A profissão de lavador de veículos já estava inscrita em condições precárias de trabalho antes da proliferação das plataformas digitais de transporte. No entanto, o labor dos lavadores incorporou novas dimensões precárias na medida em que se torna atividade complementar essencial deste novo mercado e se configura, portanto, em uma atividade de apoio aos motoristas vinculados à Uber e à 99. Logo, as suas condições de trabalho, jornadas e ganhos são, hoje, decorrências indiretas do processo de uberização, além do contexto de crise econômica e desemprego.

Em um dos estabelecimentos pesquisados, trabalha-se exposto às intempéries por mais de 10 horas seguidas - tempo médio da jornada de trabalho que é iniciada às 7 horas e encerrada por volta das 18 horas. Almoço e café da manhã são oferecidos pelo proprietário, mas não há horário fixo de almoço e descanso, e o primeiro somente é autorizado quando a demanda de trabalho diminui, normalmente por volta das 14 horas. Paga-se R\$ 30 por um dia de serviço; assim, se um lavador trabalhar todos os dias da semana, sem folga, ganhará R\$ 900 em um mês, menos que o Salário-Mínimo (R\$ 998, em 2019). Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs, como botas, luvas e máscaras de proteção) são custeados pelos próprios trabalhadores.

No lava a jato do “Cabelinho” a maioria das lavadoras é do gênero feminino e algumas são menores de 18 anos. Entre as jovens lavadoras de veículos que estiveram presentes na rotina da pesquisa, nenhuma delas concluiu os estudos básicos e poucas chegaram ao Ensino Médio. Maiara, com 19 anos e mãe de duas filhas, informou ter estudado até o sétimo ano do Ensino Fundamental. Ela sonha em abrir seu próprio salão de beleza e diz não conseguir um emprego formal por “não ter diploma”. Maiara critica a jornada de trabalho estendida, mas avalia ser positivo o fato de trabalhar perto de casa. Conta somente com o dinheiro que ganha como lavadora de veículos para sustentar seus filhos, uma vez que não conta com a ajuda do pai das crianças.

Maiara também leva seu irmão, João Pedro, para trabalhar como lavador. João Pedro tem 15 anos, havia interrompido seus estudos no terceiro ano do Ensino Fundamental e matriculou-se no EJA (Ensino de Jovens e Adultos) no período noturno. Apesar de gostar da escola, afirma não conseguir prestar atenção nas aulas depois de um dia de trabalho, pois está muito cansado. João Pedro sonha em ser caminhoneiro e diz que se matriculou no EJA para aprender a ler e adquirir a habilitação como motorista profissional.

Marina, 18 anos, informa que saiu da casa dos pais aos 16 anos e atualmente divide um apartamento com uma amiga. Ela caminha durante uma hora para chegar ao trabalho. Diz não ter muitos planos em relação ao futuro, mas gostaria de voltar a “trabalhar em *shopping center*”. Relata procurar emprego formal, mas não é otimista quanto a esta possibilidade, e critica o fato de não contar com os benefícios de um trabalhador formalizado, como 13º Salário. Parou de estudar no segundo ano do Ensino Médio e por enquanto não pensa em retomar os estudos.

Leonel tem 21 anos, um filho de dois anos e mora com sua companheira na casa de sua sogra. Já foi preso por tráfico de drogas aos 18 anos. Ele relata que retomou os estudos no CESEC (Centro Estadual de Educação Continuada) e pensa em fazer um curso de eletricista, pois se considera habilidoso para a profissão. Apesar de entregar seu currículo em várias empresas, não confia em ser convidado para alguma entrevista, por conta de seus antecedentes criminais.

Enzo, 17 anos, é órfão de pai e de mãe. Mora junto com a irmã mais velha em frente ao lava a jato, está no primeiro ano do Ensino Médio e diz que terminará seus estudos no CESEC. Pretende se tornar motorista de aplicativo quando completar 18 anos, pois, segundo ele, como motorista pode-se “trabalhar limpo”, além de “obter um carro”, - inicialmente alugado -, para atuar nas plataformas digitais de transporte. Enzo tem contato com motoristas de aplicativos que, segundo ele, relatam receber até R\$ 5.000 por mês.

7. Algumas considerações finais: gestão algorítmica do trabalho e usos algorítmicos do território

As relações entre as faces tradicionais e as faces contemporâneas do trabalho precário assumem, como procurou-se mostrar, uma dimensão geográfica. Nessa direção, reafirmamos que os processos de digitalização das relações sociais e trabalhistas sempre se manifestam territorialmente e reproduzem a relação centralidade-periferia que estrutura geograficamente a sociedade brasileira. Os dois lava a jatos em Betim são *locus* periféricos que fornecem as atividades de suporte indispensáveis à “inovadora” mobilidade oferecida pelos aplicativos de transporte, especialmente à bilionária Uber. Ali, as relações trabalhistas precárias e tradicionais se encontram com as novas, revelando os sujeitos históricos e as contradições da psicoesfera do empreendedorismo.

A racionalidade do cálculo, ou seja, as técnicas de contabilidade, nem sempre se mostraram evidentes aos motoristas uberizados, uma vez que muitos não consideram, entre seus custos, as despesas realizadas com alimentação, planos de Internet, compra de *smartphone* (e os seguros destes aparelhos) e, mesmo, a própria limpeza dos veículos, prestação de serviço realizada nos locais onde os motoristas foram entrevistados. A exceção foi Victor, que possui um diploma em Contabilidade e apresenta argumentos técnicos acerca dos baixos ganhos nas plataformas. Além disso, o assalto relatado por Paulo e o acidente sofrido por Ademar expõem a fragilidade das condições laborais, uma vez que fatos como os narrados podem significar a interrupção da fonte de rendimentos, além das dívidas assumidas para retornar “às ruas”. A insegurança e a instabilidade são regras tácitas dessa atividade.

Há, ainda, um efeito em cascata da política de preços do duopólio do setor. Como são hegemônicas, Uber e 99 definem os valores e as normas gerais praticadas, pois controlam a relação oferta-demanda em todo o território. Assim, a baixa remuneração dos motoristas contribui para a diminuição do valor pago à força de trabalho em outras atividades a ele ligadas, como é o caso dos lava a jato, onde a lavagem para motoristas de aplicativo custa R\$ 10, ou seja, 33% do valor cobrado de outros motoristas. Esse

ponto é central, pois revela que a política corporativa de preços aplicada pelas plataformas digitais de transporte acaba sendo um regulador dos preços e dos ganhos em outras atividades dela indiretamente dependentes, e, particularmente, daquelas ainda mais periféricas.

Depreende-se, ainda, que há uma banalização, junto a esses trabalhadores, de que os trabalhos com garantias sociais são uma prática já distante, uma vez que se naturaliza o fato de que cada um seria responsável por seu “sucesso” ou “fracasso”. Se os benefícios trabalhistas são lembrados com certo saudosismo por Paulo, que menciona as vantagens de quando fora beneficiário de vale-combustível e auxílio-alimentação, Thiago, por sua vez, enfatiza que é a sua aposentadoria que permite uma condição financeira mais favorável e jornadas de trabalho menores, dois elementos que o diferenciam dos demais motoristas entrevistados. Ademar considera que as plataformas de transporte contribuem para reduzir o desemprego, mesmo que a atividade não ofereça vínculo empregatício. Essa aparente confusão não nos parece mera questão formal, pois expõe a ausência de distinção entre “emprego” (entendido como trabalho formalizado) e “trabalho precário”, incluindo sua versão contemporânea – a uberização.

Outra contradição que marca a dialética empreendedor-precarizado vem à luz quando os motoristas são questionados sobre os aspectos positivos do trabalho com as plataformas: a maioria entre os entrevistados considera a flexibilidade de horários um fator positivo. Porém, esses motoristas também relataram que suas jornadas de trabalho são demasiado longas (12 horas ou mais, chegando a 16 horas), caso contrário não atingem uma remuneração mínima para viver. Logo, a contradição entre essas duas respostas revela que a flexibilidade prometida e/ou desejada – e que representaria um ganho de liberdade do trabalhador –, é empiricamente irrealizável.

O elogio a um benefício laboral do qual não se pode usufruir expõe a efetividade da psicoesfera do empreendedorismo: os trabalhadores a defendem, mesmo que não possuam objetivamente condições de exercê-la. Importante salientar, nesse sentido, que a análise apresentada é qualitativa, portanto,

os seus resultados não podem ser extrapolados para o conjunto da categoria. Por outro lado, esse tema reverbera observações já realizadas por outras pesquisas (TOZI, 2020; ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020; TOZI; DUARTE; CASTANHEIRA, 2021).

As visitas a campo e os relatos recolhidos expressam, ao contrário, situações geográficas precárias, típicas do trabalho precário, “desregulamentado”, flexibilizado, intermitente, e sem os direitos sociais mínimos. Nessa direção, uma provocação: se formos rigorosos com a origem do termo “empreender”, seriam apenas dois os empreendedores que trabalham com a Uber: Travis Kalanick e Garrett Camp, os empresários que fundaram a corporação californiana, em 2009.

Ainda, algumas situações reveladas durante as entrevistas são importantes e merecem comentários. As dimensões invisíveis do gerenciamento algoritmo do trabalho e do território vêm à tona quando o motorista Thiago revela sua insatisfação com as Taxas Variáveis da Uber, que além de camuflarem a contabilidade do seu trabalho, também tolhem a autonomia do motorista em escolher, ao menos, parte do trajeto a ser realizado. Tradicionalmente, o trabalho do motorista sempre foi, por essência, um trabalho baseado na experiência empírica dos deslocamentos cotidianos no território.

Contudo, esse conhecimento, que representaria uma certa autonomia de escolha do trabalhador, não pode ser colocado em prática. Se o trabalhador recusar o caminho indicado pelo aplicativo, incorre em penalizações. Essa situação revela uma face oculta da pobreza urbana, que, contudo, é substrato à fluidez viária metropolitana: são as tarifas baixas, as jornadas extenuantes e os lavadores de automóveis que garantem o “serviço inovador e arrojado” e os deslocamentos que asseguram que os consumidores “cheguam aos seus destinos com muita eficiência e estilo” (UBER, 2014, n. p.). Explica-se, assim, a analogia dos corpos marcados por detrás de carros limpos adotada neste texto.

Quanto aos lavadores e lavadoras, foi possível observar que as condições de trabalho nas quais se encontram exige pensar o mundo do trabalho como uma totalidade, para além de seus eventuais enquadramentos setoriais ou de atividades

específicas. Em situações típicas do circuito inferior da economia urbana, a qualificação profissional não é um atributo científico, pois representa, como observado, tarefas simples e dependentes de esforço físico. Os sujeitos entrevistados eram em sua maioria jovens, com formação escolar básica e se encontram em condições de trabalho que exemplificam os “empreendedores por necessidade”. Esses trabalhadores também revelam que os efeitos dos processos de uberização não estão atrelados somente aos profissionais diretamente ligados às empresas que coordenam as inovações algorítmicas. Os lavadores também estão inseridos em condições de trabalho que incluem jornadas longas, raridade de folgas e assumem os custos de alguns dos seus instrumentos de trabalho (caso dos EPIs). Se esses sujeitos manifestam a insatisfação com tais condições e almejam um trabalho formalizado em outros estabelecimentos, também nos manifestam que não consideram essa possibilidade como algo que venha a se realizar com facilidade.

Nota-se que os discursos que permeiam a psicoesfera do empreendedorismo, como a promessa de uma renda mensal mais alta, são convincentes aos jovens, como almeja Enzo, o lavador que deseja tornar-se motorista por aplicativo. No entanto, esses relatos não incorporam os problemas que estão associados com a profissão de motorista e são compartilhados no cotidiano dos lava a jatos (assaltos, cansaço, custos de manutenção, problemas com as plataformas). Embora os ganhos dos motoristas sejam significativamente superiores àqueles dos lavadores, a atividade dos primeiros apresenta-se atrativa aos segundos por demandar menos esforços físicos, mesmo que as jornadas de trabalho também sejam sabidamente longas.

Ambas as profissões, contudo, são permeadas de condições precárias de trabalho, dito “flexibilizado” ou “desregulamentado”. Nesse sentido, a relativa mobilidade social advinda do fato de um lavador se tornar motorista não representaria, objetivamente, uma mudança significativa em relação às garantias de seus direitos trabalhistas. As sucessivas modernizações e inovações atualizam, finalmente, as desigualdades socioespaciais reveladas pelos sujeitos ouvidos ao longo dessa pesquisa. Eles nos revelam que empreendedorismo é uma noção que encontra

seu limite nas condições objetivas da vida do trabalhador na periferia da metrópole. As informalidades e as ilegalidades renovam-se nas margens e garantem a extração de renda das plataformas de transporte.

Finalmente, a plataforma digital atualiza a própria noção, fundamental e generalizada, de plataforma ao lhe fornecer as variáveis que demarcam o período informacional do capitalismo. Mas é preciso estar atento à armadilha das noções: a plataforma digital não sucumbe de materialidade, tampouco se insere em um “espaço de fluxos” apartado da totalidade socioespacial e de suas desigualdades históricas, como aquela manifesta na relação centro-periferia. Os motoristas a elas submetidos corporificam de maneiras distintas a gestão algorítmica do trabalho que é, por sua vez, sempre geograficamente situada. Por isso, a gestão algorítmica também é do território. A análise geográfica dos critérios para ser um motorista VIP (Mapa 1 e Tabela 1) revela essa correlação entre gestão do trabalho e gestão do território. Esse argumento nos permite afirmar que a Uber efetiva um uso algorítmico do território brasileiro.

Agradecimentos

Parte desta pesquisa conta com financiamento do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região, por meio de convênio firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais (MPT-PRT-3, ref. UFMG 078/19-00), a quem agradecemos.

Notas

1. “Empreendedor” e “empreender” são palavras derivadas do francês *entrepreneur* e *entreprendre*. A escola do liberalismo clássico já as utilizava, com destaque para Cantillon (1950 [1755]) e Jean-Baptiste Say (1983 [1803]), para quem o empreendedor era o agente-motor do desenvolvimento econômico dada a sua ação nas várias etapas da produção capitalista de mercadorias (produção, distribuição, consumo). A vertente mais usual deste termo nas teorias econômicas está associada à sua conceitualização por Schumpeter (1982 [1911]), para quem o empreendedor seria o sujeito responsável pela introdução de inovações em um sistema econômico.

2. A Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2021, p. 8) diferencia as plataformas digitais entre as *location based-platoforms*, que exigem uma localização específica para a realização do trabalho e as *online web-based*, com trabalho remoto e disperso realizado on-line. Contudo, embora essa distinção permita observar nuances da especialização das plataformas digitais, cabe ressaltar que todo trabalho é espacial e se realiza em territórios historicamente constituídos e locais específicos.

3. Essa distinção é provocativa, uma vez que a noção de “plataformas digitais” pode mascarar as relações socioespaciais concretas agenciadas por essas corporações. A ação das empresas se dá em territórios e locais cientificamente selecionados, e não em um “espaço virtual” etéreo e intangível.

4. Embora “viagens” e “entregas” sejam atividades distintas, as empresas que se dedicavam ao transporte por passageiros têm integrado progressivamente os dois serviços.

5. Com dados disponíveis em UBER (2020, n.p.) e 99 (2020, n.p.).

6. A taxa de desemprego era de 11,8% (12,5 milhões de pessoas) em novembro de 2019, quando realizamos as pesquisas de campo e chegou a 14,7% (14,8 milhões de pessoas) no primeiro trimestre de 2021. A esses números devem ser somadas a “população desalentada” (pessoas que desistiram de procurar emprego, que somam 6 milhões de pessoas) e a “população

subutilizada” (desempregada, que trabalha menos do que poderia ou que não procurou emprego, mas estava disponível para trabalhar, que somam 33,2 milhões de pessoas) (IBGE, 2021).

7. Essas estratégias podem ser simples, como a escolha de um local considerado “estratégico” para estacionar o veículo, ou a compra de pacotes de dados e de planos com maiores velocidades de conexão. Entre as formas mais sofisticadas, destaca-se o uso de aplicativos de “fake GPS”, que simulam uma localização virtual do motorista em uma área considerada “mais atrativa”, mesmo que ele esteja, fisicamente, em outra.

8. Veja como funciona e para que serve a avaliação da Uber, Uber Blog, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/veja-como-funciona-e-para-que-serve-a-avaliacao-da-uber/>. Acesso em: 05 maio 2021. Grifo no original.

9. A empresa associa as premiações às avaliações positivas: “Ganhe pontos e mantenha um certo padrão de avaliações para atingir os níveis Ouro, Platina e Diamante, e continuar a obter vantagens”. Além da diferenciação entre os motoristas, as categorias também oferecem a conversão dos valores de corridas em “pontos” que podem ser trocados por serviços e mercadorias. Observa-se, de fato, uma forma de oferecer “benefícios”, sem, contudo, reajustar as tarifas. Conforme informações em: Chegou o Uber Pro, Uber. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/uber-pro/>. Acesso em: 25 maio 2021.

10. O termo “cidade” é utilizado pela Uber como sinônimo de agrupamento de municípios, revelando a regionalização como ferramenta corporativa, como debatemos em outro momento (TOZI, 2018, p. 7).

11. Foram comuns os relatos de motoristas que passaram a limpar o próprio veículo na medida em que precisaram reduzir os custos fixos da atividade.

12. A tarifa de base da Uber era R\$ 5,40 em 2014 (UBER, 2014, n.p.), valor que se mantém, em 2021, com variações devidas a descontos e promoções.

13. De acordo com a Calculadora do IPCA, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em 25 maio 2021.

14. Preço da gasolina já passa de R\$ 7, O Globo, 21 ago. 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/preco-da-gasolina-ja-passa-de-7-veja-quanto-custa-em-cada-estado-25165329?versao=amp&utm_source=T%E2%80%A6. Acesso em: 21 ago. 2021. Os aumentos também ocorrem, com alguma variação em relação à gasolina, para o etanol e o Gás Natural Veicular (GNV).

15. Não houve retorno dos órgãos de fiscalização aos estabelecimentos até o final da pesquisa.

16. Categoria nativa pela qual é conhecida a mistura de água, álcool, glicose e glicerina e que é aplicada sobre os pneus para deixá-los brilhantes.

17. A adoção da Taxa Variável de Preços ocorreu em 2018, quando a Uber extinguiu o modelo que vinha praticando - com taxas fixas de 20% (UberBLACK) e 25% (UberX). A Taxa Variável flutua conforme três condições que o motorista não pode controlar: i) o tempo de viagem; ii) o nível de trânsito e; iii) a distância percorrida. Nada mudou, contudo, para os passageiros, que continuam pagando um preço fixo inicialmente conhecido.

Referências

99. **Sobre a 99** (2021). Disponível em: <https://99app.com/sobre-a-99/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ABÍLIO, Ludmila. C. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, 2020, p. 111-126. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111. Acesso em: 01 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 04 maio 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BOZZI, Fábio. **Da Psicoesfera do empreendedorismo à precarização contemporânea do trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/images/igc/biblioteca/GEO245.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

CANTILLON, Richard. **Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general**. México: Fondo de Cultura Económica, 1950 [1755].

D'ANDREA, Carlos Frederico de Brito; GUERRA, ANA. A mobilidade urbana entre dados, plataformas, infraestruturas: os casos do Uber Movement e Uber Transit. In: RENA, Natacha (*et al.*) (Org.). **Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021, p. 157-177. Disponível em: <https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Ebook%20Urbanismo%20Biopol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 [2009].

DUARTE, Leandro Ribeiro. **O território como recurso e a informação como estratégia das corporações de transporte por aplicativo no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/images/igc/biblioteca/GEO254.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France** (1978-1979). Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,7% e taxa de subutilização é de 29,7% no trimestre encerrado em março. **Agência IBGE Notícias**, 27 maio 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30792-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-7-no-trimestre-encerrado-em-marco>. Acesso em 27 maio 2021.

ILO (International Labour Organization). **World Employment and Social Outlook 2021. The role of digital labour platforms in transforming the world of work**. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2021/WCMS_771749/lang--en/index.htm. Acesso em 24/04/2021.

LANGLEY, Paul. e LEYSHON, Andrew. Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digitaleconomic circulation. **Finance and Society**, p. 1-21, 2016. Disponível em: http://financeandsociety.ed.ac.uk/ojs-images/financeandsociety/FS_EarlyView_LangleyLeyshon.pdf. Acesso em: 16/02/2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. (*et al.*). **Formas em crise. Utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O trabalho na grande cidade do capitalismo periférico. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, n. 24, Jan.-Dez.,

2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/44582>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SANTOS, Milton. **L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Paris: M-Th. Génin Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1803].

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1911].

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 61, p. 173-192, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pbNxJjhLk36N87KFwDjGvTK/?format=html>. Acesso em 14 ago. 2021.

TOZI, Fábio. Meio técnico, tecnologia e tecnobrega: a cidade e a pirataria como possibilidades. **Tamoios**, v. 6, n. 2, p. 17-28, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1415/3000>. Acesso em: 14 ago. 2021.

TOZI, Fábio. Uso do território brasileiro por empresas globais de transporte por aplicativos: as estratégias de ação da Uber e as tensões advindas das resistências locais e regionais. **Anais do XII ENANPEGE**. Dourados: UFGD, v. 1, 2017, p. 10270-10281. Disponível em: www.enanpege.ggf.

[br/2017/anais/arquivos/GT%2035/1489.pdf](https://www.e-publicacoes.uerj.br/2017/anais/arquivos/GT%2035/1489.pdf). Acesso em: 22 mar. 2021.

TOZI, Fábio. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FabioTozi.pdf>. Acesso em 09 fev. 2021.

TOZI, Fábio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP**, v. 24, n. 3, 2020, p. 487-507. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573. Acesso em 09 fev. 2021.

TOZI, Fábio; DUARTE, Leandro Ribeiro; CASTANHEIRA, Gabriel Rocha. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. **Ar@cne**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1 de março, vol. XXV, nº 252, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/issue/view/2440>. Acesso em: 22 mar. 2021

UBER (2014). Uber lança oficialmente no Rio de Janeiro! **Uber Blog**, 13 jun. 2014. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/rio-de-janeiro/uber-lanca-oficialmente-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 25 maio 2021.

UBER (2020). **Fatos e Dados sobre a Uber**. Disponível em: www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/. Acesso em: 09 nov. 2020.

UBER TECHNOLOGIES INC. (2020). **2020 Annual Report (For the fiscal year ended December 31, 2020)**. United States Securities and Exchange Commission. Disponível em: <https://investor.uber.com/financials/default.aspx>. Acesso em 30 mar. 2021.

WATERS, Facility; WOODCOCK, Jamie. Far from seamless: a workers' inquiry at Deliveroo. **Viewpoint Magazine**, September 20, 2017. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2017/09/20/far-seamless-workers-inquiry-deliveroo>. Acesso em: 04 maio 2021.

XAVIER, Marcos. Empreendedorismo Periférico: Uma fase das atuais modernizações e da crise societária das metrópoles. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Metrópole e crise societária: resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

***Fábio Tozi** é Professor Adjunto no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFMG e Prof. Credenciado dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFMG e da UFSCar-So. Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestrado em Geografia pela Unicamp e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou aperfeiçoamento em Doutorado em Geografia (Estágio Doutoral - PDEE/CAPEs) na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e Pós-Doutorado junto ao Departamento de Geografia da Unicamp (Programa de Pós-Doutorado Junior/CNPq). Foi Professor Visitante na Universidad Nacional de Rosario (UNR – Argentina, Programa AUGM). Coordenador do Laboratório Terra Mundo (Dep. de Geografia, IGC/UFMG), do Observatório das Plataformas Digitais (OPD) e do Grupo de Pesquisas [continente]. Linhas de Pesquisa: Espaço, Globalização e mundialização, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia Urbana e Economia Política do Território. Principais temas de pesquisa: Plataformas Digitais, uberização, inovação, patentes, informatização do território. E-mail: fabio.tozi@gmail.com

***Fábio Bozzi** é geógrafo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Municipal da Estância Balneária de Ilhabela (SP). E-mail: f.bozzi@outlook.com

Afetos, brasilidade e urbanidade: uma aproximação[I]

Affects, brasiliannes and urbanity: an approximation.

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa*

Resumo

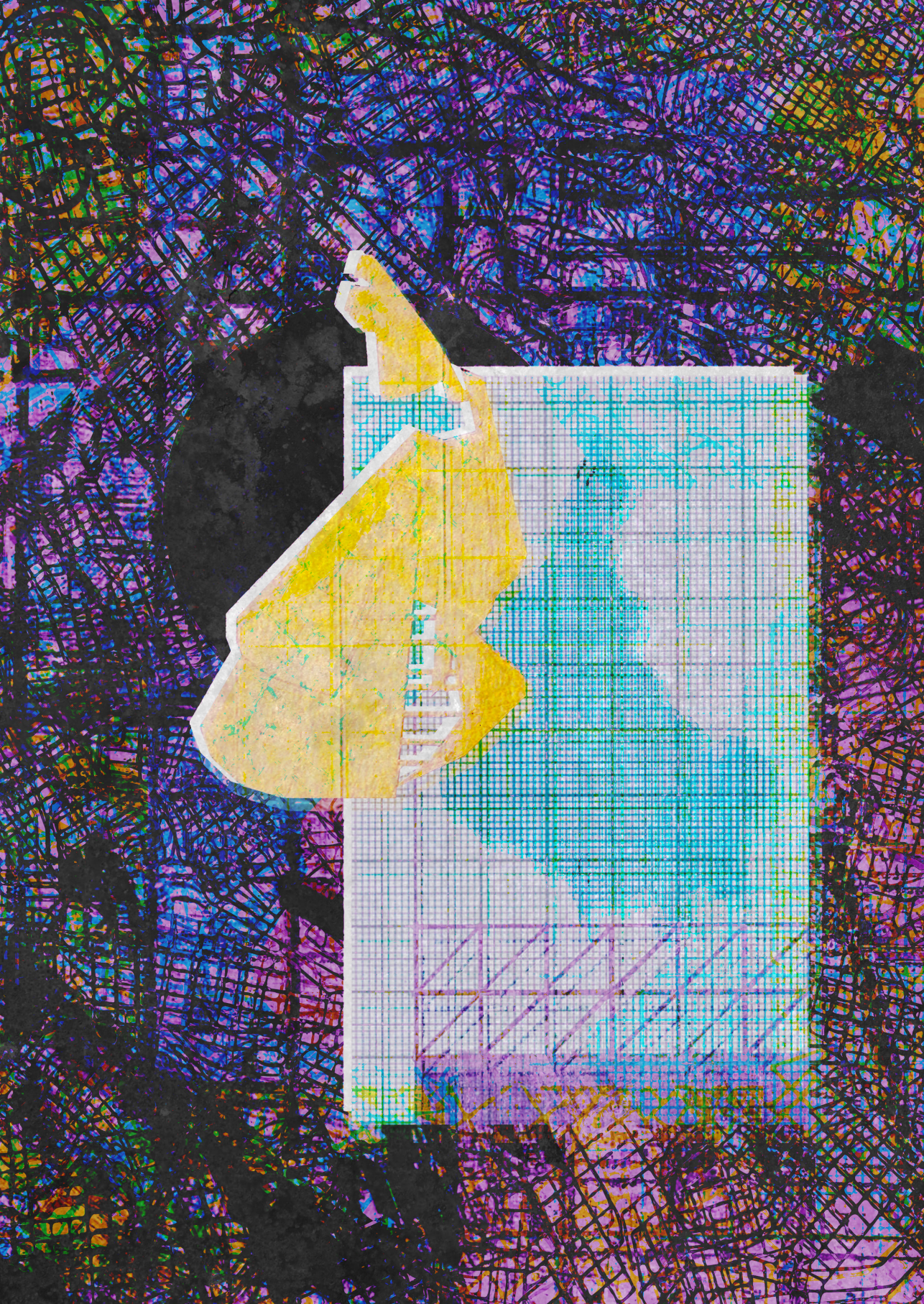
Este artigo, construído a partir de observações de campo em áreas centrais e patrimonializadas do Rio de Janeiro e de Salvador, ensaia a formulação da noção de urbanidade brasileira, a partir de contribuições do campo dos afetos e das epistemologias da ginga, da macumba e da ancestralidade. O texto está organizado em três partes. A primeira introduz a problemática da noção de memória aliada ao que aqui chamados de urbanidade afro-brasileira. Posteriormente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre a questão do entrelaçamento entre corpos, espaços e afetos. A terceira parte propõe uma reflexão sobre as inserções em campo até o momento realizadas, através das abordagens conceituais de Simas (2019); Simas e Rufino (2019^a;2019b, 2020), Oliveira (2012). Por fim, a noção de terreirização (Simas, 2019) ajuda a articular os afetos à cultura material e à proposta de uma urbanidade (afro) brasileira.

Palavras-chave: afeto; urbanidade; brasilidade; cosmovisões afro-brasileiras.

Abstract

This paper, using field observations from heritage protected central areas of Rio de Janeiro and Salvador, formulates the notion of Brazilian urbanity, built with the contribution of the field of affects and the ginga, macumba and ancestry epistemologies. The text is organized in three parts. First the author introduces the problematic around the notion of memory in relation to what here is called Brazilian afro-urbanity. Later, a literature review on the intertwining of bodies, spaces and affects is presented. Finally, the thirs part proposes a reflection around the field observations previously presented, using the conceptual approach of Simas (2019); Simas e Rufino (2019^a;2019b, 2020), Oliveira (2012), articulating affects and the material culture to the proposed notion of Brazilian (afro) urbanity.

Keywords: affect; urbanity; brasiliannes; afro-brazilian cosmovisions.



I. Os Brasis e o urbano brasileiro.

“O Brazil não conhece o Brasil

O Brasil nunca foi ao Brazil”

Querellas do Brasil, Maurício Tapajós e Aldir Blanc,
1978

Começo esse texto retornando para um momento em 2015, andando pelo centro de São Paulo, em uma sexta-feira quente de carnaval, acompanhada de um colega estrangeiro, desviando dos muitos corpos ali que, como nós, procuravam o ponto de partida do cortejo do tradicional bloco paulistano Ilú Oba de Min. O colega, recém-chegado em São Paulo para iniciar sua pesquisa de campo e prestes a experimentar seu primeiro carnaval, havia pedido que eu o acompanhasse, pois queria ver o cortejo do famoso bloco afro. Chegamos ao Viaduto do Chá, depois de um percurso pelas barulhentas e animadas ruas do centro novo, uma multidão esperava o cortejo que começou um tanto atrasado. Primeiro, ouvimos apenas os batuques, chacoalhando o Shopping Light, a banca de jornal, o parapeito de concreto do viaduto, o mundo material que nos rodeava. Tudo se encantou. Posteriormente, vieram as vozes do coro feminino, até que chegou a nós o cortejo das entidades, tradicionalmente desfilando sobre pernas de pau, vestindo trajes dourados. Arrebatada, olho para o colega, claramente decepcionado. Percebendo meu assombro, justificou: “Achei que era um bloco africano”. O Ilú Oba de Min, em sua afro-brasilidade, não era africano suficiente para sua expectativa.

Introduzo essa primeira história, pois, entre outras, foi um gatilho para começar a pensar uma possível noção de urbanidade brasileira. Para alcançar sua definição, agrego reflexões recolhidas através de um mergulho tátil em dois estudos de caso brasileiros[2], classificados como patrimônio mundial pela UNESCO, a um punhado de propostas epistemológicas, de campos disciplinares diversos, que tem como objetivo colocar o Brasil, ou os Brasis, múltiplos, em pauta. Como essas propostas epistemológicas podem iluminar os estudos urbanos

brasileiros? O que implica adjetivar a palavra urbanidade como brasileira? Como a teoria dos afetos pode nos ajudar a nos aproximarmos de uma noção de urbanidade brasileira? Como operar essa noção nos estudos urbanos brasileiros?

O texto está organizado em três partes. A primeira introduz a problemática da noção de memória aliada ao que aqui chamados de urbanidade afro-brasileira. Posteriormente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre a questão do entrelaçamento entre corpos, espaços e afetos. A terceira parte propõe uma reflexão sobre as inserções em campo até o momento realizadas, através das abordagens conceituais de Simas (2019); Simas e Rufino (2019a;2019b, 2020), Oliveira (2012). Por fim, a noção de terreirização (Simas, 2019) ajuda a articular os afetos à cultura material e à proposta de uma urbanidade (afro) brasileira.

2. Urbanidade e a noção de memória.

“Num lugar de dor, o que eles fazem? Eles dançam”.

Levada à Bahia pelo seminário “Memória, sobrevivências, ruínas: pensar as temporalidades urbanas”, realizado em novembro de 2019, repito a frase acima, dita pelo historiador Washington Drumond, relatando uma lembrança[3], contando ter acompanhado um colega estrangeiro ao Pelourinho. Essa frase, proferida com espanto pelo estrangeiro ao vivenciar a força pulsante que emana do recorrentemente arruinado centro histórico de Salvador, representa o espanto de muitos, estrangeiros outros, alguns até locais, ao observar diferentes manifestações, vivências e experiências no espaço público baiano, e em última instância, brasileiro. Trago a reflexão de Washington Drumond sobre esse relato e sobre uma noção de memória que é praticada, amplamente baseada na práxis urbana, para me aproximar da noção de urbanidade que possa ser adjetivada brasileira. Em resposta ao comentário do visitante estrangeiro, Washington Drumond reflete sobre esses nossos

lugares de memória: “[nesses lugares] nós não sobrevivemos, nós vivemos, nós não resistimos, nós agimos”

Essa reflexão se assenta na noção de memória, visto que parte de observações realizadas em dois estudos de caso, escolhidos por serem sítios classificados como patrimônio mundial com a chancela da UNESCO, que sendo classificados com base em justificativas distintas, apresentam o que aqui ensaio definir como urbanidade afro-brasileira. Urbanidade, por ser algo que se expressa no espaço urbano, público, ou seja, na rua, e se manifesta de diversas formas. Afro-brasileira porque agrega heranças, memórias, manifestações, rituais e práticas brasileiras que se relacionam com a ancestralidade africana. Urbanidades afro-brasileiras são entendidas como parte de culturas de diáspora (SIMAS, 2019; GILROY, 2012). Portanto, propõe-se que a urbanidade afro-brasileira se dá em relação às noções de memória e de ancestralidade.

Os casos são o chamado Centro Antigo de Salvador[4], um conjunto de bairros na área central da cidade que passou por um longo e conflituoso processo de renovação durante as décadas de 1990 e 2000, e o Cais do Valongo, redescoberto durante as obras do Porto Maravilha em 2012.

O centro antigo de Salvador foi classificado como patrimônio cultural mundial em 1985, dado o conjunto urbano considerado excepcional de edifícios preservados em um contexto urbano colonial renascentista, além de ser considerado um dos principais pontos de confluência das culturas europeias, africanas e ameríndias, segundo a UNESCO. Após sua nomeação, o estado da Bahia, com apoio da prefeitura, empreendeu um extenso processo de renovação de um de seus bairros, desapropriando a maior parte das edificações no espaço que passou a ser chamado de Pelourinho, deflagrando processos de gentrificação e de turistificação da paisagem urbana.

Por um lado, a renovação do Pelourinho foi responsável por expulsar a maior parte dos habitantes deste sítio urbano, por outro, este processo elegeu o tipo aceito de patrimônio cultural afro-brasileiro a ser exibido e celebrado neste novo espaço urbano turistificado, levando a perseguição da presença do corpo negro não turistificado neste espaço em constante

disputa (COLLINS, 2015), um processo que evidencia conflitos que ainda não se esgotaram. O bairro Santo Antônio Além do Carmo se localiza no limite da área classificada como patrimônio cultural mundial e não sofreu a gentrificação promovida pelo estado nos anos 1990 e 2000, como se observou no Pelourinho, tendo até recebido alguns dos antigos habitantes expulsos daquele espaço. Mantendo ainda muitos dos seus habitantes mais antigos e um forte senso de comunidade, o bairro hoje enfrenta a ameaça da especulação[5] imobiliária através da manutenção de edifícios tombados vacantes, com a recente descoberta de casarões do século XIX e do início do século XX por operadores do mercado imobiliário, e a emergência de um novo circuito cultural e turístico, trazendo uma revigorada vida noturna, com a multiplicação de novos estabelecimentos de comércio e serviços que desafiam as práticas cotidianas do bairro. Neste caso, a política urbana e a política de patrimônio se transformaram nos últimos anos, contemplando a criação de um fundo imobiliário (em 2014), formulado para gerir uma grande operação urbana (criada pelo plano diretor aprovado em 2016, cuja regulação específica atualmente se encontra em discussão), que engloba todos os bairros que contemplam frente-marítima na região central, com o objetivo de transformar o conjunto edificado e adequá-lo as necessidades do desenvolvimento turístico (SANT’ANNA, 2017). Sua intersecção com a política de preservação se deu pelo estabelecimento do programa Restaurar (2017), iniciativa municipal que pretendeu estimular o restauro de edifícios particulares através de um programa de benefícios e isenções fiscais.

O Cais do Valongo foi classificado em 2017, como um sítio de memória sensível relacionado à herança e à memória afro-brasileira, de acordo com a UNESCO, visto que se estima que quase um milhão de negros escravizados desembarcaram neste local. A área onde se encontra o cais e o perímetro da preservação, apelidada miticamente de Pequena África dada a concentração de negros livres e escravizados em sua origem e seus descendentes na atualidade, está prestes a se tornar um museu urbano[6], com uma proposta de um circuito de celebração da cultura afro-brasileira.

A história do surgimento do samba e das religiões de matriz africana parte de expressões e experiências culturais afro-brasileiras que emergiram nesse espaço urbano. Simultaneamente, a área encontra-se, desde 2009, ameaçada pelos avanços da Operação Urbana Porto Maravilha, que teve como objetivo transformar parte da Pequena África no novo centro terciário da cidade, uma renovação promovida como legado dos grandes eventos que a cidade recebeu na última década: a Copa do Mundo de 2014 e os jogos Olímpicos de 2016. Com a candidatura e posterior chancela da UNESCO, as tensões em torno desse território cresceram e diferentes grupos relacionados ao patrimônio cultural afro-brasileiro vem disputando a gestão deste circuito de herança africana.

Nesse período recente, ao passar por um processo de renovação desde o início da década de 2000, a área portuária, passou de vazio estrutural a vazio projetual, usando as categoriais analíticas de Borde, pois, dada a incompletude do projeto, é latente sua desarticulação com o tecido urbano e social do entorno, o que aumenta as disputas entre os diferentes grupos envolvidos no habitar deste espaço (BORDE, 2006).

Apesar de distintas na temporalidade e nas especificidades enquanto sítio urbano classificado como patrimônio cultural mundial, estes dois casos têm em comum a presença urbana da cultura afro-brasileira e os conflitos que surgem ao se tentar decolonizar sua história urbana. Ambas as cidades, Rio de Janeiro e Salvador, foram pioneiras na promoção de políticas de reparação e em ambas a celebração da ancestralidade africana permeia a vida cotidiana. Por outro lado, ambos os casos apresentam exemplos do chamado fenômeno global de urbanização, como aponta Harvey (2011), também chamado de fenômeno de urbanização neoliberal (BORDIN, 2010) e de urbanismo corporativo (FERNANDES, 2013), na medida em que espaços da cidade se transformam em ativos em um processo de acumulação flexível. Em ambos os casos o patrimônio cultural se transforma em um ativo, e o tema da preservação em discurso legitimador para realização de projetos homogeneizantes, ações de remoção de população carente, entre outros (SANT'ANNA, 2017).

Assim, em ambos os casos, o urbano e a urbanidade se articulam através de uma disputa pela memória, que, retomando Washington Drumond, nesses lugares específicos, relaciona-se com a práxis. Tratando-se de sítios urbanos, refere à prática na cidade. Portanto, o entendimento da noção de memória enquanto prática e agenciamento do presente fica como pressuposto dessa abordagem ao patrimônio cultural.

Não me interessa tratar de um cais ou de um casario, enquanto apenas cais e casario. Interessa trabalhar com e refletir sobre as práticas em relação ao cais e ao casario e entender como essas práticas se relacionam com a materialidade. Entendendo cais e casario enquanto suporte e, ao mesmo tempo, enquanto matéria vibrante, portadora de agência própria, que por sua vez afeta as práticas, realimentando um processo baseado em memórias corporificadas e ancestralidades ampliadas.

Portanto, ao desejar trabalhar a noção de urbanidade afro-brasileira, esse pressuposto nos transporta para (1) o campo dos estudos diaspóricos, com as ações de transculturação e as noções de memória e ancestralidade; e (2) o campo da materialidade e dos afetos – que mobilizam a práxis e que explicam o movimento relacional entre actantes (objetos, sujeitos) e ações. Esses campos são brevemente explorados a seguir.

3. Corpos, espaços e afetos

Em julho de 2018, cheguei a Salvador e logo aluguei uma casinha histórica no Bairro do Santo Antônio. Pequena, térrea, sem recuos, uma porta e duas janelas antigas de madeira. Janelas voltadas para a Rua dos Marchantes. Fiquei nessa primeira casa por duas semanas. Numa das primeiras manhãs, fui acordada por um batuque, acompanhado de algumas vozes. Sem saber se era dia ou noite, levantei imaginando que seria um grupo boêmio que tinha se estendido noite adentro, a casa era vizinha de uma pequena boate. Era dia. Abrindo a janela que trazia a rua para dentro da casinha, deparei-me com uma curiosa cena. Primeiro, a rua vazia, reverberando o barulho de instrumentos de percussão, uma voz masculina, seguida de um coro de vozes femininas. A curvatura da rua não deixava ver o que estava por chegar. Aos poucos vi um grupo vindo pela rua, mas parou e se aglomerou na

estreita calçada, deixando um carro passar. Vi então um homem a frente, gritando palavras de ordem e pedindo cuidado com os carros. O batuque cessou. Ouvi um burburinho. O carro passou, o homem retomou a dianteira e sinalizou para que outro homem de meia idade, vestido de azul, percursionista, retomasse o ritmo. Uma jovem, também de azul, o acompanhava com um tamborim. Vi então que o grupo era composto principalmente por senhoras idosas. Algumas carregando chocalhos. Outras caminhavam cantando, pequenas mochilas nas costas, pochetes, ou bolsas pequenas, transpassadas. Muitas usando camisetas brancas, que pareciam um uniforme. O homem que ia a frente era seguido por duas outras mulheres, mais jovens, carregando pranchetas, que pareciam servir de apoio ao grupo. O homem, tocando um tamtam com baqueta de surdo, gritava. As senhoras respondiam. Era uma marcha cantada. Cerca de 30 pessoas passavam pela minha janela, cantando, sorrindo e levantando os braços. Algumas senhoras acenaram. A curvatura da rua fez, novamente, com que eu não os visse mais, o som esmaeceu. Fechando a janela, sai da “rua” e voltei para casa. Descobri depois que esse é um grupo de caminhada e exercícios para idosos, organizado pela unidade básica de saúde do bairro. O grupo vem acompanhado de percursionistas que são funcionários da unidade básica de saúde. O instrutor guia a turma pelas ruas do Santo Antônio, que sai do posto às 7:30 da manhã e faz um percurso que chega no largo da igreja, uma praça onde os participantes fazem uma série de exercícios de alongamento e fortalecimento da musculatura.

É um ritual que acontece três vezes por semana, segunda-quarta e sexta. A música, ritmada pela percussão – que é usada no samba, mas também nas cerimônias de candomblé – é um chamado para botar o corpo na rua. É com esse chamado que o grupo avisa que está passando, e vai coletando novos adeptos a essa prática urbana, ao longo do percurso. Apresento esse pequeno relato para que nos debruçemos sobre o campo da materialidade e dos afetos.

Ao avançar sobre a relação entre espaço e corporeidade, Guattari (1992) introduziu a noção de “agenciamento de enunciação”, que organiza as diversas modalidades, tanto de espacialização – ao ato de se apropriar ou criar espaços – quanto de corporalidade,

entendida como a agência do corpo. Nesta relação, segundo ele, são os afetos que promovem a multiplicação de percepções do espaço e sua subjetivação – necessária para a espacialização. Essa subjetivação do espaço, mediada pelos afetos, relaciona o presente e o passado, importante aqui para que se entenda a relação da espacialização afetiva com a noção de memória e ancestralidade.

O autor sugere que os espaços nos interpelam emocionalmente, são “máquinas de sentido e de sensação” que não são universais. Espaços como máquinas de sentido podem mobilizar afetos diversos pois, ao serem permeados por objetos que possuem “vida própria”, podem servir a projetos uniformizadores – os projetos de muro como definido por Simas (2019) – e, ao mesmo tempo, podem incitar subjetividades individuais ou coletivas:

Pode parecer paradoxal deslocar assim a subjetividade para conjuntos materiais, por isso falaremos aqui de subjetividade parcial; a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor ... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação. (GUATTARI, 1992: 161)

Para Guattari, essa subjetividade parcial é mediada por afetos estéticos complexos e pela associação de formas espaciais, ritmos e bordões, que juntos formam o suporte existencial de um foco enunciativo, que serve para os agenciamentos coletivos de enunciação.

Como tarefa metodológica, o arquiteto contemporâneo é chamado para, em elaboração de projeto sempre em movimento, apreender o espaço de forma transversal e cartografar de forma multidimensional essa produção de subjetividades.

Esse apelo para uma cartografia de subjetividades se alinha com o que Milton Santos chama de Geografia da Ação (SANTOS, 2006). Ação, sendo sempre sobre uma situação, relaciona-se com a práxis, ritos, rotinas, um conjunto de gestos que contribuem para a produção de determinada ordem. Nessa formulação, o agir simbólico – incalculado, mediado pelos afetos e rituais – mobiliza modelos de significação e representação, em oposição à ordem dos dados e da norma representada pelo agir técnico e formal.

Nessa formulação, em cada situação, Milton Santos defende que diferentes objetos ‘preferem’ certas ações, em detrimento de outras, em uma clara sugestão à agência dos objetos em detrimento a supremacia do agenciamento dos sujeitos ou atores. Assim, objetos e ações foram um conjunto inseparável, híbrido: “As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente.” (SANTOS, 2006: 56).

Essa formulação reconhece a agência dos objetos e o afeto como mediadores de subjetividades nas relações entre objetos e corpos no espaço urbano. O que nos leva ao nexos entre afetos e espaços. Para explorar esse nexos trago Reckwitz (2012) e sua noção de espaços afetivos, bem como Hutta com a noção de re-territorialização (HUTTA, 2018,2019) afetiva, dentre a gama de autores que vem explorando o tema.

Reckwitz, procurando contribuir para a teoria da ação, propõe um quadro conceitual que possibilita a análise simultânea das emoções, afetos, artefatos e espaços, integrando-os como componentes básicos da sociabilidade, a partir das formulações provenientes do giro espacial e do giro afetivo nas ciências sociais, que superam a leitura clássica de que espaço e afeto são categorias materiais, residuais (RECKWITZ, 2012). Para o autor, a sociabilidade é entendida como uma rede sempre em expansão, composta de corpos e artefatos. Essa rede é composta por fazeres interconectados, materialmente ancorados, afetando-se mutuamente. Portanto envolve corpos, artefatos e movimentos. Assim, propõe que (1) cada prática social envolve uma estruturação afetiva e perceptiva, passível de análise; (2) cada prática social envolve uma estruturação espaço-artefato passível de análise; (3) Afetos são direcionados a artefatos e objetos, sendo estruturados pelos espaços que esses artefatos e objetos formam.

Essas práticas sociais, por sua vez, estão ancoradas em corpos sensuais (não apenas corpos sociais), passíveis a estímulos. São, portanto, práticas ancoradas em comportamento, possuindo uma estruturação afetiva. São corpos e objetos que afetam e são afetados, portanto afeto no espaço adquire um caráter dinâmico e uma dimensão interativa, crucial para suscitar reações e excitações corporais – ansiedade, alegria, irritação,

luto. Para Reckwitz afetos são, portanto, reações corporais e fazem parte das práticas sociais.

Além disso, afetos são espacialmente situados em relação a artefatos, formando culturas afetivas. O autor define culturas afetivas como redes expansíveis de corpos (muitas vezes múltiplos), artefatos, subjetivizações, percepções, sensações, rotinas, e práticas discursivas, baseadas em emoções, que por sua vez suscitam práticas afetivas não-discursivas. Culturas afetivas são arranjos espaciais complexos que engendram formas específicas de afetividade (como a intimidação, o aconchego, a convivialidade e o sublime). Reckwitz utiliza a metáfora da atmosfera, em que artefatos estabilizam culturas afetivas através do afeto e do hábito. A transformação dessas atmosferas, ou seja, dessas culturas afetivas, dá-se tanto pela reorganização dos artefatos, como por mudanças discursivas, que passam a mobilizar novos afetos. Conclui, assim, que as mudanças discursivas e o rearranjo dos artefatos conformam constelações que levam a mudanças nas práticas e atitudes afetivas, levando a novas atmosferas, como novas culturas afetivas que devem, portanto, ser alvo de observações empíricas.

Essa necessária abordagem empírica nos remete às reflexões de Hutta (2018, 2019) e à noção de territórios e re-territorializações afetivas, construídos através de observações em campo realizadas no Brasil pós-junho 2013[7], a partir do qual afetos intensos – progressistas e conservadores - passaram a ser cada vez mais performados na esfera pública. Esses vetores afetivos, presentes cada vez em maior quantidade e intensidade, são capazes de potencializar ou prejudicar territorializações, conformando diversas “capacidades de agir” em determinados contextos espaciais. Para Hutta, os eventos recentes no contexto brasileiro demonstram como as capacidades de habitar, apropriar e controlar espaços está conectada aos afetos, entendendo afetos como sendo um dinamismo relacional entre corpos de diferentes propriedades (no sentido mais amplo possível), desdobrando-se entre corpos em interação com e no espaço (HUTTA,2018). Afetos são encontros no espaço. É através desse dinamismo afetivo, portador de agência própria, que territórios políticos e econômicos são criados e destruídos.

Afetos não só acontecem no território, eles o constituem e o desfazem.

Hutta propõe três reorientações na articulação entre afetos e territórios. A primeira aponta para uma modificação afetiva na capacidade do agir; a segunda para a força constitutiva dos afetos em si e, por último, para a relação contingente entre afetos e re-territorializações, demandando um olhar atento ao empírico e a essas relações (HUTTA, 2019).

Retomando a noção de urbanidade afro-brasileira, a soma do campo dos afetos às manifestações da ancestralidade africana observados nesses casos nos leva a três questões. A primeira é a observação de que o patrimônio cultural abordado engendra de forma específica a relação entre história, historiografia e memória. A segunda revela como a lente da decolonialidade (MIGNOLO, 2015) bagunça essa relação entre história, historiografia e memória, escancarando disputas, dissensos e controvérsias. Se os casos trazem à tona apagamentos e movimentos de resgate da história, esse resgate passa por uma disputa, que é tanto uma disputa de narrativas, quanto uma disputa entre práticas, usos, performances, todas mobilizadas pelos afetos. Além de serem práticas, usos, performances em espaços e objetos que, por si, também são actantes, artefatos entendidos como matéria vibrante, portadores de agência própria (BENNET, 2010).

Este problema posto pela formulação de uma noção de urbanidade afro-brasileira sugere a aproximação com epistemologias outras, que vem sendo ensaiadas em diversos campos do conhecimento e que podem ser colocadas na roda do campo do urbanismo, para ritmar essa discussão, que ensaio na próxima sessão. São elas epistemologia da ginga (ARAÚJO, 2017), a epistemologia das macumbas (SIMAS; RUFINO, 2019a, 2019b, 2020), a epistemologia da ancestralidade (OLIVEIRA, 2012) e a filosofia popular brasileira (HADDOCK-LOBO, 2020), esta última trabalhando especificamente a noção de brasilidade.

4. Afeto, cultura material e urbanidade afro-brasileira

Começo a discussão do entrelaçamento entre afeto, cultura material e urbanidade afro-brasileira com uma reflexão sobre

os processos de patrimonialização dos espaços urbanos e a supremacia dos saberes técnicos, em detrimento das experiências dos praticantes desses espaços.

Volto para minha inserção em campo, em Salvador. Chego especificamente a uma observação, que envolveu acompanhar atores sociais, ativistas e pesquisadores em campo na realização de um inventário sobre o estado de conservação do Centro Antigo. Acompanhei diversas visitas, parte de processo de reconhecimento e eleição das referências culturais urbanas, como ponto de partida de um inventário comunitário, que aliaria a visão técnica às referências culturais dos praticantes do espaço. Ao caminhar pelas ladeiras e galerias do Centro, os pesquisadores insistiam em “ensinar” os agentes de campo a “olhar” a cidade, apontando para aquilo que eles deveriam prestar atenção. Estavam muito pouco interessados no que efetivamente afetava esses agentes comunitários durante o percurso. Os técnicos estavam menos ainda interessados pelas histórias que os agentes de campo contavam sobre como habitavam aquele espaço no cotidiano.

Esse pequeno relato de campo assinala para o fato de que o processo de eleição de valores, comum nas discussões sobre patrimônio, passam por um processo de subjetivação e produção de significado, que é individual. Apesar de ter recortes técnicos, socioeconômicos, o processo de atribuição de valor também possui recortes de raça e gênero, não podendo, portanto, os valores serem universais na realidade – como proposto pela UNESCO. A impossibilidade de existência de valores universais é uma grande fonte de conflito e disputa, quando se trata de patrimônio cultural e principalmente de sítios urbanos patrimonializados.

As epistemologias da ginga, da macumba e da ancestralidade nos ajudam a operar uma dimensão de urbanidade brasileira, e especificamente urbanidade afro-brasileira existente em espaços patrimonializados, na medida em que explicita a dicotomia entre cidade simulacro (desencantada) e cidade terreiro (encantada) e a relação entre a memória, o corpo, o rito e o imprevisível mediada pelos afetos, desestabilizando a noção de tempo:

as raízes do Iroko encarnam a eternidade da memória ancestral. Iroko é o tempo em duas dimensões: o da ancestralidade e o do porvir. É o mistério da paciência. Exu percorre a temporalidade do Iroko na dimensão da imprevisibilidade. Iroko tem a fixidez da gameleira. Exu tem a fluidez da folha que cai da árvore no meio do redemoinho (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.14).

Essas epistemologias nos trazem lentes adequadas para entender certas práticas e ações em tais territórios e o modo como essas práticas e ações, somadas, formam o caldo que imbui certos espaços urbanos de brasilidade. Mais que um foco no perigoso terreno das identidades estanques e dos nacionalismos, como nos avisa Haddock-Lobo, a brasilidade aqui é construção coletiva em vários sotaques. O autor define “o que precária e estrategicamente podemos chamar de ‘brasilidade’, sendo isto o que nos tornou reconhecidos nacional e internacionalmente” (Haddock-Lobo, 2020, p.101), algo que não se pode definir senão dentro de uma pluralidade, de uma não-identidade, que não se reduz a uma unidade. Nossas “múltiplas e singulares brasilidades” (Haddock-Lobo, 2020, p.102), são compostas de diversos sotaques que se reconhecem quando em relação, ou oposição, com a tradição europeia e ocidental. O pensamento sobre as brasilidades e sua relação com o urbano brasileiro podem ser entendidas, portanto, como um gesto decolonial nos Estudos Urbanos. Haddock-Lobo nos convida, ao nos provocar com sua filosofia popular brasileira, a “pensar a partir de uma experimentação da cultura popular brasileira” (Ibidem), um convite ao mergulho empírico na Rua, ou seja, no urbano brasileiro, permanecendo-nos abertos às experiências múltiplas.

Para me aproximar da relação entre afeto e urbanidade afro-brasileira, proponho que o processo de produção de significado é um processo de encantamento e terreirização, categorias definidas por Simas e Rufino (2019a, 2019b, 2020), dois dos autores com quem caminho durante essa narrativa. Portanto, o habitar desses espaços é um agir que envolve o encantamento, um processo atravessado por imaginação e afetos. As cenas que ilustram as duas primeiras sessões desse artigo exemplificam

bem o que é uma imersão em campo nesses lugares encantados e terreirizados.

Cidades terreirizadas (SIMAS; RUFINO, 2020) abrigam práticas ritualizadas e performances, criando tempo/espaço moventes e não permanentes, que se constroem a partir do rito:

(...) rito expõe as possibilidades, circunstâncias e imprevisibilidades postas nas dinâmicas de se firmar terreiros (...) terreiro pode ser desde o tempo/ espaço em que se fundamenta o saber para a experiência com o sagrado como também o tempo/espaço em que carnaliza essa experiência ou até mesmo ambas as possibilidades em imbricação” (SIMAS; RUFINO, 2019b, p. 41)

Nessa equação temos os objetos – enquanto matéria, os artefatos, as pedras –, os sujeitos e as ações. No processo de encantamento e terreirização, esses três elementos se encontram em relação e movimento: “As pedras que fundamentam as invenções dos terreiros encantam-se a partir dos corpos” (SIMAS, RUFINO, 2019b, p.51).

Tratando-se de encantamento de objetos e terreirização no espaço público, portanto nessa equação em movimento, Simas propõe que a Rua, enquanto categoria analítica, é espaço de construção tensa e intensa de sociabilidades, aquilo que agrega afetos e espaços (SIMAS, 2019). A Rua é um espaço que engendra sabedorias e que estimula a criação. Portanto, o processo de mobilização dos afetos que a Rua engendra, é definido pelo que o autor chama de culturas de fresta e de síncope. As culturas de frestas e de síncope são, por um lado, as ações que enfrentam projetos de muro, barreiras (físicas e institucionais) impostas por projetos hegemônicos. Por outro lado, enquanto síncope, preenchem os vazios deixados pelo ritmo desses projetos, ocupando com diferentes ritmos o espaço entre uma batida de outra, o espaço do silêncio.

A imersão em campo, tanto no Rio de Janeiro quando em Salvador, ao se dar em espaços de cultura material colonial, que poderiam ser entendidos como espaços de memória sensível, ocorre em espaços patrimonializados. Esses espaços urbanos são, ao mesmo tempo, violentamente atravessados por transformações

urbanas orquestradas pela articulação do capital imobiliário ao Estado, e inegavelmente imbuídos de uma “brasilidade”, cuja definição é sempre precária. Essa brasilidade é trazida, ou carregada, pelos corpos que praticam esses espaços. Corpos como suportes de memórias (SIMAS, RUFINO, 2019b, p.45), que se ligam com a epistemologia da ancestralidade (OLIVEIRA, 2012) e da ginga (ARAÚJO, 2017) através da presença e permanência, entendendo-a como a existência em um contínuo, possibilitada por dinâmicas de perpetuação da memória (SIMAS; RUFINO, 2019b).

Os ritos – ações congregadas, comunitárias - “reinventam as possibilidades de ser/estar/praticar encantar o mundo enquanto terreiro” (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.48), estabelecendo “seus vínculos de pertença com outras temporalidades/espacialidades” (Ibidem, p.49).

O urbano, nesses casos patrimonializados em disputa, abriga rodas de samba, de choro, comércio ambulante, performances, blocos carnavalescos e agremiações das mais diversas. Essas práticas exemplificam a produção de significado pelos hábitos, pelas sociabilidades, pela performance, pelas ações que se fazem em comunidade no espaço da Rua, tendo Rua como uma categoria espacial que recebe, abriga, guia o movimento e quebra o desencanto: “a cidade simulacro ergue-se feito um edifício entoado por um único dizer, cresce por cima de corpos e saberes múltiplos. A cidade terreiro corre, gira, fala em vários dizeres para múltiplos entenderes, firma o encanto no cruzado dos quatro cantos” (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.79).

A reflexão que trago é que, para estarem imbuídos de brasilidade, esses espaços urbanos e essa cultura material foram “terreirizados”. Foram encantados, pelas práticas de construção de sociabilidade, de reconstrução contínua de identidade e de formação de comunidades, através de associações diversas. Os pontos de agregação de significado foram transformados em “encruzilhadas”, como campo de possibilidades (SIMAS; RUFINO, 2019a) mas também como uma categoria analítica utilizada desde os anos 1980, por Leda Maria Martins (1995) ao tratar de manifestações artísticas e performáticas afro-brasileiras.

O questionamento dos valores universais e da forma como os saberes técnicos se relacionam com o patrimônio, relaciona-se com a incompatibilidade da pretensa universalidade desse patrimônio – e do projeto de muro que ele representa ao restringir as práticas no espaço. No cotidiano desses casos, muitas vezes tais valores estabelecidos contrastam com as produções de significado individuais, coletivas e comunitárias, invariavelmente afetivas e contextuais. Frequentemente, os saberes técnicos da conservação têm dificuldade em lidar com a produção de significado afetiva, diversa, contextual e movente.

As noções de cultura de fresta e de síncope, da terreirização e de encantamento abrem novos caminhos para entender a urbanidade brasileira e praticar esse patrimônio através da alteridade, em oposição aos chamados projetos de muro. Projetos de muro são projetos do estado e do capital, cujos canais institucionais estão fechados para diferentes expectativas de mundo, práticas do e no espaço, aniquilando o sentido da Rua, provocando o oposto do que é a produção de significado: o desencanto. O desencanto ocorre através da promoção de territórios apenas funcionais, que, portanto, não permitem os afetos. Esses projetos de muro, são as operações urbanas, por exemplo, mas também muitos processos de renovação e “revitalização” urbanas que tem como objetivo a proteção do patrimônio.

No cotidiano desses sítios, a urbanidade afro-brasileira faz desses sítios patrimonializados espaços terreirizados, espaços de prática de vida, de encantamento, mergulhados de forma rigorosa e afetiva na experiência da Rua (SIMAS, 2019).

Essa cultura material que se protege enquanto espaço urbano, só é brasileira quando a entendemos como cultura de síncope. A urbanidade brasileira é o que acontece no vazio, que o preenche de forma improvisada, aparecendo entre uma pancada e outra, ou no nosso caso, entre um objeto e outro. O ato de “habitar” o patrimônio urbano, neste caso é o ato de terreirizar esse patrimônio:

Cultura, encruzilhadas, adaptações,
dinamismo, resignificação, sobrevivência,
tradição, invenção, renovação. Tirem da

cidade o complexo de saberes sofisticados das ruas que nos forjaram; silenciem os batuques que ressoaram nas noites de desassossego, afagaram as almas e libertaram os corpos, e o que sobrar? (SIMAS, 2019, p.37)

Em resposta à Simas, finalizo refletindo sobre o que interessa nessa formulação de urbanidade brasileira: sem a memória dos corpos, não sobram nem cais e nem casario.

Notas

1. Uma versão desse texto foi apresentada em Abril de 2021, parte de evento denominado PLATAFORMA PARA EL DIÁLOGO: POLÍTICA, AFECTOS E IDENTIDADES EM AMÉRICA LATINA, organizado de forma virtual pela Sede Regional Merian CALAS Cono Sur Buenos Aires, Argentina. O registro da apresentação encontra-se em: <https://www.youtube.com/h?v=AnVjE2CSur8&fbclid=IwAR3Y8UvID7ZO9MAJZwlj27FbWLq7q1puKlrvB7d6fUHQaxxCwl3nhWmdkxU>, visitado por último no dia 31.05.2021, às 9h00.

2. Este artigo se insere no escopo do projeto de pesquisa que aborda o ato de “habitar” os sítios urbanos classificados como patrimônio cultural mundial pela Unesco, através de dois estudos de caso: o Cais do Valongo e sua envoltória no Rio de Janeiro, e o bairro Santo Antônio Além do Carmo em Salvador, desenvolvido em nível pós-doutoral no Programa Avançado de Culturas Contemporâneas, UFRJ e no PPGAU- UFBA, pelo programa CAPES Print.

3. O registro da referida mesa do Seminário “Memória, sobrevivências, ruínas: pensar as temporalidades urbanas”, realizado pelo grupo de pesquisa Laboratório Urbano, na FAUFBA em Salvador/BA em novembro de 2019 se encontra no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=XHQ6Pc0xhZ0>, acessado dia 25.08.2021, as 18h.

4. Em 2018, foi realizado um campo de três meses que envolveu os dois casos. Outras inserções pontuais em campo foram realizadas em 2019, entretanto novas inserções em campo foram impedidas pela pandemia.

5. A noção de especulação é empregada para descrever o processo em que atores pertencentes ao mercado da produção imobiliária – empreendedores e proprietários de terra – mantêm seus terrenos e edifícios vacantes aguardando melhores condições mercadológicas. A especulação se dá a partir da expectativa de sua valorização. Processos especulativos ocorrem também na iminência de alterações na regulação urbana, momento em que

estes atores agem para garantir o “direito de protocolo”, muitas vezes sem efetivamente terem a intenção de desenvolver suas propriedades.

6. A proposta de museu urbano vem sendo discutida pelo poder público municipal, como forma de atender as exigências da UNESCO para a manutenção da classificação do Cais do Valongo. Sobre as disputas que envolvem a criação do museu nas imediações do Cais do Valongo, consultar: VASSALLO, Simone Pondé; RODRIGUEZ CACERES, Luz Stella. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 47-80, Apr. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832019000100047&lng=en&nrm=iso consultado em 19 Feb. 2021.

7. Um consenso – sempre parcial - se formou em torno da observação de que as manifestações de junho de 2013 se consubstanciam em um ponto de inflexão do entrelaçamento de afetos e performances nos espaços públicos brasileiros. Maricato et al (2013); Carlos (2014); Pinto (2017) Monteiro (2018); Pinheiro-Machado (2019); Kalil (2018^a, 2018b) são algumas autoras dentre os muitos que se debruçaram sobre as transformações ocorridas, bem como o significado de junho de 2013 no Brasil, uma revisão bibliográfica que foge ao escopo desse texto, mas que é relevante ao tratarmos disputas em relação aos espaços públicos no Brasil desde então.

Referências

ARAÚJO, Rosangela Costa. **Ginga**: uma epistemologia feminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BENNETT, Jane. **Vibrant Matter**: A Political Ecology of Things. Durham: Duke University Press, 2010.

BORDE, A. I. **Vazios urbanos** : perspectivas contemporâneas. (Tese doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2006.

BOURDIN, A. **O urbanismo depois da crise**. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

CARLOS, Ana Fani. **O poder do corpo no espaço público**: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP Espaço e Tempo-V.18. N. 3, 2014. pp. 472-486.

COLLINS, J. F. **Revolt of the Saints**: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy. Durham: Duke Press University, 2015.

FERNANDES, A. **Decifra-me ou te Devoro**: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e Dilemas da Prática do Urbanismo no Brasil. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G., et al (Ed.). Planejamento & Urbanismo na atualidade brasileira - objeto teoria e prática. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p.83-107pp.

GILROY, Paul . **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 2012.
GUATTARI, Felix (1992) **Espaço e Corporeidade** In: Caosmose - Um Novo Paradigma Estético. São Paulo: Editora 34, pp.153-168, 1992.

HADDOCK LOBO, Rafael. **Maria Navalha E A Filosofia Popular Brasileira** – Um “Trabalho” De Campo. Revista Calundu -V.4, N.2, pp. 6-26, Jul-Dez 2020.

HADDOCK-LOBO, Rafael. **Os Fantasma da Colônia**: notas de desconstrução e filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HUTTA, Jan Simon. **Affective territorialities in Brazil's current political conjuncture**. A three-part essay. In: Environment + Space, 2019. Disponível em: < <https://societyandspace.org/2019/04/11/affective-territorialities-in-brazils-current-political-conjuncture-i-political-affects/>>Acessado em 16 de março de 2021, as 16h.

HUTTA, Jan Simon. **Affective territories**: cartography of aconchego as cartography of power. In: Revista Geografia em Ato (GeoAto online) - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.8-36, jul, 2019.

KALIL, Isabela O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro (relatório de pesquisa)**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KALIL, Isabela Oliveira. **Notas sobre 'Os Fins da Democracia': etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos**. In: Ponto Urbe, v. 22, p.1-6, 2018.

MARICATO, Erminia. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MIGNOLO, Walter D. **Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento**: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. In: CABALLO, F. e HERRERA ROBLES, L.A. (Orgs.). Habitar la frontera. Sentir y pensar la decolonialidad (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB/UACJ, (2013) 2015, p. 173-189.

MONTEIRO, Mariana. **'De pedra e pau'**: etnografia do levante popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades (tese). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo. D. de. **Filosofia Da Ancestralidade Como Filosofia Africana**: Educação E Cultura Afro-Brasileira. In: Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE) - N.18, 2012, pp. 28-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/resafe.v0i18.4456>> Acessado em 16 de março de 2021, as 16h.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior** - O Que Aconteceu Com O Brasil E Possíveis Saídas Para A Crise Atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, C.R.J. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política - N.100, 2017. pp:119-153.

RECKWITZ, Andreas. **Affective spaces**: a praxeological outlook. In: Rethinking History - N.16, V.2, pp.241-258, 2012.

SANT'ANNA, MARCIA. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Editora Oiti, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. SIMAS, Luis Antonio. **O corpo encantado das ruas (versão Kindle)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019a.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019b.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

***Eliana Rosa de Queiroz Barbosa** é pós-doutoranda do PPGAU UFBA, vinculada ao Laboratório Urbano (2021-Atual), através do programa CAPES-Print. Desde setembro de 2019 é pesquisadora afiliada ao Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da UFRJ. Foi professora visitante do programa de mestrado em Planejamento e Política Urbana no Politecnico di Milano (2020), pesquisadora Associada da KULeuven e Coordenadora do programa de cooperação internacional VLIR-UOS ICP dos Mestrados em Assentamentos Humanos (Masters of Science in Human Settlements – MaHS) e em Antropologia Cultural e Estudos de Desenvolvimento (Masters in Culture and Development Studies – CADES). É Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em co-tutela com a KULeuven, Bélgica (2016), no tema dos projetos urbanos e o urbanismo contemporâneo na América Latina. Sua tese foi agraciada com o primeiro prêmio do Concurso internacional de teses de investigação Infonavit, UNAM (México) em 2018. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2004), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009) e mestrado em Assentamentos Humanos KULeuven (2011). Atualmente foca sua pesquisa e docência no campo dos Estudos Urbanos e nos desafios apresentados para as cidades do Sul Global. Interessa-se por métodos interdisciplinares, particularmente entre os campos do urbanismo e da antropologia, e os entrelaçamentos entre espaço e afeto.

Entre multiescalaridade e transescalaridade: aproximações entre Teoria Crítica Urbana e Urban Assemblage

Between multi-scalar and trans-scalar approaches: convergences between Critical Urban Theory and Urban Assemblage

Gabriela Romano López, Mariane Cardoso de Santana, David Sperling*

Resumo

No campo dos Estudos Urbanos, evidencia-se a necessidade de repensar o alcance dos métodos investigativos diante das múltiplas transformações da vida urbana contemporânea. O objetivo deste artigo é expor de forma dialógica a noção de escala a partir da Teoria Crítica Urbana e da *Urban Assemblage*, especialmente vinculada à Teoria Ator-Rede, evidenciando as possíveis implicações ao adotarmos um posicionamento teórico-metodológico multiescalar ou transescalar de pesquisa. Em seguida, apresentamos os principais pontos de divergência e possíveis aproximações e complementaridades entre ambas as posturas.

Palavras-chave: transescalaridade; multiescalaridade; Teoria Urbana Crítica; Urban assemblage; Teoria Ator-Rede.

Abstract

In the field of Urban Studies, there is an evident need to rethink the scope of investigative methods due to the multiple transformations of contemporary urban life. The objective of this article is to expose in a dialogic way the notion of scale from the Critical Urban Theory and Urban Assemblage, especially linked to the Actor-Network Theory. The text highlights possible implications when adopting multi- or trans-scalar theoretical-methodological approaches in Urban Studies. In this sense, we present the main divergences, possible convergences and complementarities between them.

Keywords: trans-scalar approach; multiscalar approach; Critical Urban Theory; Urban Assemblage; Actor-Network Theory.

Introdução

Devido ao ritmo, abrangência e volatilidade sem precedentes da urbanização mundial contemporânea, o campo dos Estudos Urbanos é hoje confrontado com importantes desafios teóricos, conceituais, ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Diante dessa perspectiva, a literatura recente da área tem feito esforços significativos para repensar os pressupostos fundantes a respeito dos objetos, agendas e paradigmas de pesquisa, a fim de capturar as complexidades intelectuais, representacionais e políticas relativas à compreensão da condição urbana contemporânea.

Estudiosos envolvidos com a chave de leitura da Teoria Crítica Urbana (TCU) - que tem sua origem, sobretudo, nos debates sobre a “questão urbana” (HARVEY, 1980 [1976]; CASTELLS, 2000 [1972]; LEFEBVRE, 2002 [1970]), a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 - têm promovido extensas discussões sobre os desafios de reinventar a própria teoria à luz do capitalismo do século XXI. Segundo integrantes do grupo *Urban Theory Lab*[1], coordenado por Neil Brenner, um dos expoentes dessa literatura,

certamente não é um momento para modéstia intelectual ou um recuo das grandes metanarrativas [...] há hoje a necessidade de engajamentos ambiciosos e de amplo alcance - teóricos, concretos e práticos - com as dimensões planetárias da urbanização contemporânea em diversos lugares, territórios e escalas (BRENNER et al., 2011, p. 226-227, tradução nossa, ênfase dos autores).

Nesse sentido, na recente publicação, “*New Urban Spaces: urban theory and the scale question*”, Brenner apresenta uma investigação sistemática a respeito de narrativas escalares, categorias escalares e métodos sintonizados com escala no campo dos estudos urbanos críticos desde o início dos anos 1990 (BRENNER, 2019). Uma questão central ao seu conjunto de reflexões é a proposição de um reenquadramento da “questão urbana” como “questão de escala”, e as limitações da escala como categoria explicativa, interpretativa e descritiva.

Interessados em capturar as mesmas complexidades envolvidas na compreensão dos fenômenos urbanos, tem crescido nos últimos 10-20 anos o espectro de trabalhos produzidos a partir de outra chave de leitura, nomeada por *Urban Assemblage*[2], como rota alternativa ao arcabouço teórico-metodológico dos estudos urbanos críticos. Os trabalhos que se baseiam nessa leitura, em geral, acreditam que os processos urbanos não são suficientemente explicados por metanarrativas. Focam, portanto, suas investigações em composições geradas por conjuntos heterogêneos elaborados no e com o urbano, baseando-se em métodos que transpõem as dimensões escalares de pesquisa de categorias analíticas para práticas urbanas.

A publicação “*Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies*” (2010), foi o primeiro compilado de artigos, ensaios e entrevistas com o intuito de delinear uma nova agenda de investigação para os estudos urbanos, a partir da Teoria Ator-Rede (TAR), seus conceitos e ferramentas. Dado o caráter recente dessa literatura, Farías - um dos editores dessa publicação - comenta: “uma vez que a ‘tradução’ de ferramentas do ator-rede para o campo dos estudos urbanos está sendo desenvolvida de um modo quase experimental, este livro tem uma natureza prospectiva, em vez de retrospectiva” (FARÍAS, 2010, p.17, tradução nossa).

Em 2020, foi publicado um compêndio sobre essa prática intelectual nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades, “*The Routledge Companion to Actor-Network Theory*”, com a finalidade de articular um conjunto de propostas sobre a utilização dessa teoria. O compêndio apresenta 6 seções que abordam questões sobre: os elementos chave do paradigma da TAR; o envolvimento da teoria com outras abordagens intelectuais; suas contradições e ambivalências; o campo ampliado da TAR para além dos estudos em *Science and Technology Studies* (STS); escala e lugar, e por fim, a TAR como recurso para a prática de arquitetos, designers, consultores de comunicação etc.

Dentre as várias divergências entre essas duas abordagens, a noção de escala se apresenta, para ambas, como um importante

ponto de inflexão. A necessidade de repensar o alcance dos métodos investigativos diante das múltiplas e aceleradas transformações do processo urbano passa, invariavelmente, por uma revisão da noção de escala a partir de seu caráter processual. O objetivo deste artigo é expor de forma dialógica essa noção a partir da Teoria Crítica Urbana e da *Urban Assemblage*, especialmente vinculada à Teoria Ator-Rede, evidenciando as possíveis implicações ao adotarmos um posicionamento teórico-metodológico multiescalar ou transescalar[3] de pesquisa. Para isso, o método da pesquisa recorre à revisão bibliográfica narrativa de trabalhos que abordam a questão escalar nas duas posições teórico-metodológicas investigadas.

Em seguida, apresentamos os principais pontos de divergência e possíveis aproximações e complementaridades entre ambas as posturas. Enquanto a primeira abordagem permite traçar uma cartografia vertical da questão urbana (BRENNER, 2019), a adoção da segunda traçará uma cartografia ator-rede (LATOUR, 2012), o que faz com que o pesquisador se posicione de maneiras bastante distintas frente aos fenômenos urbanos estudados.

Sendo assim, diante dos desafios da teoria urbana contemporânea e do caráter recente dos estudos em *Urban Assemblage*, ainda pouco explorados pela produção acadêmica brasileira, principalmente na área de Arquitetura e Urbanismo, interessa-nos a criação de espaços de diálogo a fim de abrir horizontes para o debate e para a investigação nos estudos urbanos.

1. Escala na Teoria Crítica Urbana

Até a década de 1980, existiam poucos estudos que teorizavam sobre a própria natureza do conceito de escala geográfica (HEROD, 2008) — noção fundamental para a Geografia e demais áreas do conhecimento interessadas em refletir acerca da extensão espacial dos fenômenos estudados. A escala geográfica era usualmente definida enquanto unidade fixa, fechada em si mesma e com limites pré-determinados, à luz das concepções espaciais euclidiana e cartesiana (BRENNER, 2001). No campo dos estudos urbanos, definia-se o objeto de pesquisa a partir de contrastes geográficos, e a especificidade do urbano

era demarcada em oposição às áreas rurais e suburbanas - supostamente não urbanas (BRENNER, 2019).

Alterações significativas foram produzidas nos debates sobre globalização e rearranjo das configurações escalares, sobretudo, com a intensificação de processos de reestruturação global, nacional, regional e local. Como exemplo desses processos, têm-se a expansão do papel das corporações transnacionais e do capital financeiro global no início dos anos 1970; as estratégias espaciais do Estado envolvidas com produção de regimes de urbanização neoliberais; a consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho; as novas tecnologias de informação, e a mobilização estratégica de escalas geográficas por movimentos de oposição às práticas hegemônicas. Nesses debates, a noção tradicional de escala geográfica passou a ser substituída por uma “ênfase altamente produtiva no processo, evolução, dinamismo e contestação sociopolítica” (BRENNER, 2001, p. 592, tradução nossa). Portanto, pesquisadores da Geografia Crítica passaram a elaborar noções *processuais* de escala como meio para compreender tais dinâmicas.

Um dos trabalhos precursores dessa literatura foi o livro *Uneven Development* (1984), de Neil Smith. Seu argumento é que a produção de escalas surge a partir da dinâmica de acumulação capitalista e deveria ser estudada por meio de uma abordagem político-econômica. A partir do início dos anos 1990, a fim de ampliar essa abordagem, Smith introduziu e desenvolveu o conceito de uma “política de escala”, que propõe resumidamente, segundo Brenner, que “escalas são socialmente construídas e, portanto, historicamente mutáveis por meio de contestação sociopolítica” (BRENNER, 2001, p. 599).

A partir daí, iniciou-se uma efervescente produção de artigos interessados em ilustrar certas proposições teóricas derivadas dos trabalhos de Neil Smith[4] e Erik Swyngedouw[5], entre outros estudiosos, sobre a produção de escalas e processos de reescalonamento - período conhecido como “*escalar turn*” para a teoria urbana. Nesse sentido, o urbano não seria mais demarcado como uma unidade de área delimitada - “contêiner da cidade” (BRENNER, 2019, p. 3, tradução nossa) - ou como um tipo específico de espaço de assentamento.

Seria, em contrapartida, um campo de forças, composto por práticas socioespaciais que se estruturam através de relações interescares - de caráter econômico, institucional, político, cultural e ecológico -, forjadas de forma provisória, historicamente específicas e temporariamente estabilizadas. Em suma, os estudos urbanos deixavam de cartografar a questão urbana de forma estritamente territorial, passando a cartografá-la de forma vertical, como processo escalar que reverbera múltiplas apreensões socioespaciais.

É nesse contexto que Neil Brenner escreve o artigo “*The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration*”, argumentando que essa produção foi acompanhada por um “embotamento analítico” do conceito de escala geográfica (BRENNER, 2001). Tal situação se deveria à extensão não reflexiva da escala geográfica para conceituar qualquer aspecto dos processos de estruturação socioespaciais, que poderiam ser melhor compreendidos, muitas vezes, a partir de outros conceitos geográficos - como localidade, território e espaço. Para o autor, fazia-se necessário especificar o mais precisamente possível os parâmetros e aplicações apropriados do conceito.

Brenner sugere que a crescente relevância das escalas geográficas nos processos de reestruturação geoeconômica capitalista e no discurso geográfico contemporâneos permite pensar o conceito de escala como uma abstração concreta das lutas sociopolíticas (BRENNER, 2001). Sendo assim, a escala seria, ao mesmo tempo, uma ferramenta conceitual crítica e o resultado de um conjunto de práticas e relações sociais que se estabelecem dentro de um determinado contexto. Desse modo, as proposições metodológicas do autor são motivadas pela preocupação em desenvolver uma estrutura para as análises socioespaciais, a fim de iluminar criticamente os cenários e desafios de tais lutas.

A escala geográfica, para Brenner, define-se como:

[...] uma dimensão crucialmente importante da diferenciação geográfica, um sistema hierarquicamente ordenado de ‘envelopes espaciais’ provisoriamente delimitados (Lefebvre, 1991 [1974], p. 351) que, por sua vez,

estão situados dentro de um campo geográfico mais amplo, polimórfico e multifacetado (BRENNER, 2001, p. 604).

Assim, sob uma perspectiva metodológica, entende-se que os processos socioespaciais conformam geografias multifacetadas e que a estruturação escalar não representa a totalidade dessas práticas, mas configura-se apenas como uma dentre outras dimensões de estruturação socioespacial - como a criação de lugar, localização, distanciamento, formação de rede etc. - com as quais está dialeticamente entrelaçada. Desse modo, embora Brenner sugira que as investigações escalares devam conceituar a escala de maneira mais restrita, explicitando seus limites analíticos (BRENNER, 2001), ele também sugere que elas são mais produtivas quando seus parâmetros conceituais e explicativos são circunscritos no contexto de “uma abordagem multidimensional e polimórfica da economia geopolítica crítica que também explora sistematicamente os processos de criação de lugar, territorialização e rede” (BRENNER, 2019, p. 25, tradução nossa).

Portanto, para que seja possível investigar esses processos, Brenner propõe uma reconceituação multiescalar do espaço urbano (BRENNER, 2019), embora diferenciado territorialmente, e das geografias da urbanização, baseadas na noção lefebvriana de tecido urbano capitalista, que inclui processos de aglomeração (urbanização concentrada), bem como a construção e transformação de paisagens operacionais (urbanização extensiva) - com o conceito de urbanização planetária. Esse reenquadramento permitiria decifrar “(1) os variados padrões e escalas nos quais as relações socioespaciais de aglomeração são produzidas, contestadas e retrabalhadas e (2) a evolução das cristalizações supralocais, parâmetros e consequências dos processos de urbanização sob o capitalismo” (BRENNER, 2019, p. 15, tradução nossa).

Ainda segundo o autor, qualquer pesquisa que se proponha a desenvolver uma explicação sistêmica da estruturação escalar deveria realizar (a) uma análise de “como”, “por que” e “quando” o processo social estudado é subdividido em uma hierarquia vertical de escalas geográficas separadas, porém interligadas; (b) evidenciar as unidades espaciais relevantes dentro dessa

hierarquia; (c) seus papéis específicos e historicamente em evolução dentro da hierarquia, e (d) suas relações específicas e historicamente em evolução com outras unidades dentro dessa hierarquia (BRENNER, 2001).

2. Escala na Teoria Ator-rede

A Teoria Ator-Rede (TAR) surgiu de um conjunto processual de trabalhos desenvolvidos principalmente por Bruno Latour, John Law e Michel Callon desde a década de 1970, quando então o debate estava circunscrito ao campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS). Nesse âmbito, a investigação em torno da construção dos fatos científicos a partir de situações singulares de laboratório (LATOURE, WOOLGAR, 1997 [1979]) colocava o próprio modo de fazer pesquisa no centro do debate. Com raízes que remetem à *assemblage* deleuzo-guattariana, à micropolítica foucaultiana e, particularmente, ao conceito de tradução desenvolvido por Michel Serres, os estudos da TAR expandiram-se rapidamente para um corpo heterogêneo de campos de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

A teorização sobre escalas dentro desse corpo de estudos não é unânime. Parte dessa condição deve-se ao fato de que, como argumentado por McFarlane, o pensamento da *assemblage* ainda está em sua infância, visto que somente despontou nos estudos sociológicos na década de 1970 (MCFARLANE, 2011, p. 205). E, no tocante aos estudos urbanos, apenas em 2010 inicia-se um esforço em teorizar horizontes de mudanças epistemológicas a partir dessa abordagem, com a publicação “*How Actor-Network Theory Changes Urban Studies*”, de Ignacio Farías e Thomas Bender. Além disso, conforme seu referencial em *assemblage*, a abordagem não se propõe unificada, estando antes comprometida com a realidade empírica dos processos acompanhados, de modo que os seus estudos imprimem uma variedade de perspectivas entre os autores.

Enquanto Marston, por exemplo, advoga o abandono do conceito de escala na geografia humana baseando-se nos escritos de Latour e Deleuze (MARSTON *et al*, 2015), Oppenheim, por outro lado, considera importante pensar a escala como referencial compulsório que pode ser reproduzido performativamente pelos atores sociais (OPPENHEIM, 2020). Farías compreende a escala

como um produto dos atores sociais que não se cristaliza, mas que deve ser constantemente defendido e reassociado (FARIAS, 2011). Os escritos de Latour (1996, 2009, 2012), por sua vez, trabalham a escala a partir de um deslocamento do debate, cujo foco passa de “pequena escala *versus* larga escala” para o conceito de rede.

Algo em comum aos estudos da TAR é que estes se baseiam em uma ontologia plana (*flat ontology*), uma postura que muda essencialmente a relação dos pressupostos metodológicos em relação à questão escalar. A ontologia plana busca compreender a realidade a partir de uma simetria generalizada[6] (LATOURE, 1994), ou seja, compreende quaisquer elementos (seja cultural ou natural, humano ou não-humano, local ou global etc.) como sendo simultaneamente investigáveis.

Esse é um aspecto importante a ser destacado, pois convencionou-se como uma forte crítica à Teoria ator-rede o entendimento de que sua ontologia revelaria uma neutralidade em relação às assimetrias e injustiças sociais. No entanto, esse princípio é elencado como uma postura do pesquisador em um momento *a priori* do seu processo de pesquisa, devendo-se colocar à disposição para “seguir os atores”, sem projetar hierarquias derivadas do seu próprio método. Isso não quer dizer que todos os atores na rede possuam importância equivalente na situação em que estão implicados, que o exercício do poder seja desempenhado de modo homogêneo ou mesmo que as hierarquias não existam:

[...] esse achatamento não significa que o próprio mundo dos atores também foi achatado. Bem ao contrário, eles ganharam espaço suficiente para desdobrar seus gerúndios contraditórios: escalando, ampliando, inserindo, “panoramizando”, individualizando (LATOURE, 2012, p. 317).

Tendo em vista o acompanhamento situado dos processos vivenciados pelos próprios atores, entende-se que o conceito de rede permite, assim, “recuperar alguma margem de manobra entre os ingredientes da sociedade — seu espaço vertical, sua hierarquia, suas camadas, sua escala macro, sua totalidade, seu caráter abrangente — e como essas características são

alcançadas e de que matérias são feitas” (LATOUR, 1996, p. 4, tradução nossa).

Nesse sentido, Latour identifica o modelo escalar como problemático por três motivos: (1) este modelo sugere que há uma ordenação hierárquica que vai de cima para baixo, em que o global ou a grande escala estão constantemente impondo sua força no local, ou na pequena escala; (2) a implicação de que elementos de macroescala, por serem de natureza diferente da microescala, deveriam ser estudados de modos diferentes e (3) a dificuldade em compreender como um elemento pode ir de individual a coletivo, e vice-versa (LATOUR, 1996).

Para solucionar estes três problemas que dificultam a compreensão da dinâmica social é que o termo “rede” é adicionado ao “ator” de forma inseparável na “Teoria ator-rede”. Nesse sentido, a rede não existe como um objeto, mas como uma tessitura que emerge dos relatos de risco[7], articulando os atores em composição. O exercício central passa a ser, então, rastrear as associações que fazem a rede se desdobrar, e que é realizado a partir de uma abordagem etnográfica expressa na máxima de “seguir os atores” (Callon *et al.*, 1986; LATOUR, 2012).

Daqui advém o caráter descritivo associado à Teoria, que envolve primordialmente um “compromisso com o empírico” (FARIAS, 2011, p. 367, tradução nossa). As densas descrições presentes nesses estudos têm a intenção de possibilitar ao pesquisador exprimir a topologia do social sem recorrer a abstrações que dão saltos escalares, pois haveria sempre uma conexão que leva de um ponto a outro do relato. Seria necessário, portanto, rastrear as conexões entre os tempos-espacos através dos veículos utilizados (conectores).

Nesse sentido, a escala é deixada para os próprios atores, que definem a quantidade e a topologia de suas conexões. Para Latour, “[...] escala é o que é produzido, não o que você deveria ter como sua própria meta-linguagem para descrevê-la. A escala é a coisa mais variável a ser analisada — está nas mãos dos atores porque eles mudam a escala constantemente” (LAUTOR, 1996, p. 5). Tendo essas questões em vista, os fenômenos de grande escala (macro) devem ser analisados sob os mesmos termos que os fenômenos de pequena escala (micro). Afinal, não se trata de

objetos de natureza divergente, mas sim da extensão da rede investigada. Para isso, em seu livro *Reagregando o social*, Latour propõe a realização de três movimentos: (1) localizar o global, (2) redistribuir o local e (3) atentar-se aos conectores (LAUTOR, 2012).

Localizar o global significa transferir as noções de *contexto* ou *estrutura* para lugares minúsculos, palpáveis, identificando em que espaços as ações acontecem de fato, para assim tornar as conexões visíveis: “o macro já não descreve um local *maior* ou *mais amplo* em que o micro possa ser encaixado como as bonecas Matryoshkas russas, mas outro lugar igualmente local, igualmente micro, *conectado* a muitos outros por algum meio que transporta tipos de traços específicos”. (LATOUR, 2012, p. 255, grifo do autor)

Por sua vez, redistribuir o local implica em reconduzí-lo às suas diversas fontes de ação, às múltiplas etapas que possibilitaram o local ser gerado. Deve-se pressupor que cada lugar minúsculo surge de uma redistribuição de interações de outros tempos e espaços, de modo que agentes anacrônicos possam atuar nesses lugares.

O terceiro movimento é viajar pelos conectores, o que constitui a tarefa essencial do pesquisador na TAR, interessado em mapear as conexões. Começar pelo local, pelo global, ou por qualquer outra estrutura escalar exige uma circunscrição prévia dos agregados sociais. Um bom começo, portanto, seria rastrear as conexões que levam um *lugar* ou um *tempo* a agir em outros.

Toda a metáfora das escalas que vão do indivíduo ao estado-nação, através da família, parentesco estendido, grupos, instituições etc. é substituída por uma metáfora de conexões. Uma rede nunca é maior do que outra, ela é simplesmente mais longa ou mais intensamente conectada. (LATOUR, 1996, p. 4)

Para que todas as possibilidades de interações sejam consideradas, é preciso levar em conta, igualmente, o papel dos atores não humanos nesse processo. Assim, estende-se a investigação aos “artefatos mundanos” (LAUTOR, 1992) enquanto atores sociais, abrindo espaço para a agência de objetos, sistemas, plataformas, animais, discursos “ou, claro,

as condições materiais de pobreza urbana, expropriação e desigualdade” (MCFARLANE, 2011a, p. 215).

Nos Estudos Urbanos, o foco dos trabalhos torna-se responder como os processos urbanos são concretizados, vivenciados e contestados na prática cotidiana, a partir de pesquisas situadas. Mas, ao mesmo tempo, a TAR busca mostrar que tais situações não se encontram isoladas de demais condições espaciais ou temporais. Essas leituras podem se desdobrar, por meio do urbano, na política internacional, evitando a elaboração de análises internacionais genericamente aplicáveis.

Desse modo, a perspectiva trazida pela TAR aponta para uma abordagem transescalar, assumindo que as cidades são produzidas por meio de (e produzem) atores que tendem a superar as dimensões de diferenciação escalar e, portanto, não podem ser circunscritos a escalas específicas. Eles próprios estão criando, desfazendo, mantendo e reconfigurando suas escalas.

3. Entre multiescalaridade e transescalaridade

Com o objetivo de explicitar aproximações e distanciamentos entre a Teoria Crítica Urbana e a *Urban Assemblage*, há uma produção acadêmica emergente interessada em colocá-las em debate. A partir de 2011, graças ao artigo de Colin McFarlane, “*Assemblage and critical urbanism*” e a resposta fornecida por Neil Brenner, David Madden e David Wachsmuth no artigo “*Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory*” (2011), uma ampla discussão se desenvolveu na revista “*City: Analysis of Urban Change, Theory, Action*” envolvendo possíveis entrelaçamentos entre os estudos urbanos da Teoria Crítica e da *Urban Assemblage* (incluindo a sua vertente derivada da Teoria Ator-Rede, foco deste artigo).

O argumento levantado por McFarlane era de que a *Urban Assemblage* poderia fornecer um conjunto de três contribuições aos estudos urbanos da Teoria Crítica (MCFARLANE, 2011a). Seriam eles: (1) um foco mais descritivo voltado ao acompanhamento dos processos e práticas por meio das quais a vida urbana é produzida, (2) a consideração da agência das materialidades (ou dos não-humanos) e (3) um imaginário

crítico da composição cosmopolita urbana, capaz de rebater o pensamento crítico em ações políticas.

A resposta de Brenner e Wachsmuth quanto à implementação dessas contribuições na TCU é cautelosa, atendo-se primeiro a pormenorizar a existência de incoerências nas definições próprias do termo *Assemblage* entre os autores desta abordagem, o que dificulta a análise das contribuições oferecidas por seus pares (BRENNER *et al.* 2011; WACHSMUTH *et al.* 2011). Os autores dividem em três as possíveis articulações entre as duas teorias: (1) uma articulação empírica, que significa incorporar as *Assemblages* Urbanas como objetos de estudo, mas que continuariam sendo analisadas sob as lentes da economia política urbana; (2) uma articulação metodológica em prol de capturar dinâmicas relacionais e fluidas, o que poderia ampliar as questões inerentes ao pensamento crítico, mas não deslocar completamente o seu centro de debate; e (3) a *Assemblage* apresentaria um status ontológico de cidade diferente ao que está circunscrito pela TCU, deslocando as preocupações centrais sobre a investigação do desenvolvimento capitalista nas cidades e baseando-se em uma ontologia plana.

Quanto às duas primeiras possibilidades de articulação, empírica e metodológica, Brenner reconhecem a possibilidade de uma incorporação a partir de precauções que as mantenham no escopo das investigações econômicas geopolíticas (BRENNER *et al.* 2011). A terceira articulação, no entanto, soa incompatível aos estudos urbanos críticos na visão dos autores, posto que reconceitua fundamentalmente o mundo social, incluindo o processo urbano: “O processo urbano é agora concebido como uma enorme coleção de actantes humanos e não humanos dentro de uma ontologia plana desprovida de diferenciações escalares ou territoriais” (BRENNER *et al.*, 2011, p. 232, tradução nossa). No entanto, como exposto anteriormente, as questões de diferenciação escalar e territorial são lidas a partir das lentes da TAR não como um *a priori*, mas como produto das assimetrias produzidas pelos próprios atores.

Em particular, nessa terceira linha se inserem os estudos de *Urban Assemblage* advindos da Teoria Ator-Rede, pela qual os pesquisadores do presente artigo têm pautado suas

investigações. É também a que levanta a questão fundamental de encarar a possibilidade transescalar de métodos de pesquisa, visto que ancora-se na topologia de redes para explicar as relações que se desenvolvem no urbano. Há, no entanto, uma preocupação central advinda do pensamento crítico acerca da ênfase na descrição como condição suficiente para a compreensão urbana (TONKISS, 2011) e do alcance dessa abordagem no tocante à compreensão dos processos que se desenvolvem sob a égide do capitalismo, pois as análises que não se sustentam em um “contexto dos contextos” permaneceriam incompletas, tendo em vista que,

sem recorrer à economia política ou a outro referencial teórico sintonizado com a estruturação dos processos urbanos (seja por capitais, estados, alianças territoriais ou movimentos sociais), uma apropriação ontologicamente flexionada da análise do agenciamento enfrenta sérias dificuldades [...] para iluminar a condição urbana global contemporânea. (BRENNER et al., 2011, p. 233)

Desse modo, estudiosos dos estudos urbanos críticos defendem que a TAR pressupõe um ‘objetivismo ingênuo’ (BRENNER et al., 2011), ao rejeitarem que a compreensão dos fenômenos investigados seja mediada por meio de ferramentas explicativas e interpretativas - as suposições teóricas e o próprio conceito de estrutura -, e ao nivelarem atores humanos e não humanos envolvidos nesses fenômenos. Wachsmuth acredita que o trabalho interpretativo é fundamental para o entendimento dos fenômenos urbanos, rejeitando a suposição de que os “fatos” falam por si próprios e que seria possível descrevê-los “em seus próprios termos” (WACHSMUTH et al. 2011, p. 744).

Por outro lado, a recorrência a tais conceitos abstratos, para a TAR, remete à própria postura do pesquisador que “dá saltos” em seus relatos ao agregar antecipadamente a realidade em torno de “questões de fato”[8] e estabelecer de antemão as assimetrias - de poder, de capacidades de agência e na distribuição de recursos - entre os atores envolvidos nos fenômenos estudados, o que revelaria pouco comprometimento com a realidade situada. Na chave de leitura da TAR, as questões de fato são substituídas então pelas várias questões

de interesse envolvidas na composição dos fatos, atentando-se para as diversas realidades heterogêneas. Além disso, as assimetrias seriam produzidas através das ações dos próprios atores e não por meio de quadros analíticos, que para Latour reificam a impossibilidade de agência da subjetividade do ator (LAUTOR, 2012). Segundo Farías, nesse sentido, o *Urban Assemblage* não renega propriamente a Teoria Crítica Urbana, mas apenas “uma versão da crítica que está comprometida com a teoria e não com o empírico” (FARÍAS, 2011, p. 367).

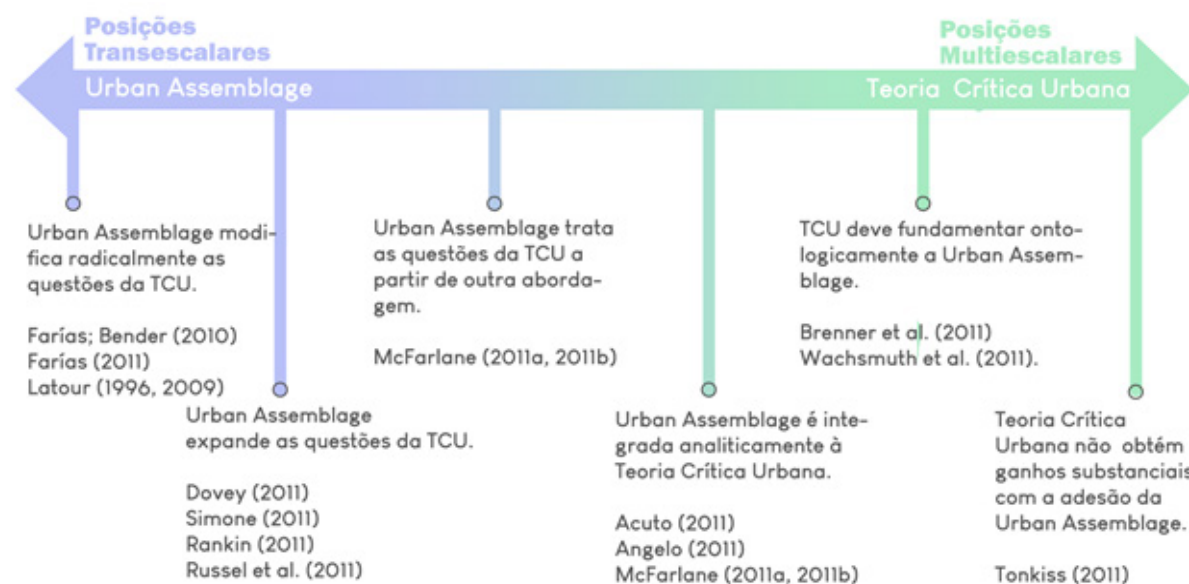
Desse modo, apresenta-se um impasse sobre a noção de escala quando colocamos essas duas abordagens de forma dialógica. Na perspectiva dos estudos urbanos críticos, a escala além de categoria *prática*, também se configura como categoria *analítica*. Essa abordagem multiescalar compreende que a estruturação dos processos urbanos - fundamentalmente capitalista - caracteriza-se por “geografias multiescalares, polimórficas e incansavelmente mutantes” (BRENNER, 2019, p. 14, tradução nossa), que produzem arranjos escalares provisórios, historicamente em evolução, que exercem poderosos efeitos estruturantes sobre as dinâmicas socioespaciais. Cada escala geográfica dentro desses arranjos é constituída não por meio de uma demarcação territorial, mas pela cristalização de sua “posicionalidade historicamente em evolução dentro de um *grid* relacional maior de processos socioespaciais, relações e interdependências verticalmente ‘estendidas’ e ‘dispersas’ horizontalmente” (BRENNER, 2001, p. 606, tradução nossa).

No segundo caso (*Urban Assemblage*), a noção de escala é considerada apenas como categoria prática. O caráter processual das escalas demanda que estas sejam constantemente mantidas e performadas pelos atores sociais. Há pontos de concordância, como o próprio entendimento de que as escalas são produtos históricos. No entanto, noções de fixações escalares ou cristalizações, mesmo que temporárias, são vistas de modo problemático (FARÍAS, 2011), pois remeteriam a uma separação entre os atores sociais e suas práticas a partir de soluções analíticas que tendem a “[...] tomar por ontologicamente autônomo algo que é antes uma qualidade de redes reais de práticas” (FARÍAS, 2011, p. 370, tradução nossa), o que a noção de agenciamento tenta reverter.

Nos Estudos Urbanos, os autores dessa vertente retomam a cidade como processo positivo, ecológico (que inclui os não-humanos) e autodenominado para o centro de suas investigações. Nesse âmbito, reconhecem o processo capitalista como forma de vida no urbano, enquanto “um processo concreto que assume múltiplas formas mesmo dentro de uma cidade” (FARIAS, 2011, p. 368, tradução nossa).

É importante notar que tais divergências aparecem entre os dois autores expoentes no pensamento urbano de cada abordagem (Brenner e Farías). No entanto, é viável traçar algumas possibilidades de associação entre ambas, a partir de uma série de trabalhos que se propõem a não adotar uma posição dicotômica entre elas. O Diagrama 1 mostra o espectro de trabalhos que emerge a partir de aproximações entre os dois posicionamentos acerca da noção de escala. Além das proposições de Brenner anteriormente explicitadas, outros

Diagrama 01: Posições escalares entre Urban Assemblage e Teoria Crítica Urbana. Fonte: Próprios autores, 2021.



autores fundamentam seus estudos urbanos em compreensões intermediárias.

Alguns autores baseiam-se em um alargamento da Teoria Crítica Urbana a partir das proposições do *Urban Assemblage*,

compreendendo que tais composições ampliam as investigações da economia geopolítica para além de uma causa estruturante. Kim Dovey (2011), por exemplo, apresenta a economia política como um fundamento para uma teoria de agenciamento rizomático (em alusão ao conceito deleuziano). Simone atenta-se à necessidade de demonstrar as manobras pelas quais os “efeitos estruturantes generalizados do capital” (SIMONE, 2011, p. 357) tornam-se vivos no urbano, ao invés de apenas reafirmá-los existentes. Rankin, por sua vez, defende que o entrelaçamento das abordagens realiza-se pelo “abandono de uma defesa da economia política como o ponto de vista teórico supremo a partir do qual apreender e transformar a vida urbana” (RAKIN, 2011, p. 563). Já Russel, nesse sentido, exploram a *Assemblage* em prol de ações estratégicas para a mudança social anticapitalista (RUSSEL et al, 2011).

Uma segunda imbricação, defendida substancialmente pelo trabalho de McFarlane, considera que a *Urban Assemblage* não substitui a economia política, mudando apenas o modo de abordar o capitalismo e atuando como “um meio de descrever a multiplicidade de processos através dos quais formações como ‘valor’ ou ‘trabalho’ são diferentemente trazidas à existência” (MCFARLANE, 2011b, p. 378).

Esse mesmo autor fornece exemplos de outra articulação em que a *Assemblage* é integrada analiticamente à TCU, assim como os trabalhos de Acuto e Angelo mencionam. Nesse sentido, defende-se a Teoria Ator-Rede como abordagem analítica que responde ao projeto da TCU ao demonstrar como processos multiescalares e geometrias de poder são gerados (ACUTO, 2011) ou como as sociomaterialidades são capazes de explicar o elo perdido entre o “contexto dos contextos” e a vida urbana cotidiana (ANGELO, 2011).

O espectro de trabalhos apresentados ora tentam incorporar as problemáticas trazidas tradicionalmente pela economia política aos estudos em *Urban Assemblage*, ora tentam incorporar os processos de composição às análises em estudos urbanos críticos, no sentido de iluminar os pontos cegos de cada arcabouço teórico-metodológico.

Considerações Finais

Dado o interesse em discutir novos processos, metodologias e práticas de pesquisa diante da complexidade das dinâmicas urbanas, o presente artigo buscou evidenciar possíveis abordagens metodológicas que ajudem a repensar os processos escalares. Ao colocar de modo dialógico as questões trazidas pela Teoria Crítica Urbana e pela *Urban Assemblage* vinculada à Teoria Ator-Rede, ressaltam-se pontos de discrepância, mas também possíveis aproximações entre ambas as teorias.

Nesse sentido, demonstra-se que há um campo em aberto para experimentações teórico-metodológicas que articulem aspectos da TCU e da *Urban Assemblage* vinculada à TAR. O florescimento de proposições que justapõem essas duas abordagens no campo dos Estudos Urbanos aponta para a existência de horizontes de experimentações metodológicas cujos processos possam superar as lacunas apontadas em ambas, oferecendo múltiplos caminhos que cada pesquisa pode percorrer.

Ademais, a bibliografia produzida em torno desse debate é majoritariamente composta de pesquisadores e campos empíricos externos ao contexto brasileiro. Em face da maior presença da Teoria Crítica nos estudos urbanos do Brasil e da emergência de pesquisas em *Urban Assemblage*, os pontos elencados ao longo do artigo evidenciam a possibilidade de investigações experimentais que ampliem o debate a partir das especificidades da condição urbana brasileira.

Notas

1. Ver projetos e publicações do grupo comandado por Neil Brenner, Urban Theory Lab, da Harvard Graduate School of Design, em <http://www.urbantheorylab.net>.
2. Este termo engloba tanto as investigações em estudos urbanos que se utilizam da abordagem da Teoria Ator-rede, quanto aquelas que pautam-se pela noção deleuzo-guattariana de agenciamento.
3. Utiliza-se o termo ‘transescalar’ neste artigo como uma noção que ultrapassa as categorias de escala. Nesse sentido, distinguem-se as abordagens teórico-metodológicas da chave de leitura do urban assemblage do termo ‘multiescalar’ empregado por Brenner (2019) para conceituar sua abordagem. Entretanto, não existe um consenso entre os pesquisadores de ambas abordagens quanto à utilização dos termos. O trabalho de McFarlane (2009), por exemplo, em suas investigações sobre relações entre espaço e poder nos movimentos sociais, adota o termo “translocal assemblage”.
4. Neil Smith (1954-2012), geógrafo e antropólogo, foi professor da City University of New York.
5. Erik Swyngedouw é geógrafo, pesquisador da vertente da Geografia Crítica, e professor na Universidade de Manchester.
6. Posteriormente, o próprio Latour irá abandonar o termo “simetria”, cujo significado carregaria implicitamente a presença de dois pólos distintos - a serem simetrizados -, o que o autor tenta desfazer quando elabora a TAR (LATOUR, 2009). No entanto, optamos por manter este termo devido à profusão de referências literárias que o utilizam, e pela escassez de uma melhor terminologia para apresentar os fundamentos teóricos desta abordagem. O sentido de “simetria generalizada” refere-se à explicação simultânea entre os elementos (inclusive aqueles que foram colocados em pólos de conhecimento opostos pela ciência moderna).
7. Relato de risco é o termo utilizado por Latour que se refere ao ato de compor relatos pela produção textual do

pesquisador, cujo objetivo é tecer, de modo reflexivo e articulado, a rede envolvida na ação pesquisada.

8. Termo proposto por Latour (2012) para que se mantenha uma incerteza quanto à natureza dos “fatos” investigados.

Referências

ACUTO, M. Putting ANTs into the mille-feuille. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(5), p. 552–562, Outubro, 2011.

ANGELO, H. (2011) Hard-wired experience, **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(5), p. 570–576, Outubro, 2011.

BLOK, A.; FARÍAS, I.; ROBERTS, C. (Org.). **The Routledge Companion to Actor-Network Theory**, 1 ed., Nova York: Routledge, 2020.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, 25(4), p. 591–614, Novembro 2001.

BRENNER, N. **New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question**. New York: Oxford University Press, 2019.

BRENNER, N.; MADDEN, D. J.; WACHSMUTH, D. Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(2), p. 225–240, Junho, 2011.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of Saint Brieuc Bay. In: LAW, J. (ed.) **Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge? Sociological Review Monograph**. London: Routledge, p. 196–233, 1986.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DOVEY, K. Uprooting critical urbanism. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(3–4), p. 347–354, 2011.

FÄRBER, A. How does ANT help us to rethink the city and its promises? In: BLOK, A.; FARÍAS, I.; ROBERTS, C. (Org.). **The**

Routledge Companion to Actor-Network Theory, 1 ed., Nova York: Routledge, p. 264-272, 2020.

FARÍAS, I. Introduction: Decentring the object of urban studies. In: FARÍAS, I; BENDER, T. (Org.). **Urban assemblages**: how actor-network theory changes urban studies, 1 ed. Nova York: Routledge, p. 1 - 20, 2010.

FARÍAS, I. The politics of urban assemblages. **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action,, 15(3-4), p. 365–374. Jul, 2011.

FARÍAS, I; BENDER, T. (Org.). **Urban assemblages**: how actor-network theory changes urban studies, 1 ed. Nova York: Routledge, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEROD, A. Scale: The local and the global. In: CLIFFORD, N.; HOLLOWAY, S. et al. **Key concepts in geography**. SAGE, p. 217-235, 2008.

Latour, B. Where are the missing masses? Sociology of a few mundane artefacts. In:

BIJKER, W.; LAW, J. [Eds.]. **Shaping Technology, Building Society**: Studies in Sociotechnical Change. Cambridge: MIT Press, p. 225–258, 1992.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. On actor-network theory: A few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, vol. 47, p. 369-381, 1996.

_____. Entrevista com Bruno Latour. Revista Cult. [Entrevista concedida a] FIORINI, M. São Paulo, n.132, p. 14-20, Fevereiro, 2009. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-bruno-latour/>>. Acessado em 23 Maio 2020.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LATOUR, B; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório**: a produção dos fatos científicos. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1997.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

MARSTON, S. A.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 30(4), p. 416–32, Dezembro, 2005.

MCFARLANE, C. Assemblage and critical urbanism. **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 15(2), p. 204–224, Junho, 2011a.

_____. On Context. **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 15(3–4), p. 375–388, Junho-Agosto, 2011b.

_____. Translocal assemblages: Space, power and social movements. **Geoforum**, 40(4), p. 561–567, 2009.

OPPENHEIM, R. How does the South Korean city of Kyöngju help ANT think place and scale? In: BLOK, A; FARÍAS, I; ROBERTS, C [ed.]. **The Routledge Companion to Actor-Network Theory**. Routledge: New York, p. 318-327, 2020.

RANKIN, K. Assemblage and the politics of thick description, **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 15(5), p. 563-569, Outubro, 2011.

ROSA, M. How to stage a convergence between ANT and Southern sociologies? In: BLOK, A.; FARÍAS, I.; ROBERTS, C. (Org.). **The Routledge Companion to Actor-Network Theory**, 1 ed., Nova York: Routledge, p. 210-219, 2020.

RUSSELL, B.; PUSEY, A.; CHATTERTON, P. What can an assemblage do? **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 15(5), p. 577-583, Outubro, 2011.

SIMONE, A-M. The surfacing of urban life. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(3–4), p. 355–364, Junho-Agosto, 2011.

SMITH, N. **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.


TONKISS, F. Template urbanism, **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(5), p. 584–588, Outubro, 2011.

WASCHMUTH, D.; MADDEN, D.; BRENNER, N. Between abstraction and complexity, **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, 15(6), p. 740–750, Dezembro, 2011.

***Gabriela Romano López** é mestranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo no PPG/IAU-USP. É membro do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.IAU-USP). E-mail: gabrielalopez@usp.br

***Mariane Cardoso de Santana** é mestranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo no PPG/IAU-USP, membro do NEC.IAU-USP e bolsista do CNPq com a pesquisa em desenvolvimento “Espaço público em disputa”. E-mail: marianecardoso@usp.br

***David Sperling** é Professor do IAU-USP, coordenador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.IAU-USP) e bolsista produtividade PQ-2 do CNPq, desenvolvendo a pesquisa “Cartografias: tecnopolíticas de espacialização da informação”. E-mail: sperling@sc.usp.br



Um aplicativo de mapeamento online participativo como ferramenta de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo

An online participatory mapping app as a technical advisory tool in architecture and urbanism

Juliette Anna Fanny Lenoir, Liza Maria Souza de Andrade*

Resumo

Na era digital, o papel das plataformas online no fortalecimento da participação popular não deve ser ignorado. A partir da experiência do Plano de Bairro, metodologia ativa de urbanismo participativo aplicada pelo grupo de pesquisa e extensão Periférico, trabalhos emergentes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, investiga-se formas de inserção da contribuição popular em um aplicativo de mapeamento online participativo. O grupo Periférico atua no formato de pesquisa-ação em territórios marginalizados do planejamento e em busca de uma adequação sociotécnica dos projetos desenvolvidos (DAGNINO, 2020). Inicialmente, procede-se a uma revisão da literatura sobre experiências de participação social em sistema de informação georreferenciada (PPGIS) com foco nos seus potenciais de empoderamento e de interação entre os participantes. Em seguida, discute-se um modelo de aplicativo com padrões espaciais que traduzem a complexidade e a transdisciplinaridade associadas ao espaço urbano o que potencializaria o diálogo com a comunidade e um mapeamento da realidade nas dimensões da sustentabilidade (social, cultural e afetiva, ambiental e econômica). Por fim, faz-se uma proposta de um aplicativo de mapeamento online participativo para subsidiar parte do processo de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S), o qual prevê a atuação de profissionais nas áreas urbanística, ambiental, social e judicial. Para tal, testou-se as ferramentas da Esri (ArcGIS) conforme seu potencial participativo e interativo para um mapeamento online participativo em adequação sociotécnica.

Palavras-chave: participação social; Pesquisa-Ação; Regularização Fundiária de Interesse Social; Sistema de Informação Georreferenciada; ArcGIS.

Abstract

In the digital age, the role of online platforms in strengthening popular participation must not be ignored. An investigation on how to insert popular contribution in an online participatory mapping app is proposed based on the experience of the Neighborhood Plan, an active methodology of participatory urbanism applied by the research and extension group Periférico, trabalhos emergentes from the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasília. The Periférico group performs Action research approaches in marginalized territories by the urban planning, aiming for a socio-technical adequacy of the developed projects (DAGNINO, 2020). Initially, a literature review on experiences of social participation in a Georeferenced Information System (PPGIS) is carried out, focusing on their potential for empowerment and interaction between participants. Then, an app model with spatial patterns that translate the complexity and transdisciplinarity associated with the urban space, which would enhance the dialogue with the community and a mapping of the dimensions of sustainability (social, cultural and affective, environmental and economic) is discussed. Finally, a proposal is made for an online participatory mapping app to support part of the process of social concerned land regularization (Reurb-S), which provides for the work of professionals in the urban, environmental, social and judicial areas. To this end, Esri tools (ArcGIS) were tested according to their participatory and interactive potential for a participatory online mapping in socio-technical adequacy.

Keywords: social participation; Research-Action; Land Regularization of Social Interest; Geographical Information System; ArcGIS.

Este estudo propõe-se a discutir e analisar um formato para um mapeamento online participativo em ocupação informal para subsidiar etapas do processo de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S). Em um país como o Brasil, em que 85% da população tornou-se urbana, durante o século XX, e de 30 a 50% do espaço urbano é informal (MARICATO, 2000), as questões de moradia e ocupação urbana, sobretudo para a população de baixa renda, tornaram-se um desafio para o planejamento das cidades.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, um aglomerado subnormal é a ocupação irregular de uma área para fins de moradia caracterizado por “um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação” (2020). Loureiro escreve que a informalidade é marcada por “não cumprir as formalidades legais em termos de ocupação do território” (LOUREIRO, 2017, p.58).

No contexto de ocupação informal, dois cenários de urbanização são possíveis. O primeiro se refere a uma lógica de planificação de cima para baixo ou de tábula rasa, em que as leis do capitalismo imobiliário predominam sobre a diversidade da realidade socioespacial. Esse cenário envolve altos custos financeiros e incalculáveis custos sociais. Christopher Alexander (1966) critica esse modelo de cidade planejada por designers ou administradores, que funciona como uma organização em árvore e em que as relações que envolvem as pessoas e o espaço são simplificadas.

O outro cenário decorre do fato de que a cidade do século XXI não pode mais ser entendida como uma soma de parâmetros desconectados e sim como um conjunto em que cada parâmetro interfere de modo específico com os outros (ANDRADE, 2014). Portanto, nesse segundo cenário, procura-se combinar as agendas verde e marrom da ONU na Agenda 2030, isto é, busca-se um desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (social, ambiental e econômica) para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O processo de Reurb-S instituído pela Lei 13.465/17, ao prever intervenção em quatro dimensões, cartorial, urbanística,

ambiental e social, tem o potencial de contribuir para o ordenamento do território e tornar as cidades mais sustentáveis. A sustentabilidade urbana é entendida aqui como o desafio para, num determinado contexto,

conciliar as questões referentes à densidade populacional, com os padrões de ocupação e de uso do solo, em termos de justiça social, e à capacidade de suporte das cidades, no que tange à pegada ecológica e à manutenção do ciclo da água no meio urbano. (ANDRADE, 2014, p.45)

No tocante à segurança jurídica do direito à propriedade, Fernandes sublinha a necessidade de assessorar as populações que “não possuem recursos financeiros ou outros tipos de recursos – alfabetização, educação, informações, rede de influência e acesso a advogados – que muitas vezes são necessários para se ter acesso aos sistemas administrativos e judiciais” (FERNANDES, 2011, p.6).

Historicamente, salvo algumas exceções em que a comunidade se mostrou particularmente ativa na reivindicação do seu direito à cidade, o processo de regularização fundiária se dá de cima para baixo, desconsiderando a realidade. Daí, muitas das práticas emergentes do território foram apagadas sem mesmo sequer terem sido conhecidas.

Nesse sentido, ganham relevância os trabalhos de Assessoria e Assistência Técnica em habitação de Interesse Social, ATHIS, que têm como fundamento uma relação estreita com a escala local das ocupações informais. De fato, o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei de ATHIS indica que “os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas: I – sob regime de mutirão”. Ademais, o parágrafo único do artigo 5º reforça a importância da “formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento”.

O grupo de pesquisa e extensão *Periférico, trabalhos emergentes* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB) enfatiza a importância de se conhecer a realidade do assentamento já consolidado nas dimensões estabelecidas pela Reurb-S. As práticas de assessoria e assistência técnica se mostram promissoras para esse fim,

no sentido de que revelam a variedade das iniciativas nas ocupações informais e potencializam um diálogo entre técnicos e moradores. Nas metodologias do grupo Periférico, metodologia certificada em 2021 como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil, busca-se uma assessoria em adequação sociotécnica (DAGNINO, 2019), segue-se o modelo de ciência, tecnologia e sociedade (NEDER, 2013) e utilizam-se os padrões espaciais, de acontecimentos e de ecossistemas urbanos (ALEXANDER *et al.*, 1977; ANDRADE, 2014).

Dentre as atividades de assessoria, o mapeamento participativo é um recurso utilizado para tornar visíveis as características morfológicas, os usos e os serviços presentes na cidade informal. Geralmente, esse mapa é uma planta, vista de cima, impressa em papel em que os participantes dispõem os elementos do espaço urbano como, por exemplo, loja, escola, igreja, e, também, esgoto no leito viário ou lixo acumulado.

As tecnologias de *Public Participation in Geographic Information System* (PPGIS) encontram-se em forte desenvolvimento nos últimos anos e se aplicam a uma grande variedade de áreas do conhecimento, metodologias e objetivos (BASIOUKA e POTSIOU, 2020; DIAS *et al.*, 2014; HAKLAY *et al.*, 2014; NOWAK *et al.* 2020). Na era digital, pergunta-se se não existe um meio de mapeamento comunitário, que lance mão das tecnologias de comunicação amplamente disponíveis, e que seja mais didático e mais atraente, colocando o maior interessado, o morador, como agente do processo. Questiona-se também como a participação social pode subsidiar e ser integrada ao processo administrativo de Reurb-S. De fato, hoje, nem todos têm acesso a computadores, mas quase todos, ao menos um membro de cada família, têm acesso a um telefone celular como atesta a PDAD-2018 (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, Codeplan DF, 2018), em que 46,6% dos domicílios tinham um celular pós-pago e 66,7% tinham celular com plano pré-pago.

Na primeira parte, faz-se uma revisão da literatura sobre o mapeamento digital participativo, os seus objetivos, as ferramentas e metodologias utilizadas. Numa segunda parte, apresenta-se uma proposta de mapeamento digital participativo adaptada ao objetivo de regularização fundiária de

uma ocupação informal no DF. Assim, ao fim e ao cabo, o que se propõe neste trabalho é responder quais seriam as ferramentas e metodologia do PPGIS mais adequadas para subsidiar o processo de Reurb-S de uma ocupação informal no Distrito Federal, apontando aquelas que possibilitem a realização de um mapeamento participativo e garantam um processo que sirva, de fato, ao empoderamento da população.

Estudos de caso de mapeamento digital participativo, os objetivos, as ferramentas e metodologias utilizadas

No Brasil, o grupo *Urbanismo contra o Corona*, que se formou em março de 2020, início da pandemia de COVID-19, utilizou-se do instrumento do mapeamento digital participativo. O objetivo inicial do grupo foi o de geolocalizar as ações de solidariedade da sociedade civil e assim determinar quais bairros receberam ou não algum tipo de apoio para as faixas mais vulneráveis da população. As ações mapeadas informaram que tipo de itens foram arrecadados ou os dias e locais de doação.

A partir dessa resposta emergencial, o grupo *Urbanismo contra o Corona* buscou aumentar a capacidade de mapeamento e formular uma metodologia segundo a qual qualquer cidadão pudesse inserir dados em uma ou outra categoria/camada do mapa. O grupo nacional se compõe de vários núcleos regionais mais ou menos ativos, mas, até o momento, essa iniciativa de mapeamento digital participativo não logrou o êxito esperado.

O projeto Kibera Map foi citado pelo grupo *Urbanismo contra o Corona* como uma referência relevante e será um dos estudos de caso norteadores deste artigo. Kibera Map é uma iniciativa conduzida e descrita por Erica Hagen, a partir de 2009, no assentamento informal Kibera, em Nairobi, capital do Quênia. Na época, o bairro de 250 mil habitantes não figurava no mapa e com o mapeamento participativo começou a ser integrado ao resto da cidade (Figura 1).

O Kibera Map teve início graças à participação de 13 jovens moradores interessados em melhorar o desenvolvimento do seu bairro. O mapeamento se deu por meio de GPS e a digitalização dos dados coletados foi feita pelos jovens na plataforma Open Street Map (OSM). Para tanto, houve uma etapa de capacitação

dos participantes e esses foram guiados por profissionais de SIG ao longo de todo o processo. Como o OSM necessita de um acesso à internet, computadores e outros materiais, estes foram comprados ou providenciados por meio de doação. Além disso, providenciou-se também um local que dispusesse de rede de internet em que pudessem ser carregadas, na plataforma OSM, as informações coletadas por GPS. Além de disponibilizá-lo virtualmente no OSM, foi importante imprimir o mapa e distribuí-lo no bairro para que os outros moradores pudessem se familiarizar e utilizar as informações mapeadas.

Após um ano de projeto, houve questionamentos por parte dos moradores sobre os resultados do Kibera Map já que, de fato, a situação do bairro não havia evoluído. Se, por um lado, constata Hagen, as políticas demoram a implementar novos dados, por outro, a pesquisadora e sua equipe puderam apostar no desenvolvimento de outras ferramentas de comunicação e empoderamento dos participantes, decorrentes do Kibera Map. É o caso do website criado no *software* Ushahidi, em que se disponibilizou o Kibera Map e foi desenvolvido o Kibera Voice, plataforma de mini reportagens de notícias do bairro, elaborada pelos moradores via gravações e mensagens sms geolocalizadas.

Os participantes relataram que, apesar da resistencia inicial, graças ao projeto, ficaram mais à vontade com as novas tecnologias. O grupo de voluntários refere ter constatado o potencial das novas tecnologias e o fortalecimento da identidade de grupo interno à comunidade.

A autora ressalta que tudo ou quase tudo que foi planejado antes de estar em contato direto com a comunidade mudou completamente (HAGEN, 2011, p.72) e conclui que, ao fim e ao cabo, o que mostrou-se mais importante foi o empoderamento das populações e o uso das tecnologias para esse fim.

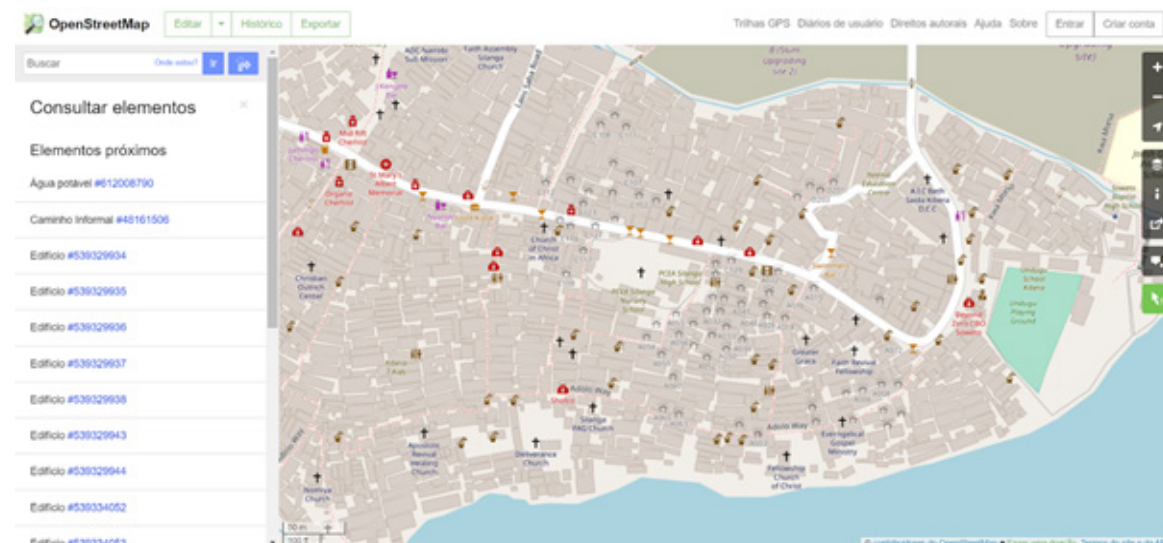


Figura 01: Kibera Map.
Fonte: OSM Kibera Map.

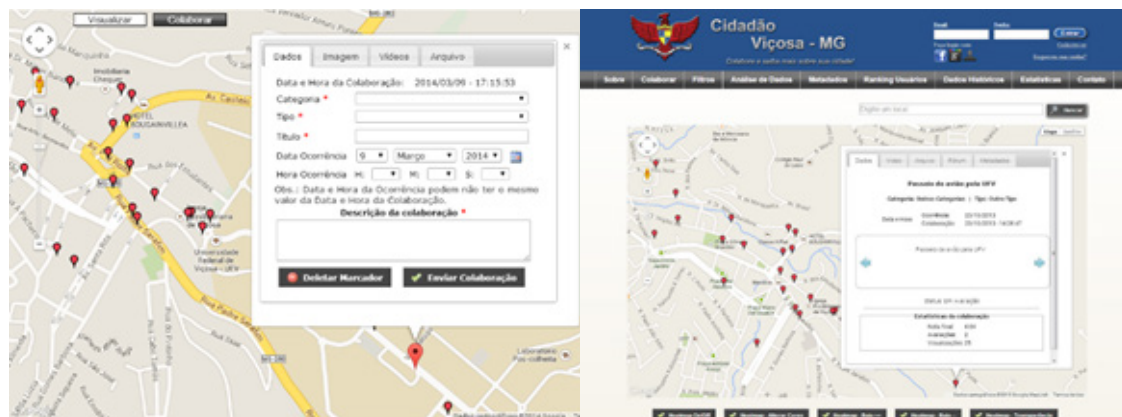
O relatório promovido pelo Banco Mundial “Crowdsourced geographic information use in government” (HAKLAY et al., 2014) apresenta um panorama de 29 experiências de coleta Voluntária de Informação Georreferenciada (VGI) ao redor do mundo. Esse apanhado demonstra o potencial de aplicação da coleta VGI/PPGIS em várias áreas do conhecimento para responder a problemas diversos. As tecnologias móveis e especialmente os celulares oferecem níveis variados de engajamento aos participantes (HAKLAY et al., 2014, p.25). Os autores ressaltam o potencial das universidades no fenômeno de mapeamento participativo, pois elas são peritas na pesquisa e aplicação de modelos. No tocante às questões éticas e políticas nas pesquisas de VGI, ressalta-se a necessidade de se informar ao público envolvido “como e onde seus dados e contribuições são utilizados” (HAKLAY et al., 2014, p.29).

No Brasil, uma experiência de VGI foi desenvolvida em Viçosa e a metodologia descrita no artigo “ClickOnMap: A Framework to Develop Volunteered Geographic Information Systems with Dynamic Metadata” (SOUZA et al., 2014). Os pesquisadores utilizaram o *Click on Map*, que combina um API do Google Map com um *Geobrowser*, que são extensões que permitem a participação do cidadão comum. O objetivo foi o de gerar informações sobre a cidade e possibilitar a participação dos

cidadãos sem que esses tivessem necessariamente que se cadastrar (Figura 2). Os autores defendem que em VGI, “the user can constantly collaborate to increase the database, and help in the collection, validation and analysis of data quality, reducing costs of production and data management” (DIAS *et al.*, 2020, p.53). Nesse sentido, a colaboração na plataforma *Click on Map* pode ser feita por quatro tipos de usuário: (1) não identificado, (2) anônimo, (3) registrado e (4) administrador. Um sistema de pontuação baseado na participação ainda permite que um usuário registrado e particularmente ativo possa adquirir direitos de gestão da plataforma.

O artigo não traz uma avaliação dos participantes sobre os resultados mapeados ou sobre suas dificuldades, mas os autores trazem os dados compilados pelo Google Analytics: dos 405 usuários que acessaram à plataforma, somente 100 escolheram se registrar; das 809 visitas na plataforma houve 45 colaborações efetivas e somente 6,7% das contribuições foram comentadas por outros usuários.

Figura 02: Cidadão Viçosa. Fonte: SOUZA *et al.*, 2020.



Em sua tese “Investigating the Influence of Esri[1] Story Map Design on Participation in Sustainability-Related Activities”, Austin (2018) propôs quatro tipos de aplicativos nos moldes do *Story Map* da Esri (Figura 3). A experiência que a autora traz nos mostra diversas informações importantes sobre a desenvolvida, inclusive, demonstra que os recursos da Esri interagem entre si.

1: Esri - Environmental Systems Research Institute, desenvolve entre outros o ArcGIS, software de GIS.



Figura 03: Interação entre alguns aplicativos da Esri. Fonte: AUSTIN, 2018, p.42.

Para a autora, “a Web GIS application [...] could not only hold a user’s attention, but also educate and improve spatial awareness of sustainability activities within a specific community” (AUSTIN, 2018, p.17). A autora, que elaborou uma tabela (Tabela 1) que funciona como guia para os aplicativos de mapeamento, ressalta a importância de se propor um aplicativo simples que facilite a operação do grande volume de conteúdo disponível para os participantes. Os objetivos e a destinação dadas às informações coletadas devem aparecer claramente. Também é importante que o aplicativo incorpore elementos que motivem a pessoa a se envolver e seguir a evolução do mapeamento. Austin ressalta que esses pontos permitem alcançar um melhor desempenho no mapeamento, isto é, que mais pessoas participem e que, assim, o resultado seja mais confiável.

1. Communicate the purposes of the website and the roles they support.
2. Develop customizable data entry forms that ensure data quality yet remain simple.
3. Create simple map applications that visualize accuracy, precision, and uncertainty.
4. Add fun features to foster motivation and continued involvement.
5. Make use of web skins to target specific use cases and tasks and simplify searches.
6. Provide rich content even in the absence of user-contributed web content.
7. Avoid advertisements and animations altogether or, if required, keep them off data entry forms, profile pages, the home page, and map pages
8. Create online questionnaire creation and delivery tools to better integrate user

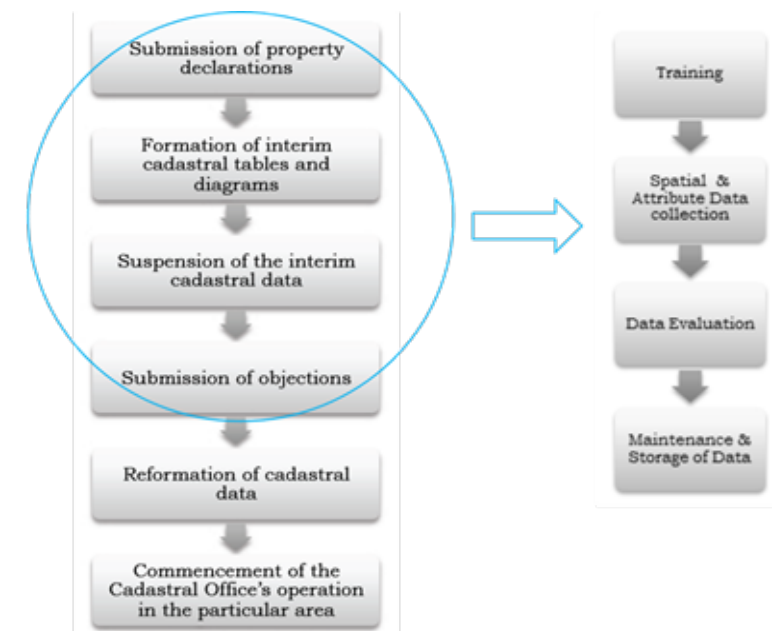
feedback, participation, and program evaluation.

Os aplicativos *Story Map* pesquisados por Austin incluíram um questionário no qual se pode extrair dados sobre a experiência dos usuários. No *Story Map*, aplicativo de livre acesso, 71% dos participantes declaram que poderiam sim desenvolver um próprio *story map* sobre um tópico (AUSTIN, 2018, p.67). Por fim, a pesquisa revela que a maioria dos participantes declarou ter proficiência na utilização de computadores o que revela que os acessos se concentraram em extratos sociais mais abastados da sociedade.

Em “A Proposed Crowdsourcing Cadastral Model: Taking Advantage of Previous Experience and Innovative Techniques” (BASIOUKA e POSTIOU, 2019), é proposta uma metodologia para um cadastramento online participativo. Partindo de uma revisão da literatura, as autoras definem que a aplicação de um mapeamento participativo pressupõe três fases: o treinamento, o levantamento e a avaliação. O tema do artigo é particularmente interessante quando propõe a substituição de certas etapas do cadastro fundiário por uma contribuição participativa (Figura 4).

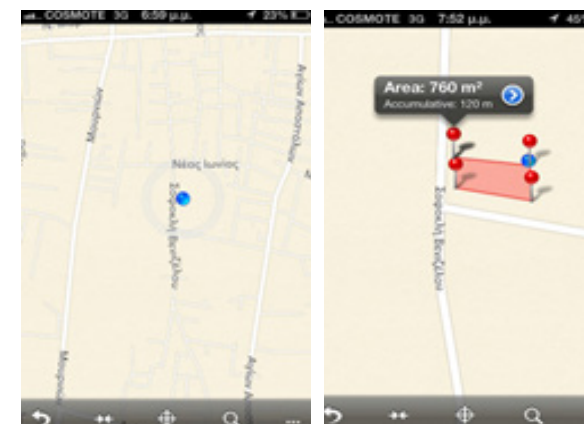
Tabela 01: Guidelines for mapping applications. Fonte: AUSTIN apud NEWMAN et al., 2018, p.39.

Figura 04: etapas de cadastramento e substituição possível dada pelo mapeamento participativo. Fonte: BASIOUKA e POSTIOU, 2019.



A Figura 5 mostra uma das possibilidades de participação social para o mapeamento dos limites do lote, mas a participação pode ocorrer também em outras etapas, como na declaração de propriedade ou na submissão de objeções no momento do pré-cadastro. O foco desse artigo é a metodologia e as relações entre poder público, ONG e estudantes voluntários para o treinamento, administrador e participantes, não apresentando avaliação sobre a experiência dos participantes. Em “Mobile

Figura 05: Exemplo de pré-levantamento participativo. Fonte: BASIOUKA e POSTIOU, 2019.



GIS applications for environmental field surveys: a state of art”, Nowak *et al.* (2020) analisam as características de vários programas PPGIS como *OpenStreetMap*, *Wikimapia*, *Ushahidi*, *ClickOnMap* (Google), *Mapit Spatial*, *Crowdsourcing*, *Survey123*, *StoryMap* (ArcGIS). Sobre as ferramentas do ArcGIS, os autores orientam que “In order to start mapping with the use of Collector, the users need a pre-set workspace created with ArcGIS Online, ArcGIS Server or ArcMap” (NOWAK *et al.*, 2020, p. 4). Por fim, ressaltam que são eliminados problemas como “the expiration of the basemaps and the need for their calibration if researchers use tourist-class GPS devices and paper maps or scans in the field” (NOWAK *et al.*, 2020, p.10)

Proposta metodológica de mapeamento online participativo (MOP) em adequação sociotécnica e para fins de Reurb-S

O modelo de aplicativo proposto nesta sessão se insere na continuidade dos trabalhos de assessoria técnica desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e extensão *Periférico, trabalhos emergentes* (FAU-UnB). Valendo-se do conceito de adequação sociotécnica, no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, interessa aqui, em especial, a ferramenta do Plano de Bairro, aplicada por integrantes do grupo Periférico em várias ocupações informais no DF.

O processo de projeto do grupo Periférico baseia-se no levantamento das demandas e dos problemas ressaltados no processo participativo. A adequação sociotécnica (AST) ocorre graças à utilização dos padrões espaciais e de acontecimento desenvolvidos por Alexander *et al.* (1977) e dos padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014). Um padrão é um desenho que faz referência a uma situação real, descreve o problema e apresenta uma solução de acordo com as dimensões da sustentabilidade específicas do local, social, cultural, emocional, econômica e ambiental. Nesse processo, resta mais acessível a compreensão do espaço urbano essencialmente complexo e transdisciplinar, o que permite estabelecer um diálogo com a comunidade, aumentando a sua participação no processo.

A partir de 2018, parte dos integrantes do grupo Periférico concentraram os seus trabalhos na comunidade de Santa Luzia, ocupação informal localizada a 15 quilômetros do centro da capital federal. Por ser uma comunidade com conflito socioambiental, os trabalhos procuraram ressaltar as práticas emergentes graças às quais os moradores sobrevivem há mais de 25 anos sem auxílio do governo.

O Plano de Bairro de Santa Luzia, elaborado por Fialho em 2018 (ANDRADE *et al.*, 2021), compila as narrativas da história e do cotidiano dos moradores bem como os estudos técnicos desenvolvidos pelos membros do grupo Periférico. O Plano de Bairro demonstra como a assessoria técnica em AST pode proporcionar a desmistificação das realidades informais.

O que sobressai do método de trabalho do grupo de pesquisa e extensão Periférico é que, na prática de assessoria técnica em AST, é necessária a instauração de um diálogo permanente com a comunidade. Para tal, procura-se (1) garantir a interação durante o processo de mapeamento, (2) o georreferenciamento dos dados e, para fins de cadastramento, que (3) documentos possam ser anexados em diversas extensões.

Com base na metodologia dos padrões utilizados no Plano de Bairro de Santa Luzia (ANDRADE *et al.*, 2021), testou-se o QuickCapture, um aplicativo da Esri para celulares (Figura 6). Constatamos a possibilidade de georreferenciar os padrões no espaço urbano e anexar fotos, no entanto, o mapa em construção não é visível e a interação entre os participantes por meio de comentários não é possível.

Testamos outros recursos da Esri online como *Survey123* ou *Story Map*. O *Survey123* só permite a participação e o mapeamento georreferenciado, não sendo possível a publicação de um mapa com camadas ou em elaboração pelos participantes. O mapa resultante deveria então ser disponibilizado em outra plataforma e ser atualizado constantemente com os dados coletados. Portanto, o retorno para os usuários seria limitado comparado ao que os *Crowdsourcing app* parecem oferecer. O *Story Map* permite colocar um mapa criado no *ArcGIS online*, mas não permite a coleta VGI. Conforme Austin, é possível a implementação do VGI no *Story Map*, mas o *Story Map*



Figura 06: Teste para o MOP com base nos padrões do Plano de Bairro de Fialho. Fonte: elaboração da autora.

Crowdsourcing foi colocado em “mature support” em junho de 2018, isto é, não será mais desenvolvido pela Esri (AUSTIN, 2018). O aplicativo *Story Map Crowdsourcing* continua, no entanto, disponível e pode ser baixado em GitHub (2020).

Para Austin, as ferramentas da Esri devem ser utilizadas em rede, cada uma respondendo a uma função. Nesse sentido, na figura 7, apresenta-se um fluxograma de funcionamento do *Crowdsourcing Manager* e *Reporter* da Esri aplicado em específico para o *Citizen Problem Reporter* em que cidadãos informam a existência de buracos, ciclovias ou outros elementos do espaço urbano. O público participa por meio do aplicativo *Citizen Problem Reporter*, que é um *Crowdsourcing Reporter*, e mapeia um problema no espaço público. A informação é avaliada pelo administrador graças ao *Citizen Problem Manager*, que é um *Crowdsourcing Manager*, e publicado pelo *Operations Dashboard*. Uma vez que o problema é publicado, um email pode ser enviado à pessoa que o reportou, se fornecido o contato. A segunda parte do gráfico trata da possível interação com serviços públicos de

manutenção para resolver o problema reportado, que não será tratado nessa fase da pesquisa.

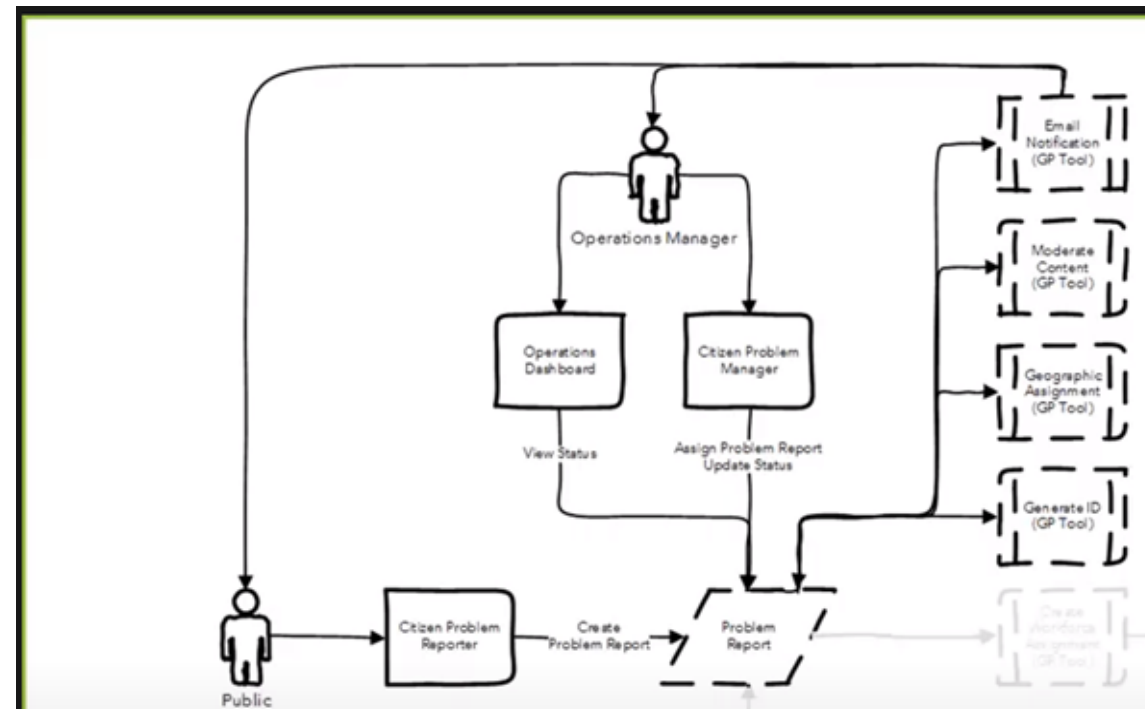
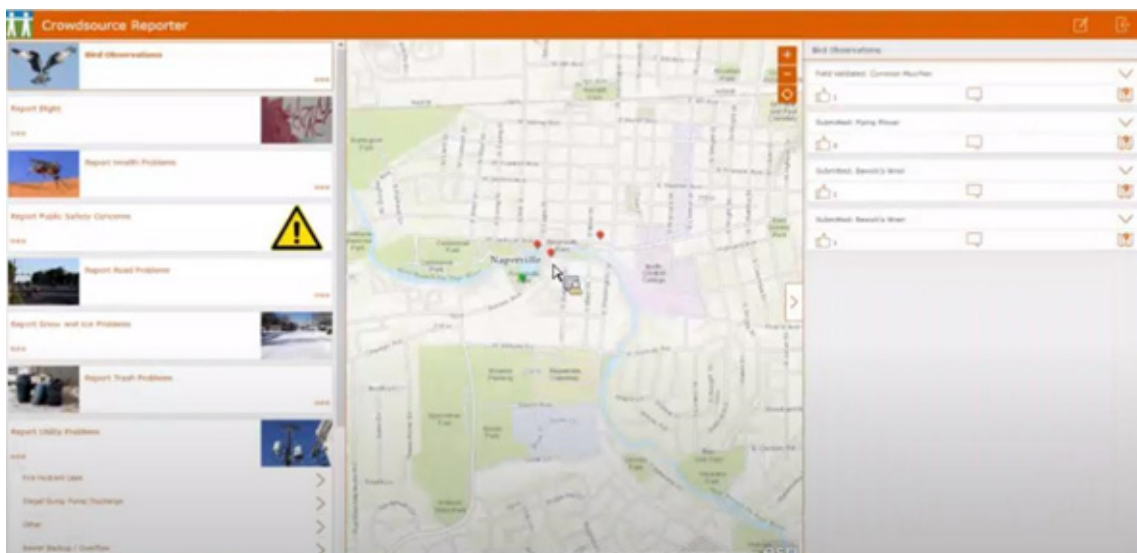


Figura 07: Fluxograma do *Crowdsourcing Manager* e *Crowdsourcing Reporter*. Fonte: Esri, 2017, minuto 30.

Na figura 8, vemos uma possível interface de um aplicativo que utiliza o *Crowdsourcing Reporter* e *Crowdsourcing Manager*. Percebe-se que existem camadas temáticas como *Bird Observation*, *Report Health Problem* ou *Report Snow and Ice Problem* nas quais os participantes podem mapear informações e anexar documentos. No meio, o mapa está visível e, à esquerda, os participantes podem comentar o que já foi mapeado. Conforme Muise (ESRI, 2016), os campos que podem ser preenchidos pelos participantes correspondem a campos incluídos nas camadas do programa ArcGIS.

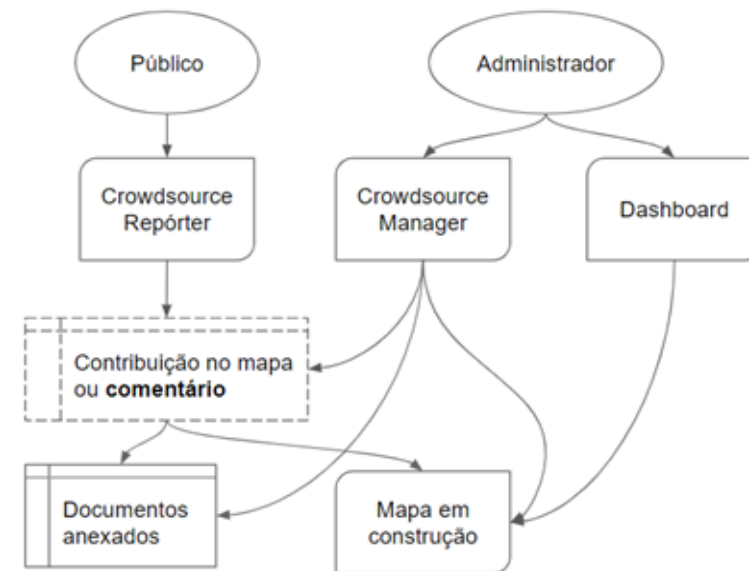


Na presente pesquisa, não foi possível testar essa interação, mas o fluxograma da figura 9 apresenta o esperado a partir dos conhecimentos reunidos até o momento. Propõe-se que a participação da população e a gestão sejam fomentadas pela interação dos aplicativos da Esri, isto é, o *Crowdsourcing Reporter* e o *Crowdsourcing Manager* respectivamente. A participação se dá por meio da contribuição relacionada ao tema proposto ou comentários sobre as contribuições que já foram mapeadas. Os comentários possibilitam uma interação entre os participantes quando se trata do espaço público, como no caso do MOP com base nos padrões do Plano de Bairro (Figura 6), ou objeções, como no caso do mapeamento para o cadastro dos limites de propriedade (Figura 5).

O administrador monta as plataformas e disponibiliza, ou não, as informações mapeadas em *dashboard*. O mapa é proposto como sendo o principal suporte para a interação entre os participantes e os administradores e para os participantes entre si e permite tornar dados coletados acessíveis aos participantes. Por fim, no caso de mapeamento para fins de pré-cadastro no processo de Reurb-S, o *Crowdsourcing Reporter* deveria permitir que fossem anexados documentos. Esses, por serem dados privados, não deverão ser publicados.

Figura 08: Layout do aplicativo Crowdsourcing Reporter. Fonte: Esri, 2016, minuto 16.

Figura 09: Fluxograma do aplicativo projetado com base no funcionamento do Crowdsourcing Reporter e Crowdsourcing Manager. Fonte: elaboração própria.



Na Figura 10, no fluxograma da Reurb elaborado pelo SEDUH, identifica-se que, nas etapas “1: Protocolo, documentação inicial”, “2: Levantamento topográfico”, “3: Consultas”, “4: Estudo preliminar”, “5: Licenciamento ambiental”, “7: Projeto urbanístico” e “9: Procedimento para Registro Cartorial”, versões do MOP poderiam parcialmente contribuir e assim baratear o processo de Reurb. Por fim, a potencialização da participação permitiria trazer o cidadão para mais perto do processo, fortalecendo o exercício de seu direito à cidade.

Figura 10: Fluxograma das etapas da Reurb. Fonte: SEDUH, 2020.



Considerações finais

A revisão da literatura mostrou a variedade dos contextos e objetivos para os quais a participação na coleta e no mapeamento de dados é a chave. Nos exemplos estudados, percebe-se que a participação permite tornar as pessoas protagonistas de

mudanças e melhorias e a abrangência da participação traz informações diversificadas sobre um tema.

As dificuldades expostas nos exemplos estudados alertam sobre o número e o período de envolvimento dos participantes. Percebe-se também a importância de informar aos participantes a destinação dos dados coletados.

Um outro ponto importante que se destaca nos artigos é a questão do acesso às novas tecnologias aos participantes. Alguns autores pontuam que as pessoas sem acesso a internet ou sem computador estão excluídas do mapeamento online participativo. Outros autores evitam o assunto, talvez por ser uma questão de difícil resolução. No tocante à proficiência digital dos participantes, as metodologias revisadas implementam, na maioria dos casos, sessões de treinamento dos participantes para que as habilidades numéricas específicas sejam adquiridas de forma mais homogênea.

No caso de um aplicativo para fins de Reurb-S, testamos um do tipo questionário para coleta de dados (Survey123) e um do tipo Plano de Bairro (QuickCapture) para tornar visíveis as características morfológicas, os usos e serviços presentes na cidade informal. Esses dois aplicativos poderiam subsidiar partes de certas fases do processo de Reurb-S da SEDUH, mas vimos que faltam elementos a serem neles incluídos a fim de haver um retorno para e uma interação entre os participantes. O retorno para os participantes poderia ser o acesso direto ao mapa em construção e a interação poderia ser dada pela possibilidade de comentar o que figura no mapa. É necessário um estudo mais profundo do processo de Reurb-S da SEDUH para que melhor se entenda em qual a fase e em que medida o MOP poderia contribuir. Assim, seria possível definir com mais clareza quais ferramentas da Esri deveriam interagir para alcançar o objetivo do MOP em adequação sociotécnica e como subsídio na Reurb-S.

A aproximação entre o profissional e o usuário visa não somente a atender às realidades variadas de moradia, como também a permitir a difusão dos conceitos de direito à moradia, à cidade, à infraestrutura e o acesso aos serviços públicos. Esse modo de atuação reforça o papel social do arquiteto e empodera

o sujeito que participa do processo participativo. Queremos destacar a relevância do mapa como meio de comunicação com as autoridades e como subsídio nas decisões de políticas públicas, o que explicita a importância da aproximação entre as ciências humanas e as tecnologias de GIS.

Agradecimentos

Este trabalho foi contemplado pelo Edital 01/2020 do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para apoio à execução de projetos de Extensão e Pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação. Esse pesquisa faz parte de um conjunto de trabalhos do projeto de Pesquisa e Extensão “A PRODUÇÃO DO HABITAT NO TERRITÓRIO DO DF E ENTORNO, OS ECOSISTEMAS URBANOS E RURAIS E A ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA: tipologias e padrões espaciais, informalidade, redes solidárias, tecnologia social, agroecologia e lugares saudáveis e sensíveis à água” da minha orientadora Liza Andrade, apoiado pelo Edital DPI/DPG No 02/2021.

Referências

ALEXANDER, Christopher. **A city is not a tree**. Design, London, n. 206, 1966. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDALasta/A_City_is_not_a_Tree.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A pattern language: Towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ANDRADE, Liza, M.S.; LENOIR, Juliette, A.F.; PORTUGAL, Sofia, F.; FIALHO, Atila, R. **Santa Luzia resiste**. 2021. Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo, (29). Disponível em: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.02>. Acesso: 03.04.2021

ANDRADE, Liza M.S. de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f.

AUSTIN, Brittany Grace. **Investigating the Influence of Esri Story Map Design on Participation in Sustainability-Related Activities**. Masters Theses & Specialist Projects. Western Kentucky University. Paper 2571. 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.wku.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3580&context=theses>. Acesso: 19.10.2020.

BASIOUKA, Sofia; POTSIU, Chryssy. **A Proposed Crowdsourcing Cadastral Model: Taking Advantage of Previous Experience and Innovative Techniques**. In: Capineri, C, Haklay, M, Huang, H, Antoniou, V, Kettunen, J, Ostermann, F and Purves, R. (eds.) **European Handbook of Crowdsourced Geographic Information**, Pp. 419–433. London: Ubiquity Press. 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv3t5r09.34?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso: 24.10.2020.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm Acesso em: 11 set. 2020.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. 2018 Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/> Acesso em: 03.10.2019

DAGNINO, Renato. **Tecnociência Solidária**. Um manual estratégico. Lutas anticapital, Marília, 2019.

Esri - Environmental Systems Research Institute, Inc. Crowdsourcing Manager. 2020a. Disponível em: <https://solutions.arcgis.com/state-government/help/crowdsourcing-manager/get-started/setup-map/> Acesso: 19.10.2020.

_____. A Comprehensive Citizen Problem Reporting Solution. 2017. Vídeo. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Y6vZf-TQjdY&ab_channel=ArcGIS. Acesso: 24.10.2020

_____. A comprehensive citizen problem reporting solution. 2017. Vídeo. Disponível em: <https://www.esri.com/videos/watch?videoid=Y6vZf-TQjdY&title=a-comprehensive-citizen-problem-reporting-solution>. Acesso em: 11.11.20.

_____. Ann Overview of the New ArcGIS Online Crowdsourcing Apps. 2016. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AvMyUi226so&ab_channel=ArcGIS. Acesso: 19.10.2020.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Policy Focus Report 023. Lincoln Institute of Land Policy, 2011. Disponível em: https://www.lincolnst.edu/sites/default/files/pubfiles/regularizacao-assentamentos-informais-full_1.pdf Acesso em 15 out. 2019.

HAGEN, Erica. Mapping Change. **Community Information Empowerment in Kibera**. Innovations / Data Democracy. Volume 6, number 1. p.69-94. 2011. Disponível em: https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/INOV_a_00059. Acesso: 24.09.2020.

HAKLAY, M., ANTONIOU, V., BASIOUKA, S., SODEN, R., and MOONEY, P. **Crowdsourced geographic information use in**

government. 2014. Report to GFDRR (World Bank). London. Disponível em: <https://www.gfdr.org/sites/gfdr/files/publication/Crowdsourced%20Geographic%20Information%20Use%20in%20Government.pdf>. Acesso: 02.11.2020.

IBGE. Definição. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso: 15.07.20.

LOUREIRO, V. T. R. (2017). “Quando a gente não tá no mapa”: a configuração espacial como estratégia para a leitura socioespacial da favela. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasil.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras.** Scielo, São Paulo, v. 14, n. 4, dez./dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004. Acesso: 08.10.19

NOWAK, Maciej M.; DZIÓB, Katarzyna; LUDWISIAK, Łukasz; CHMIEL, Julian. **Mobile GIS applications for environmental field surveys:** A state of art. Global Ecology and Conservation. Volume 23, September 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2351989420302468>. Acesso: 29.10.2020.

OSM Kibera Map. Disponível em: <https://www.openstreetmap.org/#map=15/-1.3128/36.7883> . Acesso: 12.11.2020.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH. Apresentação realizada na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB/DF no dia 11 de novembro de 2020.

SOUZA, Wagner Dias; LISBOA-FILHO, Jugurta; CÂMARA, Jean Henrique de Sousa; VIDAL, Jarbas Nunes Filho; PAIVA, Alcione de Oliveira. **ClickOnMap:** A Framework to Develop Volunteered Geographic Information Systems with Dynamic Metadata. ICCSA 2014, Part II, LNCS 8580, pp. 532–546, 2014. Disponível em: <http://www.dpi.ufv.br/~jugurta/papers/ICCSA2014.pdf>. Acesso: 24.10.2020.

***Juliette Anna Fanny Lenoir** é doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Master of Sciences in Architecture pela EPFL (Escola Politécnica Federal de Lausanne, Suíça). Pesquisadora no grupo de pesquisa e extensão “Periférico, trabalhos emergentes”, nos núcleos do DF da Rede nacional Moradia-Assessoria, do IAB e do projeto Brasil Cidades (Br Cidades).E-mail: glenoir.arquiteta@gmail.com.

*** Liza Maria Souza de Andrade** é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Professora da Graduação e da Pós-graduação da FAU/UnB. Coordena o escritório modelo CASAS/FAU/UnB e líder no grupo de pesquisa e extensão “Periférico – trabalhos emergentes” e vice-líder do grupo “Água e Ambiente Construído”. Atua em diversas linhas de pesquisas, enfatizando a extensão e os processos participativos de projetos arquitetônicos e urbanísticos. E-mail: lizamsa@gmail.com.

